

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS  
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**O iberismo numa revista do primeiro  
modernismo português –  
*Contemporânea* (1922-1926)**

**CARLA ISABEL COSTA FERREIRA**

Dissertação apresentada para  
obtenção do grau de Mestre em  
Estudos Ibéricos.  
Não contém as apreciações feitas pelo  
júri.

Professor orientador: Antonio Sáez  
Delgado.

**Évora, 2007**

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS  
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**O iberismo numa revista do primeiro  
modernismo português –  
*Contemporânea* (1922-1926)**

**CARLA ISABEL COSTA FERREIRA**



168 602

Dissertação apresentada para  
obtenção do grau de Mestre em  
Estudos Ibéricos.  
Não contém as apreciações feitas pelo  
júri.

Professor orientador: Antonio Sáez  
Delgado.

Évora, 2007



## **ÍNDICE**

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>6</b>
<b>Dedicatória .....</b>	<b>7</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>1. O iberismo: suas concepções e adeptos .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1. O percurso político.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2. A via cultural .....</b>	<b>27</b>
<b>2. A Península Ibérica no pós-guerra .....</b>	<b>42</b>
<b>2.1. Regimes e correntes políticas: a ditadura como solução .....</b>	<b>43</b>
<b>2.2. Ambiente cultural: o culto do nacional e o inconformismo dos novos.....</b>	<b>58</b>
<b>3. Contemporânea (1922-1926) – Um projecto iberista .....</b>	<b>73</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>74</b>
<b>3.1. Programa e espírito.....</b>	<b>85</b>
<b>3.1.1. A missão civilizadora dos “novos” .....</b>	<b>85</b>

<b>3.1.2. Uma ponte cultural com Espanha .....</b>	<b>96</b>
<b>3.2. Colaborações portuguesas .....</b>	<b>104</b>
<b>3.2.1. Sob o signo do ibero-americanismo.....</b>	<b>104</b>
<b>3.2.2. Fernando Pessoa e outros diálogos ibéricos à margem de <i>Contemporânea</i> .....</b>	<b>119</b>
<b>3.3. Colaborações espanholas.....</b>	<b>145</b>
<b>3.3.1. Ramón Gómez de la Serna e os ultraístas .....</b>	<b>145</b>
<b>3.3.2. Reencontro da grande “família ibérica” .....</b>	<b>173</b>
<b>Conclusões .....</b>	<b>180</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>186</b>
<b>1. Passiva .....</b>	<b>186</b>
<b>2. Activa.....</b>	<b>188</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>192</b>
• Capa da <i>Contemporânea</i> nº1 – Maio de 1922.	
• Proposta para a criação da Sociedade dos Amigos de Espanha.	
• Capa da <i>Contemporânea</i> nº2 – Junho de 1922.	
• “O pan-hispanismo”, por António Sardinha.	
• Capa da <i>Contemporânea</i> nº3 – Julho de 1922.	
• “Canción de España a Portugal”, por Rogelio Buendía.	

- **Capa da *Contemporânea* nº4 – Outubro de 1922.**
- **“Nós e a Espanha”, por Oliveira Mouta.**
- **“As relações luso-espanholas – O pan-iberismo”, por Martinho Nobre de Mello.**
- **“La sensación del momento – El alma romántica de Portugal – La unión ibérica, por Eduino de Mora.**
- **Capa da *Contemporânea* nº7 – Janeiro de 1923.**
- **“Discurso no banquete da *Contemporânea*”, por Ramón Gómez de la Serna.**
- **“Discurso no banquete da *Contemporânea*”, por Rogério Garcia Pérez.**
- **Capa da *Contemporânea* nº1, III série – Maio de 1926.**
- **“Breve comentário à política ibero-americana”, por Celestino Soares (excerto).**
- **Capa da *Contemporânea* nº2, III série – Junho de 1926.**
- **“Os primeiros”, por Celestino Soares.**
- **Capa do primeiro suplemento da *Contemporânea* – Março de 1925.**
- **“Ramón Gómez de la Serna (Ensaio)”, por Augusto d’Esaguy.**

## AGRADECIMENTOS

Ao longo destes dois anos de “mergulho” nas páginas da revista *Contemporânea*, em busca dos vestígios de uma primeira tentativa de comunhão cultural luso-espanhola, já em pleno século XX, muitos foram aqueles a quem fiquei a dever apoio, atenção, paciência, compreensão, incentivo, às vezes apenas a palavra certa no momento certo.

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor Antonio Sáez Delgado, meu orientador, que foi entusiasta do projecto desde a primeira hora, acompanhando atentamente todos os meus passos e facultando-me a preciosa colecção fac-similada da revista, além de outros livros aos quais dificilmente teria tido acesso.

Aos meus amigos, todos, por terem compreendido as ausências, pelo optimismo, pela partilha, pela confiança. À Paula, entre eles, que, além de tudo, me garantiu uma tradução profissional para inglês do resumo da tese. Também à minha colega Antónia, que, pacientemente e sempre com um sorriso pronto, digitalizou e arranjou os textos que apresento em anexo.

Ao João, por estar ao meu lado nesta última fase e por me ter ensinado que há horas em que o pragmatismo deve sobrepor-se à dispersão, por mais natural que ela seja em mim.

Por último, aos meus pais e irmã. Por permanecerem sempre o meu porto seguro, o meu suporte afectivo, a minha fonte maior de estímulo e auto-estima, a casa onde retorno sempre.

A todos, muito obrigado.

Aos meus pais e irmã, raiz;  
aos meus amigos, sustento;  
aos poetas, espírito e beleza.

## RESUMO

“O iberismo numa revista do primeiro modernismo português –  
*Contemporânea* (1922-1926)”

*Contemporânea*, revista literária portuguesa que surge em 1922, dirigida pelo arquitecto e dinamizador cultural José Pacheco, distingue-se pelo seu eclectismo, ao albergar alguns dos mais importantes autores associados ao projecto de ruptura de *Orpheu*, bem como os representantes das correntes estéticas de tradição, mas sobretudo por ser a primeira a manifestar uma clara vocação iberista no âmbito dos órgãos inscritos no primeiro modernismo português. É em torno destas duas linhas de análise que desenvolveremos a presente tese, debruçando-nos, primeiramente, sobre as diferentes concepções e adeptos do iberismo, bem como sobre a dinâmica política e intelectual da Península Ibérica no pós-guerra. Já no terreno das páginas da publicação, focaremos o seu programa e “espírito” e percorreremos as suas colaborações, assinadas por autores portugueses e espanhóis, dando particular atenção aos textos que defendem uma comunhão cultural entre Portugal, Espanha e a América de raiz ibérica.

## ABSTRACT

“Iberianism on a Portuguese magazine from Modernism  
– *Contemporânea* (1922-1926)”

*Contemporânea*, the Portuguese literary magazine published in 1922, directed by José Pacheco, an architect and cultural activist, set the difference by being eclectic, when it gathered some of the most important authors linked to the break-off *Orpheu* project, along with the representatives of the traditional aesthetic movements, but mainly because it was the first to present a clear Iberian vocation among the publications of the first Portuguese Modernism.

This thesis is developed according to these two analysis axis, first reflecting over the different Iberianism concepts and followers, as well as the political and intellectual dynamics present in the Iberian Peninsula in the period after World War I. Considering the printed texts, we will focus on their program and spirit and we will go through the cooperation of Portuguese and Spanish authors, specially those texts which defend a cultural communion involving Portugal, Spain and Latin America.

## INTRODUÇÃO

Feita de avanços e recuos, de momentos de aproximação e de outros de total indiferença ou mesmo de completo afastamento, a história das relações entre Portugal e Espanha descreve um percurso determinado pela própria circunstância de proximidade natural entre países vizinhos, assim como pela influência da conjuntura internacional em cada momento histórico. Se há um projecto claro de união das coroas peninsulares na política de alianças matrimoniais promovida pelas casas de Avis e Habsburgo, ao longo dos séculos XV e XVI, concretizando-se com a subida ao trono de Filipe II, em 1581, a verdade é que todo este cenário se altera a partir da segunda metade do século XVII, com a ruptura de 1640. Desmembrada a Monarquia Hispânica, Portugal e Espanha passaram a dirigir os seus esforços diplomáticos para o centro da Europa, situando aí as suas referências culturais e políticas, e inaugurando um período longo de uma efectiva separação e de um relacionamento frequentemente difícil, reflexo também da própria rivalidade entre as potências emergentes, Inglaterra e França, sob cuja órbita as nações peninsulares se haviam colocado.

A União Ibérica voltará a ter adeptos já na segunda metade do século XIX – entre os que defendiam a solução republicana federativa e os que ansiavam por uma monarquia constitucional ibérica – fruto de uma conjugação de factores. Em primeiro lugar, a ascendência política do nacionalismo liberal, que não outorgava viabilidade política aos pequenos Estados, incapazes de promoverem o progresso e a cultura; em segundo, o início da desagregação dos velhos impérios peninsulares, nomeadamente com a perda do Brasil e da grande maioria das possessões espanholas no continente americano. Mas a falta de uma base de aceitação abrangente, que sustentasse o projecto além do restrito círculo intelectual em que era discutido, assim como as próprias mudanças de orientação do nacionalismo liberal, agora a favor dos pequenos Estados culturalmente homogéneos, ditariam o esmorecimento da empresa, a partir de 1870.

Por esses anos, o termo iberismo passa ter-lhe associada uma forte conotação anti-patriótica. Tanto mais que, já no século XX, com a instauração da República Portuguesa, o monarca espanhol Afonso XIII chega a considerar a hipótese de intervir militarmente em Portugal, não só de modo a travar as possíveis repercussões da revolução portuguesa sobre a situação interna em Espanha, como também de concretizar

a ambicionada restauração da União Ibérica, permitindo o retomar de uma forte posição internacional, perdidos que estavam os últimos despojos do império colonial americano, na sequência do desastre de 1898.

Mais tarde, ao longo do conflito mundial de 1914-1918, as relações peninsulares passarão por várias oscilações: entre um intervencionismo anti-britânico e anti-espanhol e a planificação de uma aliança peninsular de carácter militar-defensivo e económico, que não chega a concretizar-se, culminando, com a Conferência de Paz, com o regresso a uma atitude anti-espanhola, motivada pela posição de prestígio que Espanha – oficialmente neutra mas germanófila na sua essência – alcançava no concerto das nações, em contraste com um Portugal solidário mas desmoralizado.

A hispanofobia portuguesa e as ambições anexionistas espanholas conhecem, ao longo da década seguinte, um período de adormecimento, com a ascensão do general Primo de Rivera, que se mantém no poder entre 1923 e 1930, abrindo uma época de relações cordiais e alguma colaboração económica entre os países vizinhos.

Paralelamente ao seu percurso político, o iberismo conhece também uma vertente cultural que, à margem das elites governamentais, se desenvolve privilegiando o aprofundar do conhecimento mútuo – linguístico, literário, artístico – e do intercâmbio intelectual entre Portugal e Espanha, tentando quebrar as barreiras de preconceitos e receios que o fantasma da fusão política só ajudara a reavivar. Uma via para a União Ibérica, de carácter afectivo e espiritual, que não será encetada por movimentos organizados de opinião, mas por meio de percursos individuais de aproximação ao país vizinho, por vezes plasmados em teorizações sobre o tema, outras vezes limitando-se ao contacto, puro e simples, com a realidade cultural do outro lado da fronteira. Dentro da primeira abordagem, encontramos intelectuais como Leopoldo Alas (Clarín), Miguel de Unamuno, Juan Valera, Ángel Ganivet, Menéndez Pelayo, Oliveira Martins e, mais tarde, Teixeira de Pascoaes, António Sardinha e Fernando Pessoa, sendo esta uma faceta um pouco marginal na vasta obra do autor de *Mensagem*. No plano meramente da permuta artística, destacam-se, já a caminho da terceira década do século XX, Ramón Gómez de la Serna e Almada Negreiros, autores que se admiraram e acolheram mutuamente nas respectivas temporadas em Portugal e Espanha. O investimento nas relações pessoais e artísticas, na circulação de autores, nos canais de cooperação cultural, nomeadamente revistas bilingues para projecção mútua das línguas e obras literárias de ambos os lados da fronteira, ou mesmo na criação de organismos que servissem de plataforma de aproximação mental, convocando para este esforço também



a América de raiz ibérica, seriam, em traços gerais, as acções defendidas pelos adeptos deste modelo paralelo de iberismo, distanciada da acção dos governos e dos acordos políticos.

É na senda desta linha de pensamento que surge, em 1922, a revista portuguesa *Contemporânea*, a primeira a manifestar uma assumida vocação iberista no âmbito dos órgãos inscritos no primeiro modernismo português, e, nessa perspectiva, o objecto de estudo da presente tese.

Numa primeira fase da nossa abordagem, antes mesmo de avançarmos para a análise do *corpus* seleccionado – os 13 números publicados, entre 1922 e 1926; o suplemento, de 1925; o número espécimen, de 1915; e também as provas do projecto de publicação de um décimo quarto número, em 1929 – começaremos por aprofundar o tema do iberismo, tentando dissecar as suas duas principais concepções ou vias, como atrás ficou registado, e descrever o pensamento e o percurso de alguns dos seus principais adeptos, em Portugal e Espanha. Seguidamente, haverá que contextualizar historicamente este projecto de âmbito cultural, situando-o numa época de grande conturbação política, social e económica, fruto de uma mudança de regime mas igualmente das repercussões mundiais da grande guerra de 1914-1918, em que Portugal chega a envolver-se como forma de se afirmar internacionalmente, face à submissão humilhante a Inglaterra e às pretensões anexionistas da vizinha Espanha, país que por esses anos dará igualmente passos largos no sentido de uma ditadura militar. Também aqui pretendemos tomar o pulso à dinâmica artística e intelectual vivida então num território europeu de periferia, acompanhando a forma como os jovens criadores de ambos os lados da fronteira haviam tomado contacto com as novas correntes estéticas vindas de Paris e gerido a dicotomia tradição/modernidade, desbravando o caminho do “novo” nos seus países.

Chegados a *Contemporânea*, deter-nos-emos, em primeiro lugar, nos seus textos de carácter informativo ou programático, de modo a captar o “espírito” da publicação. Neste ponto, são estabelecidas duas importantes vertentes: o lado “civilizador” e em certa medida polemista, no modo a revista se insurge contra a situação de atraso intelectual e artístico do país e enfrenta a apatia dos poderes estabelecidos; a forte vocação iberista, patente desde o primeiro número, de Maio de 1922, em que desde logo se dá a conhecer uma proposta do seu director, o arquitecto e incansável dinamizador cultural José Pacheco, para a criação de uma Sociedade dos Amigos de Espanha.

Avançando nas páginas da revista lisboeta, entraremos no terreno das colaborações portuguesas, seguindo dois caminhos de análise. Numa primeira fase, os textos de teor ensaístico que pugnam por uma política de aproximação ibero-americana e que se intensificam nas edições da terceira série, já em 1926, revelando nomes como os de António Sardinha, Rogério Garcia Pérez, Martinho Nobre de Mello, Celestino Soares, António Ferro, Noé de Azevedo e Spencer Vampré, ambos brasileiros, além de Augusto d'Esaguy, que assina no primeiro suplemento da revista um significativo ensaio sobre Ramón Gómez de la Serna, escritor vanguardista espanhol então a residir em Portugal. Por seu turno, numa segunda abordagem, debruçar-nos-emos sobre as criações literárias de assinatura portuguesa, em que não se encontram sinais da campanha iberista empreendida pela revista mas que, no caso dos autores seleccionados, ocultam um trabalho subterrâneo em prol da divulgação da literatura nacional junto do meio cultural espanhol ou percursos de permuta artística com os congéneres do outro lado da fronteira. Fernando Pessoa surge à cabeça deste rol de autores que se aproximaram a Espanha na sua busca meramente artística ou no rasto de uma projecção internacional da sua obra, começando pelo território estrangeiro mais próximo. Isto porque é ele um dos elos de um breve mas importante epistolário ibérico que terá como ponto de partida as páginas da revista de Pacheco, e se estabelece com os andaluzes Rogelio Buendía e Adriano del Valle, ligados ao movimento vanguardista Ultra e igualmente colaboradores de *Contemporânea*. António Botto, amigo de Fernando Pessoa e nome que surge frequentemente na sua rede de relações com os correspondentes espanhóis, Eugénio de Castro, poeta aclamado pelo modernismo hispânico, Teixeira de Pascoaes, figura determinante no processo de intercâmbio cultural luso-espanhol ao longo da primeira metade do século, e, por fim, Almada Negreiros, que terá em Espanha, entre 1927 e 1932, uma bem sucedida aventura artística, são outros dos autores portugueses que focaremos nas próximas páginas.

Por último, chegamos à presença espanhola na revista lisboeta, que se nos apresenta sob duas perspectivas. Por um lado, deparamo-nos com os representantes da modernidade literária e artística do país vizinho, que pela primeira vez povoam as páginas de um órgão associado ao primeiro modernismo português, coexistindo com alguns dos principais nomes da aventura marcante de *Orpheu*. Ramón Gómez de la Serna, pioneiro das vanguardas literárias em Espanha, bem como os poetas ultraístas Rogelio Buendía e Adriano del Valle, adquirem especial relevância nesta análise, na medida em que, além de arautos da nova literatura espanhola, são também

conhecedores, admiradores e divulgadores do meio literário nacional de então e da obra dos autores modernistas portugueses no seu próprio país, o que torna a sua colaboração quase natural no projecto iberista de José Pacheco. Mas outros há que também merecerão a nossa atenção, como o jornalista e correspondente em Paris Corpus Barga, o escritor e crítico de arte José Francés, e o pintor moderno Daniel Vázquez Díaz, que vemos aclamado, não só nas páginas da revista, como também através de uma exposição que esta lhe organiza em Lisboa.

Noutra perspectiva, e para encerrar o presente estudo, destacaremos vários outros nomes, quer do território espanhol, quer do universo hispano-americano, que importa enumerar, não pela relevância literária ou sequer pelo teor propagandístico das suas colaborações – que, neste sector, é residual – mas como prova da cruzada de José Pacheco em prol da comunhão intelectual das nações peninsulares entre si e com os territórios americanos de raiz ibérica, patente nas assinaturas de J. M. Cantillo, ministro da Argentina em Portugal, de Daniel Ruzo, poeta peruano, de Eduino de Mora, adido da Legação de Cuba, de Antonio Iraizoz, ministro daquele país em Lisboa, e ainda de José D. Frias, poeta mexicano.

# **1. O IBERISMO: SUAS CONCEPÇÕES E ADEPTOS**

## 1.1. O PERCURSO POLÍTICO

As tentativas de aproximação entre Portugal e Espanha, não obstante a conquista, no século XII, da independência política do pequeno condado, sempre foram uma constante ao longo da secular história ibérica, nomeadamente através de uma repetida e sucessivamente frustrada política de alianças matrimoniais. Quando, em 1581, Filipe II (I de Portugal), consuma a junção das coroas dos reinos peninsulares, o monarca, neto varão mais velho de D. Manuel I, mais não faz do que reclamar uma herança que lhe cabe, concretizando um projecto que vinha sendo alimentado desde os governos de Afonso V de Portugal e dos Reis Católicos. Dos onze casamentos promovidos pela Casa de Avis ao longo de três gerações, oito fizeram-se em Castela. Lembremo-nos das esperanças depositadas por D. João II no príncipe D. Afonso, que sofre um acidente fatal pouco depois de ter contraído matrimónio com D. Isabel (1493), ou do muito desejado D. Miguel, filho da mesma princesa e de D. Manuel I, que morre na infância sem nunca herdar, como lhe correspondia, as coroas de Portugal, Aragão e Castela (1500). Ou ainda do príncipe D. Carlos, filho de Filipe II e da infanta D. Maria, que morre louco em 1568.

Neste contexto social e político, longe ainda da Revolução Francesa, que ergueu a nação como legítima fonte do poder, não podemos falar ainda de um nacionalismo, português ou espanhol, e muito menos ibérico. A fidelidade do povo dirige-se, em primeiro lugar, para o monarca ou dinastia e esta dinâmica que, entre os reinos cristãos ibéricos, vinha gerando movimentos, ora de secessão, ora unificadores, está associada unicamente a um processo de afirmação ou fortalecimento de linhagens. Se é um facto, como sublinha José António Rocamora, que existia entre a elite culta uma consciência de pertença a Espanha, sendo inegável uma “ampla interconexão cultural” – que tem como símbolos o galaico-português e o castelhano como línguas cultas, respectivamente, na Idade Média e no Renascimento – a verdade é que “este termo não passava de uma referência geográfica, que não exigia nenhum tipo de unidade política”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Rocamora, José António, “Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (122), 1993 (3º), p.632.

As regras do jogo alteram-se a partir da segunda metade do século XVII, com a ruptura de 1640. Portugal e Espanha seguem, a partir de então, rumos diferentes em matéria de política internacional, colocando-se na órbita de potências emergentes, como Inglaterra ou França, e bebendo aí as suas referências culturais, ao mesmo tempo que ignoravam o que se ia passando dentro das fronteiras vizinhas. É um período que se demora por todo o século XVIII e que se caracteriza por um profundo afastamento, quer político, quer cultural, e por um relacionamento frequentemente difícil, reflexo também da própria rivalidade franco-britânica.

Já no século XIX, vários factores, de ordem interna e externa, concorrem para que a alternativa ibérica vá ganhando adeptos de cada um dos lados da fronteira, alcançando vários sectores ideológicos. O iberismo, entendido como a pretensão de união política entre Portugal e Espanha, é um fenómeno que, ideologicamente, vai beber à fonte do liberalismo, e, historicamente, ao momento em que os velhos impérios começam a desagregar-se, com a perda do Brasil e da grande maioria das possessões espanholas no continente americano. A alternativa ibérica, continua Rocamora, constitui um “claro exemplo” do nacionalismo liberal, que defendeu, numa primeira fase, o chamado “princípio do limiar”, segundo o qual os pequenos Estados não tinham viabilidade política por não possuírem condições para promover o progresso ou a cultura<sup>2</sup>. A segunda metade do século XIX, mais concretamente o ano de 1870, marcaria o culminar de todo um movimento de unificações políticas, claramente de inspiração liberal – procurava-se fazer coincidir o Estado-nação com as fronteiras naturais – de que foram exemplos a Itália e a Alemanha, pelo que a unificação da Península Ibérica seria, segundo os seus partidários, um projecto que se enquadrava perfeitamente na conjuntura internacional da época.

Por outro lado, a própria situação política espanhola instaurada na sequência da revolução de 1868, que derrubou o Governo de Isabel II, deu origem a várias tomadas de posição a favor da União Ibérica, entre os que defendiam a solução republicana federativa e os que lutavam por uma monarquia constitucional ibérica. D. Fernando II, segundo marido de D. Maria II, e rei viúvo de Portugal, chegou a ser proposto como candidato ao trono de Espanha, hipótese que, para os progressistas, como observa

---

<sup>2</sup> Rocamora, José António, art. cit., pp. 635-636.

Manuela Mascarenhas, se afigurava como “uma maneira de consolidar a monarquia constitucional em Espanha” e de ver assegurado o sistema liberal<sup>3</sup>.

No plano interno, a situação de crise gerada pela perda das colónias e, no caso português, a excessiva ingerência britânica nos assuntos políticos e económicos, levam a que uma minoria de homens, muitos deles inseridos no aparelho político de ambos os Estados ibéricos, passe a encarar a União Ibérica como único garante do progresso económico, da independência política e do prestígio internacional tão humilhanamente beliscados nos últimos tempos. Para os partidários iberistas lusos, sublinha Rocamora, a Espanha “companheira de desgraças durante as guerras napoleónicas e as secessões americanas, aparecia-lhes como um país culturalmente afim e susceptível de formar, com Portugal, um poderoso Estado na Europa, que, para mais, seria a segunda potência colonial a nível mundial”<sup>4</sup>.

A questão ibérica, gerada pela concurso de todos os factores que acabámos de enumerar, coloca-se com especial pertinência ao longo das duas décadas que vão de 1850 a 1870. É durante este período que se definem as duas principais correntes de pensamento em torno do projecto iberista, ambas de inspiração liberal, ou seja, coincidentes quanto à necessidade de um beneplácito popular para viabilizar a união, que teria necessariamente de ser pacífica e fraternal.

A corrente monárquica, que teve como grandes prosélitos Sinabaldo de Más, autor de *Iberia* (1852), e Latino Coelho, seu tradutor em Portugal, defendia a unificação das coroas ibéricas e a criação de uma única estrutura monárquico-parlamentar no seio do território ibérico. Desde logo, adviriam daí vantagens económicas, já que, uma vez centralizado o poder decisório e abolidas as barreiras alfandegárias, estariam garantidas as condições para o funcionamento do livre-cambismo, política económica tida como verdadeiramente progressista. Sem compartimentações políticas, poder-se-ia tirar o máximo partido da realidade geográfica ibérica, “ganhando em importância Porto e Lisboa, o Douro e o Tejo, como vias de escoamento das riquezas de Madrid e de todo o interior da Península”<sup>5</sup>. Pelo lado espanhol, ficaria resolvido o problema da passagem de Gibraltar para comunicar com as colónias. Dimensionando o desenvolvimento à escala do todo peninsular, Latino Coelho, membro do Partido Regenerador, preconizava um conjunto de instrumentos económicos – união aduaneira, utilização de uma só

---

<sup>3</sup> Mascarenhas, Manuela, “A Questão Ibérica: 1850-1870”, in separata da revista *Bracara Augusta*, tomo XXXIV- fasc.78 (90), Julho-Dezembro de 1980, Braga, p.44.

<sup>4</sup> Rocamora, José António, art. cit., p.636.

<sup>5</sup> Mascarenhas, Manuela, art. cit., p.8.

moeda, um só sistema métrico, uma só legislação comercial, uma só tarifa ou pauta comum – imprescindíveis a uma desejada comunhão económica que, em última instância e de forma natural, desembocaria numa união política.

A solução unitária advogava igualmente – no que seria o seu principal calcanhar de Aquiles – o desaparecimento das nacionalidades portuguesa e espanhola e a sua síntese numa nova realidade nacional, a Ibéria, capaz de se afirmar, à conta de um progresso comum alcançado, no concerto das nações europeias mais desenvolvidas, recuperando a dignidade nacional e o prestígio internacional perdidos.

Fortemente inspirada nas teses de Proudhon, a corrente republicana defendia, por seu turno, a integração de Portugal numa federação de Estados da Península Ibérica, sem prejuízo da soberania nacional. Espanha desagregar-se-ia em várias entidades menores, outrora unificadas sob o poder centralista de Castela, e Portugal manter-se-ia enquanto Estado independente que era. Contrariamente à união monárquica, no seio da qual as partes constituintes se submetiam a uma entidade supranacional, perdendo independência política, a tese federativa propunha a constituição de um Governo que não seria mais do que uma entidade operacional criada pelos Estados para execução conjunta dos procedimentos necessários ao progresso comum. As atribuições federais não poderiam exceder a autoridade de cada um dos Estados, pelo que Portugal, neste contexto, conseguia, a um tempo, preservar a sua identidade e soberania e participar no prestígio internacional de uma Federação Ibérica forte.

Além de patrióticos, os federalistas, por oposição aos partidários da união, apresentavam-se também como progressistas, na medida em que, respeitando os ideais do liberalismo, ao garantir a livre iniciativa de cada cidadão, deste modo livre do poder esmagador de uma autoridade central, conjugavam-nos com a óptica comtiana da totalidade social, enquadrando o indivíduo numa lógica de associação e cooperação, enquanto órgão especializado de um corpo mais vasto. Félix Henriques Nogueira, republicano federalista português, resumia nesta declaração as virtudes da federação:

“Nós queremos a federação, mas repelimos a fusão. Aquela conserva todos os benefícios da independência, e traz os mais que lhe são próprios. Esta obriga cada povo a perder a sua individualidade, e mui raro compensa este prejuízo. A federação, liga de povos, para se protegerem mutuamente, conservando todavia um governo seu, é sempre um contrato nobre, equitativo, vantajoso. A fusão, entrega de um povo a outro povo, sem condições, sem garantias,



sem liberdade de negociar de igual para igual, é por via de regra um acto degradante, pouco honroso para quem o promove e para quem o aceita”<sup>6</sup>.

Divergentes quanto à forma política que deveria assumir a Ibéria – união de coroas ou federação republicana de estados autónomos – ambas as correntes concordavam na generalidade quanto às vantagens materiais que daí adviriam. Lisboa e Porto surgiram como as principais vias de escoamento dos produtos peninsulares, enquanto que a ligação do Atlântico ao Mediterrâneo facilitaria o escoamento das mercadorias do Levante para Inglaterra, Báltico e colónias. Pensava-se igualmente na criação de um caminho de ferro que ligaria a capital portuguesa a França, via Madrid, com ligação a Barcelona. Segundo o espanhol Xisto Câmara, prosélito mais radical que defendia, sem ambiguidades, a necessidade de uma revolução republicana para implementar a Federação Ibérica, Portugal não se desenvolvia economicamente porque não dispunha do estímulo de um grande mercado, como o que passaria a ter em todo o território peninsular e nas colónias espanholas, sem entraves alfandegários e com a ajuda de comunicações mais rápidas. O autor defendia, em última instância, uma espécie de aliança fraternal assente nas mais variadas formas de intercâmbio – das uniões aduaneiras ao intercâmbio técnico, científico e artístico, passando pelas ligações ferroviárias ou pela concessão de direitos civis e políticos indistintamente a portugueses e espanhóis – acção a que dava o nome de “iberizar”<sup>7</sup>.

Circunscrito a um restrito círculo intelectual, e sem nunca ter alcançado uma forte base de aceitação por parte da opinião pública portuguesa, de onde, aliás, emergiram veementes reacções nacionalistas – a imprensa liberal empenhou-se na defesa dos valores nacionais e chegaram a ser criadas publicações com o único propósito de refutar as teses ibéricas – sobretudo na sequência da revolução de 1868 em Espanha e das propostas ibéricas que se lhe seguiram, o projecto esmoreceu a partir de 1870. Mas outros factores, sustenta José António Rocamora, podem ser encontrados na origem deste fracasso. Entre eles estão a inamovível fidelidade das massas populares às dinastias ibéricas, estabilizadas desde há vários séculos; uma atitude indecisa e pouca empenhada – fomentada, no caso português, pela generalizada recusa hispanófoba – por parte de reis e governantes, assente, muitas vezes, na convicção da inevitabilidade da União Ibérica enquanto produto dos novos tempos; ou ainda as próprias mudanças de

---

<sup>6</sup> Citado em Manuela Mascarenhas, art. cit., p.20.

<sup>7</sup> Ibidem, pp.29-30.

orientação do nacionalismo liberal, que esqueceu o princípio do limiar e passou a favorecer “mais os pequenos Estados culturalmente homogêneos, mesmo que tal levasse a dividir grandes Estados”<sup>8</sup>.

Na derradeira década do século XIX, a Península Ibérica é abalada por duas crises coloniais com contornos semelhantes mas consequências distintas. Em Portugal, os acontecimentos de 1890 com o Ultimatum inglês, que travara os projectos expansionistas do Governo monárquico – a união dos territórios de Angola e Moçambique – feriram o orgulho pátrio, desencadeando na opinião pública um movimento de consciência nacional sem precedentes. Foi, claro, uma humilhação diplomática, com consequências morais, mas nunca o império africano foi posto em causa. Antes pelo contrário: Portugal acorda para as até então esquecidas possessões africanas, procurando consolidá-las nos anos seguintes até à queda do Estado Novo, com o 25 de Abril de 1974. O país ergue-se através de um reforçado espírito nacionalista e de novos ímpetus colonizadores, preparando o terreno para a chegada ao poder da facção republicana, em 1910, que se impõe perante a manifesta incapacidade do regime monárquico em defender os interesses nacionais.

Também Espanha sofre, oito anos mais tarde, as consequências das pretensões imperialistas de outro gigante, os EUA, com a derrota numa efectiva refrega militar, que lhe arranca os últimos resquícios de um império colonial adquirido no século XVI. Perdidos Filipinas, Porto Rico e Cuba, a antiga potência colonizadora ibérica mergulha numa profunda crise moral e social mas, ao contrário do país vizinho, sem significativas consequências políticas. Com os horizontes significativamente mais estreitos, Espanha orienta-se para si mesma, na tentativa de apanhar os cacos e corrigir o sistema político da restauração monárquica, marcado pela alternância, sem novidades, dos dois partidos dinásticos, e pela corrupção e farsa eleitoral. Enquanto se fala em regeneração, na moralização do sufrágio, no investimento em educação, indústria e ciência – as lições que intelectuais e políticos retiram do desastre de 1898 – o regime vai sobrevivendo por mais três décadas e com poucas concretizações. Comprometida com Espanha, ainda que pessimista quanto à capacidade política dos seus governantes, uma geração de escritores datada de “98” toma em mãos o luto da nação, ao mesmo tempo que tenta ressuscitar os heróis e mitos literários, capazes de representar o caminho a seguir pela Espanha morna e apática de então.

---

<sup>8</sup> Rocamora, José António, art. cit., pp. 640-652.

Posto isto, em Portugal, o nacionalismo iberista, que havia inflamado homens como Félix Henriques Nogueira, irá gradualmente cedendo lugar a um “nacionalismo exclusivamente portuguesista”<sup>9</sup>. O termo iberismo passa, deste modo, a ter-lhe associada uma forte conotação anti-patriótica, reforçada pelas pretensões anexionistas que Espanha, na sequência da implantação da República Portuguesa, em 1910, não consegue e, em muitos casos, não está interessada em dissimular. Para alguma opinião pública portuguesa, o facto de a monarquia espanhola ter apoiado, embora de forma ambígua e mais ou menos velada, os partidários da restauração que, exilados na Galiza e sob o comando de Paiva Couceiro, haviam tentado duas incursões para tentar o derrube do novo regime, revelava mais do um simples temor pelo “contágio” dos ideais republicanos. Perdidos os restos do império colonial americano, com o desastre de 1898, e vendo frustradas as suas pretensões expansionistas sobre Marrocos, o país vizinho estaria, na verdade, interessado em fragilizar, no que estivesse ao seu alcance, o jovem regime português com o intuito de justificar uma intervenção armada que restaurasse a União Ibérica.

O “perigo espanhol” estava aí de novo e seria convenientemente usado pelos republicanos para ferir a causa dos que pretendiam a restauração monárquica. Estes respondiam na mesma moeda, como descreve Hipólito de la Torre:

“Mientras los republicanos podían atribuir a los monárquicos la frase de ‘antes Alfonso XIII que Alfonso Costa’, éstos acusarían a aquéllos de haber implantado en Portugal un estado de anarquía, del que acabaría sacando partido España, y se complacían en recordarles que entre los principios programáticos de su ideario había figurado un antipatriótico proyecto de federación peninsular”<sup>10</sup>.

Mas os temores dos patrióticos lusos, à margem da componente puramente propagandística, encontravam fundamentos reais nos sonhos iberistas do monarca espanhol. Ao longo dos primeiros meses da república, Afonso XIII chegou a considerar seriamente a possibilidade de intervir militarmente em Portugal, travando deste modo as previsíveis repercussões da revolução portuguesa sobre a situação política interna espanhola e, criando, por acréscimo, uma oportunidade de ouro para pôr em prática o muito sonhado projecto ibérico.

---

<sup>9</sup> Torre, Hipólito de la, *Antagonismo y fractura peninsular: España - Portugal 1910-1919*, Espasa-Calpe, Madrid, 1983, p. 174.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 175.

O deflagrar da I Guerra Mundial, que dividiu o solo ibérico entre um Portugal intervencionista e ansioso por marcar posição no panorama internacional, colocando-se ao lado dos Aliados mas com autonomia face aos ingleses e a salvo das ameaças espanholas, e uma Espanha oficialmente “neutra”, embora fortemente inclinada para o flanco alemão, alimenta de novo os apetites iberistas. Portugal está claramente fora desse barco, como demonstra o pensamento de João Chagas, que justifica a intervenção portuguesa no conflito como demonstração, no concerto das nações europeias, da “superioridade moral” portuguesa face a uma Espanha “retrógrada y reaccionária”, encarando-a como “un nuevo Aljubarrota, en que España no entra sino como sombra, pero en que de nuevo resultará vencida y ahora definitivamente”<sup>11</sup>. A Espanha, onde ganha peso uma campanha germanófila de forte pendor iberista – muito acesa entre 1914 e 1915 – embora nunca corroborada pelo Governo apesar das tentadoras ofertas da Alemanha (Espanha recuaria na sua posição neutral, colocando-se do lado alemão e, em troca, teria o caminho livre para proceder como quisesse em relação a Portugal e Gibraltar) sobram razões para perspectivar o conflito bélico como oportunidade de concretizar o objectivo português. Derrotada, a Inglaterra, sustentáculo secular da independência portuguesa, deixaria de constituir um entrave ao projecto latente de uma homogeneização peninsular e Espanha, que olhava atenta para a fragilidade política interna do país vizinho – a ditadura de Pimenta de Castro e a subsequente revolução democrática eram bem a prova da incapacidade do novo regime – colocava-se como a legítima “herdeira” de um Estado que, mais tarde ou mais cedo, sucumbiria. A propósito da chegada ao poder de Pimenta de Castro, dizia o *La Tribuna* (1915) que “aprovechando el estado anárquico que reina en Portugal, creemos nosotros que ha llegado el momento más oportuno para solucionar la tan deseada Unión Ibérica (...). Un estado hispano-portugués bajo la dirección española seria bastante grande para que tanto Francia como Inglaterra no pudieran seguir su influencia perniciosa de ahora sobre ambos países”<sup>12</sup>.

Também para Espanha, a guerra e a nova ordem geopolítica que se lhe seguiria eram encaradas como oportunidades para o recuperar de uma forte posição internacional, assente em três pilares: domínio sobre o estreito de Gibraltar, União Ibérica e confederação “tácita” com as ex-colónias americanas. Em suma, aquilo que

---

<sup>11</sup> Citado em Hipólito de la Torre, op. cit., p.256.

<sup>12</sup> Ibidem, p.304.

Hipólito de la Torre designa por “política mediterránea con proyección atlántica”<sup>13</sup>. Porém, se a questão era mais ou menos pacífica no que concerne ao primeiro e ao último objectivos internacionais, o mesmo não sucede em relação ao projecto português, em torno do qual se levantam duas soluções, intimamente ligadas às opções aliadófilas ou germanófilas dos seus adeptos. A moderada nunca porá em causa a soberania de Portugal mas defende uma convergência económica e política e uma mesma orientação internacional ibérica, enquanto que a radical, não se contentando com uma mera harmonia peninsular, considera que o caminho a seguir não pode ser outro senão o da fusão política dos dois países ibéricos.

Com a revolução de 14 de Maio de 1915, que destitui Pimenta de Castro e coloca no poder os democratas, dando prosseguimento à política intervencionista entretanto interrompida, a questão do perigo espanhol conhece algum esbatimento, o que coincide com o retrocesso do iberismo germanófilo do lado de lá da fronteira, onde se impõe uma corrente de defesa do iberismo ao “modo liberal”, desta vez acarinhada pelo Governo. O projecto, delineado por Joaquín Sánchez Toca e apresentado por este ao representante de Portugal em Madrid, consistia numa aliança peninsular, sem prejuízo das soberanias nacionais e com duas dimensões muito claras: a militar-defensiva e a económica. A aliança, que tinha o assentimento de Inglaterra, deveria concretizar-se ainda antes do fim da guerra, de modo a que, no período das negociações em tempo de paz, as duas nações da Península se encontrassem já em condições de prestígio e de importância internacionais para fazer valer os seus interesses no novo contexto geopolítico. Mas apesar de uma, pelo menos aparente, genuína vontade de chegar a resultados práticos, a referida aliança não chega a concretizar-se. Por um lado, porque Afonso Costa, chefe do Governo português de então e figura emblemática do intervencionismo anti-britânico e anti-espanhol, não podia concordar com um projecto desta natureza; por outro, porque, em Março de 1916, Portugal acabará por concretizar a sua participação na guerra. De qualquer modo, este episódio marcará uma nova fase das relações peninsulares que, não obstante alguns altos e baixos gerados pela conjuntura política em cada um dos países e pelas posições divergentes, de apoio ao Aliados ou à Alemanha, se manterá até ao final do conflito europeu, altura em que volta a reforçar-se uma atitude anti-espanhola.

---

<sup>13</sup> Torre, Hipólito de la, op.cit., p.326.

Portugal havia partido para a guerra, não com propósitos de engrandecimento territorial, mas de manutenção da soberania sobre o seu património nacional, tanto continental como ultramarino. Tal haveria de granjear-lhe o respeito das restantes nações europeias e um prestígio internacional que lhe permitiria libertar-se da submissão humilhante a Inglaterra e enfrentar de cabeça erguida as pretensões anexionistas da vizinha Espanha. Porém, nenhum dos objectivos foi atingido. Na Conferência de Paz, Portugal, que havia lutado por afirmar-se como um aliado dos Aliados e não só de Inglaterra, acabará por surgir à sombra de Londres e sem garantias quanto às suas possessões ultramarinas, que, embora a salvo do expansionismo germânico, eram agora cobiçadas, concretamente por Moçambique e pela vizinha África do Sul (União Sul Africana). Outra das pretensões frustradas foi a de “superioridade moral” face a Espanha, cujo Governo, lutando contra uma forte corrente de opinião germanófila e resistindo contra as pressões das instâncias oficiais alemãs, nunca fora demovido da sua posição neutral. Gozava agora de uma imagem de surpreendente prestígio entre os vencedores, tendo inclusivamente sido convidada para integrar a equipa fundadora da Sociedades das Nações. Portugal não se conforma com a injustiça, como bem demonstra o pensamento de João Chagas, logo após a assinatura do armistício: “Cuando Portugal entró en la guerra, pensé que este hecho iba a darnos una como hegemonía moral en la Península (...). Al final, incluso esta esperanza falló y la España neutra, la España reaccionaria, la España germanófila está gozando beneficios morales que nuestra solidaridad no nos dio”<sup>14</sup>.

Amenizados os estragos morais da primeira grande guerra, segue-se, com Primo de Rivera no poder, uma década de relações cordiais e alguma colaboração económica entre os dois países ibéricos, sem que se observem atitudes defensivas nem pretensões anexionistas. Mas o bom entendimento peninsular não resistirá muito mais, bastando para este volte-face a instauração da II República em Espanha, em 1931, mudança política que coloca de pé atrás o Governo português, que temia a vitória das esquerdas e dos seus sonhos iberistas. “Pensou-se, então, na possibilidade de guerra com Espanha”, afirma António Pedro Vicente, enumerando todo um conjunto de esforços preventivos levados a cabo pelo emergente Estado Novo – da reorganização das forças armadas à

---

<sup>14</sup> Citado em Hipólito de la Torre, op. cit., p.371.

criação ou consolidação de vários instrumentos repressivos, como a polícia, a censura, a legião portuguesa e a própria legislação.<sup>15</sup>

Meses antes do arranque da Guerra Civil em Espanha, em 1936, Salazar vê concretizarem-se os seus temores com a vitória da Frente Popular, uma coligação de partidos republicanos, socialistas e comunistas, que sustentará o Governo de Manuel Azaña. Pelo que, zelando pela independência de Portugal e pela sobrevivência do seu próprio regime, decide cortar relações com o Governo de Madrid, em Outubro de 1936, não cedendo às pressões de França e Inglaterra no sentido de subscrever o Acordo de Não-Intervenção na Guerra Civil.

As relações diplomáticas apenas serão reatadas após a vitória franquista, com o reconhecimento formal do governo insurreccional, em Abril de 1938, e pouco tempo antes do deflagrar da II Guerra Mundial, em que Portugal assume uma posição neutral, evitando, na óptica das forças aliadas, que Espanha pendesse para o flanco alemão. Mais tarde, os países ibéricos negociam o Tratado de Amizade – ratificado em 1949 e que perdurará até ao fim dos dias dos dois regimes ditatoriais – cujo teor, no entender de António Pedro Vicente, era o de “um pacto defensivo entre Portugal e Espanha, sujeito ao compromisso de ambos não apoiarem qualquer agressão a um deles, por parte de terceiros, nem permitir que o seu território servisse de base para essa agressão”<sup>16</sup>. Nada mais além disso.

As duas décadas que se seguem ao final da II Guerra Mundial colocam as nações peninsulares em posições desencontradas no cenário da nova ordem mundial. Numa primeira fase, por conta das atrocidades cometidas na Guerra Civil e do apoio concedido à Alemanha nazi, Espanha tinha o mundo contra si. Portugal, pelo contrário, apesar da vigência de um regime afim e da protecção dada ao regime de Franco no pós-guerra, goza do prestígio de ter contribuído para a luta anti-comunista, o que lhe garante o lugar de membro fundador da NATO. A partir da década de 60, as posições invertem-se. Espanha avança com a descolonização de Marrocos e com a autonomia do seu território na Guiné Equatorial, ao mesmo tempo que abre as portas ao turismo e ao comércio mundial, registando um desenvolvimento económico considerável. Do outro lado da fronteira, ao mesmo tempo que se sofre as consequências económicas da política do “orgulhosamente sós”, o país vê-se a braços com a guerra em África, não cedendo,

---

<sup>15</sup> Vicente, António Pedro, *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Tribuna da História, Lisboa, 2003, p.219.

<sup>16</sup> Ibidem, p.221.



contra a corrente seguida pelas velhas metrópoles europeias, às pretensões autonomistas das suas colónias. Espanha obtém um lugar no Conselho de Segurança da ONU, enquanto que Portugal, agora isolado, é alvo de uma moção de censura na Assembleia Geral da organização.

No que toca ao relacionamento peninsular, à medida que se queimam etapas até ao 25 de Abril de 1974, os laços vão-se estreitando, desde logo, em plena “Primavera Marcelista”, com a assinatura de um convénio cultural e a renovação do Pacto Ibérico de 1949. No entanto, só é possível falar de uma clima de verdadeiro respeito mútuo, não já ensombrado por ambições políticas iberistas, depois da morte de Franco e da subsequente transição democrática, o que vem colocar os dois países, finalmente, em sintonia. A partir daí, conclui António Pedro Vicente, “vai tentar impor-se um iberismo cultural pelo qual muitos lutaram, derrubando entraves psicológicos artificiais, imaginários sociais que, por muitos séculos, deram vigor às ‘costas voltadas’”<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Vicente, António Pedro, op. cit., p.224.



## 1.2. A VIA CULTURAL

A par das soluções políticas que, como tivemos oportunidade de observar, redundaram sempre no aprofundar das diferenças, preconceitos e medos, favorecendo a ruptura, desenvolveram-se outras interpretações da União Ibérica que privilegiavam os factores de tipo cultural e defendiam o conhecimento mútuo tendente a um saudável intercâmbio intelectual. Tais projectos, que, contrariamente à ideia amplamente divulgada, atraíram quase sempre mais adeptos do lado espanhol do que do português, desenvolvem-se a partir da segunda metade do século XIX e prolongam-se por todo o século XX, sendo despoletados, não por movimentos organizados de opinião mas, a título individual, por intelectuais que, muitas vezes fortuitamente, se deparam com o país vizinho e decidem conhecê-lo e divulgá-lo.

Entre os baluartes da lusofilia espanhola, não há como contornar nomes como os de Emilia Pardo Bazán, escritora e jornalista que dirigiu *La Revista de Galicia* (1880), onde frequentemente eram publicadas crónicas sobre a actividade cultural portuguesa; Ramón María de Valle Inclán, tradutor e grande divulgador de Eça Queiroz em Espanha; Leopoldo Alas (Clarín), que escreveu em *El Porvenir* (1882-1885) sobre vários escritores lusos; ou ainda Miguel de Unamuno – “el gran patriarca del iberismo”<sup>18</sup>, segundo Eloísa Alvarez – em cuja prolífica obra a temática portuguesa alcança um lugar de destaque.

Começando pelo autor de *La Pipa de Kif*, que não chegou a estruturar qualquer teoria sobre o iberismo, sabemos que deixou registadas várias opiniões sobre o tema, sobretudo em entrevistas, defendendo inclusivamente o projecto de uma federação ibérica e a divisão da península em quatro zonas – coincidente com a distribuição administrativa romana – cujas capitais seriam Bilbao, Sevilha, Barcelona e Lisboa. Segundo Valle Inclán, estas quatro regiões “históricamente racionales” veriam garantida a sua autonomia, enquanto a Madrid caberia o papel de “centro federal”. Portugal unir-se-ia ao seu território “natural” na Galiza, fortalecendo economicamente a federação à

---

<sup>18</sup> Alvarez, Eloísa, “Iberismo, hispanismo y hispanofilia en Portugal en la última década”, in *Revista de História das Ideias*, vol.18, Coimbra, 1996, p.373.

conta do seu império colonial. Espanha, por seu turno, criaria finalmente condições para “restaurar su influencia moral en America”<sup>19</sup>.

Leopoldo Alas<sup>20</sup>, por seu turno, coloca a comunicação intelectual, sobretudo através da literatura, acima de qualquer solução de aproximação ibérica que implicasse acordos políticos e o recurso à acção dos governos. O autor, que analisou o panorama literário português no diário *El Porvenir*, debruçando-se sobre nomes como Joaquim Araújo, Antero de Quental ou Guerra Junqueiro, expôs um programa de aproximação cultural entre Portugal e Espanha, com um enfoque especial no conhecimento linguístico, cuja concretização passaria por várias medidas. Entre elas encontram-se a criação de uma revista bilingue, que fomentaria a projecção mútua das línguas, autores e obras literárias ibéricas; a concessão de espaços, nos jornais de ambos os lados da fronteira, para artigos informativos ou estudos dedicados à literatura vizinha; e ainda a fundação de uma Liga Literária Hispano-Portuguesa. Em última instância, Clarín encara Portugal, Espanha e os países americanos a eles ligados historicamente como “una sola nación intercontinental”<sup>21</sup>.

À semelhança de Clarín, Miguel de Unamuno<sup>22</sup> privilegiava também o aprofundamento dos laços culturais entre os dois países ibéricos, que deveriam conhecer-se o mais possível, nem que fosse para que pudessem divergir. Para o reitor da Universidade de Salamanca, autor de *Por tierras de Portugal y de España*, onde reflecte sobre vários aspectos do país vizinho – da literatura à política, passando pelos meros apontamentos de paisagem ou pela abordagem psicológica – era escandalosa, para além de paradoxal, a barreira de indiferença que separava Portugal e Espanha, como denota um desses registos: “Aqui, em Espanha, não é a literatura portuguesa tão conhecida e apreciada como deveria ser, mesmo sendo as duas línguas tão afins que quase sem grande esforço podemos ler o português.(...) Mas, mesmo sendo os dois países vizinhos isolados os dois, de certo modo, do resto da Europa, não sei que absurdo destino nos tem mantido separados no aspecto espiritual”. Mais à frente, o autor atreve-se a avançar com uma possível explicação, baseada nos traços de personalidade com que define ambos os povos – por um lado, a “petulante soberba espanhola”, por outro, a

---

<sup>19</sup> Molina, César António, *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, Edições Akal, Madrid, 1990, p.20.

<sup>20</sup> Sobre o autor ver “O naturalismo na Península Ibérica. Eça de Queiroz e Leopoldo Alas ‘Clarín’” (Universidade de Coimbra, 2004), dissertação de doutoramento de António Apolinário Lourenço.

<sup>21</sup> Molina, César António, op. cit., p.23.

<sup>22</sup> Sobre o autor ver *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1985), de Ángel Marcos de Dios, e *Unamuno y Portugal* (Gredos, Madrid, 1971, 2ªed.), de Júlio García Morejón.

“susplicácia cheia de susceptibilidades dos portugueses” –, descrevendo o que mais parece uma brincadeira de crianças: “Aqui desdenha-se Portugal e tomam-no como alvo de chacotas e troças, sem o conhecer, e em Portugal até há quem imagine que aqui se sonha conquistá-los”<sup>23</sup>.

O iberismo de Unamuno, que segue uma linha comum ao da intelectualidade da sua época, insiste muito na questão do conhecimento de ambos os idiomas, como via também, nota César António Molina, para “la unidade definitiva entre la América de una y outra área lingüística românica”, considerando imprescindível o investimento no trato pessoal. E, neste aspecto, ele próprio deu o exemplo, mantendo várias amizades com intelectuais portugueses, como Manuel de Laranjeira, o médico que inspirou a crónica “Um povo suicida”, ou Teixeira de Pascoaes, cuja obra leu, analisou e ajudou a divulgar. É, aliás, numa das muitas cartas enviadas ao teórico do saudosismo que podemos encontrar patente o muito empenho que Miguel de Unamuno punha na aproximação espiritual dos povos ibéricos: “Es una obra de amor y cultura hacer que Portugal y España se conozcan mutuamente. Porque el conocerse es amarse. El conocimiento engendra amor y el amor conocimiento”<sup>24</sup>. Para tal, defendia a criação de meios de cooperação cultural e a urgência de difusão das ideias iberistas, nomeadamente através de uma revista que se chamaria *Iberia* e que, preferencialmente, deveria editar-se em castelhano, catalão e português.

Admirador e amigo de Unamuno, Teixeira de Pascoaes<sup>25</sup> foi um dos poetas portugueses que melhor personificou o projecto de iberismo cultural. Presença assídua na imprensa literária espanhola e, inclusivamente, encarado como mestre por muitos dos ideólogos políticos e culturais do nacionalismo galego, Pascoaes proferiu também conferências no país vizinho, nomeadamente na famosa Residência de Estudantes de Madrid e na Catalunha, a convite de Eugenio D’Ors. Porém, no plano teórico, em textos como “Saudade y Quijotismo” (publicado no jornal catalão *La Vanguardia*) e “A Alma Ibérica” (que se destinava a servir de prólogo ao *Epistolário Ibérico – Cartas de Pascoaes e Unamuno*), o autor nunca chega a defender soluções concretas para um maior conhecimento e intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha. Fica-se por um discurso abstracto sobre a irmandade espiritual ibérica e a sua força criadora, referindo-

---

<sup>23</sup> Unamuno, Miguel de, *Por terras de Portugal e da Espanha*, trad. port. de José Bento, Assírio & Alvim, Lisboa, 1989, pp. 8-9.

<sup>24</sup> Unamuno, Miguel de, e Teixeira de Pascoaes, *Epistolário Ibérico*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1986, p.69.

<sup>25</sup> Sobre o autor ver “Teixeira de Pascoaes e o projecto cultural da ‘Renascença Portuguesa’” (Instituto Politécnico de Bragança), tese de Lurdes Cameirão.

se à Península como um dos extremos vitais do mundo – à Grécia, berço do sol, sucederia a Ibéria, seu sepulcro, no processo evolutivo do sentimento humano – cujo destino transcendental seria o de comandar uma nova civilização. Só a alma ibérica, feita de “elegia saudosa” e de “drama quixotesco”, dizia em “Saudade y Quijotismo”, poderia conduzir de novo o mundo, como no passado, e não a Europa da ciência, do comércio e da indústria, onde, em vez do espírito, se cultiva a acção e a razão, sem nunca se chegar ao “conhecimento remoto ou íntimo das coisas”<sup>26</sup>.

Por sua vez, em “A Alma Ibérica” o autor de *Marânus* define a Ibéria, espaço geográfico e cultural, fazendo uso do paralelismo com o corpo humano, cujas partes correspondem a territórios da Península. “A Ibéria é um Espectro, mas encarnado num verdadeiro corpo humano. Castela é o osso; o núcleo galaico-minhoto, a carne; e o músculo é o núcleo catalão-asturiano. O sul é já Moirama. Já ou ainda? Será o norte de África a continuação da Ibéria, que mergulha nas trevas até deitar a cabeça de fora, no Cabo das Tormentas?”<sup>27</sup>. Quanto à alma ibérica, que tão bem se distingue das restantes europeias, como a francesa, a inglesa, a germânica, a italiana ou a russa, o poeta encontra-lhe dois relevos e duas formas de ser inseparáveis, que os mitos da literatura peninsular tão bem souberam interpretar. O “alto” que corresponde ao “Yo” e é “individualista”, e o “baixo”, que é o “Eu” português “colectivista”: “Temos o Yo em Cervantes, Santa Teresa, e temos o Eu em Camões e Soror Mariana. O Yo e o Eu somados dão-nos Cervantes em Soror Mariana e Camões em Santa Teresa e dão até a nossa Freira de Beja em San Juan de la Cruz e a Santa de Ávila em Antero e João de Deus. Dão, enfim, a alma saudosa-quixotesca, a Alma Ibérica”. Deste modo, colocado entre o divino e o humano, o espiritual e o carnal, cada ibero, feito de vários elementos ráticos contrastantes, adquire um carácter “violento e vão, senhor dum mundo, que lhe fugiu das mãos abertas, e na posse imaginária de um céu inatingível, num delírio de grandezas – lume só fumo, ou água só espuma...”<sup>28</sup>, como conclui Pascoaes.

Outro importante iberista espanhol dos finais do século XIX foi Juan Valera, cujo conhecimento sobre Portugal fora suportado pelas temporadas em que residiu no país vizinho, primeiro como secretário da embaixada de Espanha e, mais tarde, na condição de embaixador. Amigo de Oliveira Martins, o autor de *Pepita Jiménez* começou por depositar grandes esperanças num projecto que implicaria a fusão das duas coroas

---

<sup>26</sup> Pascoaes, Teixeira de, *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, org. Pinharanda Gomes, Assírio & Alvim, 1988, pp. 189-191.

<sup>27</sup> Ibidem, p.250.

<sup>28</sup> Ibidem, pp.255-256.

peninsulares, mas não tardou a perceber o carácter utópico dessa união política, face ao arreigado anti-espanholismo português. A via cultural, no sentido do derrube das desconfianças, mantidas e reforçadas durante séculos e consoante as conjunturas, seria para Juan Valera a única passível de concretização, tendo em conta o forte carácter nacionalista de ambas as nações peninsulares e as vicissitudes do percurso de consolidação da independência portuguesa, em que tantas vezes Espanha havia surgido como uma ameaça. Nestas palavras escolhidas por César António Molina encontramos bem patente esse pensamento: “... la fusión inmediata es casi una locura; es, por lo menos, una imprudente audacia; pero pensar en separarnos más de lo que estamos es un extravío del sentimiento patriótico, que redundará en perjuicio de ambos países”<sup>29</sup>.

Igual cepticismo face à hipótese de uma união política entre Portugal e Espanha será demonstrado por Ángel Ganivet, no seu *Idearium*, e por Marcelino Menéndez Pelayo, lusófilo, amigo e correspondente de Juan Valera durante a sua segunda estada portuguesa. O primeiro, que se opõe às uniões forçadas – dá os exemplos de Inglaterra e Irlanda, Áustria e Hungria, Suécia e Noruega – considera ser muito mais sensata uma separação política, no seio da qual sejam encontradas condições para que vingue uma “unidad intelectual y sentimental ibérica”. O fantasma da fusão política, sublinhava, teria que ser enterrado de vez, caso contrário só serviria para aprofundar a tradicional antipatia histórica. O segundo, por seu turno, se estava também consciente do abismo criado no território peninsular na sequência da Restauração de 1640 e dificilmente ultrapassável do ponto de vista político, encarava como dado adquirido uma cumplicidade histórica no plano cultural, que deveria ser reavivada e desenvolvida, nomeadamente através do conhecimento linguístico, como defendiam Leopoldo Alas e Unamuno. Nos seus *Estudios y discursos de crítica histórica y literaria* chegou a afirmar que “No hay historia de España sin Portugal; no será completa la historia de nuestra literatura que no abrace, como parte integrante, la portuguesa”<sup>30</sup>.

Em consonância com esta linha de pensamento está Oliveira Martins, cuja *História da Civilização Ibérica* (1879), considerada essencial para o entendimento do carácter e evolução dos povos peninsulares – “deveria ser um breviário de todo o espanhol e de todo o português culto”<sup>31</sup>, como disse Unamuno – foi inclusivamente dedicada a Juan Valera. Aí defende o autor, que nunca pôs em causa a soberania dos

---

<sup>29</sup> Citado em César António Molina, op. cit., p.54.

<sup>30</sup> Ibidem, pp.54-55.

<sup>31</sup> Unamuno, Miguel de, op. cit., p.11.

Estados português e espanhol, uma plataforma de entendimento a nível político e económico, capaz de fazer regressar a civilização ibérica ao papel preponderante que havia alcançado no século XVI, e de, com isso, enfrentar como nunca as nações burguesas que venceram tirando partido da sua decadência de três séculos. O “edifício da novíssima Espanha [no sentido de Península Ibérica] está em via de construção, não está construído”, dizia, preconizando duas importantes medidas. Por um lado, uma aposta forte no desenvolvimento científico e industrial, já que “carecemos de ser tão sábios e tão ricos como os melhores da Europa: não porque aí esteja o fim das nossas ambições, mas porque, sem conseguir primeiro isso, jamais poderemos vê-las realizadas”; por outro, a reconstituição do “organismo social” ibérico, na medida em que “sem ter resolvido as suas questões internas, sem ter conseguido achar uma estabilidade na fortuna, jamais as nações puderam ter uma voz no concerto da humanidade”<sup>32</sup>.

Esta fórmula – governos autónomos mas unidos no pensamento e na acção face à Europa desenvolvida – será, já no século XX, desenvolvida por António Sardinha, mestre do Integralismo Lusitano e autor de *Aliança Peninsular*, que teve uma edição espanhola em 1930. Segundo Sardinha, que recusava o termo iberismo dado o seu carácter ambíguo, ambos os países deveriam procurar na sua essência – “reespanizar-se” – o alento para o retomar, em aliança, da obra civilizadora que tinham encetado em paralelo no século XVI, o chamado “paralelismo de quinhentos”. No “hispanismo” (de Hispânia), que convocava também a contribuição da América ibérica, entre as ex-colónias espanholas e o Brasil, a Península Ibérica sairia fortalecida internacionalmente, sem que nenhum dos países perdesse a sua independência política, “apesar de unidos militar e diplomaticamente para a defesa comum, porque comum, pensando-o bem, é o património que a ambos pertence”<sup>33</sup>.

A caminho da terceira década do século XX, deparamo-nos com dois dos autores ibéricos que mais contribuíram para o estreitamento das relações culturais e para o estabelecimento de uma ponte intelectual entre Portugal e Espanha, ainda que não o tivessem feito em obediência a qualquer projecto iberista pré-determinado. Tanto Ramón Gómez de la Serna como Almada Negreiros, ao encontrarem no país vizinho um local de criação temporário – o que aconteceu, em ambos os casos, por acaso – parecem

---

<sup>32</sup> Martins, Oliveira, *História da Civilização Ibérica*, 12ª edição, Guimarães Editores Lisboa, 1994, pp.312-314.

<sup>33</sup> Citado em António Pedro Vicente, op. cit., pp. 214-216.

ter agido mais por impulsos de ordem pessoal e artística do que por um intento consciente de aproximação peninsular.

Em 1915, o criador das *greguerías* descobre Portugal quando se vê impedido de embarcar rumo a Paris, por causa da guerra mundial. Fica, desde logo, encantado com Lisboa, Estoril e Sintra e a aura de refúgio, tranquilidade, romantismo e exotismo que entrevê no movimento das ruas da capital portuguesa. Destas primeiras impressões dará conta nas várias cartas compiladas em *Pombo*, memórias que depois reciclará em *Automoribundia*. Porém, a verdadeira aventura portuguesa de Ramón só terá lugar anos mais tarde quando, em 1923, se instala no Estoril e começa a construir, à conta de um prémio de lotaria e da sua parte na herança paterna, a sua casa de sonho com vista para o Atlântico, de seu nome El Ventanal. Aí escreve e prepara, nos momentos de solidão, obras como *El novelista*, *Cinelandia*, *Seis falsas novelas* e *La Quinta de Palmyra*, ao mesmo tempo que, a apenas uma hora de comboio de Lisboa, se imiscui nos círculos artísticos e literários nacionais, reproduzindo os seus hábitos sociais de Madrid e estimulando, no que lhe é possível, a convivência entre os criadores de ambos os lados da fronteira. Durante três anos, conhece o movimento da Renascença Portuguesa e a sua revista *A Águia*, dirigida por Teixeira de Pascoaes, bem como a *Atlântida*, de João de Barros; entra em contacto com outros nomes das letras nacionais, como Pessoa, Sá Carneiro e António Ferro, em cuja obra exerce forte influência; abre as portas da *Contemporânea*, dirigida pelo arquitecto seu amigo José Pacheco, a vários poetas espanhóis; torna-se ainda íntimo de Fidelino de Figueiredo e Almada Negreiros, que discursa na homenagem que lhe preparam, em 1925, os amigos portugueses.

Pouco atreito às reflexões sobre a realidade quotidiana e prosaica, Ramón Gómez de la Serna nunca chegará a sistematizar qualquer pensamento a respeito do iberismo, limitando-se a viver e a partilhar com os seus congéneres o fascínio e o encantamento pelo país vizinho, e denunciando, em alguns casos, o desconhecimento mútuo de que muitos antes de si já haviam dado conta. Espanta-se, por exemplo, com a indiferença mútua com que os círculos de jovens literatos ibéricos fazem a sua busca do moderno: “Todo sucede aquí de espaldas a España, que también tiene vuelta la espalda a Portugal. Es difícil orientarse de frente a España. ¡Qué ridiculez! Hay en esta postura mutua algo de ese juego de chiquillos que con un teléfono de dos metros de largura hacen como que se hablan desde lejos volviéndose de espaldas y no mirándose ni sintiéndose cerca

porque artificiosamente se lo proponen”<sup>34</sup>. E discorre sobre a “naturalidade” com que deveriam decorrer as relações ibéricas, pelo menos a julgar pela ausência de barreiras geográficas inibidoras de contactos: “La separación de España con Portugal es más bien una unión tan extensa y tan larga como lo es la Península, en un contacto apasionado y que crea un estrecho parentesco carnal. Todo es contacto natural (...)”<sup>35</sup>.

Será Gómez de la Serna o padrinho de Almada Negreiros, aquando da sua chegada a Madrid, em 1927. Abre-lhe as portas do carismático café Pombo, de que é dinamizador e anfitrião, e envolve-se na exposição que *La Gaceta Literaria*, dirigida por Ernesto Giménez Caballero, promove em torno da obra do poeta-pintor vanguardista português. Considera-o, no fundo, o centro de todo o movimento português de renovação artística e literária e não poupa elogios nos textos que lhe dedica ou em que a ele se refere. Almada retribui-lhe ilustrando a novela *La Hiperestésica*, bem como os contos e as crónicas de *La Esfera e Nuevo Mundo*, citando-o inclusivamente na introdução a *Um Homem de Barbas*, de Manuel de Lima. Durante a estada espanhola, Almada Negreiros colabora ainda, com regularidade, com muitos outros jornais e revistas – *El Sol*, *ABC*, *Revista de Occidente*, *Mundo Gráfico* – e é presença assídua nas tertúlias dos arquitectos de La Granja “El Henar”, resultando daí encomendas como as decorações murais no Colégio Maior da Fundación del Amo e nos cinemas Barceló e San Carlos. Foram anos de descoberta, de criação prolífica e de amadurecimento para o poeta que havia saído de Portugal, desiludido com uma anterior experiência solitária em Paris, mas sobretudo irritado com o atraso do seu país natal, que não havia mudado nada na sua ausência e no qual dizia não ter condições para “cumprir os meus deveres de artista”. Mas Espanha não é um projecto, é um acaso, como confessa ao jornalista e amigo Joaquim Novais Teixeira: “Apesar da minha vinda para cá ter coincido com os ventos de aproximação que então sopravam e ainda sopram, quero fazer constar que vim individualmente. Saí disposto a correr mundo e parei no primeiro ponto que encontrei. Eis tudo”<sup>36</sup>.

Mais tarde, já em 1935, três anos após o regresso da capital espanhola, reflecte no número inaugural da revista *Sudoeste* sobre a dualidade Portugal-Espanha, considerando ser ela, afinal, o segredo da vitalidade da Península Ibérica e da sua cultura. Os dois países, dizia, enquanto opostos e não rivais, são “complementos iguales de un todo”

---

<sup>34</sup> Citado em João Paulo Cotrim, “Almada: A Alma é um Desenho”, in *El Alma de Almada el Impar*, Bedeteca de Lisboa, 2004, p.21.

<sup>35</sup> Citado em César António Molina, op. cit., p.66.

<sup>36</sup> Citado em João Paulo Cotrim, art. cit., p.16.



materializado, no plano geográfico, na Península, e, no plano espiritual, na civilização ibérica, cuja missão residiria, numa primeira fase, na expansão do império colonial português e espanhol. A segunda etapa do trabalho civilizador consistia, concretizava o pintor, na criação da “cultura del entendimiento portugués y la del entendimiento español”<sup>37</sup>.

Fernando Pessoa, cujos modelos literários e as referências culturais foram sobretudo de origem anglo-saxónica, nunca empreenderá qualquer aventura espanhola, mas estabelecerá alguns pontos de contacto com o país vizinho, chegando mesmo a teorizar sobre o iberismo, ainda que num conjunto de textos que julgamos meramente episódico. O primeiro momento de aproximação a Espanha prende-se com a própria estreia literária do poeta dos heterónimos, que consistiu na tradução de alguns textos clássicos da literatura castelhana (*Cantar del mío Cid*, Garcilaso de la Vega, Quevedo) para o projecto de uma Grande Literatura Universal. Mais tarde, em 1915, na sequência do aparecimento da revista *Orpheu*, Fernando Pessoa faz uma tentativa de contacto com Miguel de Unamuno, tido como referência cultural em toda a Península, até para as gerações mais jovens e para os que procuravam o “novo”, mas o reitor de Salamanca remete-se ao silêncio, deliberado ou não. Na missiva que acompanhava o exemplar da revista, o poeta solicitava não só uma apreciação como a própria divulgação da publicação nos meios jornalísticos a que Unamuno estava ligado como colaborador. A carta era também um ataque a *A Águia*, de Pascoaes, e a todos os poetas que, segundo Pessoa, representavam o “velho” em Portugal, o que pode justificar o emudecimento de Unamuno, para além das suas próprias prioridades intelectuais, sempre mais existenciais que estéticas.

A terceira ponte entre Pessoa e Espanha acontece já na década de 20, através dos poetas ultraístas Adriano del Valle, Rogelio Buendía e Isaac del Vando-Villar – os dois primeiros publicaram na *Contemporânea*, pela mão de Ramón Gómez de la Serna – com quem o autor do *Livro do Desassossego* manterá contactos epistolares. Que se saiba, Pessoa apenas publicou poemas seus no jornal andaluz *La Provincia*, de Huelva (1923) e, cinco anos mais tarde, no *Almanaque de las Artes y las Letras para 1928*. Este último chamava-se “Pierrot bêbado” e terá sido seleccionado por Almada Negreiros, a quem coube a responsabilidade de editar o espaço dedicado a Portugal na referida publicação.

---

<sup>37</sup> Citado em César António Molina, op. cit., p.69.

Nos textos a que já nos referimos, escritos por certo num período muito próximo da entrada de Portugal na I Guerra Mundial (Março de 1916) e que levam o título “Da Ibéria e do Iberismo”, Fernando Pessoa expõe a sua ideia de união ibérica, assente politicamente numa confederação e com uma nova feição imperialista, desta vez de ordem cultural e espiritual. Separados, considera o autor, Portugal e Espanha não têm um sentido civilizacional, como o prova a sua acção nas Descobertas, encetada individualmente e, como tal, “inibericamente”. Pessoa lembra os imperialismos alemão, francês e inglês e as respectivas culturas em que assentam, bem definidas e identificáveis, para demonstrar que “nunca houve uma civilização espanhola ou uma civilização portuguesa, ou uma civilização comum a nós dois” e, em suma, que dos nossos imperialismos marítimo, colonial e europeu “não surgiu um imperialismo cultural”.

Como chegar então a uma união e que tipo de união seria essa? Pessoa não tem dúvidas e repete-o para que nenhuma subsista – a confederação é o caminho e o primeiro passo a abolição da monarquia em Espanha, enquanto estrutura política que une “artificialmente” as três “nacionalidades naturais”: Catalunha, Castela e Galiza que, junto a Portugal, formaria o “estado galaico-português”. Numa confederação, prossegue, Castela perderia a sua posição hegemónica e, como tal, de obstáculo ao “desenvolvimento natural” da civilização ibérica, funcionando muito mais proveitosamente como “fiel da balança das duas inclinações marítimas” ibéricas, nomeadamente a mediterrânica, representada pela Catalunha, e a atlântica, pelo “estado natural galaico-português”. Mas se Castela é, internamente, “a nação inimiga da Ibéria” – vincadamente aristocrática, católica e tradicionalista, Castela representa igualmente a negação da tradição árabe, da “tolerância e de livre civilização”, que garante à Península Ibérica uma personalidade própria no contexto europeu – outras há, no plano internacional que, segundo o poeta, se “opõem à unidade espiritual da Ibéria”, como são os casos da França e da Alemanha, ambos “meros transmissores e aperfeiçoadores da criação alheia”, e não verdadeiros criadores como a Itália e a Inglaterra, de que a cultura ibérica é a síntese.

Pessoa não define quais seriam os contornos práticos desta confederação ou desta “aliança ibérica”, como lhe chama mais adiante, mas deixa claro, em contradição com afirmações anteriores, que Portugal e Espanha devem agir separados, no plano nacional, mantendo, entre outras diferenças, a divergência de regimes – “ali a monarquia é necessária (...) aqui a república basta” – e juntos no que respeita às questões

civilizacionais, orientados para um objectivo tripartido assim definido: “Esse fim é a Ibéria, como dona espiritual das Américas Ibéricas (e não latinas), a Ibéria como senhora da África Setentrional, a Ibéria como destruidora do prestígio e predomínio francês”. Finalmente, sugere a pertinência do lançamento de uma revista bilingue, projecto que faria todo o sentido num período de “aproximação mental entre Portugal e Espanha”, países que, conclui, “nenhum conflito de ambições hoje separa, que uma civilização tradicional comum aproxima, e que se encontram mais que nunca ante o problema, comum também, de defender, naquela larga extensão da América, que por ambos foi civilizada e aberta à continuidade do progresso, a tradição civilizacional ibérica contra a incursão disruptiva de conceitos civilizacionais estranhos”<sup>38</sup>.

Como já referimos atrás, é a via cultural do iberismo que tentará impor-se na sequência do processo de democratização dos dois Estados ibéricos. Primeiro a Revolução de Abril e depois a morte de Franco vêm preparar o terreno para a coexistência, no espaço peninsular, de dois regimes políticos afins que aceleram o passo a caminho da entrada no espaço territorial, económico e cultural mais vasto que é a União Europeia. Esbatem-se, porque perdem a sua razão de ser, todas as veleidades políticas iberistas e as consequentes reacções anti-espanholistas, motivadas pelo medo da anexação. Arriscamo-nos a afirmar que todo este ambiente de respeito mútuo terá dado uma maior margem de manobra aos intelectuais portugueses que, já libertos do estigma do anti-patriotismo, ousam aproximar-se da realidade vizinha observando-a com maior imparcialidade e lucidez. Referimo-nos concretamente às duas últimas décadas do século passado e a nomes eminentes como os da poetisa Natália Correia, do ensaísta Eduardo Lourenço e do romancista e Prémio Nobel José Saramago.

Apenas dois anos após a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), Eduardo Lourenço reflecte sobre a crise de identidade portuguesa em *Nós e a Europa ou as duas razões*, o conjunto de textos que lhe rende o Prémio Europeu de Ensaio Charles Veillon. Aí, em face do novo desafio, o professor universitário considera imprescindível que Portugal, desde sempre tão uno do ponto de vista linguístico e cultural e, como tal, tão narcisicamente centrado em si mesmo, ganhe a capacidade de dialogar com o *outro* que, neste caso, se apresenta com duas caras: a própria Europa, cujo desenvolvimento futuro passa a integrar, e a vizinha Espanha, face à qual terá que reposicionar-se. O nosso mal, tal como Lourenço o descreve, encontra-se

---

<sup>38</sup> Pessoa, Fernando, “Da Ibéria e do Iberismo”, in *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política* (org. e int. Joel Serrão), Lisboa, Ática, 1980, pp.159-195.

algures entre a infantilidade, que nos faz, por exemplo, amuar perante a celebração dos feitos de Colombo, tidos como uma espécie de glória roubada ou emprestada, e a esquizofrenia, que nos impede de “aceitar o nosso tamanho natural, ter o sentido das proporções e cumprir dentro da nossa esfera possível o paradoxal destino de nos ajustar a tão desmedida imagem de nós mesmos”.

Os destinos de Portugal e Espanha, prossegue, “foram sempre paralelos ou cruzados, nunca opostos enquanto culturas, pois, como o viu com nitidez Oliveira Martins, fazemos parte de uma única estrutura, criada séculos antes que os povos que constituem a Península se definissem como nação”. Posto isto, e afastado como deve estar o fantasma iberista do século XIX, Portugal deverá assumir o seu próprio papel no espaço europeu, não esperando, no entanto, que venha a granjear “a mesma audiência, a mesma presença ofuscante que a cultura espanhola, até em épocas de decadência política, teve sempre aos olhos e ouvidos da Europa”. Mas, ao invés de reagir com histeria à pujança cultural desta “nova” Espanha dos finais do século XX, urge optar por um caminho de maior sensatez e inteligência, agarrando a ocasião e encarando-a como uma oportunidade “para um diálogo mais sério e mais profundo com a cultura vizinha, como foi o caso outrora”. O melhor que nos pode acontecer, remata Eduardo Lourenço, “é ver nela um estímulo para elevar esse diálogo a uma espécie de ‘habitus’ interpeninsular, como se fôssemos tábuas de um imenso painel, transposição apenas metafórica da primeira imagem universal que em conjunto, outrora, elaborámos”<sup>39</sup>.

Para José Saramago, autor de *Jangada de Pedra*, uma alegoria sobre a Península Ibérica no contexto europeu dos finais do século XX, é também esta a tónica que deve ser dada ao novo relacionamento entre Portugal e Espanha. No prólogo a *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, de César António Molina, o autor, que rumou a Espanha e aí se fixou, por motivos pessoais mas também políticos, descreve-nos a evolução do seu posicionamento face ao país vizinho. Da ideia do “inimigo natural” e do visceral “rancor ao castelhano” – que, por irracional, faz com que o português comum esqueça, por exemplo, os danos provocados pelas invasões francesas ou pela exploração inglesa, ao abrigo da secular aliança – até ao progressivo interesse, genuíno e despojado de preconceitos, pela cultura espanhola, que evoluiu depois para uma nova perspectiva sobre o espaço ibérico no seu todo, onde se inclui também o país natal do escritor. Nesse caminho, em que, como reconhece, não foi

---

<sup>39</sup> Lourenço, Eduardo, “A Espanha e nós” in *Nós e a Europa ou as duas razões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 3ª edição, Lisboa, 1990, pp.79-85.

pioneiro, Saramago chega à evidência “de la posibilidad de una nueva relación que sobrepusiera al diálogo entre Estados, formal y estratégicamente condicionado, un encuentro continuo entre todas las nacionalidades de la Península, basado en la búsqueda de la armonización de los intereses, en el fenómeno de los intercambios culturales, en fin, en la intensificación del conocimiento”.

Mas o iberismo de Saramago vai ainda mais longe, desprendendo-se das fronteiras peninsulares para alcançar as áreas do continente americano onde, apesar de quase dois séculos de autodeterminação e da influência económica do “império” americano, ainda se fala e escreve em português e castelhano. Segundo o autor, que propõe um novo conceito – o transiberismo – é preciso não descurar esses laços, essa outra ponte cultural intercontinental, e isto porque a Península Ibérica “no podrá ser hoy plenamente entendida fuera de su relación histórica y cultural con los pueblos de ultramar”. Tentando com “tanta dificultad” ser europeia, a Península, adverte Saramago, corre o risco de perder, na América Latina, “no el mero espejo donde podrían reflejarse algunos de sus rasgos, sino el rostro plural y propio para cuya formación los pueblos ibéricos llevaron cuanto entonces poseían espiritualmente bueno y malo y que es, ese rostro, así lo creo, la mayor justificación de su lugar en el mundo”<sup>40</sup>.

Por seu turno, no seu ensaio *Somos todos hispanos*, Natália Correia acrescenta mais um elo territorial e espiritual a esta cadeia, propondo uma “comunidade cultural ibero-afro-americana”<sup>41</sup>, através da qual o nosso país veria unidas, em iguais proporções, as três dimensões da sua identidade: a atlântica, tão exaltada durante a expansão marítima e muito depois dela, e as mediterrânica e continental, que nos ligam a Espanha e à casa ibérica. A poetisa usa a literatura, que define enquanto espaço “em que se opera a decantação das essências da cultura”, como suporte para esta reflexão que cruza a objectividade dos factos históricos – desde os povos pré-romanos até às Descobertas, passando pela Idade Média, pelas lutas contra o Infiel e pelas tentativas sucessivamente frustradas de união política entre Portugal e Espanha – e a subjectividade da sua intuição. Nela conclui sobre a existência de uma nação cultural hispana anterior à formação do Estado português, cuja independência, longe de ficar a dever-se a factores linguísticos, geográficos ou antropológicos diferenciadores, considerados isoladamente e com um papel decisivo, terá resultado da vertente

---

<sup>40</sup> Saramago, José, prólogo de *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, ed. cit., pp.5-9.

<sup>41</sup> Correia, Natália, *Somos todos hispanos*, 2ª edição, Editorial Notícias, Lisboa, 2003, p.13.

pluralista da ibericidade, o agente unificador e activador de todas essas condições de partida.

No espaço ibérico, considera Natália Correia, contrapõem-se duas forças: a “Espanha absoluta” e a “Espanha das Espanhas”, à qual se devem as ancestrais pulsões autonomistas que fervilham ainda hoje. Ora Portugal, ainda que tivesse sido o último reino cristão independente a formar-se na Península, acabará por ser aquele em que se “realiza o objectivo da dinâmica da pluralidade ibérica”, tornando-se o “grande intérprete da Espanha das Espanhas”, enquanto as restantes nações não resistem à pressão da Espanha absoluta. A nação portuguesa começa aí, com a independência, e, mesmo assim, algo condicionada pela dinâmica ibérica, nomeadamente numa etapa tão marcante como a expansão marítima, que ainda pode ser perspectivada como “uma empresa defensiva contra Castela”. Sob esse impulso, Portugal alarga horizontes, constrói um percurso histórico e cultural individual e mantém-se à parte da Espanha unitária. “Com a ocupação das terras atlânticas, o avanço das fronteiras territoriais para larguezas oceânicas agia como um fortíssimo fixador da diferenciação histórica de Portugal”, resume a escritora, concluindo que, por isso, o país se furtou a ser “absorvido pelo unitarismo da Espanha Absoluta assumida na política dos Reis Católicos e na empedernida centralização monárquica de Carlos V, que decapitou a liberdade *comunera* das cidades espanholas”<sup>42</sup>.

Seguindo a tese da nação ibérica comum, Natália Correia fornece, depois, ao leitor vários exemplos de como Portugal e Espanha se completam e se procuram ao longo dos séculos, na ânsia de regressar à comunhão inicial. O desfile começa com os pares de amantes ibéricos – “geminadas flores unicaules, flores de lágrimas que molham a erva litigiosa da fronteira”<sup>43</sup> – prossegue com a “irreprimível paridade histórica”<sup>44</sup>, com a tourada enquanto culto ibérico e os vários projectos de união, da política matrimonial das monarquias às ambições iberistas dos liberais, para terminar na literatura, colocando lado a lado as obras primas de Cervantes e Camões. “*Os Lusíadas* são a epopeia do *Quixote* e o *Quixote* a tragicomédia d’*Os Lusíadas*, o saldo crítico do fervor idealista das duas nações hispânicas forjado no espírito da cavalaria”<sup>45</sup>, afirma, lembrando Jaime Cortesão.

---

<sup>42</sup> Correia, Natália, op. cit. , pp. 39-43.

<sup>43</sup> Ibidem, p.63.

<sup>44</sup> Ibidem, p.71.

<sup>45</sup> Ibidem, p.99.

Quanto ao futuro e no sentido de dar um corpo consistente a essa “comunidade hispânica pluricontinental” que defende, Natália Correia sugere como primeiro passo um “relacionamento cultural estruturado entre os dois países peninsulares”, também útil e desejável no contexto da Europa comunitária de que ambos são membros. Para tal, há que extrair ressentimentos, temores e quebrar de uma vez por todas o círculo vicioso do desconhecimento mútuo. No que toca a Portugal, aconselha:

“(...) ataque-se descomplexadamente as ideias infectadas de hispanofobia. Rectifique-se a crítica histórica expurgando-a do terror do perigo espanhol. Não empolemos o que nos separa em detrimento do muito que nos aproxima. Encare-se o novo relacionamento com a Espanha no quadro comunitário pelo lado positivo. Não seja a legítima afirmação da nossa identidade face à Espanha uma declaração de guerra às afinidades que devem ser congregadas num projecto amplexivo”<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Correia, Natália, op. cit., pp. 13-14.

## **2. A PENÍNSULA IBÉRICA NO PÓS-GUERRA**



## **2.1. REGIMES E CORRENTES POLÍTICAS: A DITADURA COMO SOLUÇÃO**

Quando estala a Grande Guerra de 1914-1918, Portugal vive tempos de grande instabilidade política, mercê de um novo regime, a República, que a muito custo tentava criar raízes na sociedade de então. Os homens que fizeram o golpe de 1910, depondo a monarquia constitucional nas mãos de D. Manuel II, faziam-se anunciar como salvadores da pátria, prometendo democratizar o sistema liberal, que não questionavam, antes queriam devolver à sua pureza de princípios, fiéis à herança da Revolução Francesa e do vintismo, segundo eles profundamente desvirtuada pela realeza. Anti-clericais e laicos, nacionalistas e regeneradores, os republicanos apregoavam a democracia, que opunham à prática oligárquica e caciquista do rotativismo monárquico, às fraudes eleitorais, às leis eleitorais restritivas, aos atentados contra à liberdade de imprensa e de manifestação. Propunham a descentralização administrativa, a transparência eleitoral, o sufrágio universal e o direito à greve, ao mesmo tempo que elevavam a moralização administrativa como grande bandeira, denunciando os sucessivos escândalos e casos de corrupção envolvendo a casa real, os governos e os partidos rotativistas da fase derradeira do regime monárquico.

Com um pendor profundamente ideológico, a governação republicana, monopolizada, com raras interrupções, pelo democráticos – designação popular do Partido Republicano Português, após as cisões, em 1911, dos seus sectores mais moderados, futuros partidos Evolucionista e Unionista – assumia uma missão mais vasta e ambiciosa: criar um novo Portugal, transformando costumes e mentalidades. O seu alvo era o indivíduo, que queria emancipar e tornar consciente dos seus direitos e deveres, libertando-o do analfabetismo e do obscurantismo religioso. Esta seria a base de uma nova cidadania e o garante do progresso técnico e material da nação.

A prática corrente revelar-se-ia bem distinta. A I República, como observa Fernando Rosas, “falló en el intento de regeneración democratizadora del liberalismo monárquico”, em grande parte devido ao isolamento a que estava sujeita, enquanto “fenómeno social y político minoritario en el país”<sup>47</sup>. De base burguesa e urbana, o movimento republicano nunca conseguiu triunfar sobre o mundo rural, que representava

---

<sup>47</sup> Rosas, Fernando, *Portugal Siglo XX (1890-1976) – Pensamiento y acción política*, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 2004, p.38.

a maioria da população portuguesa. Se, em Lisboa, podia contar com empregados de balcão ou sapateiros, na província, o seu braço apenas alcançava os influentes, entre médicos, proprietários e funcionários públicos, o que tornava clara a convicção dos republicanos de que só eles e os seus iguais, ou seja, as elites educadas e convertidas à República, poderiam assegurar os destinos de Portugal. Os outros portugueses, a maioria, não passavam de gente pobre, analfabeta e atrasada, que havia que guiar, por direito, para bem do progresso e da independência nacional. Nesse sentido, refere Rui Ramos, o movimento republicano representou “não o acesso do povo à vida política, mas a continuada convicção das elites educadas de que só elas poderiam assegurar a felicidade do país. O republicanismo passou uma certidão de altruísmo e progressismo à natural autocracia das elites portuguesas”<sup>48</sup>.

Confiante na generosidade e na legitimidade do seu projecto para transformar o país, o Partido Republicano, que claramente não tinha conseguido converter o grosso da população ao seu ideal, opta por radicalizar o exercício do poder, reservando os cargos de governo apenas os “seus” e usando o aparelho de Estado para coagir os não-republicanos. Os democráticos, liderados pelo radical Afonso Costa, vão “reinar” sobre Portugal entre 1913 e 1917, tentando sobreviver politicamente, não através de um programa de governo coerente ou de medidas reformistas, mas pela via da repressão e da contenção de todos os que demonstravam discordância face à hegemonia do PRP e ambições de lhe tomar o lugar. Entre eles estavam a Igreja Católica, alvo da Lei de Separação, de 1911, a direita conservadora – os proprietários rurais, a elite financeira e comercial, bem como os industriais emergentes –, e os seus aliados no campo republicano, os monárquicos e o movimento operário, um aliado fundamental no golpe de 5 de Outubro de 1910 que agora ganhava o estatuto de inimigo do regime. No período que vai de 1911 a 1917, pode mesmo falar-se de um “clima de guerra social entre el jacobinismo afonsista y el movimiento obrero”<sup>49</sup> – a cada manifestação ou greve, o Governo respondia com tiroteios, deportações, perseguições à imprensa sindicalista, assaltos aos sindicatos, detenções generalizadas – ao ponto de o líder dos democráticos ter ganho o epíteto de “racha-sindicalistas”.

Hostil à direita e à esquerda, a República acabou também por, em 1913, retirar à maioria da população a possibilidade de participação política, anulando o direito de voto

---

<sup>48</sup> Ramos, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)* in *História de Portugal* (vol.6), direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, 2001, p.460.

<sup>49</sup> Rosas, Fernando, op. cit., p.45.

aos analfabetos, e fazendo a percentagem de cidadãos com capacidade eleitoral regressar aos níveis de 1860. Por outro lado, invocando a necessidade de “defesa” da República, os democráticos escudaram-se nas leis de 1912, que vieram determinar a criminalização de toda a crítica ao regime, eliminando qualquer possibilidade de pluralismo. Inabalável pela via eleitoral e inatacável pelas restrições à liberdade de expressão, a hegemonia democrática só cedeu à força de conspirações e golpes militares, naquele que foi um dos períodos politicamente mais instáveis da história recente portuguesa. Os números confirmam-no: de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926, Portugal conheceu 45 governos e 29 tentativas revolucionárias. Deste modo, como resume Rui Ramos,

“aquilo que se chama a implantação da República não correspondeu à democratização do Estado, já em curso, mas à conquista do poder por um partido, o Partido Republicano Português. O PRP não era um partido político normal. Não queria simplesmente substituir o chefe de Estado hereditário por um chefe de Estado eleito. Queria usar o poder de Estado para forçar os portugueses a mudar de hábitos e valores, segundo a doutrina do chamado ‘livre- pensamento’. Por isso, havia muita gente que combatia o PRP (...)”<sup>50</sup>.

Neste contexto de divórcio entre o movimento republicano e a nação, agravado pelo progressivo enfraquecimento dos democráticos face aos seus adversários, unionistas e evolucionistas, a Grande Guerra de 1914 surgiu como um excelente motivo de identificação com o regime, em nome da defesa da independência do País. A intervenção no conflito ao lado dos Aliados, de que Afonso Costa, conhecido anglófilo, se tornara subitamente partidário, e a criação de um “governo de defesa nacional” que mobilizasse todos os portugueses e os chefes republicanos, salvaria os democráticos de uma derrota que se adivinhava certa nas eleições previstas para Novembro de 1914. “Em vez dos chefes de uma facção, simplesmente apostada em submeter o país ao seu domínio e ideologia”, sublinha Rui Ramos, “os chefes republicanos seriam agora simplesmente a vanguarda de um povo lutando pela sua independência e integridade territorial. Que melhor forma para levar os outros portugueses a colaborarem com o regime?”<sup>51</sup>. Porém, além da manutenção do poder a nível interno, o intervencionismo apresentava também motivações de política externa, dado o isolamento internacional a que o regime estava votado, à conta das notícias sobre

---

<sup>50</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.346.

<sup>51</sup> Ibidem, p.434.

o fervor anti-clerical e as prisões políticas, veiculadas logo a seguir às incursões monárquicas de Paiva Couceiro, em 1911 e 1912. Só a Inglaterra, e a velha aliança que com ela mantínhamos, poderia garantir credibilidade internacional a este regime de má fama que, segundo os monárquicos, punha em causa a própria soberania nacional, abrindo portas às ambições espanholas. E, de facto, nenhum outro Estado europeu ousou reconhecer a República Portuguesa antes da nossa velha aliada o fazer, em 1911, depois da eleição do Presidente. O problema que se colocava era a sua aceitação desse contributo que Portugal queria desesperadamente impor-lhe. À Inglaterra convinha a neutralidade portuguesa. Por um lado, por temer embaraços com Espanha, um aliado com maior importância estratégica, por outro, por recear ter de suportar as despesas da intervenção portuguesa, dadas as dificuldades financeiras do país, e não querer ficar sujeita a compromissos com Portugal em eventuais negociações de paz.

O Governo português foi finalmente convidado, a 10 de Outubro de 1914, a juntar-se aos Aliados – a pedido dos ingleses, por imposição do Governo português, que queria anular a campanha anti-guerra dos monárquicos, mas verdadeiramente por pressão do comando francês, que sofria no terreno o impacto da ofensiva alemã e precisava de reforços, em artilharia e infantaria. No entanto, a participação nas operações militares da frente europeia só ocorreria dois anos mais tarde – já depois do governo do general Pimenta de Castro e do golpe de 14 Maio de 1915, que lhe pôs termo e possibilitou aos democráticos o regresso ao poder – e na sequência da declaração de guerra alemã, em Março de 1916.

Nesta fase, dois anos após o estalar do conflito europeu, Portugal, apesar de não fazer ainda parte do grupo de países beligerantes, já sofria claramente os efeitos da guerra, vendo-se sem carvão, sem trigo, sem electricidade, sem comunicações com as colónias e a braços com constantes acções de revolta popular em virtude da fome iminente. Mais do que um pretexto para constituir o tal “governo nacional”, capaz de segurar os democráticos no poder, a guerra passou a ser uma questão de sobrevivência financeira, porque só entrando nela, ao lado de Inglaterra, poderíamos beneficiar do pacto de colaboração económica interaliados. Ficando de fora, apenas restaria a Portugal o sofrimento passivo da miséria, causado pela escassez de abastecimentos. O Governo de Afonso Costa estava entre a espada e a parede e o líder dos democráticos chegou a dizê-lo numa reunião do Conselho de Ministros: “Sob o ponto de vista

financeiro, não podemos, evidentemente, viver isolados, e a única porta que se nos abre é aquela” [a guerra] <sup>52</sup>.

Assim seriam enviados 55 mil soldados para a frente europeia, tantos quantos os que integravam o desafortunado Corpo Expedicionário Português (CEP), mas tal não impediu que Portugal escapasse ao caos que invadiu os Estados europeus no ano terrível de 1917, e que se traduziu em inflação, em fomes, greves, motins de rua e insurreições militares. A política de intervenção de Afonso Costa saldava-se num rotundo fracasso, abrindo ainda mais o fosso entre a elite republicana e a nação, pelo que a sua queda não tardou a acontecer, trazendo com ela a necessidade de repensar o próprio regime até então monopolizado pelos homens do PRP.

Com a Guerra tudo mudara. Não só as condições de governação da República, confrontada agora com um agravamento das dificuldades económicas, financeiras e sociais, como também o próprio ambiente ideológico europeu, em que floresciam as crenças totalitaristas, com a instalação do bolchevismo na Rússia, em 1917, a agitação fascista em Itália, que permitiu a subida ao poder de Mussolini, em 1922, ou a ditadura militar de Primo de Rivera, que governou Espanha entre 1923 e 1930. Era o próprio regime que passava a estar em causa, face à hipotética ameaça de um partido radical, de esquerda ou de direita.

Havia agora que procurar estabelecer uma nova relação entre o Estado republicano e a sociedade portuguesa, deixando de lado o sectarismo dos primeiros anos e associando ao regime os sectores de opinião que até aí haviam sido excluídos ou reprimidos, como os operários sindicalizados ou os católicos fiéis à hierarquia eclesiástica. Os republicanos estavam mais moderados, queriam governar gerando consensos e ter o respeito dos seus concidadãos, apagando os ódios do passado, o que também reflectia o pensamento de uma elite de governo e não já de um movimento revolucionário tentando afirmar-se.

Um dos caminhos para essa reconciliação entre o regime e o país parecia estar naquilo que então se designou por “república nacional”, uma fórmula desde logo defendida pelos políticos liberais da antiga monarquia constitucional, agora na reforma, e que Rui Ramos define como uma solução fundada “na reconciliação com as hierarquias e com as tradições estabelecidas, e numa governação isenta, técnica,

---

<sup>52</sup> Citado em Rui Ramos, op. cit., p.450.

honestas, sem o facciosismo ideológico de 1910, meramente orientada por ‘interesses nacionais’”<sup>53</sup>.

Sidónio Pais, que liderou o golpe contra Afonso Costa em Dezembro de 1917, é o homem que consegue concretizar essa fórmula, inaugurando um novo período na vida política portuguesa, apesar da sua breve governação. Assumindo a meta de fazer regressar o regime aos princípios originais do 5 de Outubro, atraídos posteriormente pelos democráticos, Sidónio Pais toma algumas medidas emblemáticas, desde a neutralização dos partidos ao presidencialismo, que curiosamente já vinham sendo reclamadas mesmo entre os que suportavam o governo de Afonso Costa.

Num país profundamente descontente com a intolerância e o exclusivismo do PRP e lançado num esforço de guerra sem explicações convincentes, Sidónio Pais chegou como um homem providencial, libertando os sindicalistas presos, abrindo portas ao regresso dos conspiradores monárquicos no exílio, reatando relações com a Igreja Católica, através da revisão da Lei de Separação, não autorizando novo reforço das tropas portuguesas em França e, por fim, ousando estabelecer o sufrágio universal masculino. Na chamada “República Nova”, o governo passou a ser directamente exercido por um Presidente – ele próprio, eleito por sufrágio universal a 28 de Abril de 1918 – restando ao parlamento as tarefas de legislar e fiscalizar. O discurso mudara, assim como o aparato das aparições públicas. Ao invés de falar aos republicanos, Sidónio Pais dirigia-se ao país, enquanto “chefe de todos os portugueses” e “mandatário na nação”; assistia a cerimónias religiosas e encetou convívio com a aristocracia, que passou a respeitá-lo com se de um rei se tratasse; com ele, o hino e a bandeira nacional passaram a ser símbolos venerados. Aparentemente, a sua governação reunia o consenso de todos os sectores políticos e religiosos da sociedade portuguesa, e até mesmo intelectuais como Fernando Pessoa, que escreveu o poema “À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais”, não escondiam a sua admiração pelo líder populista<sup>54</sup>.

Mas o estado de graça duraria pouco e Sidónio Pais acaba assassinado na estação do Rossio, em Lisboa, a 14 de Dezembro de 1918, por um dos militantes esquerdistas que julgavam que o Presidente se preparava para restaurar a monarquia. O erro de Sidónio, considera Fernando Rosas, reside no facto de não ter conseguido

---

<sup>53</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.521.

<sup>54</sup> Ibidem, p.525.

“mantener unida en torno a un programa común la fronda social y política que le llevó al poder. Dejó que entre sus partidarios se instalase la fatal división sobre la ‘question de régime’; dejó alejarse a la derecha republicana, que inicialmente le había apoyado, hacia el campo hegemonizado por el PRP, y permitió la conspiración restauradora de muchos de sus sostenedores monárquicos, especialmente de los oficiales de las Juntas Militares”<sup>55</sup>.

Com o sidonismo morre também uma época porque nada regressará ao que havia dantes. Foi o primeiro ensaio de uma ditadura anti-liberal e do fim do modelo de Estado republicano, tal como ele vinha sendo definido.

Os tempos que se seguem, entre 1919 e 1921, ditam o triunfo do radicalismo em Portugal, num contexto próximo de o de uma guerra civil. A restauração da monarquia no Norte, a 19 de Janeiro de 1919 – uma ilusão que logo se desvaneceu dada a pouca consistência do movimento, sem nada a ligar as diversas facções, com excepção do comum descontentamento com a República – provoca um levantamento republicano e o regresso ao poder dos democráticos que, mesmo divididos entre si e sem a liderança de Afonso Costa (no exílio, em Paris), continuam a hegemonizar o movimento. Mas os tempos não se afiguravam fáceis. Qualquer governo, fosse qual fosse o seu apoio político, teria agora que pagar a factura da recente aventura intervencionista, uma vez terminada a assistência inglesa. Depois de um curto e artificial *boom* económico, entre 1919 e 1921, período em que se multiplicam os novos-ricos, prosperando à conta dos negócios fáceis em tempo de guerra, instalam-se a inflação, a desvalorização do escudo, o aumento da dívida externa, o desemprego, a desvalorização real dos salários, os problemas de subsistência e, consequentemente, a instabilidade política e a agitação social.

A presidência de António José de Almeida (1919-1923) foi das mais tumultuosas de sempre. Ao longo de quatro anos, o antigo líder do Partido Evolucionista daria posse a 17 governos, testemunhando uma sucessão de novos partidos, fruto de dissidências e alianças que “já nada tinham a ver com o originário Partido Republicano Português da implantação, nem com a sua tritomia (ou tetratomia) de 1911 e 12”<sup>56</sup>, como observa José-Augusto França. Na ruas, reinava o caos, espalhado pelos chamados “grupos de revolucionários civis”, que actuavam a mando dos vários chefes republicanos. Isto porque, para alcançar o poder, de pouco já serviam os discursos e as negociações no

---

<sup>55</sup> Rosas, Fernando, op. cit., p.52.

<sup>56</sup> França, José-Augusto, *Os Anos Vinte em Portugal – Estudo de Factos Sócio-culturais*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 1992, p.39.

Parlamento. O mando jogava-se no campo da violência, com recurso a bombas, tiroteios, tumultos e conspirações. Era à GNR, então uma espécie de exército paralelo distribuído por toda a cidade de Lisboa, que cabia o papel de “moderador da República”<sup>57</sup>. A feição esquerdista ou radical do republicanismo haveria de culminar na famosa “noite sangrenta” de 19 de Outubro de 1921, golpe em que foram assassinados António Granjo, chefe do governo liberal derrubado – durante esse ano a direita parlamentar, feita de Unionistas e Evolucionistas unidos no novo Partido Republicano Liberal, conseguira finalmente ascender ao poder – e Machado Santos, um dos fundadores da República.

É neste ambiente que António Maria da Silva, líder do Partido Democrático, chega ao poder, chefiando uma frente conservadora (onde estavam também os liberais e os “alvaristas”, grupo de democráticos dissidentes chefiados por Álvaro de Castro), que assume o duplo objectivo de combater os radicais “outubristas” e de sanear as finanças nacionais, contando, desde logo, com a pronta conviência do Presidente António José de Almeida. António Maria da Silva, naquela que foi a mais longa governação ininterrupta da história da República (entre Fevereiro de 1922 e Novembro de 1923), mudou a face do regime. Político hábil, depois de mandar prender os principais chefes do “outubrismo”, predispôs-se a entendimentos com toda a gente, em particular com os católicos, como forma de manter a ordem, a saúde das finanças, o respeito pelas leis e pelas hierarquias. Era a face moderada e conciliadora do republicanismo, fruto, como já referimos anteriormente, de um progressivo aburguesamento das elites que, ilustra Rui Ramos, “já não temiam a restauração da monarquia, mas tinham passado a aborrecer-se com sindicatos, greves e bombas”<sup>58</sup>. Por outro lado, chegados a esta fase, os chefes republicanos já tinham entendido que o seu projecto transformador dos costumes e das mentalidades do povo português não tinha dado quaisquer frutos, pelo que o mais sensato seria fazer “colar” o regime às forças tradicionais, como a Igreja, para evitar confrontos com a nação. Acompanhado do chefe do governo, o Presidente António José de Almeida chegou a presidir, em 1923, ao acto de imposição do barrete cardinalício ao núncio apostólico em Portugal, monsenhor Locatelli, à semelhança do que no passado faziam os reis.

Desde finais de 1923 até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, todos os governos seriam formados por democráticos ou por dissidentes deste partido. A António

---

<sup>57</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.532.

<sup>58</sup> Ibidem, p.536.



Maria da Silva sucedeu Álvaro de Castro, seguindo-se-lhe Alfredo Rodrigues Gaspar, José Domingues dos Santos e Vitorino Guimarães; entre Julho de 1925 e Maio de 1926, o poder regressa às mãos de António Maria da Silva, com um interregno de quatro meses para um governo chefiado por Domingos Pereira. Porém, esta instabilidade política sugerida pela brevidade das governações, é apenas aparente, já que não se verificou uma verdadeira renovação do pessoal político – os ministros repetiam-se de governo para governo – nem houve lugar a rupturas na forma de administrar o Estado. A situação financeira do país não se compadecia com devaneios: havia que cortar despesas, cobrar o máximo de impostos, vender os restos das reservas de prata e não cair no erro de imprimir mais papel-moeda.

Entretanto, à esquerda e à direita o cerco apertava-se em torno de António Maria da Silva. É que, apesar da sua estratégia governativa, de pendor conservador, de entendimento com os católicos, e anti-bolchevista, António Maria da Silva nunca se mostrou interessado em romper com a hegemonia do PRP, de onde provinha ideológica e politicamente. Ora, era justamente este um dos grandes motivos de descontentamento dos rivais do antónio-maria-silvismo, impossibilitados, pelo domínio institucional de Silva – desde o Parlamento à Presidência da República – de fazer oposição por meios legais. Deste modo, conclui Rui Ramos, “tanto à esquerda, como à direita os inimigos de António Maria da Silva optaram por soluções análogas: para conquistar o poder, começaram a preparar um golpe; para manter o poder, dispuseram-se a instituir um governo ditatorial”<sup>59</sup>.

Recordemos que, com o novo ambiente ideológico saído do pós-guerra, as elites republicanas sofreram divisões profundas, radicalizando as suas posições, cada vez menos em nome da defesa da República e mais contra ou a favor de novas causas, concretamente o comunismo e o fascismo, as crenças totalitárias que grassavam pela Europa à época. Dentro do exército, crescia, por seu turno, uma descrença na classe política e nos partidos, e a convicção de que só os militares, imparciais, poderiam sustentar um governo tecnicamente competente e empenhado em dar solução aos problemas da nação. Lembremo-nos das promessas da Junta de Salvação Nacional, a 30 de Maio de 1926: acabar com a “acção nefasta dos políticos e dos partidos” e constituir uma “representação nacional” expressando “os interesses reais, vivos e permanentes de Portugal”<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.560.

<sup>60</sup> Citado em Rui Ramos, op. cit., p.566.

De resto, as ditaduras militares estavam na moda por toda a Europa. Da Grécia à Alemanha, passando pela Polónia, Itália ou Espanha, com Miguel Primo de Rivera, grande fonte de inspiração para os oficiais superiores portugueses com tendências conservadoras, ou seja, avessos aos sucessivos governos do PRP. Por outro lado, não seria de desprezar também, no seio das estruturas militares, o papel dos jovens oficiais de direita, fascinados pelas teorias do Integralismo Lusitano, aliás como a maioria dos estudantes de então, que se baseavam no desprezo pela tradição liberal, personificado pelo regime republicano e no respeito pelo património cultural católico e monárquico do País.

Em suma, todos os sectores da vida portuguesa ansiavam pela ditadura como solução para os males nacionais, e seria uma questão de tempo até uma dessas facções levar a melhor em relação às outras. É o que Fernando Rosas define como “ ‘rendición’ política y intelectual de las elites liberales a los valores del nacionalismo autoritário, siempre en nombre de la excepcionalidad de la crisis que barria el país y de la perentoria necesidad de medidas excepcionales para la ‘salvación nacional’ ”<sup>61</sup>. Assim, quando António Maria da Silva vence as eleições de Novembro de 1925, tinha, na prática, todas as elites republicanas contra ele. À esquerda, a conspiração reunia dissidentes democráticos como José Domingues dos Santos e Álvaro de Castro, e gente do grupo da *Seara Nova*, para além de outubristas, sindicalistas, comunistas e ainda o próprio Afonso Costa. À direita, os nacionalistas (membros do Partido Nacionalista Republicano, que unia democráticos dissidentes de Álvaro de Castro e liberais), os católicos, os monárquicos, os oficiais direitistas do exército e os jovens integralistas. De lados opostos da barricada, os homens que se propunham transformar a República apresentavam programas, no essencial semelhantes. Propunham o aniquilamento do PRP enquanto força monopolizadora do governo, a reconciliação e a integração no regime das forças políticas até então excluídas, e ainda uma reforma da estrutura política do Estado, que favorecesse o governo e instituisse, como principal interlocutor do poder executivo, uma forma de representação corporativa dos interesses económicos organizados.

O golpe de 28 de Maio de 1926 não foi, como tal, “ao contrário do que quis a mitologia anti-salazarista, o produto de uma conspiração monárquica no exército para destruir a ‘democracia’”. Foi uma conjugação de uma série de conspirações que, tanto à

---

<sup>61</sup> Rosas, Fernando, op. cit., p.53.

esquerda como à direita do PRP, pretendiam substituir a hegemonia do PRP por um governo fundado na força armada”<sup>62</sup>, conclui Rui Ramos. Com ele, extinguiu-se o republicanismo sonhado em 1910 e abriu-se caminho a quatro décadas de ditadura sob o chamado Estado Novo.

\*\*\*

Ao lado, na vizinha Espanha, o curso dos acontecimentos políticos e sociais, tanto no plano interno como no externo, haveria também de empurrar o país para a ditadura militar, mas, ao invés de Portugal, que instaurara a República, este processo fazia-se no contexto de uma monarquia restaurada e a caminho de um segundo levantamento republicano, já na terceira década do século XX. Os indícios da falência do sistema liberal oligárquico e da sua incapacidade para efectuar, sem rupturas, a passagem para a democracia – que a nova sociedade, profissional e de massas, exigia – começaram a ser indisfarçáveis logo no princípio do século e, muito particularmente, após o desastre da perda das últimas colónias (Filipinas, Cuba e Porto Rico). A regeneração tornou-se então a palavra de ordem clamada, quer por liberais quer por conservadores, que se revezavam na cadeira do poder, como única solução para levantar um país sem pulso, minado por um sistema político viciado, pela fraude eleitoral, pelo caciquismo e pela corrupção. Mas residindo a origem dos vícios nos próprios partidos dinásticos que, após a morte dos seus líderes carismáticos, Cánovas e Sagasta, se entregaram a um movimento de facções e dissidências gerador de uma perigosa instabilidade governamental, tornar-se-ia impossível, na prática, concretizar a ambicionada moralização do sistema. As consequências das divisões partidárias e da força do clientelismo estão bem patentes no ritmo frenético do rotativismo, logo na primeira década do século XX: onze governos e oito presidentes (quatro conservadores e quatro liberais), entre 1902 e 1907, ou seja, em apenas cinco anos. Mais tarde, entre 1915 e 1923, atravessando o período de guerra, sucedem-se 16 governos, comandados por apenas sete homens (Eduardo Dato, conde de Romanones, Manuel García-Prieto, António Maura, Joaquín Sánchez de Toca, José Sánchez-Guerra e Manuel Allendesalazar), cinco conservadores e dois liberais, o que é sintomático de um regime em permanente rotação, mas sem qualquer renovação dos seus protagonistas.

---

<sup>62</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.570.

Além da sua ineficácia e crescente falta de autoridade, o sistema político da Restauração tinha contra si uma sociedade que mudava a olhos vistos e que se sentia presa no colete da velha política, incapaz de, também ela, ceder à modernidade. Tudo se alterava. A agricultura modernizava-se; as cidades cresciam como nunca (sobretudo Madrid, Barcelona e Bilbao), recebendo gente que deixava o campo, não para emigrar, mas para engrossar a massa de trabalhadores da indústria e dos serviços nacionais; o analfabetismo regredia, enquanto se avolumava o número de jovens que ambicionavam completar a sua formação no estrangeiro; as mulheres passavam a ter acesso à universidade e ao mercado de trabalho; a classe operária organizava-se em sindicatos com crescente influência política; as classes médias procuravam alternativas políticas à margem do partidos do “turno”; a Igreja perdia influência à medida que se consolidava uma cultura secular; as sociedades anónimas multiplicavam-se e os empresários e industriais começavam também a organizar-se em uniões de interesses económicos com força nacional.

A partir do momento em que estala a Grande Guerra, a tensão, até então mais ou menos latente entre a velha política e a nova sociedade, coloca-se em evidência e descamba, a partir de 1917, numa manifesta crise de autoridade, que logo dará lugar a uma crise de Estado, pondo em causa o poder instituído. Operários, intelectuais, o sector mais jovem da burguesia, que nunca tivera acesso ao poder, assim como os partidários das autonomias, na Catalunha, País Basco e Galiza, passam então a funcionar como grupos de contra-poder, empenhados num combate vigoroso contra uma oligarquia feita de partidos há muito desprestigiados, assente na fraude eleitoral e incapaz de fazer cumprir a Constituição, cujas garantias e liberdades chegam mesmo a ser suspensas.

Neste clima, já de si em iminente explosão, vêm juntar-se as injustiças sociais em tempo de guerra, uma vez que a neutralidade de Espanha no contexto de um mercado internacional completamente anómalo veio permitir a construção de grandes e novas fortunas, aumentando o fosso entre os capitalistas, beneficiados pelo Estado, e os assalariados, mal pagos e a braços com o imparável aumento do custo de vida. O próprio contexto internacional, com as revoluções a sucederem-se e as velhas estruturas imperiais a ruírem, não augurava longa vida ao sistema da Restauração.

O ano de 1917 assinala a abertura da dita crise de autoridade, colocando no palco dos acontecimentos, não só o poder militar, cujo rosto são as Juntas de Defesa, como o combate operário, materializado numa greve geral que fez paralisar todo o território nacional. Quanto às Juntas de Defesa, grupo de pressão que se forma dentro do exército,

elas são o resultado, por um lado, do crescente protagonismo militar, sobretudo em virtude da sua acção em Marrocos depois do estabelecimento do protectorado, e, por outro, da descrença nos centros de poder estabelecidos. Deste modo e com a necessária convicção de que caberia aos militares o papel de guardiães da ordem social, algo que não estava, de forma alguma, inscrito na Constituição legal. No decorrer desse ano aziago, as Juntas de Defesa acabarão, por meio de um ultimato, por derrubar dois governos: o de García-Prieto, em Junho, e o de Eduardo Dato, em Outubro. Como observa Santos Juliá, “los militares volvían a irrumpir en el proceso político pero ahora de manera corporativa, como juntas de oficiales: juntas, una palabra que evocaba vigílias de revolución”, tornando evidente que “el centro de la decisión política se desplazaba peligrosamente desde las cortes y el gobierno a los militares con el rey”<sup>63</sup>, num processo que haveria de culminar com o golpe de Estado do general Primo de Rivera.

Ao manifesto das Juntas de Defesa seguiu-se a convocatória de uma Assembleia de Parlamentares por parte dos deputados catalanistas, que chegou a realizar-se no dia 19 de Julho, em Barcelona, reunindo reformistas, republicanos, catalanistas e o socialista Pablo Iglesias. Dissolvida simbolicamente pelo Governo, os seus objectivos iniciais – criar um Governo provisório e forçar o rei à convocatória de Cortes Constituintes, como resposta às medidas de Dato, que havia decretado o encerramento das Cortes e suspendido as garantias constitucionais – caíram por terra. Abortado o projecto de contra-poder burguês, entram em campo as duas centrais do movimento operário – a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), anarco-sindicalista, e a União Geral de Trabalhadores (UGT), socialista – que avançam com a declaração de uma “huelga general revolucionária, indefinida en el tiempo y republicana en su meta final”<sup>64</sup>, na sequência de um acordo assinado alguns meses atrás. Convocada como movimento de apoio às reivindicações dos ferroviários, a greve assumia, porém, objectivos mais vastos, de carácter também político, com o fim de “obligar a las clases dominantes a aquellos cambios fundamentales de sistema que garanticen al pueblo el mínimo de las condiciones decorosas de vida y de desarrollo de sus actividades

---

<sup>63</sup> Juliá, Santos, “Una monarquía liberal que termina en dictadura militar (1899-1930)”, in *Historia de España*, Colección Austral, Espasa-Calpe, Madrid, 2003, pp. 443-444.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p.444.

emancipadoras”<sup>65</sup>. A partir de 13 de Agosto a paralisação estendeu-se às várias províncias espanholas, prolongando-se por seis dias em Madrid e atingindo aí todos os ofícios. O Governo responde com repressão feroz face ao contra-peso operário, o que haveria de resultar em duas mil detenções e cerca de uma centena de trabalhadores mortos.

A conflitualidade, que sobe de tom com a sucessão de greves em Barcelona, onde passa a reinar um clima de verdadeira guerra social, acompanhada de paralisações também nos meios rurais, na Andaluzia e Extremadura, bem como com as constantes pressões das Juntas sobre o Governo ou as crescentes exigências autonómicas da Catalunha e do País Basco, conduzem Afonso XIII, receando os ecos da recente Revolução Russa, que havia destronado os Romanov, a optar pela única solução que punha a salvo a monarquia espanhola: decretar o fim do rotativismo e criar um “governo nacional”, que acabaria por ir parar às mãos de Maura, a partir de Março de 1918, reunindo todos os homens da velha política, de Dato a Romanones, passando por Alba e Cambó.

Não havia margem para dúvidas de que esta não era a solução desejada pela opinião pública espanhola, que via cair o velho mundo com o fim da Grande Guerra e desejava também a transformação no seu próprio país. Com a queda de Maura, apenas oito meses mais tarde, chegou a ponderar-se a formação de um governo feito da união de reformistas e catalanistas, como alternativa aos desgastados partidos do turno, cuja acção assentaria na democratização do regime e na sua descentralização. Mas as exigências dos reformistas, que estavam dispostos a formar governo apenas mediante a dissolução das Cortes e a abertura de um processo constituinte, fez Afonso XIII desistir do convite, entregando a cadeira do poder novamente aos homens da velha política. A alternância estéril entre liberais e conservadores prossegue até 1922, ano em que estala o escândalo do apuramento de responsabilidades sobre o desastre militar de Annual, em Marrocos (Junho de 1921), uma derrota que havia feito 10 mil baixas no exército espanhol. O conservador Sánchez-Guerra, que ordenara a abertura da investigação, não resiste na chefia do governo, sucedendo-lhe García-Prieto, à frente de uma plataforma liberal-reformista, que, para o monarca, se afigurou como último recurso.

A situação era, no entanto, já indomável. O Governo, descreve Jover Zamora,

---

<sup>65</sup>Zamora, José Maria Jover, *Los Comienzos del siglo XX – La población, la economía, la sociedad (1898-1931)*, in *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (XXXVII volume), Espasa-Calpe, Madrid, 1996, p.574.

“con una guerra colonial en Marruecos y un problema interno – las responsabilidades – derivado de Annual, con un terrorismo de derecha (patronal) fuerte y enfrente la guerrilla pistolera anarquista (...), con una progresión electoral de la izquierda en Madrid y Barcelona, pero con una permanencia del caciquismo en las zonas rurales y un abstencionismo creciente del cuerpo electoral (...) carecía de medios para dominar la situación; los militares no confiaban de él, los obispos le atacaban, la izquierda también y el sector mas extremo del movimiento obrero lo aborrecía ¿Y el Palacio? Pronto se vería que nada se hizo por salvarle de la catástrofe”<sup>66</sup>.

No dia 13 de Setembro de 1923, o general Primo de Rivera acabará por pronunciar-se em Barcelona, perante a passividade de Afonso XIII, que, meses depois, diante do rei de Itália, referir-se-lhe-á como o “meu Mussolini”, associando definitivamente monarquia e ditadura e desferindo um golpe de morte na Constituição de 1876.

---

<sup>66</sup> Zamora, José Maria Jover, op. cit., p.593.

## **2.2. AMBIENTE CULTURAL: O CULTO DO NACIONAL E O INCONFORMISMO DOS NOVOS**

De fora das elites políticas, mas com pretensões de influenciar a sua acção, emerge em Portugal e ganha força, sobretudo após o fracasso da política de intervenção republicana, uma classe intelectual disposta a ser a verdadeira voz da nação, na tradição dos homens de letras do século XIX. O seu berço pode situar-se na Renascença Portuguesa, organização de poetas e filósofos fundada em 1912, que, crente no novo regime e no anunciado primado do mérito e do talento, se propõe secundá-lo na tarefa de regeneração nacional, e fornecer ao povo português um novo credo, agora que a Igreja, os seus agentes e instituições haviam sido proscritos. Em consonância com a intelectualidade europeia da época, os homens da Renascença, com o poeta Teixeira de Pascoaes à cabeça, propunham uma espécie de espiritualidade nacional, um ideal colectivo, que iria beber às tradições mais ancestrais do povo português, presentes, quer na literatura, quer no folclore ou nas manifestações religiosas anteriores ao catolicismo romano. Essa nova religião seria o “saudosismo”, “uma espécie de misticismo laico, que mantinha a referência a um além, típico das religiões reveladas, mas reinterpretava esse além com uma mera busca humana de perfeição”<sup>67</sup>. Acarinhados por Afonso Costa, a quem deram precioso apoio na propaganda pró-intervenção na Guerra, os intelectuais da Renascença Portuguesa fundaram revistas, organizaram exposições, promoveram conferências e cursos livres, as chamadas “universidades populares”, com o intuito de contribuir para a educação de uma nova geração de portugueses, munida do mesmo espírito de heroísmo dos antigos descobridores.

Em Paris, o filósofo da moda, Henri Bergson, vinha há alguns anos defendendo o primado da intuição sobre a ciência, o que influenciara profundamente uma geração de pensadores e artistas em toda a Europa (em Portugal, Leonardo Coimbra, um dos teóricos do “saudosismo”, apresentou uma tese sobre o bergsonismo), e, como outra face da mesma moeda, abria caminho para o regresso do catolicismo. Aparentemente, a França racionalista e anti-clerical que havia inspirado a revolução republicana, deixara de existir, pelo que seria uma questão de tempo até estes novos ideais começarem a ter adeptos entre os jovens intelectuais portugueses. A verdade é que cedo as medidas do

---

<sup>67</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.463.



regime republicano começaram a desiludir muitos destes jovens escritores, que passaram a renegá-lo e a declarar-se “monárquicos”. Surge neste período, apenas dois anos após a fundação da Renascença Portuguesa, o movimento do Integralismo Lusitano, justamente inspirado na Action Française e no seu teórico, Charles Maurras. Afirmando-se, acima de tudo, como um movimento de renovação intelectual, o Integralismo Lusitano, cujo principal escritor foi António Sardinha, rebelava-se contra a herança política e ideológica da Revolução Francesa, causa, por sua vez, da decadência política, moral e económica a que o liberalismo havia conduzido a nação desde o século XIX. Queriam que a nação se reencontrasse consigo mesma mas tal só seria possível apagando o passado liberal e corrigindo mesmo a versão liberal da história portuguesa, tarefa a que se dedicou o próprio António Sardinha. Daqui decorria a negação do individualismo ou do conceito do indivíduo, detentor de direitos e deveres, como base da legitimidade do poder político, pelo que ideias como soberania popular, parlamentarismo ou democracia não faziam parte do vocabulário integralista. Nesta fase da história portuguesa, urgia, como catequizavam estes jovens reaccionários, implantar um regime forte e corporativista, assente no poder pessoal do chefe de Estado e apenas limitado pelas liberdades tradicionais e pela moral cristã.

Porém, o monarquismo dos integralistas não se devia à sua fidelidade dinástica ou à pretensão de devolver a coroa a D. Manuel II, uma vez que o regresso à monarquia constitucional não era ideia que os entusiasmasse, a não ser como regime preparatório de um novo tipo de Estado. Era, antes de mais, uma forma de materializar a recusa face ao regime republicano tal como ele fora definido em 1910 e 1911. Sardinha queria, no fundo, “uma república que reconhecesse na tradição monárquica e católica o enquadramento da vida cívica”<sup>68</sup>, o que veio a encontrar, em esboço, na curta governação de Sidónio Pais, igualmente a primeira experiência no poder dos jovens integralistas. Mais tarde, a partir de 1922, a actividade política do movimento é suspensa, dedicando-se posteriormente António Sardinha ao projecto apertadário de criar uma “cultura colectiva”.

Rapidamente, através da sua actividade editorial (revista *A Nação Portuguesa* e o diário *A Monarquia*), das conferências (ficaram célebres as da Liga Naval Portuguesa, sobre a “Questão Ibérica”, em 1915), dos artigos jornalísticos e folhetos, o Integralismo Lusitano tornou-se a grande referência intelectual da década de 1920, abrindo um

---

<sup>68</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.478.

período de ascendência intelectual da direita, sem paralelo antes ou depois na história contemporânea portuguesa. O que o tornava atraente para as classes estudantis de então era o mesmo que tinha aliciado, antes de 1910, os jovens das escolas superiores a aderir ao republicanismo. Em suma, a contestação irreverente dos poderes estabelecidos, neste caso pela direita.

O movimento do Integralismo Lusitano teve o seu paralelo, na esquerda portuguesa, com o aparecimento da revista semanal *Seara Nova* e respectivo “grupo” de intelectuais, onde se destacavam Jaime Cortesão e Raul Proença, precisamente os dois fundadores da Renascença Portuguesa. O filósofo do movimento, António Sérgio, viria a juntar-se-lhes mais tarde. Tendo como prioridade declarada estancar a influência que os integralistas vinham fazendo sentir junto da juventude letrada, a publicação nasce em 1921 e, ainda que se tivesse esforçado por demarcar-se do golpe saído da “noite sangrenta” de 19 de Outubro desse ano, nunca conseguiu evitar as acusações de orientadora política do “outubrismo”. Polémica, panfletária, arrogante, atacando todas as frentes – do antónio-maria-silvismo aos republicanos de direita, passando pelos esquerdistas radicais ou pelo Integralismo Lusitano – rapidamente ganha espaço, leitores, inimigos e influência na sociedade portuguesa, inclusivamente do ponto de vista político. Em 1923, três dos ministros do Governo de Álvaro de Castro são homens escolhidos pelo “grupo” da *Seara Nova*. Porém, a sua passagem pelo poder não deixou saudades, nem aos próprios, que se viram obrigados a fazer concessões, nem à opinião pública, dada a impopularidade do seu estilo rigoroso e competente, que claramente contrastava com o laxismo instalado na administração pública nacional.

A sua ambição era enorme. Mais do que governar, por si só, ou aconselhar tecnicamente os políticos, os seareiros queriam revolucionar as ideias. Falavam de uma “acção idealista”, no sentido em que, ao contrário dos integralistas, não acreditavam na fatalidade ditada pela tradição ou pela raça, contrapondo à natureza ou aos factos, a razão e os princípios. Na perspectiva destes homens, bem nascidos na sua generalidade, a democracia obtinha-se pela capacidade de cada ser humano governar-se a si próprio, controlando racionalmente os seus impulsos mais básicos e dispensando assim a autoridade de um só chefe, como defendiam os integralistas. No entanto, a realidade portuguesa mostrava-lhes que tal liberdade, então, só poderia estar ao alcance das elites, as únicas que dispunham da bagagem intelectual para o referido auto-controlo. Transformar o povo, através da educação (mais do que ensinar a ler e a escrever, haveria que doutrinar) habilitando-a para a soberania, era o seu projecto. Assim, conclui

Rui Ramos, “a democracia, para a *Seara*, não consistia na simples manifestação da vontade do povo, tal como essa vontade podia ser definida a partir dos caprichos e inclinações populares, mas numa transformação social e espiritual dirigida por uma elite”<sup>69</sup>.

Ainda que em campos opostos do espectro político, integralistas e seareiros usaram da mesma estratégia de afirmação intelectual na sociedade portuguesa. Ambos criticaram o regime vigente, saído da revolução de 1910, bem como as gerações anteriores de intelectuais, nomeadamente a de 1870, e propuseram-se refazer a história, tentando encontrar nela precursores das suas ideias e credibilidade para os seus projectos políticos sociais e económicos. Usando métodos análogos de intervenção intelectual, os homens da *Seara Nova* e do Integralismo Lusitano estiveram também juntos numa frente comum contra os partidos políticos e a oligarquia financeira, que surgiu em 1923 e se materializou na chamada *Revista dos Homens Livres*, chamando também à causa monárquicos e anarquistas. Os intelectuais emergiam assim, no contexto de crise e de súbitas mutações sociais do pós-guerra – enquanto as antigas classes abastadas caíam na ruína, arrivistas desconhecidos faziam estrondosas fortunas à custa da especulação, fazendo crescer a revolta e o sentimento de injustiça – como a garantia da imparcialidade face aos interesses instalados, políticos ou económicos. A causa da nação, comum afinal a toda a geração de 1910, independentemente das diferenças ideológicas, justificava então aquele estranho caldeirão de opinadores, a quem se propunha a procura de uma “ideia nacional, de uma finalidade portuguesa, anterior e superior às finalidades partidárias”<sup>70</sup>, como deixou registado António Sérgio.

Surpreendentemente, quem haveria de triunfar na exploração deste conceito de cultura do nacional, mobilizando verdadeiramente as massas e não apenas pequenas franjas escolhidas da população, foi a própria Igreja Católica e a sua frente de intelectuais, organizada no Centro Académico de Democracia Cristã (CDAC), da Universidade de Coimbra, de que António de Oliveira Salazar foi um dos presidentes. A Lei de Separação, que retirou os assuntos religiosos da alçada do Estado, teve a virtude de desafiar a Igreja a reforçar a sua hierarquia e a autonomizar-se, gerando as condições ideais para uma nova projecção na sociedade portuguesa, cansada já, na década de 20, do sectarismo e da opressão dos republicanos livre-pensadores. Portugal seguia, por essa altura, a corrente de regresso ao catolicismo que em França, por exemplo, se

---

<sup>69</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.482.

<sup>70</sup> Citado em Rui Ramos, op. cit., p.485.

traduzia na conversão de escritores famosos e outros intelectuais destacados. Tarefa que não se revelaria muito difícil, já que, não obstante o anticlericalismo declarado, a globalidade dos republicanos portugueses não era anti-religiosa. Lembremo-nos do ideário da Renascença Portuguesa e da sua demanda por uma espiritualidade nacional, fundada nas tradições religiosas anteriores ao catolicismo romano, e veremos como quão longe estavam esses jovens do ateísmo e ávidos de um conforto para as suas almas. Aproveitando-se desse vazio, a Igreja Católica montou uma máquina de conversões, usando algumas das suas figuras mais carismáticas – o caso do padre Cruz, símbolo do despojamento, da tolerância e da bondade, em suma, do “franciscanismo espiritual” que a tantos agradava – para convencer até os mais improváveis, como o escritor anarquista Manuel Ribeiro ou o “filósofo da República” Leonardo Coimbra. O catolicismo, nas mãos de intelectuais como Manuel Gonçalves Cerejeira, professor da Universidade de Coimbra, autor de *A Igreja e o pensamento contemporâneo* e posteriormente cardeal-patriarca de Lisboa, apresentava-se assim como um porto seguro, uma forma de disciplina mental alternativa ao relativismo do pensamento moderno, atraindo muitos dos que anteriormente se assumiam ateus ou não católicos.

Com o milagre de Fátima (1917), em cuja propaganda muitos dos membros do CADC estiveram profundamente envolvidos, os intelectuais católicos chegariam às tão cobiçadas “massas”, com um alcance nunca dantes atingido pela Renascença, pela *Seara Nova* ou pelo Integralismo. A Carlos de Azevedo Mendes, antigo presidente do CADC, ficou a dever-se a vigilância e controlo das peregrinações, cabendo a outro membro da estrutura católica, Alberto Dinis da Fonseca, a estratégia e respectivo financiamento da promoção do milagre, com a impressão de gravuras alusivas, o cunho de medalhas, a criação de cânticos e a fundação, em 1922, do órgão de propaganda *A Voz de Fátima*. Finalmente, com Cerejeira já cardeal, Fátima passou a centralizar todas as organizações católicas portuguesas, transformando-se na capital do catolicismo nacional.

Com a República, a Igreja reorganizava-se e, com Fátima, reformulava-se diluindo-se no culto do nacional. Segundo a propaganda concebida pelo cónego Formigão, a Virgem aparecida aos pastorinhos seria nada menos do que a “padroeira da nação”, anunciando um novo período na história da pátria portuguesa, em que esta, reconciliada com a sua missão cristã, sairia finalmente da decadência. Geograficamente, Fátima situava-se no centro do país e no âmbito territorial do antigo feudo de Nuno Álvares Pereira, conde de Ourém e vencedor da batalha de Aljubarrota, o que deu azo a

novas efabulações propagandísticas. Formigão, sublinha Rui Ramos, “chegou a inventar um triângulo sagrado, constituído por Fátima, Aljubarrota e a Batalha, unindo a Virgem, o condestável e o esforço de guerra da República. Na Batalha estava sepultado o ‘soldado desconhecido’. Era assim um convite para a celebração conjunta da nação, da República e de Maria”<sup>71</sup>.

O nacionalismo dominava então os meios literário e artístico, acompanhando o abandono político do chamado princípio do limiar, de inspiração liberal, segundo o qual os pequenos Estados, como Portugal, não tinham viabilidade política, devendo integrar-se em entidades civilizacionais mais vastas e capazes de aspirar ao progresso. Os intelectuais, com a concordância do regime, esforçavam-se agora por resgatar o modo de ser português, interessando-se pelo artesanato, pelos feitos e figuras lendárias da história nacional, pelos costumes e vivências rurais, como reacção à feição cosmopolita do liberalismo, em que tudo se diluía numa sociedade burguesa indistinta, igual em Lisboa ou em Paris. A cultura nacional surgia assim como uma espécie de religião dos tempos modernos, substituindo o vazio deixado pelo cristianismo que se esgotara enquanto matriz política capaz de garantir, politicamente, a harmonia e a ordem social. As novas ideias aconselhavam o regresso à terra, o enraizamento num território historicamente definido e a sistematização dos elementos identificadores da nação, de forma a que pudessem estar ao alcance de todo e qualquer indivíduo.

O ser português, tal como o concebemos hoje, foi definido na época que vai desde os finais do século XIX até à década de 1930. Datam desse período a bandeira, o hino, o Dia de Portugal (festejado pela primeira vez em 1925), a exaltação de Camões e dos Descobrimentos, a primeira reforma ortográfica ou a classificação do património edificado (monumentos como o Mosteiro dos Jerónimos ou a Torre de Belém). Este nacionalismo era já, no início da década de 20, uma verdadeira indústria cujos produtos eram consumidos sobretudo pelas classes médias e novos-ricos, ávidos de uma tradição que só podiam comprar. Consistia, resume Rui Ramos, em “voltar a representar Gil Vicente, escrever romances regionalistas, exaltar o estilo manuelino, construir ‘casas portuguesas’ com alpendres e azulejos, mobilar as casas em estilo D. João V e pendurar nas paredes tapetes de Arraiolos e quadros de José Malhoa, com cenas populares”<sup>72</sup>.

Um dos exemplos mais representativos da acção deste movimento pelo “reaportuguesamento” é o caso dos painéis de S. Vicente, atribuídos ao pintor

---

<sup>71</sup> Ramos, Rui, op. cit., p.493.

<sup>72</sup> Ibidem, p.499.

quatrocentista Nuno Gonçalves, e em cuja polémica estiveram envolvidos nomes como José de Figueiredo, José Saraiva, Jaime Cortesão, Reinaldo dos Santos, José de Bragança e o próprio Almada Negreiros. Conhecidos por alguns especialistas desde os finais do século XIX, embora sem grande alarde, os misteriosos painéis – que se dizia representarem a sociedade portuguesa da dinastia de Avis, os homens das Descobertas – passariam a ser apresentados à maioria da população portuguesa, a partir de 1910, depois do restauro efectuado pelo pintor Luciano Freire e graças ao esforço de promoção de José de Figueiredo, director do Museu Nacional de Arte Antiga, local que acolheu o políptico. O seu interesse, além das discussões em torno da autoria e datação, estava no “primitivismo” da pintura, expressão que deve ser entendida como as condições em que a obra teria sido concretizada, longe da academias e em íntima ligação com o povo que representava, o que se colava na perfeição ao novo culto do nacional e do genuíno. O escritor Afonso Lopes Viera chegou a afirmar que “É preciso impor ao espírito nacional estes painéis como uns novos *Lusiadas*”<sup>73</sup> e o pintor Almada Negreiros dedicou boa parte do seu esforço criativo ao estudo da obra quatrocentista, na tentativa de encontrar nela as raízes da cultura nacional e a base sobre a qual deveria assentar a arte moderna. A pintura de Nuno Gonçalves ganhou, deste modo, o estatuto de cânone para os artistas modernistas.

Outro caso de reabilitação das glórias passadas é, em 1922, a aventura aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral rumo ao Brasil, a bordo do hidroavião “Lusitânia”, então mitificada como uma reedição da viagem de Álvares Cabral por mar, quatro séculos antes. A iniciativa tinha o consenso de toda a nação e muito particularmente do seu Presidente, na altura António José de Almeida, cuja mensagem ao homólogo brasileiro, a ser entregue pelos aviadores à chegada, é bem representativa do simbolismo da ocasião:

“Esta viagem realizada pelo ar vai acrescentar uma nova estrofe à epopeia das viagens que os portugueses outrora levaram a cabo sulcando os mares. O coração da raça aí lhe vai, senhor Presidente, conduzido pelas mãos de heróis numa empresa quase sobre-humana. V. Exa. o receberá sem dúvida com o carinho fraterno que anima as relações das duas grandes pátrias a que temos a honra de presidir, e por isso lhe ficarei deveras agradecido.”<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Citado em Rui Ramos, op. cit., p.500.

<sup>74</sup> Citado em José-Augusto França, op. cit., p.61.

Não por acaso, o Brasil era tido pelos reaportuguesadores como um projecto de “Portugal maior” ou território privilegiado de afirmação da raça e da cultura portuguesas no mundo. Pouco depois da chegada de Coutinho e Cabral, António José de Almeida deslocar-se-ia ao Rio de Janeiro em visita oficial, para participar nas festas do I Centenário da Independência, levando na bagagem um discurso em que sublinhava a importância da “família lusíada”, contornando a expressão “confederação luso-brasileira”, projecto que então tinha os seus adeptos.

O feito dos aviadores teve eco em toda a imprensa portuguesa, chegando a ser motivo de inspiração para letras de fado, filmes, e numerosa poesia, de Pascoaes a Vitorino Nemésio, passando por Lopes de Mendonça ou Correia de Oliveira. Enquanto o *Diário de Lisboa* fazia do Infante D. Henrique e de Álvares Cabral os precursores, respectivamente, de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral, publicando-lhes os retratos lado a lado com os dos heróis das Descobertas, a *Contemporânea* dedicava-lhes o seu primeiro número, repetindo o seu nome em cada página, e António Ferro igualava, num ciclo de conferências no Brasil, o avião “Lusitânia” a “uma estrofe inédita dos *Lusíadas*”. Colocando tais louvores no seu devido lugar, José-Augusto França analisa-os como uma “mitificação (...) por demais imediata e pobre de imaginação e referências, ligada ao mesmo tempo à triste circunstância nacional e a uma recuperação sentimental de cariz populista”<sup>75</sup>.

No que toca especificamente ao meio literário, o que melhor o caracteriza até à década de 30 é a dispersão e a fugacidade. Desligada das universidades e academias, contrariamente ao que sucedia noutros países europeus, como a Alemanha e a França, a literatura portuguesa do início do século tem como habitat natural os cafés do Chiado, os jornais e as revistas literárias, que surgiam a um ritmo alucinante – entre 1900 e 1930 publicaram-se cerca de dez por ano, o que diz bastante sobre a quantidade de pequenos núcleos de jovens literatos ansiosos por notoriedade e convencidos da superioridade dos seus projectos face aos restantes. A ligar as novas gerações, onde crescia o número de diplomados que se acotovelavam por um lugar ao sol, muitas vezes por via do jornalismo, não havia as grandes correntes literárias de outrora, como o realismo e o simbolismo, sendo que os seus representantes não estavam já em condições de representar o papel de mestres. Ou por morte – os casos de Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental – ou por mudança de rumo nas suas carreiras – como

---

<sup>75</sup> França, José-Augusto, op. cit., p.66.

Guerra Junqueiro ou Ramalho Ortigão – ou ainda porque a sua obra já nada trazia de relevante à juventude. A esta última categoria pertence Eugénio de Castro, “patriarca que se tornara de um modernismo que não o reconheceria mais, nem ele aos novos”<sup>76</sup>. Com 50 anos em 1920, Eugénio de Castro assina, por esse período, obras como *Camafeus Romanos* ou *Cravos de Papel*, que denotam uma disciplina formal clássica e até popular, bem longe do artificiosismo simbolista de há três décadas.

Um pouco à deriva, os novos homens das letras limitavam-se a reeditar a herança literária recebida, embora sem grande entusiasmo ou génio. A prova disso está na contínua vitalidade de muitas das obras de Eça de Queiroz, que acumulavam edições na década de 20, e no sucesso alcançado pelos inéditos publicados em 1925, entre eles os romances *A Capital*, *O Conde de Abranhos* e *Alves & Cia*, através dos quais, refere José-Augusto França, a cidade se lia “a si própria, e reconhecia-se, mais certamente do que na literatura que actualmente lhe era oferecida, no gosto fiel de uma ironia social, e a um espírito de caricatura que a distância de quase meio século acentuava”<sup>77</sup>. Nesse mesmo ano, era comemorado o centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, que se concretizou num desfile de homenagens, publicações, exposições e conferências louvando o homem que, “nestes tempos de materialismo, (...) é o espírito”<sup>78</sup>, como chegou a escrever Albino Forjaz de Sampaio.

Com os mortos, que continuavam a ser consumidos e admirados, parecia ter sido enterrada a literatura de grande envergadura, de elaboração morosa e aturada. As novas condições sociais e também mentais favoreciam a ânsia de publicar e as obras breves, pelo que o meio privilegiado para o fazer eram os jornais e os magazines ilustrados, que se expandiram e modernizaram ao longo da década de 20, constituindo grande fonte de trabalho também para os artistas plásticos em ascensão. Ao nível do conteúdo, destaca-se claramente uma tendência patriótica, nacional, com alusão a temas da história de Portugal, e o recurso a cenários rurais – abundavam por essa altura os romances de pendor regionalista, como os de Sousa Costa, Júlio Brandão ou Manuel Ribeiro – ou a tópicos considerados especificamente portugueses. Não por acaso, o maior sucesso de vendas da década, *A Ceia dos Cardeais*, peça de teatro de Júlio Dantas, consegue congrega todos estes elementos, ao longo das suas escassas 40 páginas: a brevidade, as referências históricas e a especificidade do “amor em Portugal”.

---

<sup>76</sup> França, José-Augusto, op. cit., p.130.

<sup>77</sup> Ibidem, p.119.

<sup>78</sup> Citado em José-Augusto França, op. cit., p.123.



Sobre o consumo do romance português na época, conclui José-Augusto França que

“Entre gastas tradições camilianas e queiroseanas e nacionalismos e espiritualismos bastante triviais, entre regionalismos vernáculos catando o vocábulo, entre modernismos alambicados e psicologismos femininos estereotipados, em histórias folhetinescas ou eróticas, ou caricaturando os ridículos sociais”, este pautava-se por “necessidades culturais de fácil satisfação ou de ainda mais fáceis críticas de capelas literárias ou mundanas nos sítios do costume. Da poesia coisa idêntica poderia dizer-se, e do panorama literário global emergia, afinal, do lado académico, a glória de um Júlio Dantas, mesmo que cada vez mais ‘regressivo’, mas com muitos decénios de vida por diante, e, do lado de uma criatividade dramática torturada, um Raul Brandão que morria ao termo da década, considerado ‘a maior figura literária do tempo – que era’”<sup>79</sup>.

Neste cenário algo murcho e pouco desafiador, alguns criadores destacaram-se pela ousadia com que propuseram romper com as convenções estéticas e morais então vigentes, favorecidas não só pelo regime republicano, como também pelos grupos extremistas de esquerda e de direita que passaram a grassar em Portugal no pós-guerra. Na década de 20, o clima era de intolerância implacável face a todas as actividades que favorecessem desvios a uma vida virtuosa, sã e disciplinada, como o jogo, a prostituição, o alcoolismo ou a homossexualidade. Porém, este novo puritanismo não se fazia em nome dos preceitos católicos nem tão-pouco era uma reacção da moral tradicional. Surgia, antes, como o reflexo do “conceito totalitário da existência”, bandeira dos esquadrões de “militantes”, que então se multiplicavam por Lisboa. Por esses anos, ser “militante”, fascista ou comunista, significava total fidelidade a um quadro ideológico que, na prática, deveria traduzir-se em todos os aspectos da própria vida, através do vestuário, das leituras e até das opções quanto aos relacionamentos pessoais.

Ora, o que propunham os modernistas, mais do que simples modelos literários ou pictóricos, era o próprio pluralismo moral, a ideia de que a vida humana só poderia ser entendida na sua totalidade se experimentada sob diferentes perspectivas, tal como vinham tentando demonstrar os pintores cubistas desde Paris. Daí que homens como Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, Amadeu de Sousa Cardoso ou Guilherme de Santa-Rita (“Santa-Rita Pintor”) tivessem, numa primeira fase, abraçado o futurismo, em que justamente se exaltava a tecnologia e o dinamismo das

---

<sup>79</sup> França, José-Augusto, op. cit., p.146.

máquinas como metáfora para exprimir a sua repulsa pelas regras, pelos cânones académicos e comportamentais, e a sua crença numa realidade imparável e em permanente mudança, que deveria ter tradução na arte. Anunciado, em 1909, pelo italiano Filippo Marinetti, o futurismo aspirava a uma experiência total e superior da vida e, como tal, apostou em temas até então tidos como condenáveis ou marginais, como a guerra, os distúrbios mentais e os “desvios” sexuais.

A aventura futurista portuguesa teria duração curta, correspondendo a um período que vai de 1915 a 1917 e que tem como marcos a publicação do primeiro dos dois números da revista *Orpheu* e da edição única de *Portugal Futurista*, com o seu desfile de referências ao frenetismo do mundo moderno, das cidades e das máquinas, e de sugestões homossexuais. Datam também desses anos algumas iniciativas públicas que tiveram Almada Negreiros, sempre caustico para com os aclamados pelo sistema, como protagonista. São os casos do *Manifesto anti-Dantas*, uma paródia à peça *Soror Mariana*, de Júlio Dantas; o *Ultimatum Futurista*, lido no Teatro República em fatomacaco, onde o poeta-pintor louva a guerra como oportunidade de Portugal encarar o futuro com renovadas energias; e o Manifesto da Exposição de Amadeu de Sousa Cardoso, em que Almada escolhe como vítima o então director do Museu de Arte Antiga, José de Figueiredo, e explica por que deve a experiência substituir a cultura: “A descoberta do caminho marítimo para a Índia já não nos pertence porque não participámos desde feito fisicamente e, mais do que a Portugal, este feito pertence ao século XV”<sup>80</sup>.

Os anos 20 trariam outra feição ao modernismo, que procurava distanciar-se dos radicalismos iniciais, tidos como meramente experimentais e transitórios, e de uma certa imagem de leviandade e excentricidade, devida sobretudo à postura de escritores como Judith Teixeira e António Ferro. As novas modas europeias favoreciam agora, na pintura, a representação naturalista ou neoclássica, e, na literatura, a contenção das emoções e o culto da clareza, da forma e da ordem. Autor de *Salimbancos*, publicado sem qualquer pontuação em *Portugal Futurista*, e também, quase uma década depois, do romance *Nome de Guerra*, de prosa ordenada, clara e contida, Almada Negreiros é bem o exemplo desta metamorfose do modernismo.

Por outro lado, a década que se segue ao fim da I Grande Guerra é também aquela em que se assinala o primeiro grande embate entre os modernos e a nova moral de cariz

---

<sup>80</sup> Citado em Rui Ramos, op. cit., p.582.

totalitário, defensora da disciplina e da higiene, a que nos referimos atrás. O primeiro sinal de viragem foi, em 1923, a proibição de *Mar Alto*, peça de António Ferro, pelo governador civil de Lisboa, texto que em si nada teria de escandaloso atendendo à tradicional complacência das autoridades perante inúmeras outras publicações e representações, essas sim, susceptíveis de serem rotuladas de obscenas. Mas os tempos eram outros. Quando, nesse mesmo ano, estala o caso do “baile da Graça”, com a descoberta, nesse bairro lisboeta, de um local de encontro regular e secreto para homens que se travestiam, as atenções viram-se para António Botto e o seu livro *Canções*, supostamente a tradução poética desses serões libertinos. Pessoa e Raul Leal, este um homossexual assumido, vieram em defesa de Botto, o primeiro através do artigo “António Botto e o Ideal Estético em Portugal”, publicado na *Contemporânea*, e o segundo com o panfleto *Sodoma Divinizada*. Ambas eram, no fundo, formas veladas de propor a assunção pública da homossexualidade, afirmando a necessidade de se acolher na sociedade de então, que os modernistas queriam plural, formas diferentes de estar e de conceber a vida. Contra a chamada “literatura de Sodoma” logo reagiram os estudantes universitários, que formaram a Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa e fizeram circular um manifesto, prometendo “obra de higiene moral e social”. Organizados em milícias que faziam campanha pela Baixa de Lisboa, exigindo maior repressão por parte das autoridades face a estes poetas aberrantes, os estudantes conseguiram o apoio do governador civil de Lisboa, que acabou por proibir as *Canções*, de Botto, bem como a *Sodoma Divinizada*, de Leal. Deste modo, também no campo da cultura, se aceleravam os passos a caminho da ditadura.

\*\*\*

No país vizinho, o final da Grande Guerra assinala igualmente a ascensão dos novos, tanto na artes como na literatura. Numa sociedade em crescente processo de urbanização à custa de uma indústria fomentada pelo conflito mundial e onde estudantes dos vários ramos do conhecimento passam a procurar o centro da Europa para ampliar os seus estudos, estavam criadas as condições para um período de enorme ebulição cultural. Ao mesmo tempo que o analfabetismo regredia e o cinema se popularizava transformando-se num verdadeiro meio de comunicação de massas, torna-se evidente uma maior sede de leitura, bem visível na proliferação de jornais, revistas, livros e das chamadas colecções populares, de carácter literário – são exemplos *Los*

*Contemporâneos* (1909-1926), *La Novela Corta* (1916-1925), onde publicou Cansinos-Assens, ou *La Novela Semanal* (1921-1925), por onde passaram textos de Valle-Inclán – com tiragens iguais ou superiores às médias da imprensa diária.

É neste contexto de busca da modernidade que ganha fôlego a primeira vaga da vanguarda espanhola, reunindo jovens de uma pluralidade de vínculos estéticos mas unidos na negação do modernismo precedente, na ânsia de uma sintonia profunda com as letras europeias da época e inspirados pelo mesmo contexto ideológico do pós-guerra. Ramón Gómez de la Serna, pelo seu génio incomparável e também em virtude do contacto directo com os novos ares em Paris, é o homem que abre caminho às vanguardas em Espanha, trazendo para as páginas da revista *Prometeo*, fundada pelo pai, Javier Gómez de la Serna, o manifesto futurista de Marinetti (1909), a quem solicita posteriormente o “Manifesto futurista para Espanha”, um verdadeiro programa de mudança, política e literária. Convivendo com modernistas, em tertúlias e homenagens, ao longo dos quatro anos que se seguiram ao seu regresso da Cidade-Luz (1910-1914), Ramón Gómez de la Serna cedo se torna independente e naturalmente cria o seu próprio “ismo”, o “ramonismo”, cujos princípios se encontram já plasmados nas suas primeiras *Greguerías*, de 1914, *Primera Proclama de Pombo* e *El Rastro*, publicados no ano seguinte.

O que distingue Gómez de la Serna, ele próprio uma geração literária, como defendeu Melchor Fernández Almagro, é o que comumente os críticos designam por um novo olhar sobre a realidade, que vem colocar-se muito além da perspectiva tradicional, a da literatura como espelho mimético da vida, patente no realismo. Partindo de uma filosofia do mundo como caos, o prolífico autor propôs, como sintetiza Victor G. de la Concha, que “un mundo incoherente no puede tener otra expresión que la de la fragmentación y de la incoherencia; el hombre debe, además, convencerse de que es un ser marginal y, más que referir las cosas a sí, debe buscarse a si mismo en las cosas”<sup>81</sup>. A greguería (soma de humorismo e metáfora), célula básica de todos os seus escritos, corresponderá justamente a essa tentativa de prender os instantes, as perspectivas transitórias, o único que Ramón julgava poder ser verdadeiramente apreendido.

Enquanto o autor de *La Quinta de Palmyra* vai seguindo a sua busca individual e muito própria do novo, outros fazem-no em colectivo, concretamente a partir de 1918,

---

<sup>81</sup> Concha, Victor G. de la, *Época contemporánea: 1914-1939*, in *Historia y Crítica de la Literatura Española* (vol.7), coordenação de Francisco Rico, Editorial Crítica, Barcelona, 2001, p.208.

altura em que as letras espanholas vêem surgir os chamados ultraísmo e creacionismo, dois movimentos literários algo semelhantes se analisados apenas pela rama. Ambos rejeitam a poesia mimética realista, cultivam a imagem isolada, sem contexto real, recorrem ao léxico do mundo do cinema e do desporto, que sugere dinamismo e, tecnicamente, introduzem uma nova disposição tipográfica do poema. Porém, há diferenças fundamentais, desde logo pela capacidade de o creacionismo se constituir como escola literária, cuja influência se nota em grande medida na segunda geração da vanguarda espanhola, os poetas de 27, enquanto que o ultraísmo se esfuma em poemas dispersos publicados em revistas e em muito poucos livros.

Os ultraístas, cujo pai espiritual vem a ser, curiosamente, o escritor modernista Rafael Cansinos-Assens, também companheiro de tertúlias de Ramón Gómez de la Serna nos primeiros anos do café “Pombo” (antes de criar o seu próprio espaço de debate no “Colonial”) arrancam, logo nos finais de 1918, com um breve manifesto em que, assumindo-se como jovens literatos em início de carreira, afirmam o seu propósito de alcançar uma arte nova que vá mais além do novecentismo, o último registo de evolução literária. Mais à frente, o documento concretiza a missão do colectivo, em termos algo contraditórios:

“Nuestra literatura debe renovarse, debe lograr su *ultra*, como hoy pretende lograrlo nuestro pensamiento científico y político. Nuestro lema será *ultra*, y en nuestro credo cabrán todas las tendencias sin distinción. Más tarde esas tendencias lograrán su núcleo y su definición. Por el momento creemos suficiente lanzar este grito de renovación y anunciar la publicación de una revista que llevará este título: *Ultra*, y en la que solo lo nuevo hallará acogida”<sup>82</sup>.

Mantendo actividade aproximadamente até 1922, os seguidores do ultraísmo vão espraçando, sobretudo nas páginas das revistas, a sua obra de agitação social e literária, que pecará pela ambição desmedida de sintetizar, em si mesma, todos os anteriores movimentos da vanguarda europeia – futurismo, dadaísmo, expressionismo alemão – na ânsia desaustinada de corrigir o atraso da literatura espanhola face às restantes europeias. *Cervantes*, publicação então dirigida por Cansinos-Assens, cumprirá o papel de órgão oficial do novo movimento, entre 1919 e 1920, e é aí que publicam nomes como Guillermo de Torre e o argentino Jorge Luís Borges, o único que tentará construir uma poética do ultraísmo. Essa andará algures entre a ascensão da imagem como centro

---

<sup>82</sup> Citado em Victor G. de la Concha, op. cit., p.238.

do poema, o que pressupõe a eliminação do narrativo, e a proscrição do sentimental, substituído pela frieza do mundo moderno, nunca perspectivado de modo directo mas através de um cruzamento de sensações.

Além de *Ultra*, dirigida por um comité anónimo, outras publicações se destacaram, no início da década de 20, como veículo do vanguarda literária espanhola, como *Grecia*, *Reflector* e *Alfar*.

Se o ultraísmo faz tábua rasa da tradição e do passado, à maneira dos futuristas, o creacionismo, pelo contrário, “supo destruir construyendo, guiado por los modelos de Huidobro y los poetas franceses”<sup>83</sup>, como observa Victor de la Concha. O poeta chileno chega a Madrid no Verão de 1918, onde é aclamado por Cansinos-Assens, que compara a sua visita à de Ruben Dário, grande iniciador do simbolismo hispânico, por semelhante contributo para a evolução da literatura espanhola. Na sua estada no país, Huidobro entra em contacto com os ultraístas mas, à falta de aceitação das suas propostas estéticas, decide rumar a Paris onde conhece o cubismo, a partir do qual desenvolverá uma poética de que se reclama o verdadeiro pai, entrando em conflito com Paulo Reverdy. De regresso a Espanha, com provas “inequívocas” da sua paternidade, consegue a adesão de Gerardo Diego – autor de importantes obras como *Manual de Espumas* e *Imagem* – e Juan Larrea à poética creacionista.

Tendo como núcleo a chamada “imagem criada”, o poema creacionista distingue-se pelo vazio ideológico, pela abolição da narração e depuração de sentimentos, assim como pelo recurso à imagem, retirada do seu contexto real, e sobretudo por uma nova concepção de construção do poema, por justaposição de imagens – a “imagem múltipla”, próxima do cubismo – aliada a uma nova disposição tipográfica, que confere ritmo às palavras. Em suma, o poema creacionista é encarado como uma unidade orgânica viva, como qualquer planta que irrompe da terra. Ao poeta, como se fosse um Deus, não cabe narrar as coisas, mas sim criá-las, gerar uma outra natureza. Como bem define o próprio Gerardo Diego, “Lo que sí pretendió la poesía creacionista fue y sigue siendo crear o inventar un sentido nuevo y una técnica nueva, aprendida en parte en la naturaleza misma y en parte en la técnica científica y de las artes plásticas y en la de la música”<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Concha, Victor G. de la, op.cit., p. 212.

<sup>84</sup> Diego, Gerardo, “El creacionismo poético y Huidobro”, in Víctor G. de la Concha, op.cit., p.239.

### **3. CONTEMPORÂNEA (1922-1926) – UM PROJECTO IBERISTA**

## INTRODUÇÃO

“E podes acreditar que a unica razão por que viéste a este Mundo é esta: educares-te a ti-proprio.

Aproveita, portanto, Portuguez!

Vae ver os BAILADOS RUSSOS.

Vae ver como é bello e luminoso o cerebro da Europa!

Vae ver esse gesto dominador e sumptuoso da Civilização da Europa Moderna!

Vae aprender a sêres livre e feliz por tua propria iniciativa!

Vae aprender essa mechanica da disciplina onde a tua juventude está graduada até á tua emancipação geral! É exclusivamente por esta disciplina que trabalhamos incessantemente!

É por esta disciplina que impomos quotidianamente o nosso trabalho a esse processo de educação em Portugal que conduz o jovem mais facilmente ao servilismo do que á disciplina!

A ti, Portuguez! A todos os Portuguezes! Com esta brutal energia do nosso puro sangue de artistas conscientes, com os olhos atentos na Europa, exigimos immediatamente essa colossal diferença entre servilismo e disciplina!”<sup>85</sup>.

Eis como termina, em êxtase vanguardista, a folha volante “Os Bailados Russos em Lisboa”, colada artesanalmente no início de *Portugal Futurista*, publicação que, apreendida imediatamente à boca da tipografia, nunca chegou a ver a luz do dia. Em 1917, dois anos após a saída de *Orpheu*, revista que abanará, com o seu “agressivo imoralismo esteticista”<sup>86</sup> os fracos alicerces da recém-instalada elite republicana, parecia assim, em “fugaz apoteose”<sup>87</sup>, como conclui Nuno Júdice, a aventura futurista portuguesa.

Seria preciso chegar até à década de 20, já depois da morte de alguns dos mensageiros das novidades estéticas desde uma Paris fervilhante – nomeadamente do poeta Mário de Sá-Carneiro e dos pintores Guilherme de Santa-Rita e Amadeu de Sousa Cardoso – para assistir a um apaziguamento do modernismo português e ao aparecimento de um projecto editorial que pretendia impor-se, antes de mais, como ponto de reunião entre os poucos que, nesse Portugal distante ainda da “civilização

---

<sup>85</sup> Negreiros, José de Almada, com Ruy Coelho e José Pacheco, “Os Bailados Russos em Lisboa”, in *Portugal Futurista*, edição fac-similada, Contexto Editora, Lisboa, 1981, s/p.

<sup>86</sup> Júdice, Nuno, “O futurismo em Portugal”, in *Portugal Futurista*, ed. cit., p.9.

<sup>87</sup> Ibidem, p.13.



moderna” europeia, se interessavam pela “elegância na arte e na vida”<sup>88</sup>. O grande protagonista dessa aventura, emblematicamente baptizada de *Contemporânea*, será justamente José Pacheco, o arquitecto que juntara a sua assinatura, grafada como um “k” fantasioso, às do poeta Almada Negreiros e do músico Ruy Coelho no exaltado “Os Bailados Russos em Lisboa”.

A revista, que terá uma história invulgarmente longa, se tivermos em conta o carácter maioritariamente efémero e experimental das publicações do primeiro modernismo português, estreia-se com um número espécimen, em 1915, curiosamente pouco após a saída do número dois de *Orpheu*, mas não será ainda aí que o sonhador José Pacheco consegue materializar a sua obra “artisticamente civilizada e moderna”<sup>89</sup>. Na verdade, a edição experimental, que mostra a sua simpatia pela ditadura de Pimenta de Castro e pela Igreja, então fragilizada pelas investidas republicanas, dando também acolhimento a colaborações de vários adeptos monárquicos, apresenta-se ainda muito presa ao gosto finissecular, quer no plano gráfico, no uso da reportagem fotográfica, na cobertura dos eventos sociais, quer na inclusão de uma “Secção Feminina”, com sugestões de moda, beleza e economia doméstica.

O salto modernista será dado apenas em Maio de 1922, com um primeiro número que, de facto, virá revolucionar as artes gráficas em Portugal e, numa perspectiva mais global, a própria forma de entender a arte e a literatura, sem exclusivismos vanguardistas. As próximas edições seguem-se ininterruptamente até Março de 1923, data do número nove, registando-se um compasso de espera de aproximadamente um ano até à publicação do décimo número, já em 1924. No ano seguinte, em Março, sai à rua o primeiro e único suplemento da revista, um modesto caderno de oito páginas, que revela já as dificuldades financeiras do projecto e a debilidade de José Pacheco, vítima de uma tuberculose que o levaria à morte em 1934, com apenas 49 anos. Contudo, *Contemporânea* ainda contará com mais três números (Maio, Junho e Julho/Outubro), incluídos já numa terceira série, que percorre o ano de 1926, conhecendo um último e gorado fôlego, três anos mais tarde, com a preparação de uma décima quarta edição, de que apenas se conservam provas corrigidas com inéditos de Fernando Pessoa, Álvaro de Campos, Judith Teixeira ou António Botto, entre outros.

---

<sup>88</sup> “Programa da *Contemporânea*” in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, *Pacheco, Almada e “Contemporânea”*, Centro Nacional de Cultura e Bertrand Editora, Lisboa, 1993, p.103.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p.103.

Assumindo, logo a partir do terceiro número, a missão de “revista feita expressamente para gente civilizada” e para “civilizar gente”<sup>90</sup>, num Portugal que, a vários títulos, permanecia no passado, a revista de José Pacheco não teve uma vida fácil nem pacífica, desde logo devido a uma manifesta escassez de leitores. As frequentes mudanças na responsabilidade das edições atestam-no bem. Depois de um arranque financiado pelo industrial conserveiro e coleccionador Agostinho Fernandes, que se mantém ao longo dos seis primeiros números, a revista passa para as mãos da sociedade Edições Contemporânea, que garante os três números seguintes, cabendo ao próprio José Pacheco a décima edição. Ao longo da terceira série o editor será Gil Vaz.

Sendo produto de uma época em que as teorias nacionalistas de direita do Integralismo Lusitano começavam a ganhar terreno entre os jovens estudantes de então, alimentando a revolta contra um regime republicano que cedo desiludira na sua promessa de democratização do sistema liberal, *Contemporânea* é também o reflexo de um homem que, em várias frentes, se empenhou pela modernização das artes e letras portuguesas. É assim que vemos desfilar pelas suas páginas homens como António Sardinha, Martinho Nobre de Mello, Carlos Malheiro Dias, António Ferro, Mário Saa, Correia de Oliveira, Hipólito Raposo, Homem-Cristo, conde de Monsaraz ou João Ameal, intelectuais que, como afirma José-Augusto França, marcam “a opção em que Pacheco se achava, mundanamente e por snobismo aristocrático, também, mais do que por um corpo ideológico definido no seu pensamento por natureza divagante, de idealista em dificuldades de quotidiano”<sup>91</sup>.

Porém, é no terreno da arte e dos artistas de corpo inteiro que melhor se move o director de *Contemporânea*. Vemo-lo em Paris, logo em 1910, depois dos estudos de arquitectura em Lisboa, instalado em Montparnasse, na Cité Falguière, local por onde também passaram outras artistas portuguesas como Carlos Franco, José de Bragança, Amadeu de Sousa Cardoso ou Diogo de Macedo, todos eles colaboradores da revista. Três anos mais tarde, de regresso a Lisboa, entrará em contacto com o núcleo de poetas que dará corpo ao projecto de *Orpheu*, executando a capa de *Dispersão*, de Mário de Sá-Carneiro, com quem já privara na experiência de Paris, tendo sido ele provavelmente o responsável pela introdução de Pacheco no círculo de relações de Fernando Pessoa. Também para *Orpheu*, no mesmo ano em que sai o número espécimen da muito

---

<sup>90</sup> *Contemporânea* nº3, volume I, edição fac-similada, Contexto Editora, Lisboa, 1984-1992, s/p (Jornal).

<sup>91</sup> França, José-Augusto, “*Contemporânea* e os anos 20 portugueses”, in *Contemporânea* nº10, volume IV, ed. cit., s/p.

sonhada *Contemporânea*, desenha a capa da edição de estreia. Nesse mesmo Verão de 1915, será ainda anfitrião em Lisboa do casal simultaneísta Robert e Sónia Delaunay estada que é encarada como grande acontecimento para o meio modernista. Não chegará a regressar a Paris como planeava, mas logo em 1916 envolve-se no projecto da Galeria das Artes, inaugurada no velho salão Bobone, que dá acolhimento a nomes como Almada, Jorge Barradas, Stuart Carvalhais ou o dele próprio, José Pacheco, sendo apelidado pela imprensa como “Salão dos Futuristas”. Segue-se, um ano depois, a assinatura, com “k” futurista, do já referido manifesto a favor dos Bailados Russos, que em breve chegariam a Lisboa, e a publicação de *A Engomadeira*, novela que Almada Negreiros lhe dedica, tomando-o como um dos expoentes da arte moderna em Portugal: “em todo o meu trabalho há um facto importante que eu quero sublinhar – é a dedicatória a José Pacheco. É que muito pouca gente sabe, como eu, bem avaliar aqueles que são uma selecção dos bons aspectos de Paris. Enfim, escuso de repetir-me neste assunto que o nosso Mário de Sá-Carneiro sabia tão justamente classificar – Nós os três somos de Paris! E somos. Temos esta elegância, esta devoção, este farol da Fé”<sup>92</sup>.

José Pacheco foi ainda animador da ideia, logo abortada, de uma Sociedade Portuguesa da Arte Moderna, que pugnaria pela realização de concertos, exposições, conferências e edições. Isto dois anos antes de assumir, em 1921, a liderança de um amplo movimento pela modernização da Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), imediatamente travado pela direcção em funções com uma oportuna alteração de estatutos, factor que terá despoletado, no entender de Daniel Pires, o renascimento de *Contemporânea* com a qualidade e o requinte que se lhe reconhece a partir de Maio de 1922: “Sem uma tribuna para poderem defender os seus ideais de carácter artístico, e pretendendo denunciar a arbitrariedade a que tinham sido sujeitos, os artistas jovens recuperaram o projecto encetado em 1915, dando-lhe, porém, uma dimensão mais ampla, fruto de um impulso que os acontecimentos recentes fundamentaram”<sup>93</sup>.

Não se trata já de impor o futurismo, como por ignorância se convencionara apelidar toda a manifestação de arte moderna. De resto, José Pacheco nunca abraçara, como linha estética, as propostas do futurismo ou do cubismo, já que, como sublinha Gustavo Nobre, as “artes construtivas, altamente intelectualizadas, não se adaptavam ao

---

<sup>92</sup> Citado em Gustavo Nobre, “José ‘Pacheco’”, in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, op. cit., p. 51.

<sup>93</sup> Pires, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*, Editora Grifo, Lisboa, 1996, p.115.

seu espírito poético e sonhador. Pelo contrário, os Bailados Russos marcaram Pacheco para toda a vida; conservaria os seus programas até morrer”<sup>94</sup>. Os “novos”, como passaram a ser designados, não queriam tomar de assalto a direcção da SNBA ou menosprezar o trabalho dos consagrados, mas apenas dar “o nosso esforço para que se faça Arte em Portugal”, porque “tal como está, é que a Sociedade não pode continuar (...) é quase um crime que a geração futura não perdoaria, todos os artistas, novos e velhos, reconhecem que em Portugal não se faz nada”<sup>95</sup>, como dirá José Pacheco a um jornal, nesse período de mais de um ano em que a polémica se manteve acesa na imprensa nacional.

Ao longo dos seus 13 números, sem excluir o suplemento de 1925, *Contemporânea* fará eco desta contenda em torno da SNBA – cuja actividade, ao que parece, se esgotava na organização de uma exposição anual – nomeadamente através de dois textos de autor: “A derrocada da técnica”<sup>96</sup>, intervenção de Raul Leal num comício realizado no cinema Chiado Terrasse, e “Carta relativamente aberta sobre a Sociedade Nacional de Belas Artes”<sup>97</sup>, de Leitão de Barros, jornalista e sócio antigo da SNBA. Para além destes dois artigos, em que a questão é analisada de forma directa, o que mais parece preocupar os promotores da revista é o problema mais vasto do intrínseco atraso intelectual e artístico do país, visível não só no comportamento das elites governativas, como também na própria aversão à mudança demonstrada pelos populares. Várias notas soltas o demonstram, embora o tom aglutinador dessa missão civilizadora seja dado imediatamente no número inaugural da revista, com “Carta a um esteta”, assinado por Afonso de Bragança, que saúda a recente travessia de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, no que ela significa em termos de progresso científico, e fala em nome de uma geração que quer “viver a própria vida”, livre dos paradigmas do passado, afirmando a sua contemporaneidade – “E com que esforço, n’um país que o não é!”<sup>98</sup>.

Sem sectarismos estéticos, a revista de José Pacheco que, como observa Daniel Pires, “fez a ligação entre o primeiro e o segundo modernismo literários vindo a lume entre o *Orpheu* e a *Presença*”<sup>99</sup>, dará acolhimento a algumas das mais relevantes figuras da cultura da época. Na literatura, destacam-se Almada Negreiros e Fernando Pessoa,

---

<sup>94</sup> Nobre, Gustavo, art. cit., p.46.

<sup>95</sup> “A polémica dos novos na Sociedade Nacional de Belas Artes”, in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, op. cit., p.164.

<sup>96</sup> Leal, Raul, “A derrocada da técnica”, in *Contemporânea* nº2, volume I, ed. cit., pp.60-63.

<sup>97</sup> Barros, Leitão de, “Carta relativamente aberta sobre a Sociedade Nacional de Belas Artes”, in *Contemporânea* nº10, volume IV, ed. cit., pp.30-32.

<sup>98</sup> Bragança, Afonso de, “Carta a um esteta”, in *Contemporânea* nº1, volume I, ed. cit., p.1.

<sup>99</sup> Pires, Daniel, op. cit., p.115.

dois dos colaboradores mais assíduos, para além de Mário de Sá-Carneiro, António Botto, António Ferro, Álvaro de Campos, Raul Leal, Luís de Montalvor ou Judith Teixeira. Em suma, alguns dos nomes mais relevantes da história do primeiro modernismo português e da aventura de *Orpheu*, que conviverão sem atritos com as correntes estéticas de tradição, como o simbolismo, o saudosismo e o nacionalismo, representadas por nomes como os de Eugénio de Castro, Camilo Pessanha, Afonso Lopes Vieira, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Manuel Ribeiro, Aquilino Ribeiro ou Teófilo Braga. Nas artes plásticas, com preponderância da presença de Almada – em capas, *hors-textes*, ilustrações e cartazes publicitários – o eclectismo repete-se: Amadeu de Sousa Cardoso, António Carneiro, Bernardo Marques, Columbano Bordalo Pinheiro, Diogo de Macedo, Eduardo Viana, Ernesto do Canto, Francisco Franco, Jorge Barradas, Stuart Carvalhais, entre outros.

Ainda que “sem poder criativo ou generativo, como fora o caso do *Orpheu* ou do *Portugal Futurista*”<sup>100</sup>, como assinala José-Augusto França – em consonância, aliás, com a relutância que o próprio Fernando Pessoa chegou a manifestar relativamente ao projecto de José Pacheco – *Contemporânea* adquire relevo a outro nível. Isto porque personificará, no âmbito dos órgãos do primeiro modernismo português, a primeira tentativa séria de aproximação às modernas letras espanholas, e, num sentido mais vasto, o espaço onde se concentram as vozes que, por esses anos, apelavam para uma política de aproximação ibero-americana, perante a ameaça do crescente imperialismo anglo-saxónico.

Recorde-se que, até este momento, a relação entre os modernos de ambos os lados da fronteira caracteriza-se essencialmente pelo desencontro. O que reflecte, por um lado, momentos distintos de contacto com as novas tendências da literatura europeia e, por outro, formas também distintas de assimilação da novidade. Quando estala o “escândalo de Orpheu”, em 1915, Espanha vive ainda presa – e viverá, até 1918 – ao registo do modernismo hispânico e das estéticas finisseculares, pelo que a sua literatura nunca chegará a mostrar-se nesta primeira aventura do modernismo português ou, posteriormente, em *Portugal Futurista*. Por outro lado, os pontos de contacto escolhidos por Mário de Sá-Carneiro e Fernando Pessoa, para dar a conhecer o seu projecto de ruptura junto do país vizinho, não parecem ter sido os mais adequados. Um deles, o poeta e pensador Miguel de Unamuno, conhecido inclusivamente pela sua aversão ao

---

<sup>100</sup> França, José-Augusto, art.cit., s/p.

“fogo de artifício” dos jovens literatos, era justamente um dos principais interlocutores em Espanha de Teixeira de Pascoaes, que nunca levaria a sério os jovens órficos. Poeta e teórico do saudosismo, o director de *A Águia*, órgão de um programa vasto de ressurgimento nacional assente no regresso a uma cultura e identidade próprias, dirá dessa poesia, como nos recorda Daniel Pires, que “era coisa a que faltava seriedade, simples malabarismo de *jongleurs* atraídos”<sup>101</sup>.

Do outro lado da fronteira, já em 1916, a revista madrilena *Cervantes*, associada ao nascimento do ultraísmo, esboçará um primeiro encontro das letras luso-espanholas no universo das publicações da época, mas centrando-se em autores inseridos nas correntes de tradição, como o simbolista Eugénio de Castro ou o saudosista Teixeira de Pascoaes, entre outros como António Nobre, Júlio Dantas, Eça de Queiroz ou Guerra Junqueiro. Assim, e levando em conta que a revista *Ultra* (1921-1922), o mais importante órgão do ultraísmo hispânico, nunca chegará a fazer eco da nova literatura portuguesa, o único terreno de contacto com os poetas do primeiro modernismo português, representados por António Ferro e Mário de Sá-Carneiro, será o das páginas da revista *Cosmópolis* (1919-1922) e pela mão da jornalista Cármen de Burgos, companheira do vanguardista Ramón Gomez de la Serna e autora das várias crónicas portuguesas aí publicadas.

Deixando o rasto de apenas uma referência casual, e sem desenvolvimentos, ao ultraísmo – movimento de vanguarda que esmorecia no final de 1922, após a extinção, em Março, da revista *Ultra*, sua principal porta-voz, ou seja, dois meses antes do aparecimento de *Contemporânea* – a presença dos espíritos contemporâneos do país vizinho faz-se pela pena de Corpus Barga, José Francés, Ramón Gómez de la Serna, Rogelio Buendía e Adriano del Valle, bem como pelo traço do pintor moderno Daniel Vázquez Díaz, num período que vai desde o número dois, de Junho de 1922, até à décima edição, no ano de 1924. Se em Corpus Barga, jornalista correspondente em França, e José Francés, escritor e crítico de arte, a revista saúda a presença de nomes próximos, mas não determinantes, no percurso das vanguardas literárias em Espanha, já em Ramón Gómez de la Serna e nos poetas ultraístas andaluzes, Rogelio Buendía e Adriano del Valle, *Contemporânea* acabará por protagonizar o estabelecimento de uma ponte firme até ao universo fervilhante dos “novos” do país vizinho, através de criadores que também passaram por Portugal na sua busca de modernidade.

---

<sup>101</sup> Citado em Daniel Pires, op. cit., p.265.

Ímpar pela sua personalidade e obra – pioneira, inovadora e pródiga – Ramón Gómez de la Serna, o homem que apresentou o futurismo aos espanhóis, será também o primeiro dos nomes de relevo da modernidade em Espanha a aprofundar contactos com Portugal e com a sua ansiosa juventude literária, entusiasmando-se, desde a primeira hora, com o projecto de José Pacheco, uma das suas amigas portuguesas (além de António Ferro e do jornalista Rogério García Pérez), e admirando a obra de Almada Negreiros, que apadrinhará mais tarde em Madrid. Tendo chegado a residir em Portugal, no Estoril, local que o inspirou para várias das suas novelas, Ramón Gómez de la Serna nunca chegou a ser um teórico do iberismo, justificando-se a sua incursão no meio literário português de então por motivos sobretudo artísticos, que se prendem com uma busca incessante pelo “novo”, onde quer que este se lhe apresentasse. Foram três as suas colaborações na revista de José Pacheco, sendo a mais relevante para o presente estudo a que reproduz o seu discurso num banquete de homenagem à *Contemporânea* e ao seu director, texto onde, não por acaso, acentua o carácter pioneiro da publicação, ao promover “la union de lo rústico y de lo ultramoderno y de la pintoresca privanza del espiritu nacional á la más audaz de las novedades”.<sup>102</sup>

A importância da colaboração dos dois poetas andaluzes vinculados ao ultraísmo, Rogelio Buendía e Adriano del Valle, fruto muito provavelmente da sugestão da Gómez de la Serna, será de outra ordem. Além de veículo de projecção da sua obra e do que ela representava de inovador no contexto da literatura espanhola, *Contemporânea* será também, para ambos os colaboradores, a plataforma de um intercâmbio paralelo com autores afins do outro lado da fronteira, e muito especialmente com o genial Fernando Pessoa. Através de uma correspondência breve mas intensa – 20 cartas que se estendem entre Agosto de 1923 e Novembro de 1924, onde se inclui o também ultraísta Isaac del Vando-Villar – ficaram registados comentários a livros, conselhos sobre autores a ter em conta, projectos de tradução e de publicação de obras, bem como uma busca mútua de projecção no país vizinho, que foi sobretudo útil à literatura nacional e às ambições iberistas de Fernando Pessoa, como primeiro passo para alcançar o projecto messiânico do Quinto Império cultural, centrado na língua portuguesa.

Autor de *Lusitania*, de 1920, e admirador de Eugénio de Castro, Rogelio Buendía é o poeta ultraísta que mais aprofundará relações com Portugal, destacando-se, entre as

---

<sup>102</sup> Serna, Ramón Gómez de la, “Discurso no banquete da *Contemporânea*”, in *Contemporânea* n.º7, volume III, ed. cit., p.2.

suas duas colaborações na revista lisboeta, o poema “Canción de España a Portugal”<sup>103</sup>, que é sobretudo um texto revelador do seu projecto de aproximação ibérica, alargado também aos territórios americanos de raiz portuguesa e espanhola. É, aliás, da sua responsabilidade, em parceria com o também lusófilo Adriano del Valle, a tradução de vários autores portugueses nas páginas do diário *La Provincia*, de Huelva, ao longo do Verão de 1923, nomeadamente Camilo Pessanha, Judith Teixeira, António Botto, Mário de Sá Carneiro e o próprio Fernando Pessoa, que aí terá a sua estreia literária numa publicação espanhola, com cinco dos poemas ingleses originalmente intitulados de “Inscriptions”.

Quanto a Adriano del Valle, que foi o introdutor em Espanha dos poetas do primeiro modernismo português, através da sua extensa rede de contactos e das diversas colaborações que mantinha na imprensa do seu país, a sua presença em *Contemporânea* faz-se através de duas colaborações. Através delas o leitor português pôde aproximar-se, pela primeira vez, das formas orientais que tanto influenciaram a produção poética dos ultraístas (“Haikais”<sup>104</sup>), bem como do próprio movimento de vanguarda, que pela primeira vez é referido no contexto de uma publicação portuguesa do primeiro modernismo português (“Isaac del Vando-Villar en siete colores”<sup>105</sup>), confirmando o já referido desconhecimento mútuo dos caminhos percorridos pelos “novos” em ambos os lados da fronteira.

Por último, com seis obras reproduzidas na revista portuguesa, o pintor Daniel Vázquez Díaz, também andaluz e obreiro do percurso ultraísta, será o único autor espanhol a quem *Contemporânea* dará o destaque de uma entrevista, justamente a pretexto da sua vinda a Portugal para os preparativos de uma exposição em Lisboa, agendada para o Inverno de 1922. A referida mostra chegou mesmo a realizar-se, integrando, aliás, o vasto programa cultural empreendido pelo projecto de Pacheco, fora do território restrito das páginas da revista. Ao cabo do primeiro ano de actividade, *Contemporânea* havia sido responsável por cinco exposições, cinco concertos, um serão de arte e também pela fundação da chamada Universidade Nova, além da edição de nove números (compilados em três volumes), contendo inéditos de 138 autores, 47 *hors-texte* e três separatas.

---

<sup>103</sup> Buendía, Rogelio, “Canción de España a Portugal”, in *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., pp. 115-116.

<sup>104</sup> Valle, Adriano del, “Haikais”, in *Contemporânea* nº4, volume II, ed. cit., p. 25.

<sup>105</sup> Idem, “Isaac del Vando-Villar en siete colores”, in *Contemporânea* nº10, volume IV, ed. cit., pp.14-15.



Porém, mais do que uma “aproximação mental” entre Portugal e Espanha, usando uma expressão de Fernando Pessoa, a revista de José Pacheco pugnará também por um intercâmbio cultural com as antigas colónias do continente americano. Tal campanha é sobretudo visível na terceira série da publicação, já em 1926, cuja capa do número dois traz inscrito, emblematicamente, o subtítulo “Portugal – Brasil – Ibero-americanismo – Arte”. Neste último esforço de vida da revista, desfilarão vários textos teóricos de defesa de uma comunidade ibero-americana, com interesses também políticos e económicos, assinados sobretudo por nomes do meio académico e das funções governativas, dos territórios nacional e brasileiro, parecendo reflectir uma corrente de pensamento que teria então um significativo número de adeptos, entre eles o próprio general Gomes da Costa, que assumia a presidência após o golpe militar de 28 de Maio.

Para melhor entender esta cruzada propagandística será necessário regressar ao número dois da primeira série da revista, de Junho de 1922, que publica “O pan-hispanismo”<sup>106</sup>, de António Sardinha, então regressado de um breve exílio em Espanha, que se seguira à sua participação no movimento de restauração da monarquia no norte do país. Mais tarde, em 1924, o grande mentor do Integralismo Lusitano escreveria *A Aliança Peninsular*, cujas ideias chave são aqui já esboçadas. Se, por um lado, o autor reconhece um sentido e uma missão civilizacional ao território peninsular, por outro, considera que tal “unidade moral” não deve ser concretizada numa “unidade política” que coloque em causa a natural independência e autonomia de ambos os Estados, Portugal e Espanha. Deste modo, Sardinha afasta liminarmente o projecto iberista de natureza liberal, propondo antes a constituição de uma comunidade, assente na partilha de um mesmo património cultural e histórico, que se estenda até às pátrias americanas de raiz portuguesa e espanhola e permita fazer frente à crescente influência anglo-saxónica – de cariz cultural, mas antes de mais económico e político – naqueles territórios do outro lado do oceano Atlântico.

Deste modo, além da presença brasileira, nomeadamente dos juristas Noé de Azevedo e Spencer Vampré, que publicam dois textos inseridos num ciclo de conferências realizado em S. Paulo, ainda em 1922, em torno da defesa de uma confederação luso-brasileira, *Contemporânea* acolherá igualmente várias colaborações da América hispânica, concretamente de J. M. Cantillo, ministro da Argentina em Portugal, de Daniel Ruza, poeta peruano, de Eduino de Mora, adido da Legação de

---

<sup>106</sup> Sardinha, António, “O pan-hispanismo”, in *Contemporânea* nº2, volume I, nº2, pp.49-51.

Cuba, de Antonio Iraizoz, ministro daquele país em Lisboa, e ainda de José D. Frias, poeta mexicano.

O esforço de José Pacheco em prol do ibero-americanismo, traduzido numa amálgama de colaborações que atravessam os domínios cultural, económico e político, não deixando clarificar as verdadeiras intenções da revista, acabará por ser reconhecido do outro lado da fronteira, numa época em que *Contemporânea* se preparava para o seu término definitivo, falhando na tentativa de publicar o seu décimo quarto número. Num discurso proferido num banquete que a revista lhe promovera, o então embaixador de Espanha em Portugal, Marquês de Quintanar, e também assíduo colaborador de *Contemporânea*, sobretudo ao longo da sua terceira série, chegará a garantir o empenho da nação vizinha e dos seus chefes, o rei Afonso XIII e o ditador Primo de Rivera, nesta política de aproximação peninsular e na extensão desses laços às longínquas antigas colónias americanas, ao mesmo tempo que endereça a José Pacheco, que encarnara com tanto empenho o ideal hispano-americano, o agradecimento de todos os peninsulares.

*Contemporânea* chegava assim ao fim do seu percurso, que marcou a vários níveis a história do primeiro modernismo português, mas, como conclui José-Augusto França, “nestas palavras de Espanha, o seu animador via o seu próprio fim ideológico ou moral atingido e reconhecido, ele que chegava também ao fim da vida”<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> França, José-Augusto, art. cit., s/p.

### 3. 1. PROGRAMA E ESPÍRITO

#### 3.1.1. A missão civilizadora dos “novos”

Dar voz a quantos em Portugal se interessavam “pela elegância na arte e na vida” e ser “ponto de reunião” da gente culta, em minoria e sem plataformas de diálogo, num país que se mantinha apeado do comboio europeu, o da “civilização moderna”<sup>108</sup>. Um texto curto, anónimo e incisivo preparava, nestes termos, a chegada para breve do número espécimen de *Contemporânea*, que sairia em 1915, próxima de *Orpheu* no tempo – é publicada após os seus dois únicos números – e nos colaboradores comuns, mas distante no espírito e nos propósitos. Transgressor, provocatório, experimental e febril, à boa maneira futurista, o projecto literário que deu a conhecer “Ode Triunfal”, de Álvaro de Campos, e “Apoteose”, de Mário de Sá Carneiro, ambos recorrendo ao grito como procedimento literário (“Eh-lá!”, “eia!”, “ó-ó-ó-y-y-y”, etc.) e exaltando a beleza dos símbolos da vida moderna (como as “grandes lâmpadas eléctricas da fábrica”), terá ido depressa demais na sua ânsia de alcançar a Europa e de abarcar todos os movimentos modernos. Às experiências editoriais que se lhe seguiram ou que giraram na sua órbita estética, como é o caso de *Contemporânea*, cujo mentor de sempre, José Pacheco, é também o autor da primeira capa de *Orpheu*, haveria de caber um papel distinto, justamente o de “fazer marcha atrás em relação às suas inovações” ou o de “exercer uma função de redundância, de consolidação e divulgação das primeiras experiências modernistas”<sup>109</sup>, como conclui Clara Rocha.

O que a *Contemporânea* pretende desde logo, mesmo a sete anos do seu arranque definitivo e do avanço do seu ambicioso projecto artístico e cultural, é, sem radicalismos nem rupturas, lançar as bases para a criação de um “meio culto” em Portugal – leia-se, sintonizado com os movimentos de vanguarda europeus – congregando à sua volta “as figuras mais brilhantes e variadamente individuais das nossas modernas correntes artísticas, desde as mais simples às mais complexas – todos quantos, desde o verso até à linha, sabem servir as curiosidades cultas e os interesses

<sup>108</sup> “Programa da *Contemporânea*” in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, op. cit., pp.103.

<sup>109</sup> Rocha, Clara, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p.351.

aristocratizados”<sup>110</sup>. O programa já referido não deixa dúvidas: tratava-se, não de tentar, mas de realizar imediatamente, sem ensaios, uma “obra artisticamente civilizada e moderna”<sup>111</sup>, cuja qualidade, quer gráfica, quer artística e intelectual, atingisse a fasquia das melhores revistas europeias de então.

Tal como uma parente ajuizada de *Orpheu*, a *Contemporânea* experimental nada revelou de ousado ou desafiador, não se distanciando muito, no entender de José-Augusto França, da fórmula do “magazine banal”<sup>112</sup> e mundano, muito em voga nos meados da primeira década do século. Sem originalidade no plano gráfico, com excepção de alguns apuros pontuais – a capa, de Almada Negreiros, as vinhetas de António Soares e Jorge Barradas, e uma ilustração de Eduardo Viana – a revista dá continuidade à reportagem fotográfica ao gosto do fim do século, registando a actualidade política, religiosa e os eventos sociais. Politicamente, coloca-se ao lado da ditadura fugaz de Pimenta de Castro e dá acolhimento a colaborações de adeptos monárquicos, como António Sardinha, Agostinho de Campos ou Hipólito Raposo, que coexistem com uma “Secção Feminina”, com sugestões de moda, beleza e economia doméstica, e uma coluna sobre desporto.

O grande sonho de José Pacheco, um dos artistas portugueses regressados de Paris ao estalar da I Grande Guerra, só haveria de concretizar-se em Maio de 1922, com o primeiro número de uma revista cujo requinte gráfico corresponderá, finalmente, aos contornos da almejada “obra artisticamente civilizada e moderna”. O projecto, abortado em 1915, talvez por razões políticas – o golpe de 14 Maio de 1915, que pôs termo ao governo de Pimenta de Castro, dá-se poucos dias após a saída do número espécimen – era agora retomado pela necessidade de uma tribuna que desse voz aos “novos”, derrotados na batalha pela revitalização da Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), de que José Pacheco, arquitecto e sócio da instituição, foi o principal rosto.

A polémica, que estala em Maio 1921, altura em que José Pacheco decide empreender uma campanha com o objectivo de abrir as portas do edifício da rua Barata Salgueiro a um grande número de personalidades adeptas da corrente modernista, artistas e não só, mantém-se acesa nas páginas da imprensa nacional durante mais de um ano, passando igualmente por um banquete no Leão de Ouro, em homenagem a João Vaz, um consagrado que se solidariza com os “novos”, e por um comício no

---

<sup>110</sup> “Programa da *Contemporânea*” in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, op. cit., p.103.

<sup>111</sup> Ibidem, p.103.

<sup>112</sup> França, José-Augusto, art. cit., s/p.

Cinema Chiado Terrasse, marcado por um discurso de Almada Negreiros que, em moldes futuristas e fundamentado num gráfico indecifrável, atacava subtilmente a geração dos “velhos” em cujas mãos permaneciam os destinos da moribunda SNBA. Recorde-se que a admissão de novos sócios – perto de 200 pessoas, entre os quais figuravam jornalistas, médicos, advogados e o próprio governador civil de Lisboa – primeiramente recusada a pretexto de não existir, entre eles, uma maioria de artistas, é depois inviabilizada por uma direcção que, já presidida pelo pintor Luciano Freire, em 1922, faz aprovar em assembleia geral alterações aos estatutos, segundo os quais a participação societária passa a restringir-se unicamente aos que reconhecidamente sejam “técnicos de artes plásticas”.

Acusado, nas palavras do “ilustre escultor” e então presidente da SNBA, Francisco Santos, de ameaçar a soturna e decorosa instituição com uma “invasão turbulenta” e de tentar transformar o edifício, usado ao que parece para uma única exposição anual, numa espécie de “‘Belas-Artes Palace’, centro do regabofe mundano e arte moderníssima, com chás Tango às quintas-feiras, e *jazz bands* pelas seroadas”<sup>113</sup>, o grupo dos “novos” explica-se pela voz de José Pacheco, ouvido em vários órgãos da imprensa escrita. Logo em Setembro de 1921, o arquitecto e dinamizador cultural clarifica ao jornal *O Século* que não é intenção dos artistas novos tomar de assalto a SNBA, nem substituir-se à direcção em funções ou menosprezar o trabalho dos consagrados, mas apenas “darmos todo o nosso esforço para que se faça Arte em Portugal”, porque “tal como está, é que a Sociedade não pode continuar (...) é quase um crime que a geração futura não perdoaria, todos os artistas, novos e velhos, reconhecem que em Portugal não se faz nada”. Para provar o que diz, José Pacheco lembra o projecto de uma exposição sobre a obra de Soares dos Reis e Simões de Almeida, uma das primeiras propostas a ser apresentada em assembleia da SNBA, o que prova, sublinha, “que ninguém pensa no que se tornou costume chamar-se futurismo!”<sup>114</sup>. Noutro esclarecimento, em Dezembro, desta vez ao periódico *A Vitória* e já depois de rejeitadas as propostas para novos sócios, José Pacheco enumera os pontos de um programa que visava fazer da SNBA “o elo de ligação entre todos os artistas portugueses e o povo, desse povo que tão arredio puseram das coisas d’Arte!”. Assim, além da criação de uma revista de divulgação de “todos os ramos da arte”, de título

---

<sup>113</sup> “A polémica dos novos na Sociedade Nacional de Belas Artes” in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, op. cit., pp. 186-188.

<sup>114</sup> Ibidem, pp. 164-165.

*Humanidade*, previa-se a promoção de festas semanais, entre certames de pintura e desenho, concursos de beleza física, exposições de “casinhas em cartão onde o gosto arquitectónico seria premiado” ou ainda, saindo fora das paredes do palacete, concursos de janelas floridas e de montras ornamentadas<sup>115</sup>.

Como parecerá natural e óbvio, a *Contemporânea*, que a partir do seu terceiro número assume já claramente a missão de “Revista feita expressamente para gente civilizada” e para “civilizar gente”<sup>116</sup>, expressão que passa a constar do cabeçalho do “Jornal” de abertura e que, segundo António Braz de Oliveira, possivelmente terá saído da pena de Fernando Pessoa<sup>117</sup>, acabará por fazer eco da polémica que dividiu e incendiou os ânimos no meio intelectual e artístico. No entanto, só apenas dois textos de autor, ao longo dos 13 números da publicação, se referem directa e demoradamente à questão, nomeadamente “A derrocada da técnica”<sup>118</sup>, intervenção de Raul Leal, publicada logo em Junho de 1922 (número dois) e portanto a escassos seis meses do comício no Chiado Terrasse, onde foi proferida, e “Carta relativamente aberta sobre a Sociedade Nacional de Belas Artes”<sup>119</sup>, de Leitão de Barros, que sairá só em Março de 1924, no número dez, num tom já de desencanto perante a impossibilidade de um ressurgimento das artes portuguesas, a partir daquela que deveria ser a sua casa, por excelência.

Raul Leal, que também havia deixado a sua marca nas páginas de *Orpheu*, com “Atelier (Novela Vertígica)”, parte do argumento em que se baseara a recusa da admissão de novos sócios em assembleia da SNBA – o da não existência, entre eles, de uma maioria de artistas ou de “técnicos de artes plásticas” – para, num discurso um tanto metafísico e de laivos futuristas, anunciar que, pelo contrário, “o Futuro é das naturezas universaes, infinitas e não d’aquelas que se especialisam, estreitando a alma, dando-lhe limites, fronteiras que ela jámais deve possuir”. O escritor, que crê numa “crescente universalização” das profissões e num futuro domínio “puramente espiritual” e absoluto das competências, aponta a guerra, e concretamente a de 1914-1918, como o exemplo mais gritante da falência da técnica e do ofício:

---

<sup>115</sup> “A polémica dos novos na Sociedade Nacional de Belas Artes” in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, op. cit., pp.182-183.

<sup>116</sup> *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., s/p (Jornal).

<sup>117</sup> Pires, Daniel, op.cit., p.115.

<sup>118</sup> Leal, Raul, “A derrocada da técnica”, in *Contemporânea* nº2, volume I, ed. cit., pp.60-63.

<sup>119</sup> Barros, Leitão de, “Carta relativamente aberta sobre a Sociedade Nacional de Belas-Artes”, in *Contemporânea* nº10, volume IV, ed. cit., pp.30-32.

“Os alemães atendiam só ás circunstancias militares: por isso perderam a guerra. Os aliados, desprezando em grande parte essas circunstancias, atenderam quasi á infinidade doutras de que dependia o resultado das operações: por isso venceram a guerra. São bem pouco tecnicos e portanto não possuem vistas estreitas, não se metendo jámais numa caixinha absurda. Teem uma natureza instintivamente universal aberta a tudo e pois a tudo sabem atender, tudo conhecendo em espirito: não tecnicamente, o que seria impossivel”<sup>120</sup>.

E defende, com a “consciência duma totalidade múltipla e atomizada”<sup>121</sup> – tão cara aos modernistas que, em sequência, lançaram mão de um conjunto de recursos para exprimir a ideia de desintegração do indivíduo ou de dispersão, “esse ser tudo e todos, esse ‘outrar-se’ de que fala Pessoa”<sup>122</sup> – a liberdade de criação infinita em todas as dimensões da própria vida e não apenas em algo palpável que se convencionou ser matéria-prima adequada a esta ou àquela arte. “A unica tela admissivel para um pintor moderno é o Universo inteiro!”, concretiza, contrapondo esta abertura de alma ao espírito estreito de *métier* do “encadernador, [d]o homem das peles e o da papelaria que tanto barafustaram na ultima assembléa geral da Sociedade das Belas Artes” e cujos argumentos não encontram razão de ser.

Por seu turno, Leitão de Barros, jornalista e sócio antigo da SNBA, dá por adquirida a impossibilidade de um ressurgimento das artes plásticas portuguesas, denunciando, por acréscimo, um ensino artístico que não fomentava nos jovens uma consciência artística nem os estimulava a apreciar e a recriar, quer a riqueza da paisagem nacional, quer as manifestações tradicionais de arquitectura e pintura. Logo na abertura de “Carta relativamente aberta sobre a Sociedade Nacional de Belas-Artes”, o intelectual dá mostras do seu desalento, quando afirma a inutilidade da iniciativa: “Esta carta não serve para nada. (...) escrevo-a com aquela inutil piedade com que se visitam os cemiterios – e a verdade é que a actual Sociedade Nacional de Belas Artes senão é um cemiterio – é porque é muito mais resumidamente um simples jazigo de familia...”.

Sem esperança, Leitão de Barros dá conta da situação actual da instituição, falhada que tinha sido a tentativa desencadeada por José Pacheco, que acabou em “incidente de anedoctico ridiculo”, apesar do amplo e revigorante plano de acção proposto, tendo o palacete da rua Barata Salgueiro voltado à sua rotina habitual, agora liderada por Adães Bermudes e o seu “corpo de bonzos”, a que se juntavam alguns

---

<sup>120</sup> Leal, Raul, art. cit., pp.62-63.

<sup>121</sup> Rocha, Clara, op. cit., p. 300.

<sup>122</sup> Ibidem, p.324.

artistas de horas vagas – “proprietários de lojas, comerciantes ou burocratas políticos” – tornando inviável qualquer tentativa de mudança. Se no pensamento português surge, de várias direcções políticas, uma ânsia de ressurgimento nacional – o jornalista percorre um espectro ideológico que vai desde os filósofos da *Seara Nova* até ao programa do Integralismo Lusitano, passando pela elite do sindicalismo nacional ou por nomes como António Sérgio e Lopes Vieira – tal, atesta-o com mágoa, “não é possível, na Sociedade Nacional de Belas Artes”. Aos “novos”, conclui, só resta a atitude de não cruzar os braços, lutando para garantir os seus legítimos direitos numa casa que é também sua, já que “desistir dela é negar a nossa profissão; não intervir é confessar toda a falta de consciencia e até de dignidade ou brio profissional. O ‘deixar andar’ é simples e puramente o suicídio”.

À margem destes dois textos que acabámos de percorrer, tudo o resto são notas soltas que, passando apenas de raspão pela inépcia da SNBA, reflectem um descontentamento mais amplo que se prende com a situação de atraso intelectual e artístico de todo um país e cujo tom é dado no número inaugural da revista, através de “Carta a um esteta”<sup>123</sup>, de Afonso de Bragança, um incisivo elogio da modernidade. Aí o articulista fala em nome de uma geração, a sua, que quer “viver a propria vida”, livre dos paradigmas artísticos do passado, o que faz dela, não futurista – como equivocadamente costumava ser apelidada – mas contemporânea, e, sublinha, “com que esforço, n’um país que o não é!”. Carregado de críticas ao academismo, às convenções e dogmas artísticos e ao culto do classicismo, encarnados pelo destinatário sem nome, o texto eleva a arte moderna, inspiradora de “Alegria e Força” e intérprete de uma beleza “nova, movediça, crepitante, estuante e viril”, que vinha passando ao lado de um país ainda adormecido para os novos tempos e para a Europa. Daí que a missão da geração nova, que Bragança orgulhosamente representa, seja justamente “Voltar ao principio. Começar de novo. Nós somos os ‘primitivos’ d’uma vida nova que se desenha. Vamos viver de novo Portugal – com outros olhos, outras tintas, outra alma. Vamos viver-o com azas, com motores, com movimento. Vamos dar a volta a Portugal – mas correndo-o no sentido da rotação do mundo...”.

Outro sinal do carácter modernizante e civilizador da revista é o seu juízo sobre a travessia aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral rumo ao Brasil – aliás celebrada no número um da *Contemporânea*, em cujas páginas se repetia o nome dos aviadores – que

---

<sup>123</sup> Bragança, Afonso de, “Carta a um esteta”, in *Contemporânea* nº1, volume I, ed. cit, pp. 1-3.



rapidamente ganha o estatuto de mito nacional por esse dias, enquanto reedição da viagem de Álvares Cabral por mar, quatro séculos antes. À geração de Afonso de Bragança pouco interessava o aspecto heróico ou romântico da façanha. Ao observá-la “com olhos de Hoje”, os “novos” não podiam senão dar relevo ao progresso científico patente num aeroplano que atravessava o Atlântico feito “de tela e de alumínio, motor ‘Rolls-Royce’, movido a gasolina”. Os “velhos” podiam ver nela uma “aventura heroica”, quando na verdade Portugal estava, sim, perante uma “travessia matematica”.

No ano do primeiro centenário da independência do Brasil, que motivava uma visita oficial do presidente António José de Almeida, realizada pouco depois da chegada de Coutinho e Cabral, e a constituição de uma delegação para representar o país nos festejos, entre os quais se contava a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, a *Contemporânea* não pode deixar de assinalar, por um lado, a importância do evento enquanto forma privilegiada de afirmação da raça e cultura portuguesas no mundo, e, por outro, as sucessivas falhas de tal empresa. Numa pequena nota anónima, incluída no “Jornal” do terceiro número (Julho de 1922), a revista, que desaprova o cartaz utilizado para divulgação do certame internacional (“fugido á estética pelo exgoto das realizações idiotas”), acusa também o júri que admitira as obras de “estupidez” e “ignorancia”, na sequência da rejeição de trabalhos de Martins Barata, aguarelista que os modernos, demarcando-se dos critérios adoptados pelas autoridades organizadoras, consideram “entre os melhores da sua arte”. Mais um exemplo, refere a breve, da tendência nacional para “dar no estrangeiro uma triste ideia do mau gosto que inda por aqui existe”<sup>124</sup>.

Rotundo fracasso terá sido também o “Livro d’Oiro”, organizado igualmente pelo Governo da República para apresentação na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, que em crónica do “Jornal” do número quatro (Outubro de 1922) é completamente arrasado com o epíteto de “mais uma violenta machadada nos nossos já combalidos credits no estrangeiro”. Além da ausência de alguns dos grandes vultos portugueses e da inclusão, “por especial obsequio”, dos poetas Guerra Junqueiro, Eugénio de Castro e Afonso Lopes Vieira, que figuram entre uma maioria de desconhecidos, do ponto de vista gráfico e artístico, o livro oficial é colocado abaixo do nível “de um pessimo catalogo de qualquer agencia de anuncios pelintra”, feito à pressa e para encher, também à pressa, os bolsos dos organizadores – uma minoria de “imbecis e incompetentes”<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit. s/p (Jornal).

<sup>125</sup> “O ‘Livro d’Oiro’” (crónica), in *Contemporânea*, nº4, volume II, ed. cit., pp.3-4.

No mesmo noticiário, a *Contemporânea* esgota o assunto da Exposição Internacional do Rio de Janeiro num texto em que se imiscui mais profundamente no terreno político, ao lançar sobre a Inglaterra – nação “aliada para a política dos democráticos”<sup>126</sup> – como nota José-Augusto França, – suspeitas de sabotagem da representação portuguesa, começando pelos atrasos da viagem de António José de Almeida e acabando num tapume, que terá feito as vezes de pavilhão de Portugal. Uma vergonha, sobretudo quando Coutinho e Cabral, prossegue o redactor anónimo, acabavam de abrir à sua pátria “um novo parenthesis na civilização do mundo”. Mas, desta vez, Portugal e as altas esferas do poder são ilibados de qualquer culpa. Importava, isso sim, apurar quem poderia não ver com bons olhos um estreitamento de relações com o Brasil ou com qualquer outra nação americana. Sem nomear culpados, a conclusão do artigo é esclarecedora: “É necessario acabar com esta situação de fidalgo arruinado com credor principal (...) Ha protecções que são mais ultrajantes que dominios”<sup>127</sup>.

Um país que se pretendia moderno não poderia deixar de ter uma capital, também ela, moderna. Desde o noticiário do número cinco (Novembro de 1922), *Contemporânea* dá o seu inteiro apoio à Câmara Municipal de Lisboa pelas obras de remodelação que estavam a ser realizadas no Rossio, mau grado o desacordo dos lisboetas e até da imprensa. O facto escandaliza a revista que aproveita para traçar um breve retrato sobre o atraso e o provincianismo nacionais e o tão enraizado recuo face à mudança:

“O português tem certo apêgo aos tempos do ‘agua-vai’. Fazem-lhe enovações, e ainda elas estão em vê-lo-hemos, já ele grita, ridiculariza e desvirtua. (...) Mesmo quando é viajado – o que raras vezes sucede – o portuguez visita apenas museos e monumentos para dizer que os viu aos que preguntarem por êles. Não se fixa em pormenores de arruamentos, detalhes de edificios, caracteres desta ou daquela avenida, porque ficava sabendo que uma capital moderna não tem uma praça principal como nós tínhamos o Rocio”<sup>128</sup>.

Há, no entanto, outros pontos da cidade que urge “civilizar”, como o enorme Terreiro do Paço, que deveria ser transformado numa grande praça ao estilo do Palais

---

<sup>126</sup> França, José-Augusto, art. cit., s/p.

<sup>127</sup> “A Exposição”, in *Contemporânea* nº4, volume II, ed. cit.(Jornal), s/p.

<sup>128</sup> “Lisboa-Contemporanea”, in *Contemporânea* nº5, volume II, ed. cit., s/p (Jornal).

Royal de Paris, com lojas abertas nas arcadas, como sugere o artigo em jeito de conclusão.

Além dos avanços de índole urbanística e arquitectónica, a publicação dirigida por José Pacheco manifesta igualmente nas suas páginas informativas uma preocupação pela formação do público português em matéria de arte moderna. Daí a organização, anunciada para o Inverno desse mesmo ano, de um espectáculo futurista num dos teatros da capital, não por ser essa orientação da revista, mas para que se desfaçam interpretações erradas sobre o movimento vanguardista e o espectador possa “pela primeira vez ajuizar e distinguir”. Na mesma coluna do terceiro número, continuando num registo pedagógico, alerta-se para o “exemplo” dos cartazes da Feira de Viena, afixados por esses dias nas ruas de Lisboa – uma “realização moderna da arte do reclame, em curioso contraste com a cepa-torta do cartaz nacional”<sup>129</sup> – que encontram par no anúncio publicitário de Almada Negreiros para os chocolates portugueses da Fábrica Suíça, reproduzido em *hors-texte* no número quatro da *Contemporânea* e elogiado no seu “Jornal” como uma “afirmação de lúcida publicidade moderna”<sup>130</sup>.

À semelhança do programa inovador que José Pacheco e os “novos” tentaram implantar na SNBA, propondo transformar a instituição numa ponte entre os artistas e o povo, inclusivamente através de iniciativas que mobilizassem o cidadão comum fora das paredes do palacete da rua Barata Salgueiro, o projecto cultural da *Contemporânea* também arriscou sair do domínio restrito das páginas da revista, materializando-se em concertos, conferências, exposições e até na fundação da Universidade Nova. O balanço destas actividades, que preenchem o seu primeiro ano de vida, é dado ao leitor no número nove<sup>131</sup> da publicação, datado de Março de 1923. Além da publicação de inéditos de 138 autores, 47 *hors-texte* e três separatas, a revista promovera, como pode ler-se, conferências em vários espaços nobres da capital, em torno de temas como “A arte moderna” (Gaspar de Carvalho), “Dostoievsky, sa vie, son oeuvre et sa philosophie” (Boris H. Knircha), “A música na Itália nos séculos XV e XVIII” (Gastão de Bettencourt), “A arte de bem morrer” (António Ferro) e “Os nossos poetas de hoje” (António Botto). Também pelas mãos da *Contemporânea*, o público lisboeta pôde apreciar a obra plástica do pintor espanhol Vázquez Díaz e dos portugueses Carlos Porfírio, Eduardo Vianna, Telles Machado e Eduardo Malta. No que toca à música, são

---

<sup>129</sup> *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., s/p (Jornal).

<sup>130</sup> *Contemporânea* nº4, volume II, ed. cit., p.3.

<sup>131</sup> *Contemporânea* nº9, volume III, ed. cit., p.164.

registados cinco concertos (Alice e Maria Rey Colaço, Rui Coelho e De Franceschi), dois deles realizados no Porto e em Coimbra. O intenso ano de actividades, que o ministro da Instrução Pública, João Camoesas, não pôde deixar de reconhecer, mandando publicar um louvor no *Diário do Governo*, em que são confirmados os “relevantes serviços à propaganda e difusão da literatura portuguesa” (a Portaria de Louvor é reproduzida na capa do número oito<sup>132</sup>), é completado com um Serão de Arte, com a participação, entre outros, de Augusto Santa-Rita, Américo Durão e José Bruges de Oliveira.

Outra iniciativa digna de referência é a fundação da Universidade Nova, cuja primeira conferência do ciclo de propaganda, intitulada “A Residência de Estudantes”, fica a cargo de Simões Raposo. A cerimónia, dirigida pelo próprio Presidente da República, o recém-eleito Manuel Teixeira Gomes, diplomata e escritor que a revista saúda no mesmo número, como “um penhor do nosso optimismo e uma garantia da nossa confiança, da nossa Fé, no ressurgimento nacional<sup>133</sup>”, conta igualmente com as presenças dos ministros da Instrução, Justiça e Trabalho, o que é claramente uma prova do bom acolhimento do poder político ao papel que vinha desempenhando a geração moderna.

O amplo projecto educativo começa a ser esboçado, logo no número cinco, a cerca de quatro meses do início da campanha de divulgação. A tarefa de dar a conhecer ao leitor os contornos da Universidade Nova, título também do artigo publicado<sup>134</sup>, cabe a Celestino Soares, adido à Legação de Portugal em Washington e membro do núcleo duro da revista, juntamente com Pacheco, António Ferro e Rui Vaz. Nele, o diplomata faz um diagnóstico do ensino superior português, utilizando palavras como inexistente, amorfo e inexpressivo, para contrapor a este modelo, que é “testemunho da nossa desorganização geral”, uma universidade em íntima sintonia com o País e vice-versa, e onde o saber flui naturalmente entre especialistas e aprendizes, por via das lições e das conferências. Em suma, uma escola “que seja fundamentalmente de alta educação moral e cívica; (...) que faça de cada estudante um homem consciente e de cada mestre o credor indiscutível da consideração de tal aluno”. Para tal, urge romper as fronteiras portuguesas e estar atento à “civilização que passa ao longe” e que, no entanto, nos dá exemplos tão próximos, como o movimento intelectual espanhol que desembocou na

---

<sup>132</sup> *Contemporânea* nº8, volume III, ed. cit., (capa).

<sup>133</sup> *Contemporânea* nº9, volume III, ed. cit., p.161.

<sup>134</sup> Soares, Celestino, “A Universidade Nova”, in *Contemporânea* nº5, volume II, ed. cit. pp. 37-43.

“Junta para ampliación de Estudios”, cuja pretensão é “emancipar a sciencia dos moldes emperrados da vida oficial”, criando “uma actividade fecunda nos laboratórios” e colocando “cada estudante e cada mestre dentro do seu proprio campo de acção”.

A obra civilizadora dos novos, que para Soares é já um facto incontornável e indesmentível, deverá passar também pelo nível mais alto do ensino. A Universidade Nova, conclui, “faz-se desde já, logo que os novos – rapazes e mestres desempoeirados – quizerem juntar-se contra a calmaria bolorenta da Universidade Oficial”.

### 3.1.2. Uma ponte cultural com Espanha

Completamente ausente do programa que anuncia a edição experimental de 1915, a vocação iberista de *Contemporânea* é agora, não só bem visível, como constitui uma das principais marcas da publicação, do ponto de vista ideológico ou moral. Tanto assim que, na abertura do número inaugural, em página inteira que figura antes mesmo de “Carta a um esteta”, o texto por excelência em que a publicação se define e se apresenta ao leitor, é dada a conhecer uma proposta de José Pacheco, numa recente assembleia da SNBA, precisamente sobre a fundação da Sociedade dos Amigos de Espanha, como justa resposta à já existente Sociedade dos Amigos de Portugal, cujo presidente, Conde Romanones, seria desde logo seu sócio honorário. A proposta, publicada em jeito quase panfletário, termina com três vivas, bem reveladores do entusiasmo que o projecto merecia a José Pacheco e aos seus colaboradores mais próximos: “Pela Sociedade dos Amigos de Espanha! Pela Sociedade dos Amigos de Portugal! Por Portugal! Por Espanha!”<sup>135</sup>.

À medida que vamos avançando nas páginas informativas da revista, à saída de cada número novo, os contornos de tal política de pendor luso-hispânico vão-se tornando mais claros. Se no segundo número encontramos apenas duas referências breves, em que se assinala o dever que assiste a Portugal de corresponder ao “entusiasmo e simpatia com que o Povo Espanhol nos tem acolhido”, com a sugestão provocatória do nome de Cervantes para uma praça lisboeta, e se regista o projecto de um Congresso Jornalístico Luso-Hispânico, a cargo do *Diário de Lisboa*<sup>136</sup>, já na terceira entrega, uma nota sobre o contínuo desleixo e inépcia da SNBA, cujo silêncio terá sido total face à proposta de José Pacheco em assembleia, nos dá a entender a existência de um projecto sério, com um propósito claro e para concretizar, de facto. Denuncia o texto, com mágoa, que “o inter-cambio intelectual e artistico com o paiz visinho não interessa áquela gente” e que “da nossa parte [*Contemporânea*], a colaboração que inserimos de intellectuais espanhois demonstra que não ficámos em palavras e propostas. Da parte deles [SNBA] nada!”<sup>137</sup>. Importa sublinhar, a propósito, que a inclusão de nomes hispânicos nas páginas da revista modernista havia sido inaugurada no seu segundo número, com textos assinados por J.M. Cantillo, ministro da

<sup>135</sup> *Contemporânea* nº1, volume I, ed. cit. s/p.

<sup>136</sup> *Contemporânea* nº2, volume I, ed. cit., s/p.

<sup>137</sup> *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., s/p (Jornal).

Argentina em Portugal, e pelo jornalista Corpus Barga, colaborador do diário madrileno *El Sol*. Um mês depois, no exacto número em que é clarificado o projecto de “intercâmbio intelectual e artístico” com Espanha, como atrás ficou registado, sucedem-se quatro colaborações, nomeadamente do poeta peruano Daniel Ruzo, do escritor e crítico de arte José Francés, formado no modernismo hispânico, do vate andaluz Rogelio Buendía, vinculado ao ultraísmo e autor do livro *Lusitania* (1920), e daquele que é, nada mais nada menos do que o lusófilo e precursor das vanguardas em Espanha, Ramón Gómez de la Serna. Assim, mesmo em fase de arranque, a *Contemporânea*, como nota Antonio Sáez Delgado, “se convierte en un marco especial en el que colaboran, de alguna manera, algunos hombres del ultraísmo vinculados a Andalucía y, también, el vanguardista español por excelencia”<sup>138</sup>, fazendo prever o alcance da aventura de José Pacheco, a primeira desta natureza dentro do modernismo português, que representa, segundo o investigador espanhol, “el primer acto de una aproximación ibérica encuadrada dentro de un proyecto editorial con referentes diversos (...) que, sin duda, protagoniza un papel primordial en la historia de las relaciones literarias luso-españolas de las primeras décadas del siglo”<sup>139</sup>.

Voltando às páginas da *Contemporânea* e ao seu terceiro número, deparamo-nos com o anúncio de um concurso de peças teatrais promovido pela revista e “abrangendo PORTUGAL e ESPANHA”, uma das várias iniciativas de natureza iberista, que extravasarão, até ao fim o projecto, quatro anos mais tarde, o domínio restrito da edição de papel. Segundo o regulamento publicado, que menciona a constituição de um júri com elementos de ambos os países, serão duas as peças premiadas, “uma de cada nacionalidade”, consistindo o prémio na publicação das obras em separata e na sua representação “em PORTUGAL, ESPANHA, BRASIL e ARGENTINA, uma vez traduzidas para os respectivos paizes”<sup>140</sup>. De notar que, já aqui, se encontra bem claro o gérmen da promoção de uma política ibero-americana, muito vincada nos três números da terceira série (1926), e que dá, aliás, continuidade ao “pan-hispanismo” defendido por António Sardinha, logo no número dois, como adiante veremos.

Levando em conta antecedentes históricos relativamente próximos de alguma tensão diplomática entre os dois países ibéricos, não nos surpreende, como tal, o ambiente hostil com que foi recebida esta tentativa de aproximação a Espanha, ainda

---

<sup>138</sup> Delgado, Antonio Sáez, *Órficos y Ultraístas – Portugal y España en el dialogo de las primeras vanguardias literarias (1915-1925)*, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 1999, p.188.

<sup>139</sup> Ibidem, p.178.

<sup>140</sup> *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit, s/p (Concurso de Peças Teatrais em I Acto).

que somente através de uma aparentemente inofensiva via cultural. Em “Nós e a Espanha”, texto publicado no “Jornal” do número quatro e assinado por Oliveira Mouta, futuro redactor principal da publicação, a revista defende-se das vozes, algumas vindas do Porto e de Coimbra, que acusam os organizadores de *Contemporânea* de estarem “vendidos á Espanha” e de, ludibriados, alinharem no jogo “duma entidade anónima que pretende ganhar”. Indignado, o articulista pede factos e argumentos que provem o que parece ser “voz corrente” e ridiculariza os que, mesmo diante dos avanços da história, se amedrontam face a qualquer indício de ressurreição do fantasma anexionista, demonstrando uma vergonhosa falta de amor próprio:

“Não percamos tempo a louvaminhar o passado. Basta que o conciliemos com as exigencias duma sociedade moderna, contraindo alianças que melhor convenham. Recorra-se á defeza e permuta de interesses, e fôra com esta atitude passiva ante o Império do Oiro! Olhos que se abriram para conquistar horizontes não se podem fechar ante o poderio de ninguém!

Mais inteligencia e mais sinceridade! Esfarrapem de vez o papão de Castela, porque a Espanha de hoje, se por um erro politico pensasse em invadir-nos, não pensava decerto em dominar-nos”<sup>141</sup>.

Não nos esqueçamos, a propósito, que o projecto iberista, de inspiração liberal, principia a esmorecer, logo a partir de 1870, passando a ter-lhe associada uma forte conotação anti-patriótica, reforçada, aliás, pelas pretensões anexionistas de uma Espanha amedrontada com a irradiação ideológica da República Portuguesa, implantada em 1910, e, simultaneamente, despojada dos últimos restos do império colonial americano, com o desastre de 1898. Há pouco mais de dez anos atrás, o chamado “perigo espanhol” havia servido de arma de arremesso propagandística entre republicanos e monárquicos, e a verdade é que Afonso XIII nunca se esforçou demasiado para esconder os seus sonhos iberistas. Depois, ao longo do conflito mundial de 1914-1918, as relações peninsulares passarão por várias oscilações – de um intervencionismo anti-britânico e anti-espanhol à preparação de uma aliança peninsular de carácter militar-defensivo e económico, que não chega a concretizar-se – para se chegar, com a Conferência de Paz, a novo reforço de uma atitude anti-espanhola, motivada pela posição de prestígio que o país irmão, oficialmente neutro mas essencialmente germanófilo, alcançava no concerto das nações, em contraste com um

---

<sup>141</sup> Mouta, Oliveira, “Nós e a Espanha”, in *Contemporânea* nº4, volume II, ed. cit., s/p (Jornal).



Portugal solidário mas desmoralizado. A ferida era, portanto, recente e só a década seguinte, com Primo de Rivera no poder em Espanha, permitirá um período de relações cordiais e alguma colaboração económica entre os dois países ibéricos. Sem atitudes defensivas, nem pretensões anexionistas.

Propositadamente ou não, as páginas informativas de Outubro de 1922 tornam públicas outras iniciativas que, pelo contrário, dão provas da sintonia de alguns sectores da sociedade portuguesa para com a cruzada iberista da revista de José Pacheco. Uma delas é a entrevista com o rei Afonso XIII, ainda no trono espanhol, conduzida pelo *Diário de Notícias*, um dos jornais de referência à época, que aproveitara a oportunidade para aconselhar “a conveniencia de melhores relações com a nação vizinha”<sup>142</sup>. Deste episódio, saudado efusivamente pela *Contemporânea*, é imediatamente deduzida a ideia de uma semente que começa a dar os seus frutos e que rapidamente pode espalhar-se a outros sectores da intelectualidade nacional. Mais adiante, na mesma página, a revista dá conta de um exemplo individual de intercâmbio intelectual e artístico com o país vizinho, protagonizado pelo jornalista português José Maria Santos (Santonillo), que, há vários anos radicado do outro lado da fronteira, decidia agora empreender a tarefa de tradução de vários originais portugueses para que pudessem ser representados nos palcos de Espanha. Um homem que, no entender da revista, “presta assim um relevante serviço ao seu paiz e aos seus compatriotas”<sup>143</sup> e, sublinha, “desinteressadamente”.

Por fim, anuncia-nos o mesmo noticiário que o pintor Vázquez Díaz – que colabora no número quatro, com a reprodução da obra “Mi mujer” – se prepara para reunir em Espanha parte dos seus quadros, que trará depois para Lisboa a fim de que seja possível inaugurar no Inverno uma exposição, com organização a cargo da *Contemporânea*. Uma iniciativa que tem repercussão na mesma página, através de uma carta francesa, assinada por A. Jourdain, em que é entusiasticamente aplaudida a ideia da exposição e elogiado o autor homenageado, pela forma ímpar, pessoal e caracteristicamente espanhola com que o artista representa plasticamente o seu país<sup>144</sup>.

Além de reforçar a ideia de uma aceitação além-Pirinéus, a missiva publicada serve também para marcar a veia cosmopolita de uma revista que, a par das óbvias e numerosas colaborações em castelhano, faz desfilar vários outros textos em francês – a

---

<sup>142</sup> *Contemporânea* nº4, volume II, ed. cit., p.2.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p.2.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p.3.

maior parte de autores portugueses, mas também do italiano Marinetti, profeta do futurismo – e o isolado “Spell”, do anglófono Fernando Pessoa. A dimensão internacional da revista remete-nos, por outro lado, para o aspecto do bilinguismo, curiosamente defendido pelo poeta dos heterónimos alguns anos antes, num conjunto episódico de textos denominado “Da Ibéria e do Iberismo”, a que nos referimos anteriormente. A revista bilingue que Fernando Pessoa sugere, projecto que, em seu entender, faria todo o sentido num período de “aproximação mental entre Portugal e Espanha”, parece ter-se materializado em certa medida nas páginas de *Contemporânea*, num esforço que se deve quase inteiramente a José Pacheco e de cujo produto final o poeta nunca veio a revelar-se admirador incondicional. De qualquer modo, importa esclarecer o sentido e a naturalidade de uma publicação deste teor, seguindo o raciocínio de Pessoa:

“Vendo bem, e em princípio, a ideia de uma revista em duas línguas não se apresenta simpática. Há, porém, uma reserva a fazer a esse preconceito natural. É quando as duas línguas são tão próximas uma da outra, que qualquer delas é inteligível a quem, propriamente falando, não saiba senão a outra. Não há no mundo duas línguas tão justamente nestas condições como são a espanhola e a portuguesa. Por isso uma revista em estas duas línguas perde quase todo o carácter absurdo que revestiria se houvesse maior distância etimológica entre um e outro idioma”<sup>145</sup>.

No número cinco, Vázquez Díaz, cuja recente passagem por Lisboa havia alcançado o estatuto de acontecimento digno de uma cobertura exaustiva de toda imprensa, volta a mobilizar as atenções da *Contemporânea*, desta feita através de uma breve entrevista concedida a Oliveira Mouta para o “Jornal” de abertura e da reprodução do óleo “Motivo basco”, em antecipação da exposição que se previa para breve. Em jeito de introdução à conversa informal, o pintor andaluz, comprometido também com o ultraísmo, que esmorecia no final do ano de 1922 (a revista *Ultra*, porta-voz do movimento de vanguarda, havia cessado a sua actividade em Março<sup>146</sup>), e tido como o principal representante da arte moderna na Espanha do momento, é apresentado pelo articulista como artista profundamente cosmopolita e merecedor dos maiores créditos em vários pontos da Europa civilizada (França, Alemanha, Itália, Suíça), apesar do pouco entusiasmo gerado no país de origem, que continuava “vivendo á sombra da

---

<sup>145</sup> Pessoa, Fernando, “Da Ibéria e do Iberismo”, in *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, ed. cit., pp. 188-189.

<sup>146</sup> Delgado, Antonio Sáez, op. cit., p.207.

tecnicidade do Museo del Prado”. Do outro lado da fronteira, curiosamente no Portugal que a revista lisboeta não se cansava de chamar de atrasado e arredado da vivência moderna, o andaluz é acolhido com a maior reverência, sendo apresentado à *Contemporânea* pelo cônsul em Madrid, Feliz de Carvalho. Daí, talvez, as palavras de admiração e de agradecimento do entrevistado – que chega a confessar-se maravilhado com o mestre quatrocentista Nuno Gonçalves, em cujos painéis, expostos no Museu Nacional de Arte Antiga e cânone para os artistas modernistas portugueses, como Almada Negreiros, tinha “aprendido ainda” – à mistura com um natural ressentimento face à sua Espanha conservadora, a quem aconselha que siga o exemplo português. Diz Vázquez Díaz – imaginamos nós que perante o espanto e o orgulho de Oliveira Mouta – que:

“A arte em Portugal (...) tem um movimento acentuadamente modernista como em qualquer das nações cultas onde estive. Vocês têm pintores e desenhadores, dignos de figurarem lá entre os bons. Confesso que o não esperava... Mais ainda: A tenacidade que exercem, e os elementos de incontestável valor de que dispõem, devia ser um exemplo para os meus compatriotas...

Vocês lançam-se para o público como os domadores antigos para as feras: são dum desassombro que intimida!

(...)

Em Espanha, público e artistas, pensam ainda que a pintura foi terminar em Velasquez. D’acordo que temos por lá, dois ou três artistas que não se conformam e que executam a seu modo. Mas nada que represente uma força, um movimento, uma tentativa de renascença!

De tudo isso dispõem vocês presentemente. E oxalá que o conservantismo espanhol desembarace o caminho envergonhado pelo exemplo!”<sup>147</sup>.

Em contraste com o chorrilho de elogios já descrito, surge na mesma página do noticiário um texto assinado por Luís Moita, em que, supostamente, este reproduz um diálogo tido com um amigo catalão, engenheiro de máquinas viajado, que se mostra bastante reticente e crítico face a um possível acordo económico entre Portugal e Espanha. De uma Lisboa que atravessava uma das mais tumultuosas fases do período republicano (ao longo de quatro anos, entre 1919 e 1923, o Presidente António José de

<sup>147</sup> Mouta, Oliveira, “Ainda sobre Vasquez Diaz”, in *Contemporânea* nº5, volume II, ed. cit., p.2.



Almeida daria posse a 17 governos, testemunhando uma sucessão de novos partidos), e que se encontrava a braços com o radicalismo esquerdista e com a factura da guerra, o redactor entusiasma-se com o advento de um acordo económico com a nação vizinha, capaz de sanear o momento de crise. A resposta do amigo espanhol é um fiel retrato do Portugal dos anos 20 – descapitalizado, sem indústria, politicamente movediço, divorciado do povo, fecundo em estátuas e falho de escolas, educação cívica e vontade colectiva. Em suma, digno de pouca ou nenhuma confiança por parte de uma Espanha em que a sociedade civil se levantava para reclamar da velha política a modernidade que já então se fazia sentir nas fábricas, no crescimento das cidades, na regressão do analfabetismo ou na pujança das organizações de classe:

“Mas esse acôrdo, para não afectar os interesses hespanhoes, só feito em absolutas condições de estabilidade politica, isto é, preparando a confiança entre governos e governados. Portugal está doente; Portugal deve portanto curar-se e só quando entrar em ampla convalescença interessa para todos os pactos possiveis. Espanha não quererá pactuar com Portugal doente, alimentando-lhe a doença; o que lhe interessa, como politica peninsular, é ajudar a convalescença dum paiz que se pretenda curar. Esta é a minha opinião de espanhol e deixe-me dizer lhe que, quando a questão fôr ventilada no paiz, se não fôr nos termos que lhe deixo apontados, eu serei contra a aproximação luzo-espanhola”<sup>148</sup>.

Por fim, no mesmo número em que a revista homenageia Guerra Junqueiro, recentemente falecido – repetindo o nome do poeta em cada uma das suas páginas e dedicando-lhe, em nome da “mocidade portugueza”, o lugar de “o mais luminoso pharol e a gavea mais alta” nos mares da poesia portuguesa<sup>149</sup> – aproveita para registar uma visita a Lisboa dos escritores espanhóis Eduardo Gómez de Baquero e Ramón Pérez de Ayala, para duas conferências na Sociedade de Geografia. E, nas mesmas páginas informativas do número nove (Março de 1923), assinadas por A. de S. R., anuncia com orgulho o projecto de edição dos respectivos textos, no corpo da própria revista ou em separata, como resposta a um convite de Alejandro Padilla, ministro de Espanha, a quem agradece a “honra” e a confiança<sup>150</sup> por semelhante tarefa. Importa referir, como confirma António Saéz Delgado, que a deslocação dos autores espanhóis à capital portuguesa se realizou no âmbito de um programa de intercâmbio cultural organizado

---

<sup>148</sup> Moita, Luís, “Palavras ouvidas a um hespanhol sobre o possivel acordo economico com a Espanha”, in *Contemporânea* nº5, volume II, ed. cit., p.4.

<sup>149</sup> *Contemporânea* nº9, volume III, ed. cit., p.161.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p.163.

pela Residência de Estudantes de Madrid, tendo Gómez Baquero desenvolvido o tema “El ensayo y los ensayistas españoles”<sup>151</sup>.

---

<sup>151</sup> Delgado, Antonio Sáez, op. cit., p.215.

## 3.2. COLABORAÇÕES PORTUGUESAS

### 3.2.1. Sob o signo do ibero-americanismo

A terceira série de *Contemporânea*, que arranca em Maio de 1926, dias antes do golpe de 28 e do consequente estabelecimento de uma ditadura militar em território português, surge sob o signo do ibero-americanismo. Ao longo dos três últimos números da revista, que revelam já sinais de algum declínio, sobretudo ao nível da qualidade gráfica com que se impusera no meio editorial nacional, vão desfilar, assinados por homens de cultura de Portugal e do Brasil, vários ensaios apologéticos de uma política de aproximação ibero-americana, tomando como referência o esforço espanhol de intercâmbio com as antigas colónias do continente americano.

O reaparecimento é saudado por toda a imprensa nacional, que, de *O Século* a *O Mundo*, passando pela *Gazeta de Coimbra*, se desdobra em elogios que sublinham, ora a “valiosa colaboração literária e artística” e a “magnificência gráfica” da publicação, ora as qualidades do seu director de sempre, José Pacheco, a quem se atribuem epítetos como “distinto arquitecto” ou “ilustre artista”. Quanto à nova feição política de *Contemporânea*, pelo menos a avaliar pela revista de imprensa dada à estampa no número dois, de Junho de 1926, se ela não é referida, o certo é que também ninguém parece opor-se-lhe, demonstrando algum consenso entre o meio culto de então. Mais longe vai o *Diário de Notícias* que, em artigo extenso, se coloca ao lado dos que defendem a tese de uma comunidade civilizacional, de facto, entre as duas nações peninsulares e as novas repúblicas americanas delas nascidas. O ibero-americanismo, refere o diário, “é hoje mais do que uma ideia em marcha – é uma necessidade imperiosa para a civilização ibérica”, que deve precaver-se “contra as tendências absorventes ambiciosas e cubiçosas do imperialismo anglo-saxónico”. É por esta razão e com a noção clara de que há que passar das palavras à estratégia e às realizações práticas, que o jornal saúda “com júbilo” o reaparecimento de *Contemporânea*, esperando que o país o siga nessa atitude entusiasta<sup>152</sup>.

---

<sup>152</sup> “Opinião da imprensa sobre o 1º número da 3ª série da *Contemporânea*”, in *Contemporânea* nº2, III série, Biblioteca Nacional (RES. 3431 V; F. 6780 ), s/p.

Os ecos de reconhecimento chegam também do outro lado do Atlântico, em artigo publicado no jornal argentino *La Nación*, de Buenos Aires, reputando José Pacheco como “gran amigo de España” e a revista que dirige como projecto aberto “a las plumas y a los intereses españoles (...) idénticos a los de la nación vecina y hermana”, num imenso espaço comum abarcado pelo “peninsularismo” e pelo “íbero-americanismo”. *Contemporânea* é, em suma, “artística y políticamente, una revista que honra a Portugal” e que deve inspirar na América hispânica “el más vivo interés y la más cordial simpatía”, conclui o *La Nación*<sup>153</sup>.

Recorde-se que, quatro anos antes do arranque desta nova cruzada propagandística de José Pacheco, *Contemporânea* inaugurava o tema pela pena de António Sardinha, recém-chegado de um breve exílio em Espanha, entre 1919 e 1921, como consequência da participação no movimento de restauração da monarquia no Norte do país, após o fim trágico do consulado de Sidónio Pais, que representara a primeira experiência no poder dos jovens integralistas. O artigo, intitulado “O pan-hispanismo” e publicado no número dois da primeira série da revista, de Junho de 1922, parece reunir já as ideias chave que o autor haveria de desenvolver em *A Aliança Peninsular* – obra de 1924, com prefácio do espanhol Gabriel Maura Gamazo, conde de La Mortera – cujas raízes, de resto, vamos encontrar nos primórdios do Integralismo Lusitano e no ciclo de conferências promovidas pelo movimento, na Liga Naval, em 1915, em torno do tema “Questão Ibérica”. Já então se esboçava a ideia de que “a fórmula de amanhã em politica exterior ha-de ser, sem duvida, não *união ibérica*, mas *aliança peninsular*”<sup>154</sup>.

Em “O pan-hispanismo”<sup>155</sup>, António Sardinha reconhece a existência de uma civilização dotada de “unidade moral”, cujo berço é a Península Ibérica, mas que dispensa a conseqüente “unidade política” que muitos erradamente quiseram atribuir-lhe e que é negada, desde logo, pelos indicadores geográficos e até históricos, unânimes ao apontar a inevitabilidade da coexistência de dois Estados independentes. De um lado, Portugal, “aberto ás influencias do mar”, de que D. Manuel I e D. João III são rosto e símbolo, do outro, “Castela, como Estado mais territorial que marítimo, reservado, por conseguinte, para a conquista da hegemonia continental”, que as políticas de Carlos V e

---

<sup>153</sup> “Opinião da imprensa sobre o 1º número da 3ª série da *Contemporânea*”, in *Contemporânea* nº2, III série, Biblioteca Nacional (RES. 3431 V; F. 6780 ), s/p.

<sup>154</sup> Sardinha, António, *A Aliança Peninsular – Antecedentes & Possibilidades*, prefácio de Gabriel Maura Gamazo, conde de La Mortera, editora Livraria Civilização, Porto, 1924, p.45.

<sup>155</sup> Idem, “O pan-hispanismo”, in *Contemporânea* nº2, volume I, ed. cit., p.49-51.

Filipe II tornaram possível, ao longo da curta época de glória de ambas as nacionalidades.

Como escreve o paladino do Integralismo Lusitano, existe uma “missão” grandiosa assinalada por Deus à Península, que urge executar sem demoras e primeiramente no território peninsular, através da “necessária” aproximação entre Portugal e Espanha. Só deste modo pode ser enterrado de vez o fantasma do iberismo, cuja natureza liberal e “maçónica” Sardinha só pode rejeitar, mostrando-se adepto, isso sim, de um peninsularismo “cuja raízes na geografia e na história, exigem logo de entrada, como condição prévia, que a tolerância política e económica dos dois Estados da Peninsula seja integralmente respeitada”.

Ultrapassada esta “jornada inicial”, sem prejuízo, como já vimos, da independência nacional, o próximo desafio, prossegue Sardinha, é transpor o oceano Atlântico, alcançando as pátrias que “falam a nossa língua” e fechando deste modo o círculo do pan-hispanismo, ao acordar nos povos de “derivação peninsular (...) a consciência da sua finalidade superior”, contra a ameaça do pan-americanismo. O exemplo, conclui, deve partir da “casa” peninsular, cabendo concretamente a Portugal a dupla tarefa de reorganizar-se enquanto nação forte e de estreitar cada vez mais “os vínculos da sua amizade com a Espanha, nossa irmã, e com o Brasil, nosso filho primogenito”. Daí que, a propósito da data de 12 de Outubro, que celebra a chegada das caravelas de Colombo ao continente americano e que Espanha já havia consagrado como “dia da Raça”, Sardinha se pergunte por que não hão-de também, portugueses e brasileiros, comungar desse património cultural e histórico, a que legitimamente também pertencem.

Ao artigo que acabámos de percorrer resumem-se as colaborações de teor político de António Sardinha nas páginas de *Contemporânea*. Nos números três e seis da primeira série, respectivamente, vamos encontrar mais dois textos assinados pelo autor de *Na Corte da Saudade* (1922) – os poemas “Soneto de Ávila”<sup>156</sup> e “Gesta da Raça”<sup>157</sup> – em que sobressai, num tom apenas vagamente doutrinário, o tema histórico e a nostalgia do Portugal da Reconquista. Um jovem reino, povoado de “grandes cavaleiros afonsinos”, e de arreigadas tradições monárquicas e cristãs, longe ainda dos ecos Revolução Francesa, cuja herança política e ideológica continha em si, segundo o

---

<sup>156</sup> Sardinha, António, “Soneto de Ávila”, in *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., p.132.

<sup>157</sup> Idem, “Gesta da Raça”, in *Contemporânea* nº6, volume II, ed. cit., pp.133-135.



integralista, a origem da decadência a que o liberalismo havia conduzido a nação desde o século XIX.

Importa, porém, demorarmo-nos pelas páginas de *A Aliança Peninsular*, para entendermos o desenvolvimento do pensamento de Sardinha nos anos que se seguiram ao artigo publicado em *Contemporânea*. Recuando na história e bebendo em autores como Oliveira Martins ou Moniz Barreto, o autor pretende desmontar o mito do perigo espanhol e a lenda da opressão humilhante durante o período filipino, exaltando, pelo contrário, o “paralelismo de Quinhentos”, revelador de um génio peninsular dualista mas com a mesma vocação universalista, fundada no cristianismo, capaz de salvar da crise individualista a civilização ocidental do século XX. É com a política de cooperação, inaugurada pela Casa de Avis por via dos enlances dinásticos, tendo em vista o interesse maior das Descobertas, que a Península conhece os seus anos de glória. Deste modo, argumenta o autor, “se existiu um perigo espanhol para Portugal, existiu igualmente para Castela um perigo português”<sup>158</sup>, cabendo a Felipe II, por um acaso da história, materializar o antigo sonho da unificação, ao invocar legítimos direitos sucessórios. Herdeiro do trono, o filho de Carlos V e de Isabel de Portugal, será também o garante de uma continuidade governativa e da integridade de um império que, à menor hesitação dos portugueses, teria sido partilhado entre a França e a Inglaterra. Eis os termos em que, na perspectiva de António Sardinha, deve ser avaliada a monarquia dualista de Felipe II:

“Felipe não cingia a coroa dos Avis unicamente. Herdava-lhes e executava-lhes a ambição imperialista, que a esfera armilar de D. Manuel sedutoramente simboliza. Império de Christo, Império do Ocidente, ou ‘Quinto Império’ da religião sebástica, é o tema permanente, como que o *leit-motiv* eterno da epopeia de Camões. Por isso, num rasgo de penetração admirável, Oliveira Martins chamaria aos *Lusíadas* o ‘testamento de Espanha’. De ‘Espanha’, como sinónimo da Península.”<sup>159</sup>.

Abortado o grandioso projecto e aniquilado o paralelismo de Quinhentos, quando, sessenta anos mais tarde, a monarquia filipina tenta reduzir a uma província o reino de Portugal, violando o compromisso de Filipe II, as duas nações encetam um antagonismo, que é também causa da sua decadência e da sua crescente insignificância no plano internacional. Ressuscitar essa antiga vitalidade e grandeza, cuja fonte reside

---

<sup>158</sup> Sardinha, António, op. cit., p.7.

<sup>159</sup> Ibidem, p.13.

num superior “interesse peninsular” é o desafio que se coloca aos Estados ibéricos modernos:

“Caminha-se, pois, para o natural agrupamento de povos, ou raças, de igual formação e directriz, - para blocos determinados por afinidades de civilização, em que o elemento moral antecederá o elemento político, originando a aproximação e o vínculo que o consolidará. Tal o imenso, o incomensurável valor do *Hispanismo*, alcançando para lá da bordadura marítima da Península as nacionalidades que, além do Oceano, são gloriosamente as nossas continuadoras. É assim que o pensamento político de Felipe renasce, desperta, do tumulto em que parecia cadaverizado com ele. (...) E, restaurado o velho paralelismo de Quinhentos, enriquece-o agora a opulenta e decisiva colaboração da América-Hispânica, - encarnação sorridente duma nova idade do mundo!”<sup>160</sup>.

Renunciar a Espanha, insistindo num ódio irracional, é negar também a própria alma e pátria portuguesas, reitera Sardinha, concluindo que, sem essa aliança, geradora de valor externo e de peso no concerto das potências europeias, também não será viável a aproximação ao Brasil, que naturalmente desejará tirar vantagens de semelhante vínculo.

Ao longo dos dez números que compõem a primeira e a segunda séries de *Contemporânea*, vamos ainda encontrar três textos de autores portugueses em que o tema ibérico se repete, embora configurando uma importância desigual no contexto da feição propagandística da revista. A contribuição de Rogerio García Pérez<sup>161</sup>, no número sete, de Janeiro de 1923, resume-se à transcrição do seu discurso num banquete promovido pela *Contemporânea*, em que terão estado presentes dois ilustres representantes das letras e da arte modernas em Espanha, designadamente Ramón Gómez de la Serna, de quem o autor é amigo e tradutor, e Daniel Vázquez Díaz. O texto é escrito em castelhano e exalta a vocação iberista da revista, em que se espelha o desejo de uma aproximação que falta fazer, nos planos intelectual e artístico, uma vez que do ponto de vista geográfico e étnico ela já existe naturalmente. Trata-se, como tal, de uma aproximação “señalada por Dios”, refere o autor. E afasta liminarmente quaisquer receios de pretensões anexionistas vindas de Espanha, país que “ya experimentó nuestra ancia indomable de independencia y hoy respecta nuestra secular nacionalidad”, sublinhando o poder das afinidades entre Portugal e Espanha, face a uma

---

<sup>160</sup> Sardinha, António, op. cit., p.14.

<sup>161</sup> Pérez, Rogério Garcia, “Discurso no banquete da *Contemporânea*”, in *Contemporânea* nº7, III volume, ed. cit., pp. 4-5.

França que ambos combateram aquando das invasões napoleónicas e a uma Inglaterra que está longe “en una isla de humo que, dijo Heine, no la traga el mar por no tener que devoverla”, conclui num exacerbado tom anglófobo.

Por seu turno, Carlos Amaro reabilita no número dez, num artigo intitulado “Castelos em Hespanha”<sup>162</sup>, a tese da pretensa naturalidade portuguesa do pintor seiscentista Diego Velazquez, cuja obra revelaria traços psicológicos próprios do sentir lusitano, distinguindo-se claramente de outros nomes afins da arte espanhola, como Murillo, Zurbaran e Alonso Cano. Mas é Martinho Nobre de Mello, antigo ministro e professor de Ciências Políticas na Faculdade de Direito de Lisboa, que consegue colocar o problema ibérico no plano da realidade concreta, chamando à terra os que, abstraídos das questões de ordem económica e política, se entusiasmassem com a construção de uma comunidade cultural e de interesses vários entre as nações da Península e as suas filhas americanas, esquecendo-se dos respectivos alicerces. O artigo, publicado no número quatro, de Outubro de 1922, dá pelo nome de “As relações luso-espanholas – O pan-iberismo”<sup>163</sup>, contendo vários alertas para a necessidade de Portugal, dada a sua posição de fragilidade no pós-guerra, se colocar de pé atrás face a uma Espanha que, pelo contrário, havia saído fortalecida do conflito mundial, comportando-se, no plano comercial, mais como inimigo do que como leal vizinho. O catedrático reconhece, por um lado, as diversas provas de afecto públicas que Espanha então vinha manifestando, e, ele próprio, não se coíbe de confessar as suas simpatias por aquele país. Mas, por outro, não pode deixar de formular a pergunta que se impõe: “Ora, como é que estas correntes affectivas ficam na imprensa ‘para portuguez ver’, mas não transbordam de vez para o campo commercial?”. Mais adiante, expõe de forma muito frontal as questões que há que resolver com prioridade antes de se avançar para uma política de aproximação:

“O mais extranho é que é justamente nestas tristes condições internacionaes, que eu não afloro senão ao de leve, que parece haver um *mot d'ordre*, o de se conclamar *una voce* que estamos nas melhores relações com a Hespanha! Nas melhores relações sim, se isto significa que nenhum tratado commercial é entre nós necessario, se para isso basta que a Hespanha nos applique sobretaxas aduaneiras de paiz inimigo sem o mais leve arrufo da nossa parte, se ella pode concorrer triumphalmente contra os nossos productos sem nada fazermos para remediar uma tal situação e se, finalmente, podem os pescadores hespanhoes continuar a assistir sorridentes, ao

<sup>162</sup> Amaro, Carlos, “Castelos em Hespanha”, in *Contemporânea* n° 10, IV volume, ed. cit., pp. 17-24.

<sup>163</sup> Mello, Martinho Nobre de, “As relações luso-hespanholas – O pan-iberismo”, in *Contemporânea* n°4, II volume, ed. cit., pp.1-6.

desmazelo com que estamos fiscalizando as nossas costas e aguas permitindo aos seus barcos pescar quasi livremente nellas e que, pelo contrario, sejam os nossos violenta e atrabiliariamente arrestados quando se arriscam a ir pescar a 12 milhas das costas da nação vizinha, quando não nas nossas proprias aguas territoriaes!”<sup>164</sup>.

E termina avisando que Portugal está longe de ter o prestígio internacional e a estabilidade política interna que lhe permitam ambicionar ser um dos promotores do “bloco federativo das nações de língua hispânico-portuguesa!”. Desde logo porque não acautelou devidamente as bases de um entendimento com o Brasil, deixando, por exemplo, que tanto as suas mercadorias como os seus passageiros cruzem o Atlântico em navios estrangeiros, ao não dispor de uma companhia de navegação própria.

No plano do intercâmbio estritamente cultural entre Portugal e Espanha, assume especial relevância um ensaio sobre Ramón Gómez de la Serna publicado no suplemento da revista, em Março de 1925, pela mão de Augusto d’Esaguy, tanto quanto sabemos um médico português natural de Faro. O primeiro suplemento de *Contemporânea*, que preenche a lacuna entre o atribulado número dez e os três últimos números da revista, é um caderno modesto, de apenas oito páginas, que inclui fotografias (nomeadamente as de Mário de Sá-Carneiro, Afonso de Bragança, Santa Rita Pintor ou Amadeu de Sousa Cardoso, entre outros apelidados de “mortos da geração nova”<sup>165</sup>) mas exclui completamente a cor. Ostenta também, logo na capa, uma saudação ao Presidente Manuel Teixeira Gomes, lembrando a semelhança entre a obra dos novos e a do escritor, assinalado como “um intelectual, um artista e um espírito culto e moderno”<sup>166</sup>. Dir-se-ia que o conflito geracional desencadeado, em 1921, a pretexto da tentativa de abertura da SNBA aos jovens adeptos da corrente modernista, se mantém de algum modo aceso ou, pelo menos, persiste a intenção de não o deixar morrer. O motivo desta publicação excepcional, em moldes gráficos muito diferentes da requintada revista mensal de José Pacheco, parece prender-se, além das dificuldades financeiras conhecidas, com a doença prolongada do director, aliás referida na rubrica “Ecos” do mesmo suplemento, onde inclusivamente se anuncia a saída, para breve, de uma *Contemporânea* “completamente remodelada, fixando a data do seu aparecimento mensal”<sup>167</sup>.

---

<sup>164</sup> Mello, Martinho Nobre de, art.cit., p.4.

<sup>165</sup> *Contemporânea* (1º suplemento), edição fac-simile in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, op. cit., p.1.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>167</sup> *Contemporânea* (1º suplemento), ed. cit., p.4.

O ensaio de Augusto d'Esaguy<sup>168</sup>, que muito provavelmente terá sido um dos comensais do banquete oferecido pelos amigos portugueses a Ramón Gómez de la Serna, em Janeiro desse ano, vem ilustrado com uma fotografia do próprio criador das *greguerías* e uma reprodução do pintor Vázquez Díaz. Nele, o autor demonstra um conhecimento profundo sobre o percurso e a obra do escritor espanhol que, em seu entender, terá triunfado, ao contrário da norma, primeiro em Lisboa e só depois em Madrid. Refere-se a alguns dos traços distintivos da sua personalidade e obra, como o amor a Madrid, aos seus cafés, aos objectos, aos seios femininos; define-o, de modo lapidar, como “o grande malabarista das frases” ou ainda como o “pontífice da frase, o filósofo sintético das pequenas coisas que nos rodeiam”; atreve-se a elevá-lo ao estatuto de “reformador da literatura latina”, na medida em que não encontra quem se lhe compare na moderna literatura espanhola, sendo que, acrescenta, muito dos novos escritores, em Lisboa ou noutras cidades da Europa, não são mais do que “discípulos” seus.

Entre os seus livros, que descreve como “instantes”, destaca, além de outros, *El Circo, Senos, Greguerías* – “o livro dos objectos que o mundo tem nas suas algibeiras” – *Estudio del desnudo*, através do qual se afirma como escritor no seu país natal, conquistando o respeito de críticos e autores como Cansinos Assens, Ortega y Gasset e Azorín, e ainda o inaugural e “revolucionário” *Entrando en fuego*, publicado em 1904, ainda Portugal, considera Esaguy, “delirava com os lugares comuns do romantismo piégas”. Neste sentido, o ensaio do médico assume também o papel de defesa da geração nova, condizendo com o espírito algo panfletário da publicação, como se pode ler neste excerto, onde encontramos uma das duas únicas referências ao ultraísmo nas páginas de *Contemporânea*:

“Os seus primeiros livros são folhas soltas, cartazes, gritos, alaridos que espantam os ultimos escriptores do novecentos.

Os meios literarios, os academicos, os cafés, desequilibram-se, caiem em si.

Originam uma revolução e o nome do escriptor é pronunciado com mêdo e inquietação.

Os jornaes guilhotinam-o com os seus ataques.

É o precursor dos dadaistas e ultraistas.

É o precursor do modernismo. Marinetti dedica-lhe o manifesto á Espanha, quando Espanha não contava literariamente na Europa.

---

<sup>168</sup> Esaguy, Augusto de, “Ramón Gómez de la Serna (Ensaio)”, in *Contemporânea* (1º suplemento), ed. cit, pp. 6-7.

(...)

Calculem vocês, que estão habituados a ler nalgumas gazetas de Lisboa, ainda hoje, ataques aos modernistas, o que teria sido o aparecimento de Ramón em Espanha.”<sup>169</sup>

Voltemos agora aos números da terceira série, para tomar o pulso à campanha iberoamericanista assumida pela *Contemporânea*, nesse último suspiro de vida, ao longo do ano de 1926. Marcam a primeira edição, de Maio de 1926, dois extensos ensaios de Celestino Soares, então governador civil de Portalegre, e Noé de Azevedo, advogado brasileiro, que analisaremos em seguida. Porém, a própria rubrica de abertura, dedicada às notícias, surge toda ela inteiramente reservada a Espanha. A revista saúda, em primeiro lugar, os aviadores Franco Alda, Durán e Rada, que, a bordo do hidroavião “Plus Ultra”, haviam unido em voo transatlântico a cidade onubense de Palos de la Frontera (simbolicamente, o ponto de partida de Colombo para as Américas) a Buenos Aires, Argentina, equiparando-os a Coutinho e Cabral, enquanto representantes de uma “Espanha moderna” que, tal como no Renascimento, se afigura como companheira “natural dos portugueses na descoberta do Mundo Novo”. Também a exposição ibero-americana de Sevilha, agendada para o ano seguinte, parece estar no centro das preocupações dos colaboradores de *Contemporânea*, nomeadamente de João de Barros, director da revista luso-brasileira *Atlântida*, que deixa registados os seus receios acerca de uma exibição portuguesa presa às glórias do passado, e não reveladora do “Portugal de hoje”. Por último, a secção noticiosa não pode também deixar passar em branco as palavras afectuosas proferidas pelo monarca espanhol, Afonso XIII, no acto de entrega do terreno para o pavilhão português na exposição internacional de Sevilha, cujo teor vai ao encontro da doutrina defendida pela publicação e denota um período de boas relações entre as nações vizinhas, pelo menos no que é possível deixar transparecer a uma escala oficial:

“Tanto para o meu governo, como para mim, é uma grande satisfação entregar a Portugal, Republica irmã e querida do coração da Espanha, o terreno do seu futuro pavilhão. Trata-se apenas de uma concessão material, porque, de direito, Portugal teve sempre o seu lugar em Espanha. Os dois países estão unidos na Historia por uma obra de civilização conjuntamente realizada.”<sup>170</sup>

---

<sup>169</sup> Esaguy, Augusto de, art. cit., p.7.

<sup>170</sup> *Contemporânea* nº1, III série, Biblioteca Nacional (RES. 3431; F. 6780), s/p.

Quanto a Celestino Soares, antigo adido à Legação de Portugal em Washington, o seu “Breve comentário à política ibero-americana”<sup>171</sup> dá conta do processo de formação de um bloco de pequenas nações americanas que resiste estoicamente, em todos os elementos herdados dos antigos colonizadores europeus – língua, tradições, crenças e cultura política – ao imperialismo comercial do Estados Unidos, mercê de uma ocupação verdadeiramente civilizadora, baseada na educação e não no extermínio e no saque que haviam caracterizado, segundo o autor, a colonização de origem nórdica. Em torno desse bloco, que tem um carácter sentimental, mas também político, ressalva, compete empreender uma política internacional que gire sobre um “eixo comum”. Por dois motivos fundamentais. Em primeiro lugar, “porque assim o exige a marcha natural da civilização”; em segundo, “porque a isso urgentemente compele a situação política creada com a guerra, as ambições vitais dos outros povos, a mudança a que assistimos das hegemonias do mundo contemporâneo”, afirma o articulista, demorando-se no exemplo da insidiosa cobiça alemã sobre os territórios americanos herdeiros de portugueses e espanhóis, indiciando à altura uma ambição de passar de potência europeia a potência mundial.

Seguindo o seu raciocínio, Celestino Soares fala de um nítido desequilíbrio de esforços entre Portugal e Espanha, nações a quem as responsabilidades históricas conferiam o papel de condutores de uma tal política ibero-americana. Em Espanha, contavam-se já a organização da exposição internacional de Sevilha, a fundação de um instituto de alta cultura, o Colegio Mayor Hispano-Americano, na mesma cidade, e de uma associação de estudantes, a Federación Universitaria Hispano-americana, além da marcação de um congresso, através do qual se pretendia estabelecer, em definitivo, a doutrina ibero-americana, com organização a cargo da Sociedad Colombina Onubense, promotora também da Festa da Raça e de outras iniciativas de culto a Colombo, e cujo órgão oficial era a revista mensal *La Rábida*. Em Portugal, muito pouco tinha sido feito para transformar em ibero-americanismo algo que, até ao momento, não passava verdadeiramente de um hispano-americanismo, com excepção da actividade isolada de *Contemporânea*, que “encetou, no campo das letras e por forma ponderavel, a apresentação, lado a lado, dos intelectuais do mundo ibérico”.

---

<sup>171</sup> Soares, Celestino, “Breve comentário à política ibero-americana”, in *Contemporânea* nº1, III série, Biblioteca Nacional (RES. 3431; F. 6780), pp.1-10.

Não por acaso, no número seguinte, saído em Junho, Celestino Soares publica “Os primeiros”<sup>172</sup>, artigo em que homenageia todos os que, por via do seu percurso pessoal, profissional, artístico ou intelectual, e à margem das iniciativas oficiais, vinham promovendo o intercâmbio cultural entre os vários cantos do mundo ibérico. Os casos de Carlos Malheiro Dias, no Brasil; de Ramón Gómez de la Serna, Eugenio d’Ors, Perez de Ayala e Gomez Baquero, em Portugal; de Eugénio de Castro e Leonardo Coimbra, em Espanha; ou ainda de Fernanda de Castro e António Ferro, que “foram em Espanha e no Brasil os melhores e mais bem acolhidos embaixadores das modernas correntes de arte de Portugal”. O autor chega mesmo a sugerir a concentração de todas estas acções individuais sob o tecto de um mesmo instituto de formação cultural, que complementaria a obra académica, já encetada por Espanha no Colegio Mayor, e cujas “bases” lhe seriam oferecidas pela própria *Contemporânea*. Marcar-se-ia, deste modo, para Portugal, “um campo próprio, em que possa, com a sua capacidade e com o respeito que inspira, tomar posição primacial ao lado da outra nação mãe”.

Sobre a campanha patriótica de António Ferro no Brasil, através de um ciclo de conferências que se seguiu à chegada dos aviadores Cabral e Coutinho ao outro lado Atlântico, é o próprio autor que lhe faz referência, num artigo magoado em que dá conta do bom acolhimento que a geração nova brasileira lhe concedera, em contraste com o desprezo dos seus compatriotas nos jornais nacionais. O texto, publicado no número nove, de Março de 1923, tem por título “Carta aberta ao Portugal d’hoje – Ao Portugal de vinte e tantos anos”<sup>173</sup>, e segue-se ao fragmento “Arte de bem morrer”, pertencente a uma conferência proferida no Rio de Janeiro e reproduzido no número dois, bem como às palavras de apresentação do autor português ao auditório carioca, assinadas por Carlos Malheiro Dias e publicadas no número oito.

No artigo, que efectua o balanço da sua estada no continente americano, António Ferro vangloria-se por ter sido, no Brasil, o primeiro arauto de um Portugal novo – o dos escritores que “põem nas suas penas movimentos de locomotivas” ou o dos pintores “cujas almas voam doidas, nas telas, como colibris” – até então aí desconhecido, e de o ter feito à margem das comitativas sociais, “completamente só, só mas com a arte... Porque hoje em Portugal para estar com a Pátria é preciso estar só”. E descreve o seu

---

<sup>172</sup> Soares, Celestino, “Os primeiros”, in *Contemporânea* nº2, III série, Biblioteca Nacional (RES. 3431; F. 6780), pp.53-54.

<sup>173</sup> Ferro, António, “Carta aberta ao Portugal d’hoje – Ao Portugal de vinte e tantos anos”, in *Contemporânea* nº9, volume III, ed. cit., pp.151-154.



triunfo junto do meio afim ao modernismo português, enumerando diversas críticas e reportagens sobre a sua passagem pelo Palácio Teatro, Gabinete Português de Leitura ou Teatro Lírico, entre muitas outras festividades que se fizeram por aqueles dias em honra dos aviadores portugueses, nomeadamente na *Tribuna*, em *A Noite* e no *Correio Paulistano*. Mas se a sua acção de “animador da arte moderna” lhe trouxe o triunfo entre os novos de além-mar – entre eles, Ronald de Carvalho, director do primeiro número de *Orpheu*, juntamente com Luís de Montalvor, Oswald de Andrade, que escreve o “O barracão dos romeiros” para o número nove da *Contemporânea*, Monteiro Lobato ou Carlos Drummond – em Portugal a sua glória brasileira terá passado completamente despercebida, não tanto pelo carácter não oficial da sua viagem, mas pela ancestral inveja nacional. Por isso, conclui, é aos artistas novos, ao Brasil moderno, que os portugueses devem pedir contas do sucesso alcançado:

“... Perguntem-lhes o que foi a minha viagem, se venci, se fui vencido, se Portugal andou comigo ou andou com os que me caluniaram, aqueles cujos nomes o Brasil não sabe nem nunca saberá... Perguntem-lhes e enquanto a resposta não vem (que ela virá, mais dia menos dia) eu irei revelando a Portugal, num grande frizo de vitória e de sonho, essa geração admirável em cujos braços estive e que trouxe, para todo o sempre, na minha saudade e na minha inteligência”.<sup>174</sup>

De Espanha, o outro lado do triângulo ibero-americano, António Ferro recebe evidentes influências do seu autor de vanguarda por excelência, Ramón Gómez de la Serna, que o refere frequentemente nos seus textos sobre Portugal e cujas *greguerías* perpassam dois dos livros do português, nomeadamente *Teoria da indiferença*, de 1920, e *Leviana*. A versão final deste último, de 1929, conta inclusivamente com um prefácio de Gómez de la Serna. Por seu turno, é Ferro quem assina o prefácio para a tradução portuguesa de *La roja (A ruiva)*, publicada em 1923, de onde se pode depreender a sua admiração pela obra ímpar do espanhol: “Ramón Gómez de la Serna, acrobata de frases e de ideias, é o grande escritor da Espanha moderna. A sua obra forte, a sua obra que é um circo de palhaços e de *jongleurs*, é o triunfo barulhento e definitivo da nova literatura espanhola.”<sup>175</sup>

---

<sup>174</sup> Ferro, António, art. cit., pp. 153-154.

<sup>175</sup> Citado em António Sáez Delgado, “La edad de oro, la época de plata y el esplendor del bronce (1901-1935)”, in *RELIPES – Relações Linguísticas entre Portugal e Espanha desde o início do século XIX até à actualidade*, edição das universidades da Beira Interior, Évora e Salamanca, 2007, p.153.

Sendo em Portugal “talvez o único que sofreu a influência da prosa e do espírito de Ramón”<sup>176</sup>, nas palavras de Osório de Oliveira, António Ferro estará igualmente presente, anos mais tarde, na revista madrilena *La Gaceta Literaria*, de Ernesto Giménez Caballero, dirigindo, a partir de 1929 e em parceria com Ferreira de Castro, a secção “La Gaceta Portuguesa”, que contemplava também as novidades literárias da Galiza e do Brasil.

Regressando ao número um da terceira série, o texto de Noé de Azevedo, doutor em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de S. Paulo, informação que acompanha a assinatura, não se distancia significativamente das posições assumidas nas páginas anteriores, pelo articulista português, Celestino Soares. O artigo, intitulado “A União Ibero Americana – Tendências e necessidades sociológicas”<sup>177</sup>, integrava um ciclo de conferências, realizado em S. Paulo nos últimos dois meses de 1922, cujo fio condutor consistia na defesa da ideia de uma confederação luso-brasileira, como primeiro passo para a constituição de um “grande bloco luso-hispano-americano”. Neste caso, o autor elenca dois factores determinantes para a constituição da união referida no título. Por um lado, uma “tendência sociológica” demonstrada na conservação, mesmo à distância de um oceano, de uma série de traços característicos da “raça” ibérica, entre eles o “instinto cooperativo”, o “amor à liberdade”, e a natureza democrática das instituições de poder, cuja célula seria o município, facto que poderia explicar, no século XIX, o movimento de independência das colónias, que alastrara a vários pontos do continente americano e quase em simultâneo. Por outro lado, prossegue o autor, a “necessidade” de as populações de origem ibérica se precaverem contra o imperialismo anglo-saxónico, sob pena de desaparecerem, absorvidas pelo “poder incontestável do dollar”. Tal união, conclui Noé de Azevedo, “de facto, já existe, e reside no instinto da cooperação, nos hábitos da vida ‘communitaria’ dos povos ibericos. Resta apenas dar consistencia, e tornar consciente esse movimento instintivo. Isto ha de em breve se realizar pela ‘necessidade’. É necessario que esse movimento se organise, e tome forma consciente a communhão iberica, sob pena de desapparecermos da face da terra”.

É também da pena de um brasileiro o extenso ensaio “Aproximação ibero-americana – O que deve o Brasil fazer para completar a sua independência”<sup>178</sup>,

---

<sup>176</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, art.cit., p.153.

<sup>177</sup> Azevedo, Noé de, “A união ibero-americana – Tendências e necessidades sociológicas”, in *Contemporânea* nº1, III série, Biblioteca Nacional (RES. 3431; F. 6780), pp.13-22.

<sup>178</sup> Vampré, Spencer, “Aproximação ibero-americana – O que deve o Brasil fazer para completar a sua independência”, in *Contemporânea* nº2, III série, Biblioteca Nacional, pp. 56-59, 80-81.

publicado no número seguinte, de Junho de 1926, e igualmente parte integrante do ciclo paulista de conferências, de 1922. O autor, Spencer Vampré, professor da Faculdade de Direito de S. Paulo, coloca a tónica nas questões de ordem económica, chamando a atenção para a necessidade de um entendimento com Portugal, senhor ainda de um vasto império, de modo a que a inesgotável produção nacional brasileira possa concorrer nos vários mercados do mundo, e que o país possa afirmar o seu natural domínio sobre o Atlântico, reforçando uma independência política que é ainda jovem e frágil. O que se pretende não é reatar o império anterior a 1822, mas estabelecer uma “Confederação das duas republicas”, que possa servir de barreira, mercantil e militar, às pretensões expansionistas de outros povos. Em pleno século da concorrência mercantil, determinante dos destinos políticos dos povos, “Que valerá o café do Brasil, e o algodão do Brasil, o carvão, o ferro, o manganês, as madeiras, se não os transportarmos, em concorrência com a França e com a Inglaterra, pelo aparelhamento de uma marinha mercante luso-brasileira que torne possível a concorrência dos nossos productos, nos mercados da Europa, da America e da Asia?”, questiona-se Spencer Vampré, defendendo, numa escala mais vasta, a aliança natural entre as nações ibéricas e as sul americanas, que factores geográficos, políticos e históricos parecem aconselhar. A questão coloca-se ainda no domínio da antropologia, conclui o professor universitário, já que “no fundo do scenario politico-economico, ha uma luta ou uma cooperação de raças, pois cada raça tem a sua vocação na historia das conquistas humanas, e a da raça latina é a paz e a justiça internacional, através do commercio”.

Na mesma entrega, publicada em pleno período presidencial de Gomes da Costa, a revista reproduz ainda um testemunho do próprio general, que dá continuidade a um outro conjunto, publicado no número um, onde, sob o título “O ibero-americanismo – Depoimentos que em Portugal o justificam”, vemos desfilar nomes de peso, como os de Bettencourt Rodrigues, antigo ministro de Portugal em Paris, Coelho de Carvalho, antigo presidente da Academia de Ciências, o poeta Afonso Lopes Viera, Alberto de Oliveira, ministro de Portugal na Argentina, ou do próprio António Sardinha, então já falecido, em excertos do livro *A Aliança Peninsular*. Em poucas palavras, Gomes da Costa descreve com prudência em que bases deve assentar a nossa aproximação a Espanha:

“Sou um velho admirador do Rei Afonso XIII. Estamos a par das suas intenções no chamado bloco ibero-americano. Essa política, prosseguimo-la. À Exposição Ibero-Americana

de Sevilha iremos de alma e coração, auxiliaremos em tudo as aspirações do tratado de commercio luso-espanhol.

Vizinhos e amigos de Espanha e firmes aos nossos direitos mútuos, nunca uma amizade luso-espanhola teve mais sinceros defensores. A Espanha tem a sua política interna, nós a nossa. Mas no campo internacional, onde os nossos objectivos são identicos, ligados estaremos sempre.”<sup>179</sup>

Ao dar voz ao poder recém-instalado, cuja direcção em termos de política internacional parece coincidir com a da própria revista, *Contemporânea* dá mostras de uma corrente de pensamento que extravasava então muito para além das suas páginas, acolhedoras de uma pequena elite de intelectuais e artistas. E os ecos do outro lado do Atlântico, nomeadamente junto da juventude modernista do Brasil, eram também já uma realidade, como comprova, no noticiário do mesmo número, uma nota sobre a visita a Lisboa de Olívia Penteado, poetisa e mecenas rica de S. Paulo, que, em recepção muito participada promovida pela *Contemporânea*, convida José Pacheco, em nome dos intelectuais paulistas, para uma missão de propaganda no seu país. Segundo a revista, que não retornará ao ibero-americanismo no seu terceiro e último número publicado, seria esta viagem “um dos mais interessantes objectivos da acção ibero-americanista desta revista, pelo que o convite dirigido a José Pacheco representa um alto serviço à obra em que se empenham os nossos amigos de Portugal, do Brasil e de Espanha e da América Espanhola”.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> “O ibero-americanismo – Depoimentos que em Portugal o justificam” (Jornal), in *Contemporânea* nº2, III série, Biblioteca Nacional, s/p.

<sup>180</sup> *Contemporânea* nº2, III série, Biblioteca Nacional, s/p (Jornal).

### **3.2.2. Fernando Pessoa e outros diálogos ibéricos à margem da Contemporânea**

Ao mesmo tempo que alberga textos de teor fortemente propagandístico, concertados para a campanha iberista a que se propôs desde a primeira hora, e assinados por homens vindos sobretudo do meio académico e da actividade política, *Contemporânea* é também o lugar de excelência para a criação literária, onde, pelo menos no que toca às colaborações portuguesas, não encontramos sequer laivos da defesa de uma orientação internacional de Portugal no sentido de Espanha e da América de raiz ibérica. Por outras palavras, nos textos de criação de assinatura portuguesa a chama ibérica está completamente ausente, não revelando, nos casos que analisaremos a seguir, o trabalho subterrâneo dos seus autores em prol da divulgação da literatura portuguesa junto do meio cultural estrangeiro mais próximo ou, numa versão mais abrangente e generosa, de uma contaminação mútua das literaturas peninsulares nas respectivas épocas.

Aparentemente sem barreiras estéticas, embora ideologicamente muito próxima da corrente nacionalista de direita, como o demonstram as colaborações atrás referidas de António Sardinha, António Ferro, Afonso de Bragança, Malheiro Dias ou Martinho Nobre de Mello, entre outras que escaparão ao presente estudo (Homem-Cristo, Mário Saa, Correia de Oliveira, conde de Monsaraz, João Ameal), *Contemporânea* abre as suas páginas a nomes intimamente ligados ao modernismo e à história de *Orpheu*, que compõem uma fatia considerável, sem no entanto negar espaço a vultos como o representante máximo do saudosismo, Teixeira de Pascoaes, ou o simbolista de renome Eugénio de Castro. Manifestamente, *Contemporânea* não pretendia ser uma revista de “escola”, como aliás nunca foi intenção dos protagonistas do primeiro modernismo português criar uma doutrina estética comum que uniformizasse as suas produções poéticas. Mas foi certamente uma revista de encontros e cruzamentos, que se fizeram dentro e fora das suas páginas, não só entre diferentes correntes literárias, como entre autores de ambos os lados das fronteiras do território peninsular. Curiosamente, neste cenário do intercâmbio luso-espanhol, Fernando Pessoa, a quem nunca se conheceu uma especial admiração pela literatura e cultura espanholas, acabará por ter um papel preponderante, através das relações pessoais que estabelece com os poetas andaluzes vinculados ao percurso ultraísta Rogélio Buendía e Adriano del Valle, ambos

colaboradores de *Contemporânea*, e com Isaac del Vando-Villar, como se verifica através da correspondência conhecida, um total de 20 cartas trocadas entre Agosto de 1923 e Novembro de 1924.

Analisando o intercâmbio luso-espanhol na *Contemporânea*, Manuela Parreira da Silva observa que este “extravasa, porém, das páginas da revista para o exterior, para o plano das relações pessoais que, a partir desse centro aglutinador, acabam por se estabelecer entre alguns colaboradores. Está neste caso a correspondência trocada entre Fernando Pessoa e (...) Buendía e Adriano del Valle (...)”<sup>181</sup>. Na mesma linha de análise, o investigador espanhol Antonio Sáez Delgado, acrescenta que a revista do arquitecto José Pacheco

“se convierte en el escenario sobre el que se plasma el gran momento de encuentro (aun en su propia fragilidad) entre los nuevos escritores españoles y portugueses, fraguándose los cimientos de algunas relaciones que perduran varios años, ya que mientras se producen los paradójicos frutos históricos del ultraísmo español en forma de libro – entre 1923 y 1924, esencialmente, tras la sacudida violenta y la desaparición formal del movimiento – Buendía, del Valle y su amigo Isaac del Vando-Villar desarrollan un breve pero intenso epistolario con el poeta más lúcido e interesante del primer modernismo portugués: Fernando Pessoa”<sup>182</sup>.

Contudo, a estudiosa pessoana vai mais longe na relevância atribuída ao epistolário ibérico, que ocupa não mais do que uma parte ínfima no total da correspondência do criador dos heterónimos, afirmando que este não deixa de revelar “até que ponto o elo de ligação entre Pessoa e os poetas andaluzes continua a ser a própria existência da revista”<sup>183</sup>, tanto mais que as quebras de periodicidade de *Contemporânea*, a partir do número nove, datado de Março de 1923 (o número dez, que terá sido preparado ao longo de 1924, sofre atrasos ditados por dificuldades económicas e pela saúde débil de José Pacheco, sucedendo-lhe uma nova série apenas em 1926), coincidirão com o próprio fim da correspondência peninsular.

A presença de Fernando Pessoa nas páginas de *Contemporânea* é imediata, assinalando o número inaugural da revista, em Maio de 1922, com o conto “O Banqueiro Anarchista”<sup>184</sup>, um surpreendente exercício de argumentação política,

<sup>181</sup> Silva, Manuela Parreira da, *Realidade e ficção – Para uma biografia epistolar de Fernando Pessoa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2003, p.338.

<sup>182</sup> Delgado, Antonio Sáez, op. cit., p.480.

<sup>183</sup> Silva, Manuela Parreira da, op. cit., p.345.

<sup>184</sup> Pessoa, “O Banqueiro Anarchista”, in *Contemporânea* nº1, volume I, ed. cit., pp. 5-21.

plasmado no diálogo entre um rico banqueiro e um seu amigo incrédulo face à fidelidade que aquele dizia manter ao ideal anarquista. Num dos períodos mais conturbados da primeira República, em que o poder passava a ser disputado nas ruas, com recurso a bombas, tiroteios, tumultos e conspirações, Fernando Pessoa tem a lucidez de descrever um homem que, através de um percurso individual de muita ponderação, em bastantes pontos semelhante ao seu próprio caminho nas letras portuguesas, descobre a verdadeira via para o anarquismo, aquela em que, “cada um tem que, por suas próprias forças, crear liberdade e combater as ficções sociaes”, sendo a maior delas e a mais nefasta o dinheiro. Passando ao lado dos métodos violentos, os dos “anarchistas que se agacham”, o protagonista da narrativa explica como se furtou à tirania do capital, sem lhe fugir, retirando-se, por exemplo, da vida em sociedade:

“O processo era um só – *adquiril-o*, adquiril-o em quantidade bastante para lhe não sentir a influencia; e em quanto mais quantidade o adquirisse, tanto mais livre eu estaria d’essa influencia. Foi quando vi isto claramente, com toda a força da minha convicção de anarchista, e toda a minha logica de homem lucido, que entrei na phase actual – a commercial e bancária, meu amigo – do meu anarchismo”<sup>185</sup>.

E respondendo ao argumento do amigo, que o acusa de ter criado o terreno para a tirania que, precisamente, dizia combater, à semelhança de qualquer outro financeiro sem escrúpulos, o banqueiro, que confessa não ter olhado a processos no seu percurso de enriquecimento, acrescenta, numa passagem reveladora do próprio universo psicológico do autor: “Não, meu amigo; eu só creei liberdade. Libertei *um*. Libertei-me a mim. É que o meu processo, que é, como lhe provei, o unico verdadeiro processo anarchista, me não permittiu mais. O que pude libertar, libertei”.

Depois da estreia, Pessoa, que chegou também a ser convidado para redigir um manifesto da *Contemporânea*, “em nome da geração nova” e com o provável intuito de quebrar o silêncio com que a imprensa portuguesa havia recebido a publicação recém-nascida<sup>186</sup>, não mais deixará de estar ligado à actividade “civilizadora” da revista de José Pacheco, muito embora sejam públicas as suas reticências face ao projecto, que nunca lhe mereceu o mesmo entusiasmo suscitado pela aventura de *Orpheu*. É através de Álvaro de Campos que o revela, numa carta dirigida ao director (autor da primeira capa de *Orpheu*) e publicada no número quatro, onde evita a crítica explícita mas onde

<sup>185</sup> Pessoa, Fernando, art. cit., p.19.

<sup>186</sup> Silva, Manuela Parreira da, op. cit., pp. 315-316.

não esconde alguma nostalgia: “De si e de sua revista, tenho saudades do nosso *Orpheu*. V. continua subrepticamente, e ainda bem. Estamos, afinal, no mesmo lugar. Parece que variamos só com a oscillação de quem se equilibra. Repito-lhe que o felicito. Julgava difficil fazer tanto bem aos olhos em Portugal com uma coisa impressa”<sup>187</sup>.

Colaborador assíduo, talvez só ultrapassado por Almada Negreiros, que à obra literária juntava também a sua genialidade de artista plástico – em capas, *hors-textes*, ilustrações e cartazes publicitários – Fernando Pessoa é presença infatigável ao longo dos 13 números da *Contemporânea*. Depois de “O Banqueiro Anarchista”, escreve o polémico estudo crítico “Antonio Botto e o ideal esthetico em Portugal” (número três), de que falaremos mais adiante, os poemas de “Mar Portuguese”, futuramente integrados em *Mensagem*, e ainda “Natal” (número seis), “Trois Chansons mortes” (número sete) e “Spell” (número nove), além de “Carta ao Author de Sáchá”<sup>188</sup> (número oito), na qual, a pretexto de um comentário crítico à “novella-film” de Francisco Cabral Metello, seu amigo, Fernando Pessoa “faz a sua primeira manifestação pública de individualidade”<sup>189</sup>, nas palavras de Manuela Parreira da Silva. É que, ao deparar-se com a “mocidade ingênita”, a elegância e a “futilidade triumphal” do autor – que retratava na sua novela a alta sociedade lisboeta nos seus trejeitos de decadência – características que estavam longe de fazer dele um génio, mas que merecem o fascínio do poeta, Pessoa reconhece e lamenta o seu “espírito especulativo e metaphysico, e porisso triste e desgracioso” e o seu “cansaço innato de predestinado á derrota, ainda que ella possa chamar-se victoria”. Provando que ao génio, que ele era, parecia estar vedada a felicidade terrena.

Ausente do número dez, que traz como directores literário e artístico, respectivamente António Ferro e Ruy Vaz, e sobre o qual opinará que “vem pessimo, salvo quanto a um ou dois elementos (...)”<sup>190</sup>, Fernando Pessoa regressará a *Contemporânea* em 1926, para os últimos três números da revista. Publica “O menino da sua mãe”, “Lisbon Revisited (1926)”, de Álvaro de Campos (o poema, de 1923, teve publicação anterior com o mesmo título, no número oito da primeira série), e, finalmente, “Rubaiyat”. É também com a assinatura do heterónimo futurista que surge, no número seis, “Soneto já antigo”, poema em que, segundo Manuela Parreira da Silva,

---

<sup>187</sup> “Álvaro de Campos escreve à *Contemporânea*”, in “Jornal” do nº4, volume II, ed. cit., p.4.

<sup>188</sup> Pessoa, Fernando, “Carta ao Author de ‘Sáchá’”, in *Contemporânea* nº8, volume III, ed.cit., pp.93-95.

<sup>189</sup> Silva, Manuela Parreira da, op. cit., p.333.

<sup>190</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Adriano del Valle de 1-6-1924”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., pp.444-445.



“Pessoa torna explícita a homossexualidade de Campos: ‘Olha, Daisy: quando eu morrer tu hás-de/ (...) Contar àquele pobre rapazito/Que me deu horas tão felizes, / (...)’”<sup>191</sup>.

Sobre a teia de relações que Pessoa estabeleceu com os poetas espanhóis já referidos, a partir da partilha das páginas da *Contemporânea*, é importante sublinhar, tal como é possível inferir da correspondência conhecida, que ela foi sobretudo útil ao poeta português e à literatura nacional. Embora tendo contactado com os clássicos espanhóis (Luis de Gongora, Francisco de Quevedo e Garcilaso de la Vega), por força do seu trabalho de tradutor para o projecto da chamada *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, supõe-se que por volta de 1912, Pessoa não era de forma alguma um admirador apaixonado das letras do país vizinho ou sequer um conhecedor do trajecto dos “novos” do outro lado da fronteira. Nas duas dezenas de cartas trocadas entre Agosto de 1923 e Novembro de 1924, é explícito esse desinteresse, mesmo quando lhe são solicitados comentários críticos sobre obras publicadas, numa tentativa, por parte dos correspondentes andaluzes, nomeadamente Rogelio Buendía e Isaac del Vando-Villar, de projectar internacionalmente as suas criações, neste caso pela via do país estrangeiro mais próximo. Habilmente, Fernando Pessoa inverte o caminho e aproveita ambas as oportunidades, não só para se expor enquanto criador literário de génio, como para ver as suas palavras publicadas em Espanha.

No caso de Rogelio Buendía, que havia dado às páginas da *Contemporânea*, ao longo do ano de 1922, os poemas “Canción de España a Portugal” (número três) e “Satyrion” (número cinco), terminando aqui a sua participação no projecto, parece ter sido Fernando Pessoa, então praticamente desconhecido em Espanha, um dos primeiros receptores da obra *La Rueda de Color*, de 1923. O poeta dos heterónimos reage-lhe através de uma carta, datada de 20 de Agosto de 1923, escassos seis dias após a dedicatória que o médico andaluz deixa registada no exemplar que Pessoa conservou na sua biblioteca, um dos poucos livros escritos em língua castelhana. Na missiva, mais importante do que a análise da obra do poeta espanhol – “A sua arte meio-moderna, meio japonesa, feita, em versos contemporâneos, do espirito miniaturista dos haikais, embalou um momento o que sonha em mim” – afigura-se a própria qualidade da prosa ali vertida, que, gravitando em torno dos principais tópicos da obra de Buendía, acaba por revelar a própria visão do lisboeta sobre a literatura e, veladamente, o seu próprio

---

<sup>191</sup> Silva, Manuela Parreira da, op. cit., p.327.

papel dentro das letras europeias do momento, como que a adivinhar um destinatário colectivo, ou seja, o meio culto do país vizinho. Uma intenção que é bem visível nesta última passagem:

“Guardo do seu livro uma absurda impressão do Oriente, provavelmente verdadeira. Sou um occidental extremo, para quem o Oriente começa na fronteira de Hespanha. Sou também o contrario d’isto – um occidental extremo para quem, subdito do mar e do céu, não há fronteira nenhuma.

É com este espírito de universalidade incerta que apprecio o seu livro, que, tendo-o lido, duas vezes lhe agradeço, pedindo-lhe que creia no applauso e na estima do seu

camarada obscuro,

Fernando Pessoa”<sup>192</sup>

A carta acabaria por ter como destino o jornal sevilhano *La Unión*, traduzida e introduzida por Adriano del Valle, num artigo intitulado “En torno a *La Rueda de Color*. Opinión de un poeta portugués sobre un libro de Rogelio Buendía”, em que o autor de *Primavera Portátil* (1934) se lhe refere elogiosamente como “uno de los más puros y selectos hombres de letras de aquel bello país ibérico”<sup>193</sup>.

Antes mesmo da carta-artigo traduzida para *La Unión*, publicam-se, com uma semana de intervalo, no *La Provincia* de Huelva (11 de Setembro de 1923), cinco dos poemas ingleses a que Pessoa havia dado o título original “Inscriptions”, naquela que é, verdadeiramente, a primeira aparição do português numa publicação espanhola. A tradução, de que se encarregam Rogelio Buendía e a sua esposa, María Luísa Muñoz, filha do director do *La Provincia*, constituirá um dos principais motivos das cartas trocadas entre os poetas ibéricos, usando Pessoa da sua vasta e aprofundada experiência como tradutor para notar alguns aspectos menos conseguidos no trabalho efectuado pelo casal, sem no entanto entrar em demasiados preciosismos, sem dúvida secundários face ao objectivo cumprido de ver publicadas as suas palavras além fronteiras: “Vendo bem, a tarefa, que tão amavelmente para mim se propuzeram executar, e executaram, não

---

<sup>192</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Rogelio Buendía de 20-8-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.368.

<sup>193</sup> Citado em António Sáez Delgado, op. cit., p.361.

podia, dadas as suas dificuldades essenciaes, ser conduzida com maior destreza e escrupulo artistico. De todo o coração vol-a agradeço”<sup>194</sup>.

Data também desse Verão e por intervenção dos amigos Buendía e del Valle, que partilhavam uma paixão pelas letras portuguesas e aparentemente a mesma missão de lhes dar relevo no seu país, uma intensa presença de autores lusos no *La Provincia* de Huelva. As “Inscripciones” surgem assim na sequência de outras aparições, ao longo de quatro semanas muito profícuas para os compatriotas de Pessoa, em que se mostram trabalhos de Judith Teixeira e Camilo Pessanha, também traduzidos por Buendía, e ainda de António Botto e Mário de Sá-Carneiro, vertidos para o espanhol por Adriano del Valle.

Com este último, sem dúvida o correspondente mais próximo e íntimo dos três poetas ultraístas – há registos de que privaram em Lisboa, aquando da viagem de núpcias de del Valle, nesse mesmo Verão de 1923, colaborando inclusivamente numa tradução para espanhol de Mário de Sá-Carneiro – Fernando Pessoa terá oportunidade de intervir de uma forma mais directa nessa missão de projectar a literatura portuguesa no país vizinho. Introduzido na rede de contactos dos escritores portugueses modernos, por via da sua estreia na *Contemporânea* com “Haikais”, em Outubro de 1922 (voltará a publicar no número dez, já em 1924, com “Isaac del Vando-Villar en siete colores”, sobre o livro *La sombrilla japonesa*), del Valle, já regressado da estância lisboeta e aproveitando o dinheiro português que lhe havia sobrado, recorrerá a Pessoa enquanto conselheiro privilegiado da sua biblioteca portuguesa, pedindo-lhe o envio de obras que o seu amigo reputasse de relevo. É assim que, visando também a sua tradução e posterior publicação em território vizinho, objectivos que eram também manifestamente do interesse do correspondente espanhol, Pessoa faz chegar a Adriano del Valle, em remessas sucessivas, as seguintes obras: *Serão Inquieto*, de António Patrício, e *Flor da Lama*, de Eugénio Vieira; *Jardim das Tormentas* e *Estrada de Santiago*, de Aquilino Ribeiro; e ainda *O País das Uvas*, de Fialho de Almeida, e *Leomil*, de António de Séves. Todas elas, seguindo o raciocínio de Pessoa numa das cartas enviadas a del Valle, seriam o melhor que poderia encontrar-se no meio literário português, pobre em contistas de relevo: “No seu pedido, relativo a novellistas portugueses, há duas dificuldades para a realização. Em primeiro lugar, não ha muitos novellistas (isto é, contistas) portuguezes, mesmo relativamente ao numero de escriptores; e, como não ha

---

<sup>194</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Rogelio Buendía de 15-9-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.385.

muitos, menos ainda ha que sejam bons, e cujas obras portanto valha a pena enviar-lhe”.<sup>195</sup>

Ponto de encontro e ponto de partida das relações entre os modernos homens de letras de Portugal e Espanha, a *Contemporânea* não podia, como se adivinha, estar ausente das cartas trocadas entre Pessoa e os seus correspondentes andaluzes. Numa ocasião, é referida como responsável pela edição futura dos *Poemas Completos*, de Mário de Sá Carneiro, projecto editorial que parecia fazer parte há muito dos planos de Fernando Pessoa mas que não chegou a concretizar-se nos termos em que ele ali o expõe<sup>196</sup>. Noutra ainda, a revista surge como possível organizadora – na opinião de Pessoa, a melhor colocada para o fazer em Portugal – de uma conferência de Buendía em Lisboa, sendo que também não há registo de que o projecto tivesse chegado a bom porto, a avaliar pela ausência do nome do espanhol no balanço do primeiro ano de actividade da revista, dado à estampa no número nove, de Março de 1923<sup>197</sup>. As restantes menções à *Contemporânea* dizem respeito ao seu número dez, cujo atraso na publicação e no envio para Espanha, em parte devido à doença de José Pacheco, faz inquietar os correspondentes Adriano del Valle e Isaac del Vando-Villar, a favor de quem Pessoa intercede, expedindo ele próprio os dois exemplares devidos<sup>198</sup>. Recorde-se que o primeiro era o autor do artigo aí publicado sob o título “Isaac del Vando-Villar en siete colores” e o segundo o criador de *La sombrilla japonesa*, livro sobre o qual incide a nota de del Valle.

É justamente em torno de *La sombrilla japonesa*, enviada a Fernando Pessoa por Vando-Villar, na expectativa de uma nota crítica, e usando como elo de ligação o amigo comum Adriano del Valle, que assistimos novamente ao estratagema da carta-artigo, usado anteriormente com Buendía. A 14 de Setembro de 1924 responderá com atraso ao autor do livro, numa missiva em vários pontos semelhante ao comentário publicado no *La Unión* um ano antes – um texto de criação disfarçado de carta em que, abordar os principais tópicos da obra de Vando-Villar (orientalismo, decorativismo, ironia), Pessoa se revela enquanto autor e regressa à ideia, que lhe é muito cara, de uma abolição de fronteiras culturais entre Ocidente e Oriente. No mesmo dia, remete nova carta,

---

<sup>195</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Adriano del Valle de 14-9-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.431.

<sup>196</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Adriano del Valle [s.f. circa 31-8-1923]”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.428

<sup>197</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Rogelio Buendía de 15-9-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., pp. 385-386.

<sup>198</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Adriano del Valle de 11-10-1924”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., pp. 450-451.

claramente estratégica, a Adriano del Valle, prologuista de *La sombrilla japonesa*, em que se torna evidente a antevisão da oportunidade que se lhe oferecia de voltar a publicar em Espanha:

“Recebi do Isaac del Vando-Villar La Sombrilla Japonesa e hoje mesmo lhe respondi, numa carta de agradecimento e de crítica. Não sei se elle desejava que eu fizesse a critica em qualquer periodico. Não escrevo, porém, em nenhum. Não sei se a *Contemporanea* continúa; se continuar, e me pedirem collaboração, não darei mais nada critico.

Se ou o Adriano, ou o Isaac del Vando, achar interessantes as palavras com que, na minha carta, defino e critico a Sombrilla, o melhor será, talvez, fazer como o Adriano fez com a minha carta ao Rogelio Buendía – traduzir e publicar ahi, onde quizerem, em todo ou em parte. Creio, mesmo, que, se alguma utilidade houver em minhas palavras sobre a Sombrilla, maior será a utilidade ahi do que aqui, pois ha sempre vantagem publica na opinião de um estrangeiro”<sup>199</sup>.

Parecem agora bastante nítidas as intenções que se escondem por detrás da ligação de Pessoa aos três poetas andaluzes que, sem o saberem, estariam a contribuir para a concretização das ambições iberistas do poeta português, tendentes, em última instância, à prossecução de uma missão mais alta: a criação de um Quinto Império assente, não no poder político, mas na cultura, e no qual o português, enquanto língua “literaria e particular”, vocacionada “para o que queremos sentir” e “para o que queremos dizer”<sup>200</sup>, desempenharia um papel central, através dele próprio, representante dessa nova civilização.

Se atentarmos às teorias iberistas de Fernando Pessoa já anteriormente abordadas, em que o poeta expõe a sua ideia de União Ibérica, assente politicamente numa confederação e com uma nova feição imperialista, desta vez de ordem cultural e espiritual, veremos como ganha coerência o desejo de uma “aproximação mental” ao país vizinho, como primeiro passo para chegar ao projecto “mesiânico de intentar converter Portugal en el nuevo Império mundial, fundamentado en el poder de la cultura y en la vastísima calidad de su mayor poeta, el ‘Supra-Camões’ que él mismo – com toda su *generación literaria* – encarnaria”, como resume Antonio Sáez Delgado<sup>201</sup>.

---

<sup>199</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Adriano del Valle de 14-9-1924”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.446.

<sup>200</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.388.

<sup>201</sup> Delgado, Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.480.

Apesar de não ter ficado para a história das letras portuguesas como figura digna de pertencer à galeria dos notáveis, António Botto revela-se de alguma forma marcante no percurso da revista de José Pacheco, ou pelo menos simbólico do espírito que esta pretendia encarnar, pelas mãos do amigo e protector, muitas vezes ambíguo, Fernando Pessoa, que também lhe oferece um lugar de destaque na correspondência com os poetas andaluzes.

O autor de *Canções*, cuja segunda edição é da responsabilidade da editora Olisipo, de Fernando Pessoa, vê a sua obra apreendida e queimada pelo Governo Civil de Lisboa no ano de 1923, juntamente com *Sodoma Divinizada*, de Raul Leal, e *Decadência*, de Judith Teixeira, na sequência de uma intervenção moralizadora de um grupo de estudantes universitários, auto-intitulado Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa. O caso sucede-se ao escândalo do “baile da Graça”, que estalara com a descoberta, no mesmo bairro lisboeta, de um local de encontro secreto para homens que aí assumiam abertamente a sua homossexualidade. Imediatamente o livro *Canções*, tido como a versão poética desses serões lascivos, passa a ser alvo da nova moral de cariz totalitário, defensora da disciplina e da higiene, que se instala, à direita e à esquerda, ao longo da década que se segue ao fim da I Grande Guerra.

Na *Contemporânea*, António Botto estreia-se meses antes, logo no primeiro número da publicação, em Maio de 1922, com “Podes levar as rosas que trouxeste”, um breve poema que fala de uma ligação amorosa que esmorece, sem revelar o género do ente amado: “Agora que já conheço/ Todo o sabor dos teus beijos, /Quero-te menos, e sinto/ A febre de outros desejos/ Que não podes entender...”<sup>202</sup>. Mas é com “Uma canção”, publicada no número três, dois meses depois, que o poeta maldito revela os motivos da perseguição moral de que seria alvo mais tarde. O poema, mais extenso, persiste na temática das ligações amorosas conturbadas, mas desta feita sem esconder a identidade sexual de quem o inspira:

“Fazes-me pena dizendo  
Que sou culpado  
Da vida que tens levado.

Mas vá, responde mais claramente:  
Eu sou culpado porquê?  
Lá por ter sido o primeiro...

---

<sup>202</sup> Botto, António, “Podes levar as rosas que trouxeste”, in *Contemporânea* nº1, volume I, ed.cit., p.37.

Bem se vê que és infantil,  
Meu doido amor de algum dia,  
Meu adolescente loiro  
– Corpinho alto  
Que eu doidamente mordida ... (...)”<sup>203</sup>

Botto regressa ainda à *Contemporânea* no número natalício de Dezembro de 1922 (número seis), com o sarcástico “Palavras dum avestruz todo gris”, o mesmo que terá tradução no *La Provincia* de Huelva, a cargo de Adriano del Valle, sob a rubrica “La moderna lírica portuguesa”, integrando um ciclo luso que, ao longo desse Verão de 1923, faz desfilar também Camilo Pessanha e Judith Teixeira (“Poesía portuguesa”) Mário de Sá- Carneiro (“Cuentistas Portugueses”) e Fernando Pessoa (“Poemas ingleses”). A participação de Botto na *Contemporânea* termina com “Uma cantiga em vilancete”, publicado no número dois da terceira série, datado de Junho de 1926.

É, porém, com o artigo “Antonio Botto e o ideal esthetico em Portugal”<sup>204</sup>, de Fernando Pessoa, que *Canções* se torna motivo de polémica nas páginas da *Contemporânea*, entre os meses de Julho e Outubro (números três e quatro), suscitando réplicas inflamadas do próprio Álvaro de Campos e, com especial animosidade, do jornalista Álvaro Maia, que assina “Literatura de Sodoma – O sr. Fernando Pessoa e o ideal estetico em Portugal”<sup>205</sup>.

Em traços gerais, o ensaio de Fernando Pessoa configura uma defesa do autor de *Canções* que, argumenta, ao louvar o corpo masculino, fá-lo enquanto representante, único em Portugal, do ideal estético, que é uma das formas – “a mais ténue e vazia” mas, por isso mesmo, a “mais explicitamente representativa” – do ideal helénico:

“Das trez formas, que podemos conceber, da belleza physica – a graça, a força e a perfeição –, o corpo feminino tem só a primeira, porque não pode ter a belleza da força sem quebra da sua feminilidade, (...); o corpo masculino pode, sem quebra da sua masculinidade, reunir a graça e a força; a perfeição só aos corpos dos deuses, se existem, é dado tel-a. Um homem, se se guiar pelo instinto sexual, e não pelo instinto esthetico, cantará, como poeta, só o corpo feminino. (...) Como, porém, o estheta canta a belleza sem preocupação ethica, segue que a cantará onde mais a encontre, e não onde sugestões externas à esthetica, como a sugestão

<sup>203</sup> Botto, António, “Uma Canção”, in *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., p.127.

<sup>204</sup> Pessoa, Fernando, “Antonio Botto e o ideal eshetico em Portugal”, in *Contemporânea* nº3, volume I, ed.cit., pp. 121-126.

<sup>205</sup> Maia, Álvaro, “Literatura de sodoma – O sr. Fernando Pessoa e o ideal estetico em Portugal”, in *Contemporânea* nº4, volume II, ed. cit., pp.31-35.

sexual, o façam procural-a. Como se guia, pois, só pela beleza, o estheta canta de preferencia o corpo masculino, por ser o corpo humano que mais elementos de beleza, dos poucos que ha, pode accumular”.<sup>206</sup>

Reagindo-lhe no número seguinte, Álvaro Maia não consegue compreender por que razão é que Fernando Pessoa, a quem reconhece o justo estatuto de “um dos mais representativos entre os valores da minha geração”, decide resgatar do esquecimento, em praça pública, um livro “sem arte nem beleza” e, pior do que isso, “torpe exhibição do amor thracio”. Do ensaio do poeta, que tenta desmontar fazendo uso dos princípios da própria cultura helénica, o jornalista, que acusa Pessoa de não ter respeito pela sua própria inteligência e de “olhar com amorosa complacencia o pús literario dos ultimos gafados”, conclui o seguinte: “Do arrazoado do sr. Pessoa se conclue que apenas serão estetas em Portugal os paticos e cinedos. Portanto quem quizer ser esteta, forçoso será que se entregue a actos de contra-natura. Semelhante teoria, bruta até ao exagero, visa á complacencia dos basbaques elegantes, e ao reclame pelo escândalo.”

Habilmente, nesse mesmo número quatro, Fernando Pessoa coloca Álvaro de Campos<sup>207</sup> na polémica em torno de *Canções*, não para atacar o autor e a sua obra, cuja “força” residiria na sua própria “imoralidade”, mas para desvalorizar os seus próprios argumentos, num jogo de desdobramento que, na opinião da especialista Manuela Parreira da Silva, “serve a sua exclusiva dialéctica interior ou, quando muito, a sua intenção pedagógica de pôr os outros a reflectir”<sup>208</sup>. Assim, afirma o engenheiro naval, por intermédio de José Pacheco, que Fernando Pessoa continua “com aquella mania, que tantas vezes lhe censurei, de julgar que as coisas se provam. Nada se prova senão para ter a hypocrisia de não affirmar. O raciocínio é uma timidez – duas timidez talvez, sendo a segunda a de ter vergonha de estar calado”.

António Botto surge também recorrentemente na rede de relações entre Fernando Pessoa e os seus correspondentes espanhóis – chegou, ele próprio, a manter contactos com Rogelio Buendía – tendo inclusivamente beneficiado da influência de Adriano del Valle no meio jornalístico do seu país, onde mantinha algumas colaborações, para fazer chegar as suas *Canções* a 21 críticos espanhóis. Além desta informação, que nos indica uma vontade clara por parte de Botto de ver a sua obra promovida em Espanha – projecto em que Pessoa parecia também estar empenhado, como se fosse em causa

---

<sup>206</sup> Pessoa, Fernando, art. cit., p.124.

<sup>207</sup> “Álvaro de Campos escreve à *Contemporânea*”, in “Jornal” do nº4, volume II, ed. cit., p.4.

<sup>208</sup> Silva, Manuela Parreira da, op. cit., p. 318.



própria – a primeira carta enviada a Adriano del Valle revela-nos igualmente uma proximidade já existente entre este e o autor de *Canções*. Uma ligação que provavelmente terá sido alimentada durante a visita de um mês que o espanhol havia feito recentemente a Lisboa, onde o esperavam “os meus amigos da *Contemporânea* que José Pacheco dirigia e considero a mais brilhante revista de cultura por então editada na Europa: eram Judith Teixeira, Raul Leal, Fernando Pessoa”<sup>209</sup>, como revelou, em entrevista ao *Diário da Manhã*, em Setembro de 1952:

“Entreguei ao Antonio Botto a sua carta para elle, no mesmo dia em que a recebi. Não entreguei ainda a do Carlos Porfirio porque, embora o tornasse a ver depois da sua partida, não o vi mais depois da recepção da sua carta.

Não vi o seu amigo Lasso de la Vega; o Antonio Botto, porém, encontrou-o em casa da senhora D. Judith Teixeira, e creio que sympathizou muito com elle. Não sei se elle encontrou mais alguém das pessoas de quem me falla, além das duas que mencionei. (...) ”

A propósito: o Antonio Botto ainda não recebeu uma unica resposta dos 21 criticos a quem enviou as *Canções*. (...) Gostava de saber se se haveriam perdido os volumes. Tem maneira de saber se pelo menos um ou dois d’aquelles seus amigos receberiam o livro? Receio – para dizer a verdade – que apprehendessem os volumes no correio. (...)”<sup>210</sup>.

À medida que avança no tempo, o epistolário ibérico vai-nos dando mais informações sobre o real alcance do interesse de Adriano del Valle acerca do trabalho de António Botto. Verificamos, por exemplo, a existência do livro *Canções* na biblioteca portuguesa do autor de *Primavera Portátil* – numa galeria em que figuram, entre outros, os nomes de Eugénio de Castro, Almada Negreiros, Cesário Verde, Camilo Pessanha, ou os “amigos” da *Contemporânea* atrás descritos, – assim como o empenho de del Valle em encontrar o máximo de receptores na imprensa espanhola, onde se inclui ele próprio, para a obra do amigo de Pessoa:

“Respecto a los 21 críticos de los cuales dejé a Vds las direcciones, casi todos me han escrito a mí acusándome recibo de los libros enviados a ellos bajo mis auspicios, y mencionándome que se ocuparan de los libros. Algunos, – entre ellos Allomar [Gabriel Allomar,

---

<sup>209</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.416.

<sup>210</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Adriano del Valle de 31-8-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit. pp.424-425.

para o *Lunes del Imparcial*] – lo han hecho ya. Hay un nombre muy interesante que se olvidó dejar apuntado: Cipriano Rivas Cheriff – Redacción de *España* – Prado nº11 – Madrid. (...)

Pueden enviar los libros también a Manuel Azaña, Revista *La Pluma*, Hermosilla, 24, duplicado – Madrid.

Yo, tan pronto como mis ocupaciones me lo permitan, me ocuparé con gran simpatía de todos Vds, en mis colaboraciones en Madrid. (...)»<sup>211</sup>.

Mais significativa, porém, é a passagem, numa carta de Abril de 1924, em que o remetente espanhol acusa a recepção do novo livro de Botto, *Motivos de Belleza*, cujo prologuista é o próprio Fernando Pessoa. Elogiando o autor, de quem diz ter guardado “un grato recuerdo perfumado de su amistad y de su fino espíritu de artista”, Adriano del Valle informa o destinatário do impacto, não muito abonatório, causado pela obra junto do seu círculo de amigos em Espanha, certamente como forma de evitar a sua própria opinião sobre o assunto: “Entre mis amigos de España no se han visto bien los libros de Judith y Botto. Dicen que eso pasó en Europa si entrar en España”<sup>212</sup>. Por isso, não deixa de ser curioso e sintomático de uma amizade, por certo continuada no tempo, que, dois anos mais tarde, Adriano del Valle se debruce sobre a obra de Botto, publicando na revista *Oromana* o texto “Canciones \* Motivos de belleza \* Curiosidades esthéticas \* Antonio Botto \* Lisboa”.

Já Pessoa, em mais uma das suas atitudes paradoxais, não tem qualquer relutância em afirmar, respondendo a del Valle, que “Os *Motivos de Belleza* de Antonio Botto – para lhe falar a verdade que se falla aos amigos de verdade – não prestam para nada; em resumo, não são motivos senão de lastima”. Mais à frente na referida carta, Pessoa reconhece no amigo “um artista e, sobretudo, um espirito esthetico”, mas nega-lhe terminantemente qualquer rasgo de genialidade. Mesmo entre os poetas episódicos – “Sim tudo isso, de Verlaine aos futuristas, passou na noite, quasi sem sombra...”<sup>213</sup> – Pessoa não lhe atribui lugar.

Não se estranhará, por isso, que diante deste tratamento ambíguo alguns especialistas tenham tentado entender o que se escondia por detrás do lugar de destaque

---

<sup>211</sup> “Carta de Adriano del Valle a Fernando Pessoa de 3-10-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., pp. 433-434.

<sup>212</sup> “Carta de Adriano del Valle a Fernando Pessoa de 20-4-1924, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.439.

<sup>213</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Adriano del Valle de 23-4-1924”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.442.

que Fernando Pessoa outorgou a Botto na sua esfera de produção literária e inclusivamente na sua missão de divulgar, criteriosamente, a literatura portuguesa em Espanha. Jorge de Sena foi um deles: “Não é só ‘metáfora’ dizer-se que Botto foi, de algum modo, um heterónimo do autor de *Mensagem*, sem que isso implique que Botto não escreveu ele mesmo a sua poesia, mas sim que existiu para Pessoa como um outro ‘alter-ego’ mais, que o dispensava de viver alguma porção importante da sua própria vida”<sup>214</sup>. Talvez, como acrescentaria o espanhol Garcia Martín, a do erotismo carnal ou a da paixão homossexual<sup>215</sup>.

Os dois autores de que falaremos adiante configuram ambos aparições episódicas na *Contemporânea*, mas, em contrapartida, cabe-lhes o estatuto de veteranos na edificação de relações, pessoais e artísticas, com os seus congéneres do país vizinho, muito antes da plataforma criada por José Pacheco através da sua revista de carácter iberista. À sua presença nessas páginas, não podia o presente estudo ficar alheio.

Eugénio de Castro, tido como o introdutor do simbolismo em Portugal, com a obra *Oaristos* (1890) – onde, no prefácio, se insurge contra as “dezenas de coçados e esmaiados *lugares comuns*” em que assentava a poesia portuguesa do seu tempo, e ainda contra a “pobreza franciscana” no tocante a rimas e ao vocabulário empregue<sup>216</sup> – e a quem se atribui um contributo evidente para a renovação da literatura nacional, ao preparar terreno para os posteriores modernismo e surrealismo, já em pleno século XX, estreia-se na *Contemporânea* no seu número cinco, de Novembro de 1922. O poema que oferece aos “novos”, seus devedores, tem por título “Mais leve que a borboleta”, e denota justamente a evolução do poeta para uma disciplina formal clássica e até popular, como é o caso, patentes em obras desses anos, como *Camafeus Romanos* (1921) ou *Cravos de Papel* (1922), e bem longe do artificiosismo simbolista de há 30 anos.

“Fui pesar o teu amor  
No ourives da feira, um dia;  
Pô-lo o ourives na balança,  
Mas pêsos... nenhum servia

<sup>214</sup> Citado em António Sáez Delgado, op. cit., p.186.

<sup>215</sup> Ibidem, p.186.

<sup>216</sup> Castro, Eugénio, Prefácio da primeira edição de *Oaristos*, in *Obras Poéticas*, volume I, Lumen, Lisboa, 1927, pp. 19-21.

Para pesar esse amor,  
Que sobre o meu tem quintais,  
Os pêsos mais pequeninos  
Eram pesados de mais

Mas veio uma borboleta  
A voar, azul e amarela:  
Poisou no prato dos pêsos,  
E o prato baixou com ela!”<sup>217</sup>

A estes “versos menores”, no entender de José-Augusto França, segue-se o “bom soneto”<sup>218</sup> do número especial de Natal (número seis), sem dúvida um dos mais ricos e ecléticos em termos poéticos, dando espaço a nomes como conde de Monsaraz, Fernando Pessoa, António Botto, Álvaro de Campos, Teixeira de Pascoaes, Judith Teixeira, António Sardinha, João de Barros ou Luís de Montalvor. Integrado nesse desfile, “Sombra e Clarão”, centrado nas protagonistas “Saudade” e “Esperança” – “De mãos dadas, lá vão avó e neta,/ - A Saudade e a Esperança de mãos dadas! - /A neta é loira, a avó tem cans prateadas; /Uma leva a boneca, outra a muleta. (...)”<sup>219</sup> – será a última aparição do patriarca do modernismo nas páginas de *Contemporânea*.

Recuando três décadas, aos finais do século XIX, encontramos um Eugénio de Castro que, além de figura de destaque nas esferas do simbolismo internacional, se transforma em interlocutor privilegiado do modernismo hispânico, sendo aclamado entusiasticamente pelo seu fundador, Rubén Darío, que o conhece através da crítica literária francesa e italiana. Numa conferência em Buenos Aires, em 1896, o poeta nicaraguense torna pública a sua admiração pelo congénere português, e, exaltando a sua importante projecção na “moderna literatura europea, o mejor dicho, la moderna literatura cosmopolita”<sup>220</sup>, não deixa de o situar no território das letras ibéricas – num sentido lato, que abarca também as antigas colónias americanas – elegendo-o como representante, o primeiro, da “raza ibérica, en el movimiento intelectual contemporâneo”<sup>221</sup> e o responsável pelo extraordinário momento de abertura ao mundo que atravessava então, nas suas palavras, a cultura portuguesa: “el alma portuguesa

<sup>217</sup> Castro, Eugénio de, “Mais leve que a borboleta”, *Contemporânea* nº5, volume II, ed. cit., p.44.

<sup>218</sup> França, José-Augusto, art. cit., s/p.

<sup>219</sup> Castro, Eugénio de, “Sombra e Clarão”, in *Contemporânea* nº6, volume II, ed.cit., p.85.

<sup>220</sup> Darío, Rubén, *Los Raros* (Prol. Juan Ramón Jiménez; epíl. Antonio Machado), Libros del Innombrable, Zaragoza, 1999, p.284.

<sup>221</sup> Ibidem, pp. 273-274.

llama la atención del mundo, la patria portuguesa encuentra en el extranjero lenguas que la celebran y la levantan, la sangre de Lusitania florece en armoniosas flores de arte y de vida”<sup>222</sup>.

Este momento de reconhecimento hispano-americano será determinante para o interesse que Eugénio de Castro granjeará, nos anos seguintes, junto do meios editoriais de Espanha e das Américas. Recorde-se que os seus poemas tiveram acolhimento em muitas das revistas vinculadas ao modernismo hispânico (*La vida literaria*, *Literatura Latina*, *Prometeo*, *Los Quijotes*, *Cervantes*, *Grecia*), enquanto que da tradução de algumas das suas obras se encarregaram nomes de peso das letras do país vizinho, como Villaespesa (*Salomé e outros poemas*, em 1914), González Olmedilla (*O Rei Galaor*, em 1913, e *A Sombra do Quadrante*), Maristany, González-Blanco e o próprio Unamuno, que faz o prólogo de *Constança*, numa tradução de Francisco Maldonado, em 1913. A sua incursão nas letras sul-americanas terá sido mais precoce, com a tradução, extraordinariamente bem acolhida entre os jovens literatos sul-americanos, de *Belkiss*, logo em 1899, por Luis Berisso.

Eugénio de Castro será mesmo um dos contactos mais importantes do reitor da Universidade de Salamanca em território português, juntamente com Teixeira de Pascoaes e Manuel de Laranjeira. A sua admiração pelo poeta coimbrão, que parece crescer à medida que se aprofunda a amizade entre ambos, desde o primeiro encontro, em 1904, surge bem evidente no capítulo “Eugénio de Castro”, que abre as páginas da obra *Por tierras de Portugal y de Espanha*, publicada em 1911. Neste texto, em que alude às acusações de exotismo e de ausência de autenticidade portuguesa, lançadas a Castro pelos seus compatriotas mais casticistas, Unamuno contrapõe *Constança* (1900), em defesa do amigo, como a “mais profundamente portuguesa” das obras de Castro, “aquela em que a sua alma conseguiu vibrar em unísono com a alma do seu povo”<sup>223</sup>, ao mesmo tempo que recomenda vivamente a leitura de *Rei Galaor* (1897) e *Sagrador* (1895).

O catalão Eugenio d’Ors, que chegou a liderar, em 1938, uma comitiva que homenageou o autor português na Universidade de Coimbra, assim como o andaluz Rogelio Buendía, autor do livro de viagens *Lusitania* (1920), no qual há um capítulo quase inteiramente dedicado a Eugénio de Castro, de que nos ocuparemos mais adiante, foram também importantes contactos espanhóis do poeta de Coimbra, revelando uma

---

<sup>222</sup> Darío, Rubén, op. cit., p.275.

<sup>223</sup> Unamuno, Miguel de, “Eugénio de Castro”, in *Por terras de Portugal e da Espanha*, ed. cit., p.3.

outra faceta da sua rede de relações, que não parecia existir em função de correntes estéticas.

Longe de esmorecer, o interesse e admiração do meio intelectual espanhol por Eugénio de Castro parecem manter a sua chama, mesmo numa fase em que o autor se desviava da sua matriz simbolista/decadentista. No mesmo ano das suas colaborações com a revista de José Pacheco, o autor de *Horas* é honrado com um banquete em Madrid, organizado por homens como Díez-Canedo, o seu tradutor González Olmedilla, Ramón Pérez de Ayala ou o próprio Eugenio d'Ors, sendo igualmente convidado para uma leitura no Ateneu madrileno e para uma conferência na Residência de Estudantes, que dedicou a António Feliciano de Castilho. Como retorno desta receptividade, que fez dele, nas palavras de Julio García Morejón, “el único poeta portugués verdaderamente popular en España”<sup>224</sup>, Eugénio de Castro escreveu, um ano mais tarde, em 1923, a obra *A mantilha de medronhos*, dedicada simbolicamente ao monarca espanhol Afonso XIII, mas com poemas escritos em honra de vários escritores e intelectuais com quem vinha estabelecendo contacto, entre eles o marquês de Quintanar, poeta, diplomata e colaborar assíduo da *Contemporânea*, e o conde de Romanones, o presidente da Sociedade dos Amigos de Portugal que José Pacheco propôs para sócio honorário da pretendida Sociedade dos Amigos de Espanha. O poemário, espécie de “cartografia poética en la que los poemas se suceden al ritmo de varias ciudades españolas” constitui, na verdade, como conclui Antonio Sáez Delgado, “el verdadero homenaje de Eugénio de Castro al país vecino”<sup>225</sup>.

Como já advertimos anteriormente, Teixeira de Pascoaes foi um dos poetas nacionais que melhor encarnou o projecto de iberismo cultural, pelo que a sua única participação em *Contemporânea*, embora sem grande relevância do ponto de vista literário, nos serve como documento que testemunha certamente um reconhecimento do núcleo duro da revista face ao seu importante papel no processo de intercâmbio cultural luso-espanhol, que se mantinha vivamente por aqueles anos. “Cântico” é publicado no número seis, ao lado de Pessoa e de vários outros nomes do grupo de *Orpheu*, justamente os que, anos antes, haviam repudiado “o velho” personificado pelos poetas de *A Águia*, órgão do movimento Renascença Portuguesa dirigido por Pascoaes. E denuncia claramente, como observamos neste trecho final, o panteísmo recorrente do

---

<sup>224</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, art. cit., p.131

<sup>225</sup> Delgado, Antonio Sáez, art. cit., p.135.

poeta e teórico dessa nova religião nacional chamada saudosismo, em que natureza (paganismo) e o espírito (cristianismo), se interligariam harmoniosamente para configurar o sentir mais íntimo da alma portuguesa:

“Ah, tudo o que existiu de belo e de divino  
Refugiu-se, a tremer, nas almas dos rochedos.  
Virgem, teu pranto é hoje o orvalho cristalino,  
A tua fé, Cecilia, ampara os arvoredos.  
O teu sangue, Jesus, vertido no Calvario  
Da lampada d’um astro é o místico alimento.  
Pelo azul, teu perdão vagueia solitário,  
Teu ultimo suspiro é hoje a voz do vento.

Almas que desejas um pouco de Verdade,  
Procurae-a num lírio ou numa rocha dura.  
Vivem num ramo em flor os gestos da ternura  
E d’ele cae, na terra, a sombra da piedade.”<sup>226</sup>

Teixeira de Pascoaes conheceu uma presença intensa na imprensa espanhola das primeiras duas décadas do século XX, muito especialmente na galega que, naqueles anos de renascimento cultural das nacionalidades e de campanha a favor de uma maior proximidade do galego com a sua língua irmã, o adopta como mestre e descobridor de uma essência que, sendo portuguesa, seria também galega. Apesar de nunca ter conhecido a Galiza, o poeta de Amarante estabelecerá, através de uma correspondência continuada, estreitas relações com escritores e intelectuais daquela região vizinha do norte português, como são os casos de Vicente Risco, Noriega Varela, Xoan Vicente Viqueira ou do desenhador Álvaro Cebreiro, autor de uma das suas caricaturas mais divulgadas. A sua obra tem, por sua vez, acolhimento em revistas como *Alfar* e a *A Nosa Terra* (Corunha), *Nós* (Orense) e *Ronsel* (Lugo). Em *A Nosa Terra*, no seu número de 5 Março de 1920, Vicente Risco dedicará um extenso artigo ao autor de *Regresso ao Paraíso*, de onde se podem depreender com nitidez as razões deste perfilhamento galego: “A saudade é a nosa forza creadora, é a que acende em nós a espranza do rexurdimento, a arela futurista de crea-lo Atlantismo, a nosa civilización”<sup>227</sup>. Também a *Nós*, que surgiu nesse mesmo ano, publicava no seu

<sup>226</sup> Pascoaes, Teixeira de, “Cântico”, in *Contemporânea* nº6, volume II, ed. cit., p.122.

<sup>227</sup> Citado em César Antonio Molina, op. cit., p.28.

primeiro número o poema “Fala do sol”, dedicado aos jovens poetas galegos, e uma resenha anónima que, segundo César Molina, muito provavelmente terá sido escrita pelo seu director, o mesmo Vicente Risco. A nota, intitulada “Teixeira de Pascoaes e Nós” afirmava o seguinte: “Temos a Teixeira de Pascoaes como cousa nós, e n-as nósas internas devociós témol-o moi perto da Santa Rosalía e de Pondal, o verbo da lembranza”<sup>228</sup>.

Anos antes, em 1918, Teixeira de Pascoaes visita Barcelona, a convite de Eugenio d’Ors, para um ciclo de conferências no Instituto de Estudos Catalães, e aí encontra o poeta Fernando Maristany, aquele que viria a ser o seu mais fiel tradutor e promotor no país vizinho, assinando a versão espanhola de *Regresso ao Paraíso* e organizando uma antologia da sua lírica, com prólogo do lusista Ribera i Rovira e integrada, em 1918, na colecção *Las cien mejores poesías (líricas) de los mejores poetas*. Mas a visita à Catalunha significará, para o poeta que cantou a saudade, mais do que uma simples oportunidade de estabelecer contactos e de esboçar projectos, marcando, nas palavras de Antonio Sáez Delgado “un punto de inflexión importante en las relaciones de Pascoaes con España, pues amplía considerablemente su visión del conjunto del territorio peninsular en sus diferentes culturas”, ao mesmo tempo que, acrescenta, “incidirá en su visión sobre la importancia que cobra la periferia peninsular en el contexto de las relaciones ibéricas”<sup>229</sup>. Galiza e Catalunha tornar-se-iam, deste modo, elos fundamentais daquela irmandade espiritual ibérica, de que falava Pascoaes em “Saudade y Quijotismo” (artigo publicado no catalão *La Vanguardia*, em 13 de Julho de 1920), cujo destino transcendental seria o de comandar uma nova civilização: “La saudade ciñe casi toda la Iberia en un abrazo, como las brumas del mar... (...) La saudade es portuguesa como es gallega y catalana”<sup>230</sup>.

Com Miguel de Unamuno, que conheceu em Salamanca por intermédio de Eugénio de Castro, em 1905, Teixeira de Pascoaes acabará por estabelecer uma relação, não só de amizade (o pensador basco chegou mesmo a visitar o solar da família de Pascoaes, em Amarante), como também quase de “discípulo-mestre”, alimentada por uma correspondência que se manteve ao longo de quase três décadas. Aproximava-os os temperamentos, o amor incondicional à poesia (Guerra Junqueiro, João de Deus, Antero

---

<sup>228</sup> Citado em César Antonio Molina, op. cit., p.30.

<sup>229</sup> Delgado, Antonio Sáez, art. cit., p.138.

<sup>230</sup> Pascoaes, Teixeira de, “Saudade y Quijotismo”, in *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, ed. cit., p. 190.



de Quental) e às paisagens portuguesas e o mesmo afastamento deliberado face às correntes estéticas então vigentes nos seus países – o modernismo, em Espanha; o simbolismo, em Portugal – em que o virtuosismo formal era colocado, no entender de ambos, à frente do pensamento e do espírito.

Sobre *As Sombras*, do amigo português, escreverá o reitor da Universidade de Salamanca um artigo, com data de Fevereiro de 1908, em que recorda o primeiro encontro entre ambos e os dias inesquecíveis passados na casa natal do poeta, sublinhando – ele, que costumava ser parco em elogios – que: “Se este livro tivesse sido publicado em francês por qualquer artífice literário – embora um destes não pudesse tê-lo feito – do bulevar, com amigos no albergue do *Mercure de France* que o tivessem recebido com palmas, e a estas horas começaria a ter imitadores por essas terras. Mas trata-se de um obscuro poeta português que vive a sua vida e os seus cantos nas margens do humilde Tâmega, no doce retiro de Amarante”<sup>231</sup>.

Porém, uma análise das 50 cartas trocadas entre os poetas ibéricos sugere-nos uma desigualdade de intenções, muito semelhante à que já deixámos aqui explícita no tocante à correspondência trocada entre Fernando Pessoa e os três poetas andaluzes. Enquanto Unamuno, apesar da sua intensa actividade profissional, se revela um conhecedor ávido da literatura portuguesa e empreende todos os esforços para a dar a conhecer, não só em Espanha, como nos países sul americanos onde mantinha colaborações editoriais, Pascoaes não se alonga muito para além da sua própria obra e projectos literários mais imediatos, revelando, sim, admiração e curiosidade pela produção de Unamuno, mas não pela literatura espanhola no seu conjunto.

Importa, por último, também referir a presença de Pascoaes na Residência de Estudantes de Madrid, no ano seguinte ao seu aparecimento na *Contemporânea*, onde conhece Federico García Lorca (duas cartas enviadas pelo poeta andaluz a Pascoaes comprovam, como noticia César Molina, uma ligação posterior) e profere a conferência “Don Quijote y la saudade”, de onde se extraem estes pensamentos: “El alma ibérica tiene dos caras diferentes e inconfundibles, la cara ‘saudosa’ y la cara quijotesca; una profundamente dramática, creada en las estepas castellanas; y la otra esencialmente elegíaca, ajena a los yermos sombríos de Portugal y Galicia”<sup>232</sup>.

---

<sup>231</sup> Unamuno, Miguel de, “*As Sombras* de Teixeira de Pascoaes”, op. cit., p.19.

<sup>232</sup> Citado em César Antonio Molina, op. cit., p.26.

O último autor de que falaremos neste capítulo terá sido, porventura, o mais prolífico de todos os colaboradores portugueses. Almada Negreiros – o artista na sua plenitude, e, por isso, a personificação do homem moderno – é presença regular e multifacetada na *Contemporânea* desde o seu número inaugural, oferecendo aí aos leitores a natureza morta que ilustra a capa, um auto-retrato de 1919, da breve e recente experiência parisiense, e, também desse contexto, a composição plástica e literária, em francês, “Histoire du Portugal par coeur”<sup>233</sup>. Considerado, por Fernando Cabral Martins, como “um dos poemas culminantes do Modernismo português”<sup>234</sup>, trata-se de uma viagem em imagens e palavras pela história e seus protagonistas (D. Afonso Henriques, Infante D. Henrique, D. João I e a Ínclita Geração, e D. Sebastião, “notre Roi le plus jeune, notre plus beau Roi”) e pela geografia portuguesas, em que merecem destaque Lisboa e as suas varinas, uma Sintra burguesa, o Tejo e o sol nacional – “notre Soleil National Portugais”. Mas mais do que isso, é um diálogo com os seus concidadãos, de quem Almada, que cedo percebeu que não podia dissociar a sua obra do seu país, espera aprovação e reconhecimento, como se depreende da introdução ao poema para a *Contemporânea*:

“A HISTOIRE DU PORTUGAL PAR COEUR foi escripta para ser espalhada por todas as partes, depois de julgada por todos os Portuguezes.

Está em francez, porque foi assim que ensinei aos estrangeiros a Raça onde nasci.

Sejam quaes forem os Portuguezes, todos podem julgar a minha HISTOIRE DU PORTUGAL PAR COEUR. (...)

Mas, inesperadamente, (porque os Portuguezes nunca se denunciavam na maneira de melhor servir a sua terra), dois Portuguezes acabam de provar que elles serão o melhor jury do valor nacional da minha HISTOIRE DU PORTUGAL PAR COEUR.

Esses dois portuguezes chamam-se Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

A elles dois venho pedir para que me digam se a minha HISTOIRE DU PORTUGAL PAR COEUR, deve ser, na verdade, espalhada por todas as partes ou rasgada para sempre, comigo proprio.

Aguardo de joelhos, a sua resposta, com a HISTOIRE DU PORTUGAL PAR COEUR sobre o meu peito, onde guardo quotidianamente a ambição que não cedo a ninguém – de querer ser eu o melhor de todos os Portuguezes”<sup>235</sup>.

---

<sup>233</sup> Negreiros, Almada, “Histoire du Portugal par coeur”, in *Contemporânea* nº1, volume I, ed. cit., pp. 25-35.

<sup>234</sup> Martins, Fernando Cabral, “A cidade mágica portuguesa”, in *Marginálias*, Bedeteca de Lisboa/Assírio & Alvim, Lisboa, 2004, p.15.

<sup>235</sup> Negreiros, Almada, art. cit., p.26.

Na conferência “O Modernismo” (1926), que antecede a partida do poeta-pintor para Espanha, onde permanecerá durante cinco anos, Almada expõe de forma clara a conclusão a que havia chegado naquele ano frustrante em Paris, ou seja, a de que “A Arte não vive sem a Pátria do artista, aprendi eu isto para sempre no estrangeiro”<sup>236</sup>. “Histoire du Portugal par coeur”, dirá na mesma conferência, teria sido justamente a tradução artística dessa ideia, de um momento em que, estando longe das referências nacionais, Almada percebeu que “a Arte tinha uma política, uma pátria e que o seu sentido universal existia intimamente ligado a cada país da terra”.

Cabe-lhe, no mês seguinte, também a capa – “uma cabeça ‘à garçonne’, de grande pureza gráfica”<sup>237</sup>, nas palavras de José-Augusto França – bem como os restantes trabalhos de ilustração, inclusivamente o que acompanha o poema já antigo (1913) “Rondel do Alem Tejo”, contribuição literária a que se junta, a finalizar o número dois da revista, o pequeno texto “O dinheiro”, pertencente à conferência “La révolution individuelle”, também da fase parisiense. Até ao conturbado número dez, já de 1924, Almada é presença assídua na *Contemporânea*, num desfile quase sem interrupções em que se sucedem vários desenhos, nova capa para o número seis, a assinalar o Natal com uma ilustração em torno da Virgem e do Menino, a parábola “O diamante” e um extracto de “O menino d’olhos de gigante” – “feito com a pretensão de poema universal, na linguagem poética da tonteria popular e com uma posição geográfica portuguesa”<sup>238</sup> – ambos para o número três. E ainda partes de “A scena do odio” – colaboração inédita prevista para o número três de *Orpheu*, fruto da fase futurista de Almada e do ambiente gerado em Lisboa pela revolução de 14 de Maio de 1915, que recolocava os democráticos no poder, depois da curta governação do general Pimenta de Castro – que surgem compiladas na separata do número sete de *Contemporânea*, com retrato do autor pelo pintor espanhol Vázquez Díaz.

Almada Negreiros regressará mais tarde à *Contemporânea*, integrando desde logo o primeiro número da sua terceira série, em Maio de 1926, desta feita na pele de um dos principais estudiosos, ao lado de José de Bragança, dos painéis de S. Vicente, atribuídos ao pintor quatrocentista Nuno Gonçalves. Recorrendo a fotografias e a um “esquema geométrico comprovativo”, a revista intervém, tomando posição na “Verdadeira disposição dos discutidos painéis do Museu de Arte Antiga”, através de Almada, que

---

<sup>236</sup> Citado em Fernando Cabral Martins, art. cit., p.15.

<sup>237</sup> França, José-Augusto, art. cit., s/p.

<sup>238</sup> Negreiros, Almada, “O menino d’olhos de gigante”, in *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., p.150.

havia descoberto o erro existente no arranjo dos dois trípticos, e de José de Bragança, que teria proposto o ordenamento correcto num só conjunto. A aparição do poeta-pintor nos derradeiros números da revista de José Pacheco faz-se através de um seu “último auto-retrato (da colecção do Ex.mº Sr. Mário Ribeiro)” e de um “primeiro esboço” do terceiro capítulo do seu novo romance, *Nome de Guerra*, bem revelador do período de clareza e sobriedade em que se encontrava o modernismo português na segunda metade da década de 20.

Se, por um lado, a revista *Contemporânea* terá sido, para um Almada regressado de Paris mas nem por isso menos desiludido, um escape possível para um artista moderno que não dispunha de meio favorável para a sua criação em território nacional, por outro, terá certamente proporcionado o ambiente em que se engendraram os contactos certos para uma nova partida, desta vez rumo a Espanha. Falamos concretamente de Ramón Gómez de la Serna que, por aqueles anos, entre 1924 e 1926, instalado no seu El Ventanal, no Estoril, era conhecido frequentador do meio modernista lisboeta, inevitavelmente ligado ao projecto de José Pacheco, de que o vanguardista espanhol era colaborador, além de mobilizador de colaborações do outro lado da fronteira.

Pouco antes da chegada a Madrid, em Abril de 1927, Almada chega a reflectir sobre as marcadas diferenças entre os meios artísticos português e espanhol na conferência “O Modernismo”, já referida, em jeito de resposta a um jovem autor espanhol que um dia o havia abordado para que ele próprio fizesse o papel de ponto de contacto entre os criadores “avançados” de ambos os países ibéricos. Os termos em que o faz denunciam bem o seu estado de espírito:

“A Arte em Espanha não é a mesma coisa do que se passa em Portugal. Se eu foie espanhol encontraria em Espanha tudo em ordem para cumprir os meus deveres de Artista. O Sr. é que talvez o não saiba apreciar tão bem como nós. Em Portugal o caso é outro. Não há nada. É necessário inventar o próprio meio da Arte. E é por isso que aqui são possíveis e indispensáveis os avançados ou como nos queiram chamar.”<sup>239</sup>

A verdade é que, dois anos após ter discursado na homenagem dos amigos portugueses ao autor de *La Quinta de Palmyra*, em 1925, Almada já está em Espanha, apadrinhado desde logo pelo próprio Ramón Gómez de la Serna, que publica “El Alma

---

<sup>239</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, art. cit., p.152.

de Almada” em *La Gaceta Literaria*, dirigida por Ernesto Giménez Caballero, revista que, aliás, apadrinhará a sua primeira exposição individual na capital espanhola, lançando-o definitivamente no meio artístico do outro lado da fronteira. Nesse texto, publicado antes mesmo da sua chegada e que, de certa forma, a prepara, o anfitrião das tertúlias do carismático café Pombo refere-se-lhe como “el ser impar en medio de la pintura y de la literatura portuguesa, sobre las que salta de trapecio en trapecio” e o artista “que resume la delicadeza, la inquietud y el diletantismo de Lisboa”<sup>240</sup>.

Por seu turno, Almada acabará por ilustrar a novela *La Hiperestésica*, de Ramón Gómez de la Serna, bem como os contos e as crónicas do autor para os jornais *La Esfera* e *Nuevo Mundo*, citando-o inclusivamente na introdução a *Um Homem de Barbas*, de Manuel de Lima. Durante a estada espanhola, Almada Negreiros torna-se ainda colaborador gráfico regular de muitos outros jornais e revistas – *El Sol*, *ABC*, *Revista de Occidente*, *Mundo Gráfico* – e é presença assídua nas tertúlias dos arquitectos de La Granja “El Henar”, resultando daí encomendas como as decorações murais no Colégio Maior da Fundación del Amo e nos cinemas Barceló e San Carlos.

Ainda em Madrid, onde, como afirma Fernando Cabral Martins, “a capacidade de Almada como desenhador se atinge plenamente”<sup>241</sup> – em Junho de 1927 profere a conferência “El Dibujo”, depois publicada em *A Ideia Nacional*, de Lisboa – o artista português dedicar-se-á também à escrita para teatro, concebendo as peças *Protagonistas* e *S.O.S.*, embora escritas em português. O único texto em castelhano assinado por Almada para uma publicação espanhola teve como destino o *Almanaque de las Artes y las Letras para 1928*, o mesmo que publicou “Pierrot bebado”, de Fernando Pessoa. No artigo, uma espécie de manifesto intitulado “Norte-Sur”, Almada parece já antecipar algumas das suas ideias sobre o iberismo – Portugal e Espanha como partes opostas mas complementares de um todo geográfico, a Península, e espiritual, a civilização ibérica – publicadas sete anos mais tarde na sua própria revista, *Sudoeste*, e às quais já nos referimos anteriormente. “Norte-Sur” fala de uma hegemonia mundial anglo-saxónica, sobretudo evidente no panorama artístico, que coloca os povos do Sul numa posição de apagamento em termos civilizacionais:

“No todo el mundo, y particularmente los latinos y meridionales, se han dado aún cuenta de que estamos sometidos a la hegemonía nórdica. (...)”

---

<sup>240</sup> Citado em João Paulo Cotrim, art.cit, p.26.

<sup>241</sup> Martins, Fernando Cabral, art. cit., p.18.

Ningún campo cultural será tan conciente de esta pesada hegemonía del Norte sobre el Sur como el de las artes. En todos los otros campos, la competencia técnica supera inmediatamente la conciencia del autor frente al asunto. Sólo en arte parece, la técnica va a favor de la conciencia del autor.

Por esto mismo, nadie como el artista se dará cuenta de lo lejos que hoy día los representantes de las artes meridionales se encuentran de una actuación positiva en los destinos de Europa y del mundo.

A pesar de toda contradicción, la dirección del mundo es, hoy día, auténticamente nórdica. Nosotros, latinos y meridionales, jamás evitaremos este tutelaje anglo-sajón sino después de conocerlo enteramente y superarlo<sup>242</sup>.

---

<sup>242</sup> Citado em César Antonio Molina, op. cit., p.75.

### 3.3. COLABORAÇÕES ESPANHOLAS

#### 3.3.1. Ramón Gómez de la Serna e os ultraístas

Chegámos finalmente ao momento em que nos cumpre analisar o factor que verdadeiramente distingue a *Contemporânea* das restantes revistas literárias da modernidade peninsular. Percorrendo o acidentado caminho das publicações que, em ambos os países ibéricos, tentaram, ao longo das primeiras três décadas do século XX, insuflar nas mentalidades nacionais um sopro de cosmopolitismo, acelerando uma transição, nem sempre pacífica, entre as estéticas de fim de século e os movimentos artísticos de vanguarda que fervilhavam para além dos Pirinéus, verificamos que a revista de José Pacheco cumpriu um papel ímpar, embora não isento de contratempos e de insuficiências. É, sem sombra de dúvidas, o grande momento de encontro entre os que buscavam o “novo” no espaço ibérico e, como tal, desde uma posição periférica face a uma Europa onde, já desde os primeiros anos do século, a arte tentava traduzir o frenetismo do mundo moderno e espelhar uma nova realidade social e económica imparável, em permanente mudança.

Embora próximos geograficamente – o que, pela lógica, os tornaria tendencialmente permeáveis – e tendo partilhado vários projectos de aproximação política e económica ao longo da sua história recente, Portugal e Espanha não viveram da mesma maneira o influxo das primeiras vanguardas. Com *Orpheu*, logo em 1915, Portugal adianta-se na ruptura com a tradição literária de fim de século, num esforço de confronto e radicalização que se estende até 1917, ano do único número de *Portugal Futurista*, passando por momentos de alguma retracção, protagonizados por revistas como *Exílio* e *Centauro*. Completamente alheia aos avanços que se operavam mesmo ao lado, no país vizinho, Espanha apenas dará o salto para a vanguarda nos finais de 1918, permanecendo até essa data agarrada aos últimos suspiros de vida do modernismo e das estéticas finisseculares.

Contudo, as diferenças não se esgotam na data de adesão às novas tendências da literatura europeia, estendendo-se à própria forma de as assimilar e interpretar. O primeiro modernismo português não assume a forma de movimento nem adopta uma doutrina estética comum, apresentando-se antes como um grupo ou um conjunto de

criadores que, livremente e sem demasiada reverência, filtra os vários “ismos” europeus (entre eles, o futurismo ou o simultaneísmo), fazendo-os conviver com a herança do simbolismo e do decadentismo ou mesmo com propostas autóctones, como são os casos do paulismo, do interseccionismo ou do sensacionismo da estética órfica. Os ultraístas, pelo contrário, além de terem consentido à influência de um ou mais líderes, – que Fernando Pessoa nunca chegou a ser –, como Cansinos Assens, curiosamente um escritor modernista, tentam ruidosa e ansiosamente dar cumprimento à difícil tarefa de abarcar, sob a mesma e única doutrina, as diferentes estéticas que lhes chegavam de além Pirinéus e sobretudo de França: cubismo, futurismo, dadaísmo, expressionismo, creacionismo. Os resultados, em termos de obra poética, que no caso português alcança uma qualidade superior e perdurável no tempo, são obviamente díspares, revelando os jovens do Ultra uma excessiva preocupação com a importação, para as páginas das suas revistas, da nova poesia francesa bem como dos textos programáticos das vanguardas históricas europeias, ao invés de um verdadeiro afã criador, que apenas alcançará algum relevo no trabalho de alguns poetas vinculados ao creacionismo, sob a batuta do chileno e controverso Vicente Huidobro.

Até ao verdadeiro face-a-face na *Contemporânea*, revelador de um grande desconhecimento mútuo mas também gerador de alguns encontros paralelos – que alcançam em Pessoa e nos poetas andaluzes Buendía, del Valle e Vando-Villar o mais relevante exemplo – os “novos” de Portugal e Espanha não terão oportunidade de se contaminar, não obstante algumas tentativas de aproximação. Verificamos, por exemplo, que a primeira investida do modernismo português em território espanhol, protagonizada por Sá-Carneiro e Pessoa, na sua cruzada de divulgação internacional da revista *Orpheu*, resulta num rotundo fracasso. Se, por um lado, Espanha ainda está longe de despertar para a modernidade literária europeia – Ramón Gómez de la Serna é a excepção – por outro, os interlocutores escolhidos pelos jovens poetas lusos, entre eles Miguel de Unamuno – manifestamente avesso à estéticas de vanguarda e que, em Portugal, se mantinha literária e afectivamente ligado à revista *A Águia* e ao seu mentor, Teixeira de Pascoaes, justamente a personificação do “velho” que os órficos pretendiam combater – dificilmente poderiam ter garantido um bom acolhimento à revista que inauguraria a literatura do século XX em Portugal.

Um ano mais tarde, em 1916, arranca a revista madrilena *Cervantes*, publicação vinculada ao nascimento do ultraísmo, apesar da sua primeira fase essencialmente modernista, que protagonizará um primeiro encontro luso-espanhol no contexto das



revistas da época, ainda que sem fazer eco dos avanços estéticos operados por *Orpheu*. *Cervantes* dá acolhimento sobretudo a autores próximos do simbolismo português e do saudosismo de *A Águia*, publicando nomes tão díspares como Eugénio de Castro, António Nobre, Júlio Dantas, Eça de Queiroz ou Guerra Junqueiro, e louvando Teixeira de Pascoaes em artigos críticos sobre literatura portuguesa, enquanto paladino de um renascimento literário nacional. Mais tarde, através das crónicas portuguesas de Cármen de Burgos (Colombine) na revista *Cosmópolis* (1919-1922), também publicada desde Madrid, o leitor espanhol entrará pela primeira vez em contacto com os poetas do primeiro modernismo português no contexto de uma publicação que atravessa e espelha os anos centrais do ultraísmo. São eles os órficos António Ferro (com três sonetos publicados) e Mário de Sá-Carneiro, que é apresentado numa tradução de “Dispersão”, incluída no artigo “El futurista Mário de Sá-Carneiro”, entre muitos outros autores divulgados e comentados pela companheira da aventura portuguesa de Ramón Gómez de la Serna, que incidirá também sobre o romantismo, o realismo, o simbolismo e o saudosismo, sem no entanto deixar de fazer a ponte até ao modernismo. O mesmo já não voltará a suceder na revista *Ultra* (1921-1922), o mais importante órgão do ultraísmo hispânico, que fará gala do seu vanguardismo cosmopolita, acolhendo numerosa poesia estrangeira mas, sintomaticamente, nenhuma colaboração portuguesa.

Chegados a Maio de 1922, pouco depois do último número da revista madrilenha *Ultra*, *Contemporânea* arranca como projecto editorial que, pela primeira vez no contexto do modernismo português, já então numa fase de moderação e amadurecimento, dá acolhimento a vários jovens autores espanhóis que tentavam, no seio da letras do seu país, impor o tom da modernidade e afirmar a sua obra, desligados do passado literário. Falamos do vanguardista espanhol por excelência, Ramón Gómez de la Serna, e dos jovens poetas andaluzes vinculados à história do ultraísmo, Rogelio Buendía e Adriano del Valle, além dos cronistas Corpus Barga e José Francés, e do pintor moderno Daniel Vázquez Díaz, profusamente celebrado pela revista. Encontramo-nos, deste modo, como sintetiza Antonio Sáez Delgado, “ante el primer gran momento de encuentro, ya que las páginas de *Contemporânea* se convierten en un gran escenario sobre el que se representa el primer acto de una aproximación ibérica encuadrada dentro de un proyecto editorial con referentes diversos, pero que, sin duda,

protagoniza un papel primordial en la historia de las relaciones literarias luso-españolas de las primeras décadas del siglo”<sup>243</sup>.

Depois de um primeiro número sem quaisquer colaborações de autores do outro lado da fronteira, a entrega de Junho clarifica melhor a vocação ibérica da publicação, quer através do texto propagandístico de António Sardinha sobre “O pan-hispanismo”, já aqui referido, quer por via da presença inaugural de um autor espanhol próximo do terreno das vanguardas. Trata-se de Corpus Barga, pseudónimo de Andrés García de la Barga, tio segundo de Ramón Gómez de la Serna, e do texto profundamente irónico “Conferencia cubista sobre la esquizofrenia”<sup>244</sup>, que pretende ser a resposta a uma outra conferência, proferida no Ateneu de Madrid por um médico, de nome Lafora, em que se tentara explicar o cubismo através da esquizofrenia. Fundamentado na sua amizade com o próprio Pablo Picasso, fundador da corrente artística e, como tal, “esquizoide nacional, y además internacional”, Corpus Barga, que assina como colaborador do diário *El Sol*, de Madrid, e escreve desde Paris, denuncia o perigo das incursões da ciência na arte, tentando explicar o inexplicável. Dá inclusivamente o exemplo de outro clínico que, no passado, tentara explicar a genialidade da pintura de El Greco através do seu astigmatismo. E reduz a teoria ao ridículo: “Cuántos pintores habrán pintado con la misma clase de astigmatismo que el ‘Greco’, e ninguno ha sido un ‘Greco’ pues de lo contrario, para serlo bastaría con que cualquier pintor se pusiera unas gafas astigmáticas”.

Jornalista correspondente desde Paris, a partir de 1914, Corpus Barga era assíduo na vida cultural francesa, tendo conhecido Larbaud e Valery, e colaborador frequente da *Revista de Occidente*. Privará também com nomes como Pirandello, Marinetti ou Alejo Carpentier, o que lhe permitirá evoluir esteticamente para o registo da modernidade, que defende, em nome do cubismo:

“Dejando a un lado lo que ha tenido de farsa (y en todo el arte hay algo de farsa, como en toda farsantería artística hay algo de arte) el cubismo, si tiene su algo, es en un primitivismo forzado (la influencia del arte negro sobre Picasso), en un balbuceo consciente por rehacer la pintura deshecha hasta el impresionismo. El cubista no ha querido deshacer ni ‘repetir’ la pintura; ha querido ‘hacerla’. Picasso me dijo en cierta ocasión:

---

<sup>243</sup> Delgado, Antonio Sáez, op. cit., p. 178.

<sup>244</sup> Barga, Corpus, “Conferencia cubista sobre la esquizofrenia”, in *Contemporânea* nº2, volume I, ed. cit., pp.86-87.

- A uno que quisiera pintar por primera vez, por ejemplo, esa mesa, yo le diría: coja usted un metro y médala usted.

¿Puede darse un consejo más académico? El pintor cubista, ante una figura, un paisaje, una naturaleza muerta, no ha querido reproducirlos, sino ir abatiéndolos en planos de distinta calidad pictórica. (...) Un cuadro cubista es, no una pintura, mas los materiales para una construcción pictórica”<sup>245</sup>.

Depois desta aproximação, ainda tímida, às modernas letras espanholas, o terceiro número de *Contemporânea* dará um passo mais firme nesse sentido, reunindo um leque de autores, dos quais destacaremos Ramón Gómez de la Serna e Rogelio Buendía, ambos lusófilos e, simultaneamente, marcos importantes – em escalas distintas, como verificaremos mais adiante – no percurso da literatura espanhola rumo à modernidade. A edição de Julho publica igualmente uma colaboração de José Francés, escritor e crítico de arte com raízes no modernismo hispânico, a quem Rafael Cansinos Assens, pai espiritual do ultraísmo, dedica duas notas críticas em *La Nueva Literatura*. Ao público português, o também cronista de actividades culturais para *La Esfera* apresenta a série “Estampas”<sup>246</sup>, quatro narrativas breves, não demasiado relevantes, que têm como protagonistas uma misteriosa mulher de Córdoba, que ressuscita para o amor nos braços de um belga de passagem, duas mulheres inquietas pelo amor a um mesmo homem (“Un amor”), uma árvore recém-plantada que inveja a vizinha centenária (“Dos arboles”), e um passageiro, que se cruza com a morte numa viagem de comboio (“Una noche”).

É, contudo, com a contribuição de Ramón Gómez de la Serna, o precursor das vanguardas literárias em Espanha e o primeiro dos grandes nomes da modernidade espanhola a aprofundar contactos com os seus congéneres portugueses, que a revista de José Pacheco se afirma verdadeiramente enquanto plataforma de encontro luso-espanhol no contexto das primeiras décadas do século XX. Na revista lisboeta, a estreia do autor que apresentou Marinetti e o seu manifesto futurista aos espanhóis – nas páginas de *Prometeo*, pouco depois da sua primeira publicação em francês no *Le Figaro*, em 1909, – faz-se com “Nuevo muestrario – verano 1922”, um conjunto de fragmentos narrativos: “Aspiración”, “Definición de personajes de novela”, “Ambiente de peluquería”, “La última mirada a los cementerios”, “Las mujeres de los pisos bajos”, “Una greguería” e

---

<sup>245</sup> Barga, Corpus, art. cit., p.87.

<sup>246</sup> Francés, José, “Estampas”, in *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., pp.145-148.

“Cosas del alba”. Trata-se de uma amostra que consideramos bem representativa da nova óptica que o autor empresta à realidade e que se expressa através das suas *greguerías*, por ele definidas como “lo que gritan los seres confusamente desde su inconsciencia, lo que gritan las cosas”<sup>247</sup> e, simultaneamente, “el atrevimiento a definir lo que no puede definirse, a capturar lo pasajero, a acertar o a no acertar lo que puede no estar en nadie o puede estar en todos”<sup>248</sup>. São elas a base, a célula, de uma obra que se alheou da realidade quotidiana, que humanizou os seres e os objectos inanimados, que fez uso do humorismo e do erotismo e que, finalmente, se abalançou na descoberta do mundo feminino. Para Ramón Gómez de la Serna, a arte deveria representar um escape à própria vida e não um espelho mimético desta. Nesse sentido, a nova literatura, de que foi pioneiro em Espanha, sem no entanto abraçar qualquer movimento nacional de vanguarda, não seria mais do que “evasión, alegría pura entre las palabras y los conceptos más diversos: estar aquí y allá al mismo tiempo, desvariar con gracia”<sup>249</sup>.

As sete pequenas narrativas de “Nuevo muestrario – verano 1922”<sup>250</sup> surgem, dizíamos nós, como uma excelente montra da obra deste autor profundamente original e inovador, que Portugal conhecerá através das páginas de *Contemporânea*. Reproduzimos a primeira, “Aspiración”, pela sua representatividade:

“Yo voy á ser mas sincero que he sido nunca. Tengo que llegar á decir cosas que por cuestion de honor piden las cosas que no se digan.

Que un sacacorchos és una verdadera arma criminal que hiere en espiral al corcho, como no hay ninguna arma humana que lo haga con tanto ensañamiento.

Que las perchas nos quisieran ver colgados de ellas.

Que las escupideras están hartas de nosotros.

Que los cepillos en cuanto pueden nos arañan, se nos clavan, nos ofenden.

Que el paraguas huye de nosotros en cuanto puede, y se clava entre las piedras para no dejarse llevar, como niño testarudo que se agarra á las paredes.

Que las sillas se quitan de su sitio, muchas veces, para ver si nos caemos. Gracias que desconfiamos tanto que volvemos la cabeza para ver si nos han hecho esa jugarreta.

Que el último bocado que reservabamos en el plato, así como el último sorbo que reservabamos en la copa, hay alguien que se los toma aprovechando nuestra distraccion.

Que... etcétera, etcétera.”<sup>251</sup>

---

<sup>247</sup> Serna, Ramón Gómez de la, *Greguerías*, Selección 1910-1960, edição de César Nicolás, Colección Austral, Editorial Espasa-Calpe, Madrid, 2003, p.48.

<sup>248</sup> Ibidem, p.51.

<sup>249</sup> Ibidem, p.59.

<sup>250</sup> Idem, “Nuevo muestrario – verano 1922”, in *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., pp. 133-135.

<sup>251</sup> Ibidem, p.133.

Mais tarde, já no número sete, de Janeiro de 1923, o autor de *El Doctor Inverosímil* surge nas páginas de *Contemporânea* através do discurso que proferira em Lisboa<sup>252</sup>, num banquete de homenagem à revista e ao seu director, José Pacheco. Nesse texto, cuja relevância é obviamente mais documental do que artística, podem entrever-se as impressões do escritor sobre o Portugal que havia descoberto seis anos antes, e que se encontram registadas noutros escritos – em várias cartas compiladas em *Pombo*, que depois reciclará no livro autobiográfico *Automoribundia* (Buenos Aires, 1948) – ao mesmo tempo que se depreende a admiração e a rede de contactos que Ramón já teria estabelecido então com os grandes nomes das modernas letras portuguesas. À data já instalado no Estoril, com o projecto de ali construir o seu retiro de paz com a companheira, Carmen de Burgos – o famoso e também efémero “El Ventanal”, próximo do oceano inspirador de personagens e também do pulsar artístico e social da capital, de que não prescindia – Ramón confessa ser esta a sua primeira aparição pública em Portugal. E isto por ter estado à espera “que se celebrase la primera fiesta de mi escuela, el primer homenaje á los míos”. Ele, que por ter sido pioneiro no contacto directo com a modernidade europeia e obreiro da sua incubação em território espanhol (“yo que he luchado por el arte arbitrario y personal, yo que he sido el primero que tiró una piedra a un ojo de la luna”) sentira na pele a solidão. Recorda, por isso, aquando da sua primeira estância lisboeta, o acolhimento caloroso que recebeu de um pequeno grupo – “eran los seis nuevos que habia entonces en Lisboa” – de que fazia parte o então ainda desconhecido António Ferro, e alegra-se pelo crescimento em Portugal dos que, como ele, acreditavam e lutavam pelo “novo”.

Sobre a *Contemporânea* e o seu “arquitecto”, profere os mais rasgados elogios, colocando-a ao lado das revistas ultra-modernas, e um passo à frente destas em matéria de vigor e saúde. Sintomaticamente, tratando-se de um vanguardista de raiz cujo percurso se fez individualmente, Ramón Gómez de la Serna acentua aquilo que considera ser a maior virtude de *Contemporânea*, ou seja, a sua originalidade e o seu pioneirismo na forma como, por aqueles anos, consegue faz conviver harmoniosamente cosmopolitismo e rusticidade, modernidade e tradição, as manifestações artísticas de vanguarda e a estética simbolista. Em suma, uma revista europeia e moderna que, apesar disso, não abandona o espírito do Portugal antigo e colonial que sempre encantou o

---

<sup>252</sup> Serna, Ramón Gómez de la, “Discurso no banquete da *Contemporânea*”, in *Contemporânea* nº7, volume III, ed. cit., pp. 1-3.

escritor e que, aliás, se encontra entranhado em todo o ambiente, humano e natural, em que se desenrola a novela *La Quinta de Palmyra*, um dos frutos da sua temporada portuguesa:

“Pero lo que ha hecho de más maravilloso *Contemporanea* y su director su hallazgo, su apostacion al movimiento moderno del arte, su misturacion original ha sido el unir el cubismo al rusticismo, el cerrar el circulo, el que de nuevo la cabeza se muerda la cola.

Lo inaudito de *Contemporanea* es que ha promovido la union de lo rústico y de lo ultramoderno y de la pintoresca privanza del espiritu nacional á la más audaz de las novedades. Lo portugués que es este movimiento moderno de *Contemporanea* y lo ha debido chocar en el resto de Europa.

Se poderia decir que con el injerto vital habeis reverdecido el arte de Europa, uniendo á las formulas modernas esa savia profunda.

Asoman en nuestras concepciones la palmera y el mar, elementos de lo que estam alejadas las grandes capitales del Arte. Habeis aprovechado para dar aire al arte nuevo lo que os ofrece nada menos que el gran Oceano.

Ese fondo de rusticidad terrestre y maritima que tam arraigado está en Portugal y que vale como haber llevado a supremo termino una civilizacion, pues es rusticidad de antigua progenie y de depurada continuidad, ha sido vuestro gran acierto el infiltrarlo en el arte nuevo. Sin perder ese fondo huesudo de grandes aldeanos que hay siempre em vosotros, habeis sabido creer en lo nuevo. Esa será vuestra suerte y eso ha ocasionado nuestra sorpresa e nuestra admiracion!”<sup>253</sup>.

A importância de Ramón Gómez de la Serna para o estudo do intercâmbio cultural luso-espanhol nas primeiras décadas do século XX não pertence ao campo teórico, sendo sabido que o pai das *greguerías* nunca foi um doutrinário do iberismo. Limitar-se-á, como já referimos anteriormente, a ridicularizar a tradicional imagem das “costas voltadas” entre países vizinhos, reduzindo-a a uma brincadeira tola de crianças, sem chegar a entender o que separa Portugal e Espanha, unidos, afinal, pela geografia: “La separación de España con Portugal es más bien una unión tan extensa y tan larga como lo es la Península, en un contacto apasionado y que crea un estrecho parentesco carnal. Todo es contacto natural (...)”<sup>254</sup>.

O que torna a sua tarefa singular é a aproximação concreta, movido por objetivos de ordem pessoal e sobretudo artística, que opera face à realidade literária do Portugal de então, o que terá acontecido de forma intensa entre 1922 e 1925. Das vivências no seio desse círculo de jovens afins ficam alguns registos compilados em

<sup>253</sup> Serna, Ramón Gómez de la, art. cit., p.2.

<sup>254</sup> Citado em César Antonio Molina, op. cit., p.66.

*Pombo*, de que sobressaem estas passagens, pertencentes a “Segundo viaje a Portugal”, onde vemos desfilar alguns dos órficos, nomeadamente Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa, António Ferro, Augusto de Santa Rita e Luís de Montalvor, ou ainda o saudosista Teixeira de Pascoaes e a sua *A Águia* e o poeta João de Barros, director da revista *Atlântida*, entre muitos outros:

“La juventud aquí es admirable. Podría compartir nuestras noches de Pombo. Yo me he sentido su hermano, realmente su hermano en medio de ellos. Declaman los versos como si llorasen. Están en el momento en que es sólo de iniciados su dignidad espiritual. El público es aquí más desesperante que allí. (...) Los editores son muy contados, pero el movimiento intelectual es amplio y podrá con el burgués y su indiferencia. (...)”

Adoradora toda esta juventud de Antoneo Nobre y de Eugenio de Castro como sus padres más directos, cercana a ese otro padre joven que es el gran Leal da Camara (¡tan nuestro!), arde en deseos insaciables. Yo los he visto sufrir (porque sufren día a día) en medio del terrible silencio literario del ambiente en que todos los ‘grandes hombres’ que hay en Portugal están muertos, parecen haber desaparecido, parecen que nunca aparecieron de verdad.

Vamos todos a España – les diría –, allí no hay sitio para mucha competencia, pero seremos más en las veladas fúnebres de Pombo, más para consolarnos de haber muerto. Ese ‘velatorio’ literario (velatorio de ‘nuestros’ cadáveres vivos) a que asistimos los que hacemos una obra comprometedora y pura, resultará más soportable.

Estaremos en Pombo bajo la invocación de vuestro Garret, que es como nuestro Larra, vestido con ‘sobre-casaca’ (algo así como la levita entallada de Fígaro) y con su ‘cabeleira romántica’ (...).<sup>255</sup>

Antes do desmoronar da sua aventura portuguesa devido a problemas financeiros, concretamente no ano de 1926, o homem que escreveu “El concepto de la nueva literatura” nas páginas de *Prometeo*, logo em 1909, advogando uma literatura “sem ideias” assente no conceito vanguardista de que haveria que entender “el minuto de una manera apoteósica y formidable”<sup>256</sup>, produzirá obra e fará amigos. Datam desses anos *El Novelista*, com cinco capítulos dedicados a Lisboa, *Cinelandia*, *Seis Falsas Novelas* e *La Quinta de Palmyra*, novela que espelha claramente o Portugal de 1915, “no trastornado ni desvariado por la guerra, ilusionado aún por sueños antiguos, virgen para el turismo”<sup>257</sup> que fez Ramón regressar ao passado, tal como descreverá em *Automoribundia*. Além das afinidades que estabelece com António Ferro, sobre cuja

<sup>255</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, op. cit., pp. 192-193.

<sup>256</sup> Ibidem, pp.259-260.

<sup>257</sup> Citado em Carolyn Richmond, “Una sinfonia portuguesa ramoniana”, in Ramón Gómez de la Serna, *La Quinta de Palmyra* (ed. de C.R.), Espasa Calpe, Madrid, 1982, p.37-38.

obra exercerá forte influência, e com o jornalista Rogério García Pérez, que foi também seu tradutor (ambos colaboram na versão portuguesa de *La Roja*, o primeiro como autor do prefácio e o segundo tendo a seu cargo a tradução), Ramón Gómez de la Serna encontra em José Pacheco uma das suas grandes amizades portuguesas, resultando daí a sua colaboração em *Contemporânea* e, muito provavelmente, a selecção de poetas novos seus compatriotas que povoarão as páginas da revista lisboeta.

Numa carta enviada ao arquitecto, sem data mas evidentemente anterior ao discurso proferido no banquete em honra de *Contemporânea*, Ramón Gómez de la Serna deixa transparecer, não só o seu orgulho enquanto colaborador da revista, como também a sua cumplicidade pessoal e artística com José Pacheco, com quem, aliás, partilha a amizade do casal simultaneísta Delaunay. No *post scriptum* do documento, faz referência ao envio de uma outra carta em que Robert saúda Pacheco por intermédio do amigo espanhol. Manifestando total disponibilidade e entusiasmo para participar na revista de Pacheco, Ramón fala também no envio de um artigo, cujo título não é revelado mas que, por sua sugestão, deveria ser ilustrado por Almada Negreiros, colaborador assíduo da revista e outro dos cúmplices portugueses por quem sente especial admiração. Antes de terminar, Ramón refere-se ainda a uma data que seria conveniente para uma sua conferência, presumindo-se que promovida pela revista mas de cuja realização não há notícia.

Mi querido y admirado Pacheco:

en visperas de hacer una excursion en automóvil a la Ericeira y otros pueblos hacia el Norte para despues tomar el camino del Algarbe volviendo de nuevo a Lisboa, le envio la reseña del discurso que leeré en su banquete y el articulo que quisiera ilustrase el admirado, extraordinario Almada.

No deje de enviarme su revista y de escribirme cuando le necesite original mio. Tenga lo que tenga que hacer nunca faltará original inedito a Contemporanea.

Siempre su devoto amigo y compaño de ideales y credos.

Ramón Gómez de la Serna

[P.S.] Le envio esa carta de Delaunay para que se le guarde ruesto que le dedica con afectuoso recuerdo.

Madrid. Mi conferencia la podria dar del 25 de Marzo al 31. Si no aparece en español guardeme las cuartillas.



O número oito de *Contemporânea*, publicado em Fevereiro de 1923, recebe a última colaboração do autor de *El Incongruente* nas páginas da revista, um segundo texto de criação que não sabemos se corresponde ao referido na carta a José Pacheco, sendo certo que não contém ilustração de autor. Narrado na primeira pessoa, o artigo, intitulado “El ente plástico”<sup>259</sup>, descreve a estranha obsessão do personagem por conhecer a misteriosa origem dos manequins articulados de madeira que servem de modelo aos artistas plásticos. E que repousam, perante a indiferença geral, como meros objectos, nos escaparates de material de pintura. O protagonista, que encarna o próprio olhar infantil e virginal de Ramón sobre as coisas inanimadas, imagina-lhe uma existência de “niño triste que juega eternamente con los pinceles, las paletas, los lápices de colores y los tarros que son tan simpáticos de apretar” ou ainda de “crío infausto que no sale nunca de la convalecencia y que juega á iluminar los paisajes esquemáticos de las cartillas de dibujo”. A pequena narrativa, que encerra a marca de Ramón Gómez de la Serna nas páginas de *Contemporânea*, terá o final fantástico, macabro e carregado de humorismo ramoniano que aqui reproduzimos:

“Hasta que un día la modelo trivial, al verlo en un rincon de mi torreón gritó: ‘Hijo mio!’, y me contó que era hijo de ella y del pintor mediocre de los cabellos rubios, el aborto de los partos que suceden en los divanes de los pintores y que ván a parar á las inclusas de las tiendas de pintura para que sirvan de modelo contorsionista á los pintores mediocres. ¡ Por eso yá no se encuentra en los estudios de los pintores geniales como no sea como documento arqueológico y sarcástico!”<sup>260</sup>.

De regresso ao terceiro número de *Contemporânea*, que marca o início de uma firme aproximação à modernidade literária do outro lado da fronteira, vamos encontrar uma outra estreia nas páginas da revista lisboeta, protagonizada por Rogelio Buendía, médico e poeta onubense, cuja obra se move entre o modernismo e o ultraísmo, sem nunca alcançar o abandono definitivo do primeiro, e recebe fortes influências da sua paixão pela literatura e identidade cultural portuguesas, que cultivava em várias frentes. Mais próximo no tempo de *La rueda de color* (1923), livro de fortes traços ultraístas, do

<sup>258</sup> “Epistolário de José Pacheco”, in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, op. cit., pp.144-145.

<sup>259</sup> Serna, Ramón Gómez de la, “El ente plástico”, in *Contemporânea* n°8, volume III, ed. cit., pp. 54-55.

<sup>260</sup> Ibidem, p.55.

que do modernista *Nácares* (1916), o poema “Canción de España a Portugal”, com o qual Buendía se apresenta ao meio culto lisboeta, tem a dupla relevância de texto de criação literária e de obra doutrinária em prol de uma aproximação ibérica, com laivos de certa forma também políticos, espelhando um ideário muito próximo, aliás, do pan-hispanismo advogado por António Sardinha no número anterior. Tal como o paladino do Integralismo Lusitano, o poeta de Huelva sonha também com um entendimento peninsular, retomando o “paralelismo de Quinhentos” que dera a hegemonia mundial a Portugal e Espanha, que no futuro deveria estender-se também aos territórios americanos de influência ibérica.

O texto, que aqui reproduzimos na íntegra para melhor clarificar a sua proximidade com o projecto iberista encarnado pela própria revista, fora escrito simbolicamente em La Rábida (Huelva), “Punto generador de la epopeya colombina”, em 12 de Julho de 1922, fazendo também referência a duas figuras do imaginário ibérico – o monarca mitificado D. Sebastião e Afonso de Quijano, o D. Quixote de Cervantes – enquanto fontes inspiradoras de alento e coragem para uma nova era de prestígio universal da Península.

“Verde navio, Portugal fraterno,  
amarrado al costado de mis muelles,  
¿quieres venir a la aventura lírica  
de ir buscar Amor? Hermanas ¿quieres?

Tú y yo anduvimos en remotos tiempos  
dando a otros pueblos sangre efervescente,  
hablas de nuestros hijos arrojados,  
de los pechos maternos, blanca leche.

Ven conmigo a decirles a esos hijos  
que dejamos en Indias y no vuelven,  
que en nosotros está la cepa augusta  
de cuyas uvas ellos vino beber.

Despleguemos las velas de los barcos,  
despega el flanco de mis muelles;  
lanza la voz de la mañana nueva,  
para ser grandes y perennes.

Perennidad sea el grito-contraseña  
para la Hefada que adviene,  
magno poema de la luz sin noche  
escrito sobre el mapa terrestre.

No se perdió Don Sebastián; aún vive  
Afonso de Quijano; por la mieses  
de la Pampa argentina, por el bosque  
maravilloso del Brasil caliente,

se escucha el blanco trote del que un día  
se perdió de sus bravos portugueses  
y se ve la silueta estilizada  
del Hidalgo español, loco y vidente.

¿Vamos, hermana? El porvenir es nuestro,  
el porvenir más fuerte que la muerte;  
seremos otra vez los argonautas,  
lancemos los navios a Occidente,

¡Que todo el horizonte, a nuestros ojos,  
se ilumina con sol de eterno Oriente!”<sup>261</sup>

Fundador de *Renacimiento. Revista de Literatura, Arte y Ciencia*, que surge em Huelva, em 1913, com o intuito pioneiro e modernizador de “realizar una labor de cultura y belleza que es necesaria” e de “poner un rayo de luz, de luz nueva, en las soledades de nuestra prisión (¿Acaso las vulgaridades de la vida no son una prisión?)”<sup>262</sup>, Buendía tenta, tal como mais tarde os órficos, obter o aval artístico do veterano Miguel de Unamuno, através de uma colaboração deste no seu novo projecto editorial. Como seria de esperar, o autor de *Vida de Don Quijote y Sancho* (1905) – obra cuja influência parece fazer-se sentir no poema “Canción de España a Portugal”, no qual é dado ao fidalgo espanhol, “loco y vidente”, o papel de farol de uma Espanha que quer renascer de uma decadência secular – limita-se a remeter-lhe uma carta em que se insurge contra a superficialidade das hordas de jovens literatos. No entanto, acabará por

---

<sup>261</sup> Buendía, Rogelio, “Canción de España a Portugal”, in *Contemporánea* nº3, volume I, ed. cit., pp. 115-116.

<sup>262</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.340.

se estabelecer entre ambos uma curiosa amizade, ancorada, entre outras afinidades, na comum admiração por Portugal.

Buendía é o poeta ultraísta que mais aprofundará conhecimentos e contactos sobre e com Portugal, ficando essa inusitada tarefa registada no livro de viagens *Lusitania*, publicado em 1920, que descreve, à laia de diário, um périplo realizado dois anos antes pelo país vizinho. Riquíssima, sobretudo do ponto de vista documental, a obra, que tem como subtítulo *Viaje por un país romántico*, contendo capítulos dedicados a algumas paragens – “Lisboa”, “Cintra” “Cascaes” – entre a entrada, em Ayamonte, e o último ponto visitado em território português, descrito em “Coimbra”, dá conta igualmente de um importante encontro com Eugénio de Castro e da vivência de Buendía junto do meio literário português na Lisboa de então, resultando daí uma rede de contactos de onde poderá ter surgido a oportunidade de publicar, anos mais tarde, na *Contemporânea*.

Sobre Eugénio de Castro, que venera como um mestre e de que traduzirá “De Toledo para el mar...”, da obra *Silva*, na revista *Grecia*, escreve as seguintes palavras:

“Ya estamos frente a nuestro antiguo amigo.

Nuestra llegada – no esperada por él – le ha sorprendido.

Hablamos del comienzo de nuestra amistad, que hoy se afianza al estrecharnos la mano por primera vez.

Fué un amigo nuestro, que ama a Portugal, quien nos hizo conocer al poeta más lírico de todos los actuales líricos lusitanos. Aquel amigo nos dio a leer el poema ‘Constança’.

Mucho tiempo duró en nosotros la emoción que nos produjeron aquellos endecasílabos, que tienen vida cada uno y todos juntos, como si fuesen un universo de música.

Entonces fuímos al poeta con nuestra amistad sincera y espontánea.

Eugenio de Castro ama a España como nosotros a Portugal.

Todos los años visita unas cuantas ciudades españolas. Fue a Sevilla y Granada, representando la Universidad de Coimbra, cuando el centenario del padre Francisco Suárez.

Admira nuestro arte y es un amigo leal de nuestra patria.

Es autor de bellísimos libros de los que conocemos ‘A fonte do Satyro’, ‘O filho prodigo’, ‘Constança’, ‘O rey Galaor’, ‘Silva’, ‘Belkis’ y ‘O Cavaleiro das maos irresistiveis’.

No queremos hablar de él como literato porque es universalmente conocido.

(...)

Hablamos de Portugal y de España. Ojeamos revistas. (...)

Leemos el programa de Literatura castellana que explicó nuestro amigo. Tenemos una gran alegría al discutir nombres gloriosos tan venerados: Berceo, Santillana, Juan de la Cruz, Santa Teresa, Cervantes, Garcilaso, Góngora, Quevedo, Calderón, Herrera, Lope de Vega...

Y no podemos sino recordar, en nuestro mutuo entusiasmo peninsular, que Eugenio de Castro tuvo abuelos españoles que tuvieron el apellido de Sandoval y que nosotros tuvimos también antepasados portugueses, de esa Andalucía que se llama el Algarve”.<sup>263</sup>

Do livro, que foi comentado em vários órgãos da Península, nomeadamente na *Tribuna de Madrid*, na revista *Cervantes*, no jornal onubense *La Provincia* e ainda no lisboeta *Diário de Notícias*, que faz também referência a um projecto desenvolvido pelo médico com o título de “Uma semana de Arte Portuguesa em Madrid”<sup>264</sup>, importa sobretudo destacar em que termos se desenhava o seu projecto ibérico, perfeitamente visível, anos mais tarde, no poema com que se estreia, não certamente por acaso, na revista de José Pacheco. Essas palavras, agrupadas no ponto “Teatros. – Iberismo”, encerram o capítulo dedicado a Lisboa e aos seus elementos humanos e arquitectónicos. O tema é introduzido a pretexto de uma revista no teatro Politeama, de nome “Salada Russa” e, por sinal, não especialmente entusiasmante para o visitante espanhol. No entanto, um dos números, em que algumas coristas portuguesas se apresentam em palco vestidas de espanholas e cantando e dançando fado, faz despertar em Buendía aquilo que parece ser um sonho antigo e que passa, inclusivamente, pela fórmula política de uma confederação ibérica, cuja capital seria Lisboa:

“A pesar de la española, sentíamos el escalofrío de los momentos patrióticos. Siempre hemos soñado con la unidad ibérica.

¡Que gran nación seríamos si pudiésemos unirnos los lusitanos y los españoles en una Iberia magnífica, dueña del Atlántico y del Mediterráneo!

Siempre hemos tenido el sentimiento de la raza ibérica hundido en el corazón.

Nunca España irá a nuestra hermana en son de bélica conquista.

Jamás Portugal debe pensar – como algunos cerebros lusitanos piensan – que hay un germen de animadversión contra ella.

Los que en la parte hispánica de la Península pensamos en el iberismo, somos unos soñadores que quisiéramos que ambos pueblos se compenetrasen de manera tan consubstancial, que viniese de ello el convencimiento de una necesaria unión federativa.

Y hasta soñamos con la capitalidad de esta gran confederación. Lisboa, por su situación atlántica, por su preciosa posición topográfica, por su belleza única, sería la capital de Iberia, de una Iberia grande, inexpugnable, adonde todo el genio peninsular brillaría como un faro que irradiase una luz inextinguible.

---

<sup>263</sup> Buendía, Rogelio, *Lusitania. Viaje por un país romántico*, Editorial Reus, Madrid, 1920, edição facsímile por Editorial Renacimiento, 2003, pp. 76-78.

<sup>264</sup> Delgado, Antonio Sáez, op.cit., pp. 351-352.

Todos esto soñamos mientras se escuchaban las notas de un ‘fado’ español, mientras las españolas portuguesas cantaban su alegre cantinela, en la que había guitarras y pandero”<sup>265</sup>.

Rogelio Buendía será, deste modo, o poeta do ultraísmo espanhol que mais claramente se manifesta sobre o tema do iberismo, sendo também responsável, já fora do campo meramente doutrinário, por um trabalho de grande relevância para a projecção da cultura portuguesa em Espanha. Recorde-se a tradução para *La Provincia*, propriedade do sogro de Buendía, dos cinco poemas ingleses de Fernando Pessoa (“Inscriptions”), a cargo do médico e de sua esposa, María Luísa Muñoz, que marcará a estreia do poeta português numa publicação espanhola. Será esse, aliás, o tema principal da correspondência trocada entre ambos, nos meses de Agosto e Setembro de 1923, encetada, como se pode depreender pela primeira carta de Pessoa, pelo envio do livro *La Rueda de Color*, de que o português terá sido um dos primeiros receptores. Como já aqui referimos, as palavras de Pessoa vão mais além do que uma simples análise e apreciação da obra de Buendía, já que através delas o autor de *Mensagem* parece perseguir o objectivo de dar-se a conhecer além-fronteiras, o que de facto chegou a acontecer com a publicação da carta no sevilhano *La Unión* (“En torno a *La Rueda de Color*. Opinión de un poeta portugués sobre un libro de Rogelio Buendía”), com tradução e introdução a cargo de Adriano del Valle. De qualquer forma, importa reter o seguinte parágrafo:

“A sua arte meio-moderna, meio-japonesa, feita, em versos contemporaneos, do espírito miniaturista dos haikais, embalou um momento o que sonha em mim. Sem duvida que a alma do fútil e do transitorio, que sente que o é, enche, de sonho a realidade, a sua inspiração impressionista. Ha uma razão para isto, como a haveria para o contrario. Toda a vida, porventura, cabe na impressão de um balão veneziano, ou de uma paisagem da China, vista numa porcelana transparente, nas tardes longinquas de um mandarim que nunca existisse. Viver a vida como se bebessemos por ella uma bebida que entretém sem alimentar constitue uma das razões-de-ser do homem moderno. Mesmo o ser moderno, porém, vae sendo antigo. Felicito-o por se ter esquecido d’isto.”<sup>266</sup>

Além de Pessoa, Buendía traduzirá também Camilo Pessanha e Judith Teixeira nas páginas do *La Provincia*, ao longo de um período que corresponde ao Verão de

---

<sup>265</sup> Buendía, Rogelio, op.cit., pp. 50-51.

<sup>266</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Rogelio Buendía de 20-8-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit, p.368.

1923, e durante o qual também surgirão colaborações de António Botto e Mário de Sá-Carneiro, vertidas para o espanhol por Adriano del Valle, amigo e companheiro desta missão lusófila.

Através da correspondência conhecida entre Pessoa e Buendía, ficamos também ao corrente do projecto de uma conferência do poeta espanhol em Lisboa, que José Pacheco pretendia levar a cabo através da sua *Contemporânea*, embora não haja registo de que tal tivesse sido concretizado. No entanto, as palavras de Pessoa enquanto intermediário entusiasta desse trabalho preparatório, servem-nos como prova do papel relevante da revista lisboeta enquanto ponto de encontro privilegiado entre os homens de letras da modernidade ibérica:

“Não tenho visto o Antonio Botto. Mas, sobre a sua conferencia, fallei, mal recebi a sua carta, ao José Pacheco, director da *Contemporanea*. Elle disse-me immediatamente que a *Contemporanea* organizaria a sua conferencia não só com prazer, senão com entusiasmo. São as palavras d’elle que lhe transmito.

Nem haveria mais ninguém em Portugal que pudesse tão bem organizar – e de tão boa vontade organizaria – uma conferencia sua, como a *Contemporanea*.

O José Pacheco disse-me, de resto, que já ha tempo o havia convidado para fazer uma conferencia em Lisboa, quando para tal tivesse occasião”<sup>267</sup>.

A segunda e última colaboração de Rogelio Buendía nas páginas de *Contemporânea*, circunstância que parece ter propiciado a rede de contactos necessária para o trabalho de aproximação às modernas letras portuguesas realizado no *La Provincia*, ocorre no número cinco, de Novembro de 1922, com o poema inicial de “Satyrion”, já anunciado anteriormente na terceira edição da revista. Não demasiado relevante em termos estritamente literários, o texto encena um episódio mitológico passado num bosque idílico em que se passeiam um sátiro jovem, um poeta, sátiros e ninfas, com a função de coro, e a própria deusa Vénus, a um tempo mãe e esposa do sátiro protagonista. Porém, o seu evidente “simbolismo decadente”<sup>268</sup> parece denotar, atendendo a um conjunto de outras circunstâncias, fortes influências da obra do

---

<sup>267</sup> “Carta de Fernando Pessoa a Rogelio Buendía de 15-9-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op.cit., pp. 385-386.

<sup>268</sup> Delgado, Antonio Sáez, op.cit., p.209.

português Eugénio de Castro, de acordo com a análise do investigador Antonio Sáez Delgado.

Eis um excerto representativo dessa estética e fruto de um período em que o autor não teria ainda abraçado com convicção o registo vanguardista:

“En el bosque sonoro de misterio  
como un caracol al oído,  
el sátiro joven sonríe  
en la luz, asombrada del alba.

Duerme en medio del bosque lo mismo  
que un antílope joven y ágil  
y sus ojos, de ardientes, parecen  
abiertos, estando cerrados.

Su boca, la boca de Venus  
le trajo de arriba, es un fruto  
escarchado de gracia y de púrpura.

Dorados de sol y oro,  
sus cabellos risa una brisa  
y cogen sus manos de nácar  
la siringa de adelfa

Un disco de sol entre hojas  
le acaricia la frente, los ojos,  
le besa en la concha rosada  
de la oreja. La luna sonríe,  
desleída en azul, en el cielo.

Los chopos se miran sus hojas  
y sus gráciles troncos de efebos  
en a plata del agua lo mismo  
que Narcisos gigantes desnudos. (...) <sup>269</sup>

O poema, cuja versão definitiva data de 1945, ano em que é publicado na revista *Garcilaso*, teve uma primeira apresentação na revista *Grecia*, em Novembro de 1918,

---

<sup>269</sup> Buendía, Rogelio, “Satyrion. Poema inicial”, in *Contemporânea* nº5, volume II, ed. cit., p. 61.



justamente poucos meses após a visita de Buendía ao admirado autor de *Constança*, e antes ainda da aparição, na mesma publicação sevilhana, de vários poemas de Eugénio de Castro, um deles traduzido e anotado pelo poeta espanhol. “Todas estas circunstancias conducen a pensar que la amistad entre ambos poetas fue duradera y prolífica, situándose “Satyrion” (...) como punto de relación entre los dos escritores”<sup>270</sup>, conclui Delgado.

O quarto número de *Contemporânea* descreve outro momento alto na vida da revista, no contexto das relações entre as modernas literaturas de Portugal e Espanha. Falamos da estreia do sevilhano Adriano del Valle, outro poeta andaluz vinculado à história do ultraísmo e obreiro, a par de Buendía, da divulgação das letras portuguesas em Espanha, através das páginas do diário *La Provincia*, de Huelva, cidade na qual fixa residência a partir de 1921. Aí traduzirá, no Verão de 1923, o poema “Palavras de um avestruz todo gris”, de António Botto, que conhece uma publicação anterior na edição especial de Natal de *Contemporânea*, e o conto “O sexto sentido”, de Mário de Sá-Carneiro, respectivamente sob as rubricas “La moderna lírica portuguesa” e “Cuentistas portugueses”.

A presença dos seis “Haikais” de del Valle nas páginas de *Contemporânea*, na sua edição de Outubro de 1922, parece ter propiciado um primeiro momento de contacto entre o autor de *Primavera Portátil* e os escritores modernos portugueses, resultando daí a correspondência com Fernando Pessoa – um universo de 14 cartas trocadas posteriormente entre Agosto de 1923 e Novembro de 1924 – em que se entrevê uma cumplicidade, no campo literário e estético mas também pessoal, que não se repete com Buendía ou del Vando-Villar, os outros dois correspondentes espanhóis de Pessoa. A série de *haikais* (“La raza del te”, “Piano de cola”, “Gran polonesa”, “Lorito real”, “El canario flauta”, “Mar del norte”), parte integrante do ciclo “Homenage a Debussy”, constitui o primeiro momento em que a revista lisboeta vê desfilar nas suas páginas as formas orientais que tanto influenciaram os escritos dos poetas ultraístas. Embora, como salvaguarda Antonio Saéz Delgado, “con más ingenuidad que lucidez”<sup>271</sup>, reflectindo, numa perspectiva mais ampla, o próprio modo de apropriação, algo errático e leviano, dos jovens poetas espanhóis face às diferentes estéticas da vanguarda europeia.

---

<sup>270</sup> Delgado, Antonio Sáez, op. cit., p.209.

<sup>271</sup> Ibidem, p.203.

Três desses *haikais* haveriam, mais tarde, de integrar a obra *Primavera Portátil*, primeiro livro do andaluz que só em 1934 verá a luz do dia, apesar da intensa actividade literária do seu autor, dispersa até então em jornais e revistas, entre elas a sevilhano-madrilena *Grecia* (1918-1920), de que chegou a ser o primeiro redactor-chefe:

“LA TAZA DEL TÉ

En la taza rosa van, entre luceros,  
suscitando un vago temblor de campana,  
los poetas chinos, como jardineros  
que cuidan las rosas de la porcelana.

(...)

LORITO REAL

Lorito real, verde casacón,  
pantufas de orillo, birrete de afile,  
peluca postiza de buen solterón...  
Cónsul de los loros verdes del Brasil.

EL CANARIO FLAUTA

‘Tenorino’ de la jaula,  
Rigoletto amarillo,  
pájaro sabio,  
limón que canta...

(...)»<sup>272</sup>

Como é possível verificar através dos três poemas reproduzidos, Adriano del Valle, vindo também do modernismo, verteu para parte da sua obra o mesmo fascínio pelo Extremo Oriente que serviu de inspiração a muitos dos poetas do ultraísmo e do creacionismo, de que Díez Canedo, Guillermo de Torre ou o próprio Vicente Huidobro são exemplos bem representativos. Contudo, a sua aproximação às técnicas japonesas,

---

<sup>272</sup> Valle, Adriano del, “Haikais”, in *Contemporânea* nº4, volume II, ed. cit., p.25.

bem como ao registo vanguardista de uma forma global, adquire uma feição original, que passa pelo recurso a elementos culturais da tradição sevilhana. Uma inusitada coexistência que levou Dámaso Alonso a afirmar, no prólogo da *Obra Poética* de Adriano del Valle, ter o poeta “la cabeza toda trascendida de canciones andaluzas y epigramas japoneses”, ao mesmo tempo que reputa a sua obra como “viva y actual continuadora de la brillante tradición barroca española del siglo XVII”<sup>273</sup>.

No percurso de aproximação de Adriano del Valle a Portugal, Fernando Pessoa parece ter desempenhado um papel fulcral, não só enquanto anfitrião daquele nos meios literários lisboetas, aquando da sua viagem de lua de mel à capital portuguesa, no Verão de 1923, como também, posteriormente, na qualidade de conselheiro da sua biblioteca portuguesa. Não há registos de qual terá sido o primeiro momento de encontro entre ambos, ou mesmo entre del Valle e o núcleo duro de *Contemporânea*, sendo que terão sido obviamente anteriores à estreia de Adriano na revista lisboeta, em Outubro de 1922. No entanto, esse mês lisboeta, pródigo em contactos com a juventude literária e de grande proximidade com Pessoa, será descrito pelo próprio, em entrevista ao lisboeta *Diário da Manhã*, numa edição de Setembro de 1952:

“Foi em 1923, em viagem de núpcias, já lá vão quase trinta anos. Viemos a Lisboa, minha mulher e eu, e instalámo-nos no Hotel Universo – que ainda existe – à esquina do Rossio. Era a noite de 23 de Junho e sob as nossas janelas desfilaram, para encantada surpresa nossa, que nunca esquecemos o espectáculo, as marchinhas de S. João a caminho da Praça da Figueira – maravilhosa expressão de cor e alegria do povo de Lisboa. Tínhamos encontrado à nossa espera os meus amigos de *Contemporânea*, que José Pacheco dirigia e considero a mais brilhante revista de cultura por então editada na Europa: eram Judith Teixeira, Raul Leal, Fernando Pessoa. A *Contemporânea*, de resto havia publicado alguns dos meus poemas; em Espanha tinha eu conhecido José de Almada Negreiros... A moderna literatura, a arte moderna portuguesa – não eram novidade para mim...”<sup>274</sup>

No que toca ao seu relacionamento com Pessoa, a quem elogia a humildade e a genialidade, dá conta de um contacto diário, entre horas de conversa e trabalho – sobretudo em torno da obra de Mário de Sá-Carneiro, que del Valle estaria a traduzir para espanhol – e as tertúlias que, ao longo desse mês, frequentam no café Martinho da Arcada. Isto para além da sua função de conselheiro inestimável:

---

<sup>273</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.413.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 416.

“Devo acrescentar, de resto, que justamente na minha iniciação portuguesa teve Fernando Pessoa uma importância primacial e quase didática: quando regresssei a Espanha, com efeito, e não tendo chegado a gastar todo o dinheiro português de que me tinha munido, resolvi entregar ao Fernando os mil escudos que me haviam sobrado – pedindo-lhe que escolhesse, comprasse e me enviasse para Espanha os livros portugueses que se lhe afigurasse deverem-me interessar; recebi, assim, aos poucos, os mil escudos de livros e com esse ‘fundo’ – seleccionado por Fernando Pessoa – iniciei a minha biblioteca portuguesa. Nobre, Cesário, Camilo Pessanha, Pascoais – descobri-os, por isso, quando poucos portugueses ainda se haviam dado conta do que eles representavam de fundamental na evolução literária do vosso país...”<sup>275</sup>

Tal facto é confirmado através da correspondência trocada entre Pessoa e del Valle, que se inicia pouco após a estância do espanhol em Lisboa, concretamente em Agosto de 1923, prolongando-se até Novembro do ano seguinte. Ao longo desse epistolário, que revela certa proximidade estética entre os autores e mesmo a partilha de projectos literários – nomeadamente a tradução e a posterior publicação de autores portugueses em território espanhol – assistimos ao envio para Espanha de obras como *Serão Inquieto*, de António Patrício, e *Flor da Lama*, de Eugénio Vieira; *Jardim das Tormentas* e *Estrada de Santiago*, de Aquilino Ribeiro; e ainda *O País das Uvas*, de Fialho de Almeida, e *Leomil*, de António de Séves.

Adriano del Valle, que chegará a fornecer, por intermédio de Pessoa, as direcções dos 21 críticos literários espanhóis a quem Antonio Botto enviaria o seu livro *Canções*, disponibilizando-se, ele próprio, a ser um divulgador dos “novos” de Portugal, através das colaborações que mantinha com vários órgãos no seu país, informa também o seu correspondente português das obras que já possuía na sua biblioteca, num excerto que parece confirmar as afirmações anteriores acerca do seus conhecimentos sobre a “moderna literatura, a arte moderna portuguesa”:

“Los libros que poseo son: *Invenición del día claro*; *Sylva*, *La mantilla de madroños*, *Claveles de papel* y *Canciones de esta negra vida* de Eugenio de Castro, estos 4 últimos, y de Almada el primero. *Paisages de China y del Japón* de W. de Moraes, *Clepsydra*, *El libro de Cesario Verde*, *Canciones* de Antonio Botto, los libros de Judith Teixeira, los de Raul Leal, y los de Vd, que no cito porque sería ocioso. Estos son todos los libros portugueses que poseo: puede tener esto en cuenta al hacer sus envíos.”<sup>276</sup>

<sup>275</sup> Citado em António Sáez Delgado, op. cit., p.416.

<sup>276</sup> “Carta de Adriano del Valle a Fernando Pessoa de 3-10-1923”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.433.

Mais relevante, porém, é o conteúdo da última carta de del Valle para Pessoa, em que, a pretexto da análise do espanhol sobre o primeiro número da revista *Athena*, dirigida pelo seu correspondente português, é mencionada pela primeira vez a existência do movimento ultraísta, em termos que nos dão a entender um total desconhecimento mútuo dos percursos de modernidade encetados em cada um dos lados da fronteira:

“Dentro de la orientación que inicia *Athena* – muy antigua y muy moderna – ¿por qué no se inclinan un poco a la estética de la avant-guerra y de la post-guerra, que culminó – y culmina – con los nombres de Apollinaire, Max Jacob, Reverdy, Cendrars, Paul Morand, Giraudoux y tantos otros nombres sugestivos? Temo que para ello sea una rémora el mismo título de la Revista – *Athena* – pero nosotros, los jóvenes, hicimos una Revista en Sevilla que se tituló *Grecia*, en la que creamos la moderna y audaz escuela literaria que ha dado la vuelta al mundo con este nombre que no sé si habrá llegado a sus oídos: *ultraísmo*.”<sup>277</sup>

Outro dos assuntos recorrentes do epistolário entre Fernando Pessoa e Adriano del Valle é a própria *Contemporânea* e, concretamente, o seu décimo número – de feitura bastante atribulada, devido a dificuldades financeiras mas sobretudo em virtude da doença de José Pacheco – no qual o poeta espanhol publicara “Isaac del Vando-Villar en siete colores”, justamente o prólogo ao livro *La sombrilla japonesa*, do antigo director da revista *Grecia* (onde assina o “Manifiesto Ultraísta”, de 1919, entre outros textos inflamados em prol da arte nova) e também correspondente de Pessoa. Será esta a última aparição de Adriano del Valle nas páginas da revista lisboeta e, simultaneamente, o encerrar do ciclo da vanguarda espanhola neste projecto editorial de vocação iberista. Recorde-se que Isaac del Vando-Villar, cuja correspondência com Pessoa – a mais curta e menos importante no contexto do epistolário mantido com os ultraístas espanhóis – se cinge ao envio de *La sombrilla japonesa*, na tentativa de que o poeta português desse projecção à obra nos meios literários em que se movia, não chegará a ter colaboração na *Contemporânea*, aí surgindo apenas indirectamente, pela pena de Adriano del Valle.

O texto, apresentado em “imágenes recortadas”, como o próprio autor as define, é uma mescla de análise sobre as diversas influências de Vando-Villar neste seu livro – do simbolismo à vanguardas, com laivos de futurismo e de cubismo, passando pelas poéticas orientais e por um intenso uso das cores e apelo aos sentidos – e de

---

<sup>277</sup> “Carta de Adriano del Valle a Fernando Pessoa de 10-11-1924”, in Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.452.

demonstração de um génio poético próprio, que se revela nestes dois fragmentos, definindo o primeiro a sutileza oriental da técnica poética do *haikai*:

#### ISAAC Y LAS TACITAS DE PORCELANA DE SUS HAIKAIS

Nada más que tres versos – los tres versos que, como tres finos dedos japoneses, se cifien a la porcelana pintada del haikai – son los que bastan para levantar en el aire negligentemente, la lírica tacita de este poema en miniatura, hasta acercarla a nuestros labios con delectación espiritual, entre las confituras de una plática sabrosa y el humo aromatizado de sus imágenes. Nada más que tres versos...”

(...)

#### “PECERAS DE CRISTAL COM PECES DE ORO

La transparentada claridad sutil que fluye a raudales – oreada y renovada – por estas páginas – luz de agua de acuario, en su fondo, que corre por entre cristales diáfanos – no es otra que la luz de la trasverberación íntegra del libro – pecera mágica de poemas brillantes (de pececitos de oro) – sobre y contra el movimiento y reflejo de sus poemas. Sus poemas son – ya lo hemos dicho – pececitos de escamas de oro, quietos y en movimiento, en nervioso equilibrio inestable – perdido y renovado – que están sostenidos entre las paralelas de agua y entre las anillas de burbujas – burbujas de sílabas, paralelas de imágenes – de sus versos”.<sup>278</sup>

A colaboração de Adriano del Valle no décimo número de *Contemporânea* reveste-se também da importância de ter sido o momento em que, pela primeira vez no contexto de uma publicação portuguesa do primeiro modernismo português, é feita uma referência ao ultraísmo, ainda que de forma perfeitamente casual e sem qualquer desenvolvimento posterior, como se pode verificar nas segunda e última passagens do texto:

#### “SQUERZO DE PLUMAS PINTADAS

El ultraísmo ha sido para Isaac como nas anillas de níquel para el juego vistoso de los loros.

(...)

#### ULTIMAS IMAGENES, ULTIMAS PALABRAS...

---

<sup>278</sup> Valle, Adriano del, “Isaac del Vando-Villar en siete colores”, in *Contemporânea* nº10, volume IV, ed. cit., pp. 14-15.

Cada color ha pasado por su puentecillo rústico, cada imagen ha encendido su farolillo de papel de seda, cada viento ha desdoblado una casa, ha desdoblado una imagen, ha desdoblado otro viento...

Así, pues, entre las manos de Isaac del Vando Villar – intrépido Blondín del Ultra – se ha desdoblado este libro – se ha abierto esta Sombrilla Japonesa – para ser llevado en alto, triunfalmente, sobre los balanceantes alambres dorados – meridianos de imágenes del Arte Nuevo – que han sido tendidos por él, con el ímpetu de su juvenil esfuerzo lírico, entre dos continentes: Europa y América”.<sup>279</sup>

Curiosamente, tal acontece já numa época (falamos no primeiro semestre de 1924) em que o movimento de vanguarda espanhol se extinguiu quase por completo enquanto tal, sobretudo após o desaparecimento da revista *Ultra*, em Março de 1922, ou seja, antes ainda da estreia de *Contemporânea*. Tal facto leva-nos a confirmar a ideia, já anteriormente esboçada, da existência, em ambos os lados da fronteira, de diferentes percursos na busca da modernidade e sem pontos de contacto entre eles, pelo que o breve encontro em *Contemporânea* não poderia ser senão revelador desse grande desconhecimento mútuo.

Sobre o último colaborador da modernidade espanhola nas páginas da revista de Pacheco, resta-nos ainda referir que o seu afã lusófilo terá ainda dois momentos de continuidade, após a intensa presença portuguesa no *La Provincia*, de que havia sido responsável, juntamente com o amigo Rogelio Buendía, no Verão de 1923. O primeiro, em 1926, tem lugar na revista *Oromana*, com o artigo “Canciones \* Motivos de belleza \* Curiosidades esthéticas \* Antonio Botto \* Lisboa”, em que, para além do poeta protegido de Pessoa, refere nomes como os de Cesário Verde, Almada Negreiros ou Mário de Sá-Carneiro. O segundo, já na década de 40, é bem visível através de vários poemas que Adriano del Valle dedicará a Lisboa e ao seu entorno paisagístico. São os casos de “Lisboa a babor”, “Interludio de Cintra”, “El tesoro del rey (*Palacio de Queluz*)” e ainda de “Canto a Portugal”, que celebra o país vizinho, as suas gentes e identidade, os seus mitos e figuras históricas, culminando com estes versos de homenagem:

“Patrias con los mismos cielos  
y los mismos ruiseñores,  
mellizas aves y flores,  
vuelos y aromas gemelos.  
Sus murallas de recelos,

---

<sup>279</sup> Valle, Adriano del, art. cit., pp. 14-15.

si es que el recelo existía,  
legaron a la elegía  
y a la leyenda su escudo...  
En ti, Portugal, saludo  
la segunda Patria mía.”<sup>280</sup>

Outra presença importante e particularmente assídua nas páginas de *Contemporânea* é a do pintor onubense Daniel Vázquez Díaz, o único criador do país vizinho, vinculado também ao terreno da vanguarda e à própria história do ultraísmo, a quem a revista ouvirá em entrevista, publicada no noticiário do número cinco, em Novembro de 1922, e incluirá no seu programa cultural, como protagonista de uma das cinco exposições promovidas, ao lado dos portugueses Carlos Porfírio, Eduardo Vianna, Telles Machado e Eduardo Malta. Rogelio Buendía, conterrâneo de Vázquez Díaz, terá sido também por esses dias convidado por José Pacheco para uma conferência em Lisboa, como o comprovam as palavras de Fernando Pessoa anteriormente transcritas numa carta ao poeta onubense. Contudo, circunstâncias que não conseguimos apurar não permitiram que o autor de *Lusitania* figurasse na galeria de conferencistas dada à estampa aquando do balanço do primeiro ano de actividades da revista. O projecto ficou, porém, registado na edição de 2 de Novembro de 1922 do diário *La Provincia*, numa nota que nos é dada a conhecer por Antonio Sáez Delgado e que comenta a participação dos artistas andaluzes num projecto de “Aproximación hispano lusitana”:

“La revista de Lisboa *Contemporânea*, la mejor revista de arte puro de Europa, está organizando una serie de conferencias y exposiciones de personalidades latinas, habiendo invitado a dos paisanos nuestros, al ilustre pintor don Daniel Vázquez Díaz y al culto poeta don Rogelio Buendía Manzano, al primero para que haga una exposición de sus obras que se inaugurará en el próximo mes de Diciembre y al segundo para que dé una conferencia en el Teatro Nacional, en el mes de Febrero.

Damos al público esta noticia, como muestra simpática de la aproximación espiritual de los países hermanos.”<sup>281</sup>

---

<sup>280</sup> Citado em Antonio Sáez Delgado, op. cit., p.423.

<sup>281</sup> Ibidem, pp. 208-209.



Daniel Vázquez Díaz, que assinará os retratos de uma boa parte dos grandes nomes das artes e letras espanholas do momento – entre eles, os ultraístas Adriano del Valle e Rogelio Buendía, com quem partilha a origem andaluza, as vicissitudes da aventura ultraísta e as páginas da melhor e mais moderna revista portuguesa de então – percorre um caminho de busca da modernidade que passa por Paris, entre 1906 e 1918. Mais tarde, em 1921, inaugurará em Madrid, juntamente com a esposa, Eva Aguirre (que conta com uma só aparição em *Contemporânea*, no seu número oito), uma exposição no Palácio de Bibliotecas e Museus, que representa um momento de grande projecção no seu país de origem, resultando daí um catálogo com desenho e prólogo a cargo do seu amigo Juan Ramón Jiménez. Em Espanha, o pintor de Huelva, que expôs também na galeria Dalmau de Barcelona, seria ainda responsável pela decoração de todo o cenário que envolveu a Velada Ultraísta de Parisiana.

Ausente nos primeiros três números de *Contemporânea*, o pintor cosmopolita, que fora recomendado à revista pelo cônsul em Madrid, Feliz de Carvalho, estreiar-se-á com a reprodução de “Mi mujer”, no número quatro, mantendo uma colaboração sucessiva até à sétima entrega – “Motivo basco”, “Nu”, “Madre campesina” e “Almada”, para a separata “A scena do odio” – e reaparecendo no número nove, com “Água forte”, pintura de motivos étnicos muito próxima do expressionismo.

Da entrevista concedida a Oliveira Mouta, a que já nos referimos demoradamente páginas atrás, importa recordar o contraste que o pintor, já então reconhecido em países como França, Alemanha, Itália e Suíça, parece encontrar entre uma Espanha conservadora, que não o soube acarinhar, e um Portugal entusiasmado com a arte moderna, sedento de novidade:

“A arte em Portugal (...) tem um movimento acentuadamente modernista como em qualquer das nações cultas onde estive. Vocês têm pintores e desenhadores, dignos de figurarem lá entre os bons. Confesso que o não esperava... Mais ainda: A tenacidade que exercem, e os elementos de incontestável valor de que dispõem, devia ser um exemplo para os meus compatriotas...

Vocês lançam-se para o público como os domadores antigos para as feras: são dum desassombro que intimida!

(...)

Em Espanha, publico e artistas, pensam ainda que a pintura foi terminar em Velasquez. D'acordo que temos por lá, dois ou trez artistas que não se conformam e que executam a seu modo. Mas nada que represente uma força, um movimento, uma tentativa de renascença!

De tudo isso dispõem vocês presentemente. E oxalá que o conservantismo espanhol desembarace o caminho envergonhado pelo exemplo!”<sup>282</sup>.

---

<sup>282</sup> Mouta, Oliveira, “Ainda sobre Vasquez Diaz”, in *Contemporânea* nº5, volume II, ed. cit., p.2.

### 3.3.2. Reencontro da grande “família ibérica”

A presença hispanoamericana em *Contemporânea* inicia-se logo no seu segundo número, o mesmo que abre portas à modernidade literária espanhola, com Corpus Barga e a sua “Conferencia cubista sobre la esquizofrenia”. O texto a que nos referimos, “Confidencia”<sup>283</sup>, um conto de narrador feminino, que descreve a fragilidade dos amores de juventude entre salões de baile e teatros numa Buenos Aires distante, é assinado por J.M. Cantillo, ministro da Argentina em Portugal e também colaborador do *Mercure de France*. Segue-se, no número três, que marca definitivamente a entrada da revista lisboeta no terreno dos autores de vanguarda do país vizinho – trata-se da edição de estreia de Ramón Gómez de la Serna e de Rogelio Buendía – o poeta peruano Daniel Ruzo, autor praticamente desconhecido que se apresenta ao público português com “El indio libre”<sup>284</sup>, uma breve narrativa sobre as incongruências da liberdade, cujo protagonista, um jovem nascido de mãos atadas, sonha enfrentar o “Dios de las Cadenas”, simbolicamente a divindade adorada pelo seu povo.

Com o número quatro, chegamos ao primeiro texto em língua espanhola em que é feita uma defesa clara da aproximação entre Portugal e Espanha e do reencontro da chamada “família ibérica”, alargada às ex-colónias americanas dos países ibéricos e ao império colonial português. O artigo, intitulado “La sensación del momento – El alma romántica de Portugal – La unión ibérica” e introduzido por uma citação de Guerra Junqueiro (“O seu rumo era a luz, seu piloto era Deus!”), é assinado por Eduino de Mora, adido da Legação de Cuba. E revela, logo de entrada, num registo algo artificioso, uma homenagem a Portugal e aos seus traços de identidade mais divulgados, como sejam o fado, o carácter romântico e arrebatado e o heroísmo que o irmanara a Espanha na epopeia das descobertas:

“Nada mas gráfico, mas expresivo que el fado. El canto nacional portugués, que habla de saudades e anhelos no colmados, es el alma – alma triste – de Lusitania; el alma vieja de este pueblo moriscamente fatalista y enamorado del Amor, de lenguaje rítmico y suave, de hermosos lirismos anacrónicos, de gestos hidalgos y atrevidos heroísmos, donde palpita, escondido entre sus campos amenos y escarpadas costas, al rigor de la fulva clarinada de un sol africano, el último estertor del romanticismo ibérico, ese romanticismo que tantos días de gloria dió al mundo; ese romanticismo que, impulsado por el ideal excelso de la Cruz, fué con Colón, Pizarro

<sup>283</sup> Cantillo, J.M, “Confidencia”, in *Contemporânea* nº2, volume I, ed. cit., pp. 81-82.

<sup>284</sup> Ruzo, Daniel, “El indio libre”, in *Contemporânea* nº3, volume I, ed. cit., pp.119-120.

y Cortés, Vasco da Gama, Magalhães y Cabral, al descubrimiento de nuevas tierras y rutas nuevas a través del abracadabra de lo ignoto, a realizar la magna epopeya de los siglos que hoy tiene el brillo apoteósico en nuestra vigorosa y progresiva América.”<sup>285</sup>

Mais adiante, o diplomata cubano ilustra o secular afastamento entre os países vizinhos na Península Ibérica recorrendo a uma metáfora – a de uma Espanha soberba, indiferente a um Portugal eternamente receoso – em vários pontos semelhante à usada, em 1907, por Miguel de Unamuno no seu capítulo sobre “A literatura portuguesa contemporânea”, inserido na obra *Por terras de Portugal e da Espanha*. Refere Eduino de Mora que:

“A pesar de los estrechos vínculos forjados por la Naturaleza, España y Portugal, que parece se sonrien cariciosas, han permanecido vueltas de espaldas, en absoluto divorcio espiritual. España, encerrada en la torre de marfil de su soberbía ancestral, nunca quiso saber que junto a ella alienta un cuerpo hermano, y Portugal viendo siempre en el castellano el enemigo secular de su independencia, echó por encima de la Península un puente de unión con otras naciones de distintas características e sentimientos.”<sup>286</sup>

Tal “divórcio espiritual”, como veremos de seguida, também havia causado estranheza ao reitor da Universidade de Salamanca, lusófilo e um dos grandes defensores em Espanha do estreitamento dos laços culturais entre os países ibéricos, que ele próprio praticou na sua vida pessoal e literária:

“E sendo assim, a que se deve este afastamento espiritual e esta tão escassa comunicação de cultura? Creio que pode responder-se: à petulante soberba espanhola, por uma parte, e à suspicácia cheia de susceptibilidade dos portugueses, pela outra parte. O espanhol, sobretudo o castelhano, é desdenhoso e arrogante, e o português, tal como o galego, é receoso e susceptível. Aqui desdenha-se Portugal e tomam-no como alvo de chacotas e troças, sem o conhecer, e em Portugal até há quem imagine que aqui se sonha conquistá-los”<sup>287</sup>.

A concluir, o ideal ibérico de Eduino de Mora é exposto em termos que nos fazem recordar a “unidade moral” peninsular – sem uma decorrente fórmula política – defendida anteriormente por António Sardinha nas páginas do segundo número da revista, em “O pan-hispanismo”, e condizente, aliás, com a campanha de aproximação

---

<sup>285</sup> Mora, Eduino de, “La sensación del momento – El alma romántica de Portugal – La unión ibérica”, in *Contemporânea* nº4, volume II, ed. cit., p.15.

<sup>286</sup> Ibidem, p.16.

<sup>287</sup> Unamuno, Miguel de, *Por terras de Portugal e da Espanha*, ed. cit, pp. 8-9.

ibero-americana que *Contemporânea* empreende e reforçará nos seus derradeiros três números, já no ano de 1926. Curiosamente, este texto, revelador de alguma ingenuidade e alheamento face à realidade económica e política de então, surge na mesma edição em que Martinho Nobre de Mello publica “As relações luso-espanholas – O pan-iberismo”, um artigo de alerta para a necessidade de Portugal, dada a sua posição de fragilidade no pós-guerra, se colocar de pé atrás face uma Espanha que, pelo contrário, havia saído fortalecida do conflito mundial, comportando-se, no plano comercial, mais como inimigo do que como leal vizinho:

“Pero estos dos pueblos que tan aparejadamente hicieron su gallarda galopada por los abruptos montes de la Aventura, pueden llegar a comprenderse y amarse, no formando una única entidad política, como algunos ilusos quieren, olvidados de que ambos han tenido, tienen y tendrán, propios derroteros internacionales, sino en unión racial, sin ningún outro nexo; el mismo ideal flotante de comunión anímica de España con sus veinte y dos hijas americanas que en un futuro, no lejano tal vez, será una linda realidad azul.

Y así, con Portugal imperio colonial y Brazil, completa la gran familia ibérica, podríanse realizar elevadas aspiraciones reivindicativas que duermen en un empolvado rincón del cerebro de la Raza...”<sup>288</sup>

Bem longe desta temática, Eduino de Mora voltará a aparecer no primeiro número da terceira série com o artigo “El infierno inocente”, em que descreve, com desilusão, as noites sérias e aborrecidas passadas nos clubes nocturnos lisboetas, onde se supunha que houvesse luxúria, paixão, erotismo e vício. Sem grande relevância, do ponto de vista literário ou mesmo doutrinário, o texto fornece-nos, no entanto, um retrato psicológico muito pessoal sobre a mulher peninsular, inspirado nas enfadonhas e caseiras criaturas femininas que povoam a noite lisboeta da década de 20, e que muito se assemelham a algumas das personagens criadas por Almada Negreiros para o romance *Nome de Guerra*, cujo terceiro capítulo se reproduz, ainda em esboço, no terceiro número desta mesma série de *Contemporânea*:

“¿Cocotas? Aspiran a parecerlo; pero el género no es de factura peninsular. En la Península, en sentido general hablando, no existe esa clase especial, intermedia, que en otras partes se prodiga: es planta exótica de difícil, aclimatación. La mujer peninsular que se pone al margen de los convencionalismos, conviértese, ipso-facto, sin veladores eufemismos, en prostituta. Y tal dominio ejerce sobre ella el ambiente, que fuera de su mundo equívoco no sabe conducirse, aherrojada por el sentimiento ancestral de la diferencia de clases. La prostituta

---

<sup>288</sup> Mora, Eduino de, art. cit., p.16.

peninsular tiene el grandísimo defecto de ser estúpidamente pasional, de no saber olvidarse del sexo, y así que un tipo desgrana en su oído propicio cuatro banalidades amorosas, se entrega ciega, total, absolutamente, porque en cualquier hombre cree posible encontrar el amor definitivo, el amor purificador que la restituya al feble rotativismo del vivir vulgar.

¿Virtud o defecto de raza? Eso lo sabrán los psicólogos. Lo cierto, que no resultan nada divertidas.”<sup>289</sup>

Prosseguindo para o número seis, que celebra o Natal de 1922 e marca o encerramento do ano nas páginas de *Contemporânea*, deparamo-nos apenas com uma colaboração em língua espanhola, um soneto assinado pelo Marquês de Lozoya, com o título de “El monasterio”<sup>290</sup>, digno de destaque somente pela sua dedicatória ao português António Sardinha. A edição seguinte, em que se reproduz o discurso de Ramón Gómez de la Serna no banquete de *Contemporânea*, acolhe a estreia do Marquês de Quintanar, (Conde de Santibañez del Rio), nas páginas da revista lisboeta, com o soneto de temática ibérica “La imperatriz Isabel de Portugal mujer de Carlos V”, inspirado num conhecido retrato de Ticiano. Poema menor de laivos pós-simbolistas, a contribuição do espanhol – que virá a ser, já em 1926, embaixador em Lisboa e, simultaneamente, a presença mais assídua do país vizinho na terceira série de *Contemporânea* – distingue-se pelas referências a um matrimónio marcante no percurso das duas casas reinantes na Península Ibérica do século XVI. Concretamente o de Isabel de Portugal com o imperador Carlos V, pais de Filipe II, que dirige a Monarquia Hispânica a partir de 1580, e de Joana de Áustria, mãe do mítico D. Sebastião, com o qual termina tragicamente a dinastia de Avis:

“De Portugal nos vino al trono una princesa,  
tan llena de saudades y de melancolía,  
que la ternura toda del alma portuguesa  
en su triste mirada de lis aparecía...

Por la flor marchitada de su boca de fresa  
dicen que dejó al mundo el duque de Gandía;  
y llorando su muerte, de su oficio de presa  
las águilas de Carlos se olvidaron un día.

El pincel de Ticiano, de finura hizo alarde,

---

<sup>289</sup> Mora, Eduino de, “El infierno inocente”, in *Contemporânea* nº1, III série, Biblioteca Nacional, p.28.

<sup>290</sup> Lozoya, El Marqués de, “El monasterio”, in *Contemporânea* nº6, volume II, ed. cit., p.136.

pintando sus facciones a la luz de la tarde  
cuyo esplendor se muere detrás de una montaña.

Isabel tiene un libro entreabierto en la mano;  
su mirada parece descifrar el arcano  
de amores y de muerte que la reserva España...”<sup>291</sup>

Até ao décimo número de *Contemporânea*, em que Espanha se faz representar por um dos seus “novos”, o poeta ultraísta Adriano del Valle, desfilarão pelas páginas da revista de Pacheco vários nomes que importa enumerar, mais por razões de representatividade geográfica ou pela sua ligação ao universo cultural português, do que pelo estatuto que alcançaram nas letras hispânicas do século passado. Logo no número oito, surge-nos o galego Antonio Rey Soto, sacerdote, escritor e responsável, em 1910, por uma tradução de *A lágrima*, de Guerra Junqueiro, que assina o poema “Nocturno frente al mar”<sup>292</sup> e regressará, na edição seguinte, com outra composição poética, o mórbido “Epitalamio supremo”<sup>293</sup>. Por seu turno, a segunda colaboração em língua espanhola da nona entrega vem assinada por Solly Azagury, nome sobre o qual não reunimos quaisquer referências e que contribui com o conjunto “Metáforas”, composto por três breves prosas em que se percebe a influência das greguerías ramonianas e uma evidente admiração pelo universo português e por Guerra Junqueiro, poeta então recentemente falecido:

“I

Bondadosa hembra es la Primavera, porque  
no se muestra cruel ante el encanto sin par con  
que nos ilumina la mujer lusitana.

II

Lisboa: Plantel de corazones líricos sobre  
inmensa tumba de héroes inmortales.

III

---

<sup>291</sup> Quintanar, El Marqués de, “La imperatriz Isabel de Portugal mujer de Carlos V”, in *Contemporânea* nº7, volume III, ed. cit., p.12.

<sup>292</sup> Soto, Antonio Rey, “Nocturno frente al mar”, in *Contemporânea* nº 8, volume III, ed. cit., pp. 60-61.

<sup>293</sup> Idem, “Epitalamio supremo”, in *Contemporânea* nº9, volume III, ed. cit., p. 120.

Encina es Guerra Junqueiro que ve  
doblegado al roble: al roble de la juventud que  
poetiza...”<sup>294</sup>

O número de Março de 1923 incluirá também colaborações, novamente do Marquês de Quintanar, com o poema “El madrigal de las rosas”<sup>295</sup>, e, finalmente, do poeta mexicano, José D. Frias que publica desde Paris a composição “Amaris lex”<sup>296</sup>.

Chegados à terceira série, que se inicia em Maio de 1926, ou seja, sensivelmente dois anos após a edição do conturbado número dez, *Contemporânea* não abandona o seu projecto iberista, mas fá-lo essencialmente a partir de uma perspectiva teórica em prol de uma política de aproximação ibero-americana, defendida por vários vultos portugueses e brasileiros, como demos conta em páginas anteriores. O acolhimento a autores representativos das modernas letras hispânicas não voltará, pois, a ter lugar até à saída do derradeiro número, em Julho de 1926. Assim, além do já referido “El infierno inocente”, de Eduino de Mora, que se publica no número um, voltamos a presenciar, na edição seguinte, nova colaboração cubana, desta feita do próprio ministro daquele país americano em Lisboa, Antonio Iraizoz, que assina uma longa dissertação acerca da vida e obra do dramaturgo sueco Augusto Strindberg<sup>297</sup>. M. Alvarez Cerón, autor de “Yo lo vi...”<sup>298</sup>, e Ernestina de Champourcin, que se apresenta com o poema “Primaveral”<sup>299</sup>, são os dois representantes desconhecidos da língua espanhola nas páginas do terceiro e último número, em que voltamos a encontrar colaboração do Marquês de Quintanar, com “Soneto apasionado”<sup>300</sup>, aliás também presente na edição anterior com o poema “Elegia”<sup>301</sup>, com dedicatória “a la muerte de Clara d’Éllebeuse”.

Nunca editado, aquele que poderia ter sido o décimo quarto número de *Contemporânea*, preparado com grandes dificuldades por José Pacheco no ano de 1929, inclui, entre as folhas impressas e provas de prelo que restaram da tentativa, um importante discurso, justamente do assíduo embaixador Marquês de Quintanar e

<sup>294</sup> Azagury, Solly, “Metáforas”, in *Contemporânea* nº9, volume III, ed. cit., p.127.

<sup>295</sup> Quintanar, El Marqués de, “El madrigal de las rosas”, in *Contemporânea* nº9, volume III, ed. cit., p. 133.

<sup>296</sup> Frias, José D., “Amaris lex”, in *Contemporânea* nº9, volume III, ed. cit., p. 160.

<sup>297</sup> Iraizoz, Antonio, “Augusto Strindberg – El viaje de Pedro el afortunado”, in *Contemporânea* nº2, III série, Biblioteca Nacional, pp. 61-64.

<sup>298</sup> Cerón, M. Alvarez, “Yo lo vi...”, in *Contemporânea* nº3, III série, Biblioteca Nacional, p.110.

<sup>299</sup> Champourcin, Ernestina de, “Primaveral”, in *Contemporânea* nº3, III série, Biblioteca Nacional, p.130.

<sup>300</sup> Quintanar, El Marqués de, “Soneto apasionado”, in *Contemporânea* nº3, III série, Biblioteca Nacional, p.115.

<sup>301</sup> Idem, “Elegia”, in *Contemporânea* nº2, III série, Biblioteca Nacional, p.86.



proferido num banquete que a revista promovera em seu nome. O texto, a que José Augusto França teve acesso, mas que não consta da edição fac-similada realizada pela Contexto Editora em que se reproduz a documentação desse gorado nº14, demonstra como a nação espanhola e os seus chefes, concretamente o monarca Alfonso XIII e o ditador Primo de Rivera, estariam empenhados numa aproximação peninsular, com as “debidas consecuencias entre los países ultramarinos de nuestra sangre”. Por seu turno, nas palavras inflamadas de Quintanar, que evoca também António Sardinha (“el maestro, el labrador” de “nuestros ideales hispanoamericanistas y lusoamericanistas”), José Pacheco seria o “verdadero caballero andante de los ideales que a todos nos han congregado aqui”, merecendo, por isso, “la gratitud de todos los peninsulares”<sup>302</sup>. Assim, José Pacheco recebe aqui, de forma significativa, tratando-se de um representante oficial do país vizinho, a justa homenagem que lhe coube enquanto principal dinamizador deste vasto e eclético projecto com que pretendeu fazer chegar a modernidade a Portugal, construindo as necessárias pontes para Espanha e para o outro lado do Atlântico.

---

<sup>302</sup> França, José-Augusto, art. cit., s/p.

## CONCLUSÕES

Os anos 20 portugueses representam uma época de grande instabilidade política, social e económica que se intensifica com a intervenção de Portugal na Grande Guerra de 1914-18, norteadas justamente por necessidades de sobrevivência do regime republicano, então com uma década de vida conturbada. Monopolizada, com raras interrupções, pelo Partido Republicano Português (PRP), a governação republicana vinha falhando em toda a linha na sua missão ambiciosa de democratização do liberalismo monárquico e de criação de um novo Portugal, alfabetizado, consciente e livre das amarras do obscurantismo religioso. Contudo, a nação, maioritariamente rural, nunca chegará a converter-se aos ditames do movimento republicano “livre-pensador” e das elites que a ele haviam aderido, às quais passaram apenas a estar reservados os lugares de governo. A sobrevivência política passaria, deste modo, a estar alicerçada na repressão e na contenção de todas as vozes que se opunham à hegemonia do PRP – num espectro que ia da Igreja Católica ao movimento operário, passando pela direita conservadora e pelos monárquicos – bem como na retirada de direitos políticos à maioria da população, impedindo os analfabetos de irem às urnas. Deste modo, só as conspirações e os golpes militares conseguiram fazer ceder a hegemonia dos vulgarmente designados por “democráticos”.

À entrada da segunda década do século XX, já depois de abortada a “República Nova” de Sidónio Pais – que terá sido o primeiro ensaio da ditadura anti-liberal por que muitos ansiavam – e do ambiente de guerra civil que se lhe seguiu, o poder chega às mãos de António Maria da Silva, que assume uma postura moderada e conciliadora, tentado combater, por um lado, a facção esquerdista ou radical do republicanismo, e, por outro, fazendo os possíveis por reconciliar-se com a nação, associando-se às suas forças tradicionais, como a Igreja Católica. Mas o cerco apertava-se, à esquerda e à direita, contra a hegemonia do PRP, que se manteria até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, e em nome de uma salvação nacional que só um governo ditatorial estava à altura de garantir, em consonância também com o ambiente ideológico saído do pós-guerra. As crenças totalitaristas grassavam por toda a Europa: na Rússia, o bolchevismo instalara-se desde 1917; a agitação fascista em Itália acabava de fazer ascender Mussolini ao poder; em Espanha, governava o general Primo de Rivera, grande fonte

inspiradora para os oficiais superiores portugueses com tendências conservadoras e para os jovens militares de direita, fascinados pelas teorias do Integralismo Lusitano.

Neste contexto de anunciado fim da I República, os intelectuais tentam tomar o seu lugar, influenciando a acção governativa. À direita, surge o movimento do Integralismo Lusitano, anti-liberal e defensor de um regime forte e corporativista, assente no poder pessoal do chefe de Estado, que apenas deveria estar limitado pelas liberdades tradicionais e pela moral cristã; à esquerda, com a mesma estratégia de afirmação, a revista *Seara Nova* e respectivo grupo de intelectuais, dispostos a travar a crescente ascendência da direita sobre a juventude estudantil e crentes num povo soberano, que dispensaria a autoridade de um só chefe, se para tal fosse doutrinado. No entanto, ambos criticavam ferozmente o regime implantado em 1910 e os interesses instalados – partidos políticos e oligarquia financeira – estando unidos na causa da nação, ou seja, na busca de uma ideia nacional e de uma finalidade portuguesa.

Ao nacionalismo em voga também não escaparam, na segunda década do século XX, os meios literário e artístico, através dos quais se tentou reabilitar o modo de ser português, num regresso às glórias do passado histórico, aos costumes e vivências rurais, aos elementos identificadores da nação, que se opunha ao cosmopolitismo liberal e às suas sociedades burguesas uniformizadas. Alheias ao meio académico, as letras portuguesas da época encontravam nos cafés do Chiado e nos jornais e revistas literárias, que se expandiram e modernizaram ao longo da década, o seu habitat natural, numa época em que o romance de grande fôlego parecia ter os dias contados. Ansiava-se por publicar, proliferavam as obras breves, mas tudo se fazia um pouco à deriva, mortos ou afastados que estavam os representantes das grandes correntes de tradição, como o realismo ou o simbolismo. Os temas, em consonância com o que referimos atrás, reflectiam a tendência patriótica, com alusão a episódios da história de Portugal ou o recurso a ambiências regionalistas e a tópicos considerados especificamente portugueses.

Mas houve quem ousasse romper com as convenções estéticas e morais então favorecidas, não só pelo regime republicano, como também pelos grupos extremistas de esquerda e de direita que, adeptos do chamado “conceito totalitário da existência”, vinham engrossando o seu número de adeptos no Portugal do pós-guerra. Nas letras ou nas artes, o que os modernistas propunham, inspirados pelas novas estéticas trazidas de Paris, era justamente o pluralismo moral, a ideia de que a vida humana só poderia ser entendida na sua totalidade se analisada sob diferentes perspectivas, à boa maneira

cubista. Para homens como Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, Amadeu de Sousa-Cardoso ou Guilherme de Santa Rita, o futurismo e o seu elogio da máquina, da guerra e do frenetismo urbano, terá sido a primeira porta de entrada para a modernidade, que pressupunha ruptura com o passado – mental, comportamental, artístico. A aventura foi curta, mas deixaria marcas. Inicia-se em 1915, com a revista *Orpheu*, e encerra com *Portugal Futurista*, que não chega a sair da tipografia.

Chegamos assim a *Contemporânea*, cujo primeiro número sai em Março de 1922 e, desde logo, faz adivinhar a missão civilizadora de um projecto cultural mais vasto, concebido, dirigido e desenvolvido pelo arquitecto José Pacheco, também regressado de Paris, também parte integrante do percurso futurista, mas sobretudo empenhado em ver Portugal sintonizado com a Europa civilizada e moderna. Com uma qualidade do ponto de vista gráfico que, ainda hoje, podemos reputar de extraordinária, a revista lisboeta, que terá uma vida invulgarmente longa no contexto do primeiro modernismo português (chega aos 13 números, que atravessam, embora com interrupções, o período que vai de 1922 a 1926), é, numa primeira análise, um fiel documento dos anos 20 portugueses tal como atrás foram descritos, na perspectiva do restrito meio intelectual de então e das suas várias propostas estéticas e de pensamento – entre a tradição e a modernidade, entre o pátrio e o cosmopolita.

Nas suas páginas, longe já do registo radical futurista, assistimos à chama, ainda viva, da disputa que, desde 1921, vinha opondo “novos” e “velhos” em torno do comando da cadavérica e inoperante Sociedade Nacional de Belas Artes, ao mesmo tempo que se repetem os lamentos pelo atraso, intelectual e artístico, em que se achava o país em plena I República, o regime que havia prometido democracia, educação e progresso. *Contemporânea*, que acolhe um vasto leque de colaborações da área nacionalista de direita – de António Sardinha a Carlos Malheiro Dias, passando por Hipólito Raposo ou por Homem-Cristo – é também o palco onde Fernando Pessoa faz a defesa de António Botto, o autor da obra *Canções*, que, em 1923, acabará por ser apreendida e queimada pelo Governo Civil de Lisboa, na sequência da intervenção de um grupo de estudantes universitários, que se opunha, em milícias, à chamada “literatura de Sodoma”, num claro exemplo da nova moral de cariz totalitário.

Numa época em que o movimento pelo “reaportuguesamento” olhava para o Brasil enquanto território privilegiado de afirmação da raça e da cultura portuguesas no mundo, a revista de Pacheco não pode igualmente deixar de celebrar nas suas páginas a travessia aérea transatlântica de Gago Coutinho e Sacadura Cabral – ainda que sob a

perspectiva estrita do progresso científico – seguindo atentamente a posterior visita oficial do Presidente António José de Almeida, por ocasião do primeiro centenário da independência daquele antigo território português, e denunciando as sucessivas falhas da representação nacional na Exposição Internacional do Rio de Janeiro. Por seu turno, tendo-se convertido em cânone para os artistas modernos nesses tempos de fervoroso culto do nacional, os painéis de S. Vicente, atribuídos ao pintor quatrocentista Nuno Gonçalves, também passarão pelas páginas de *Contemporânea*, que, através de um esquema geométrico comprovativo, torna pública a verdadeira disposição do discutido políptico defendida pelos seus colaboradores Almada Negreiros e José de Bragança.

Por último, *Contemporânea* é também reveladora da face moderada que o modernismo passará a mostrar na década de 20, bem visível na coexistência de colaborações literárias, que vão desde os nomes mais relevantes da aventura de *Orpheu* até aos representantes das correntes estéticas de tradição, como o simbolismo, o saudosismo e o nacionalismo.

Contudo, mais do que um barómetro do pulsar interno, *Contemporânea* distingue-se como bandeira de uma orientação política externa no sentido de Espanha e das antigas colónias de raiz ibérica no continente americano, onde a crescente influência anglo-saxónica vinha gerando motivos de receio. Se as pretensões anexionistas de Afonso XIII, alimentadas pela anarquia política que se seguira à instauração da República em Portugal, eram ainda recentes, a verdade é que o “perigo espanhol” começava agora a desvanecer-se com Primo de Rivera no poder em Espanha, permitindo um período de relações cordiais e alguma colaboração económica entre os dois países ibéricos ao longo da década.

*Contemporânea* reabilita, deste modo, as teses iberistas de inspiração liberal do século XIX, mas colocando de lado as soluções políticas de união ibérica então defendidas – federação republicana ou monarquia constitucional ibérica – cujo resultado, como a história demonstrara, havia sido sempre o aprofundar das diferenças, preconceitos e receios. A perspectiva da revista era a do estabelecimento de uma ponte assente no património cultural comum, no sentido de um maior conhecimento mútuo e de um saudável intercâmbio intelectual – como garante também de um maior peso da Península no contexto internacional – na senda de projectos de aproximação defendidos por vários intelectuais ibéricos, como Leopoldo Alas (Clarín), Miguel de Unamuno, Juan Valera, Ángel Ganivet, Menéndez Pelayo, Oliveira Martins e, mais tarde, António Sardinha. Este último chegaria a dar o mote para a cruzada propagandística da revista de

José Pacheco, publicando nas suas páginas “O pan-hispanismo”, artigo em que defende a existência de uma civilização dotada de “unidade moral”, cujo berço é a Península Ibérica, mas que dispensa uma consequente “unidade política”, e cujo rumo natural deveria ser o das pátrias americanas de raiz peninsular, para que aí se encerrasse o círculo cultural e afectivo.

Sendo o território onde se congregam as vozes dos que, por esses anos, apelavam a uma política de aproximação ibero-americana, acolhendo vários textos apologéticos de autores, sobretudo do meio académico e das funções governativas, dos vários pontos do universo ibérico, *Contemporânea* acabará também por transformar-se na primeira revista do primeiro modernismo português a fazer eco da vanguarda literária espanhola, promovendo nas suas páginas o cruzamento dos “novos” de ambos os lados da fronteira, num esforço que daria frutos mesmo à sua margem. É assim que vemos desfilar, entre Junho de 1922 (número dois) e o primeiro semestre de 1924 (número dez), desde nomes próximos mas não determinantes no percurso das vanguardas literárias em Espanha, como Corpus Barga, jornalista correspondente em Paris, e José Francés, escritor e crítico de arte, até ao vanguardista espanhol por excelência, Ramón Gómez de la Serna, e aos poetas ultraístas andaluzes Rogelio Buendía e Adriano del Valle. A presença destes três últimos colaboradores é, aliás, duplamente relevante, já que, além de arautos da nova literatura espanhola, Gómez de la Serna, Buendía e del Valle foram também conhecedores, admiradores e divulgadores do meio literário nacional de então e da obra dos autores modernistas portugueses no seu próprio país.

Se para o criador das *greguerías* o projecto de José Pacheco, com quem estabeleceu relações de amizade, representou, no curto período de três anos em que residiu no Estoril, uma forma de se encontrar com os que lhe eram artisticamente afins em Portugal, à falta das tertúlias no madrileno café Pombo, já para os poetas andaluzes *Contemporânea* terá sido uma importante plataforma de intercâmbio paralelo com os autores modernos do outro lado da fronteira, concretamente com o criador mais genial do primeiro modernismo português, Fernando Pessoa. O diálogo ibérico ultrapassa assim as páginas da revista lisboeta para se estabelecer no plano das relações pessoais, o que se verifica através de uma correspondência breve mas intensa, num total de 20 cartas, escritas entre Agosto de 1923 e Novembro de 1924, e onde encontramos o também ultraísta Isaac del Vando-Villar. Nesse epistolário ficaram registados projectos de tradução e publicação de obras, comentários e conselhos sobre livros e a procura mútua de repercussão no país estrangeiro mais próximo, de que a literatura portuguesa e

o próprio Fernando Pessoa serão os principais beneficiários. É através dessa permuta paralela, habilmente orientada pelo poeta português, que Fernando Pessoa publicará em Espanha pela primeira vez, abrindo caminho para que outros – como Mário de Sá Carneiro e António Botto – o fizessem. Mas também aí se encontra patente, tal como nas páginas da revista, onde o ultraísmo merece apenas duas referências casuais, o desconhecimento dos respectivos caminhos percorridos na busca do “novo”. *Contemporânea*, cujo primeiro número vê a luz do dia já dois meses após a extinção da revista *Ultra*, principal órgão do movimento de vanguarda espanhol afim à aventura de *Orpheu*, protagonizará um momento breve mas determinante no contexto das relações literárias luso-espanholas das primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo que revelador de um total desencontro entre os jovens criadores de ambos os lados da fronteira, que haviam abraçado, isoladamente, em momentos diferentes e com uma capacidade de apropriação também distinta, as novas estéticas europeias.

Importa realçar, por fim, a semelhança do projecto iberista de José Pacheco com o da revista bilingue defendida, anos antes, por Fernando Pessoa num conjunto de textos intitulado “Da Ibéria e do Iberismo”, onde, aliás, encontramos as principais motivações que perpassam o epistolário que depois manteria com os ultraístas espanhóis, ou seja, a ânsia de projecção mundial da língua e cultura portuguesas, elementos centrais do seu sonhado Quinto Império, cujo primeiro passo seria o universo ibérico.

Sabemos que Fernando Pessoa nunca abraçaria a ecléctica *Contemporânea* com o mesmo entusiasmo com que se envolvera no projecto de ruptura de *Orpheu*, mas a publicação de José Pacheco acabou, de algum modo, por personificar o projecto pessoano de uma “aproximação mental entre Portugal e Espanha”. Países que, concluiria, “nenhum conflito de ambições hoje separa, que uma civilização tradicional comum aproxima, e que se encontram mais que nunca ante o problema, comum também, de defender, naquela larga extensão da América, que por ambos foi civilizada e aberta à continuidade do progresso, a tradição civilizacional ibérica contra a incursão disruptiva de conceitos civilizacionais estranhos”<sup>303</sup>.

---

<sup>303</sup> Pessoa, Fernando, “Da Ibéria e do Iberismo”, in *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, ed. cit., pp.189-190.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Passiva

**Alvarez, Eloísa**, “Iberismo, hispanismo y hispanofilia en Portugal en la última década”, in *Revista de História das Ideias*, vol.18,Coimbra, 1996.

**Cameirão, Lurdes**, *Teixeira de Pascoaes e o projecto cultural da “Renascença Portuguesa”* (Instituto Politécnico de Bragança), tese.

**Concha, Victor G. de la**, *Época contemporânea: 1914-1939*, in *Historia y Crítica de la Literatura Española* (vol.7), coordenação de Francisco Rico, Editorial Crítica, Barcelona, 2001.

**Cotrim, João Paulo**, “Almada: A Alma é um Desenho”, in *El Alma de Almada el Impar*, Bedeteca de Lisboa, 2004.

**Delgado, Antonio Sáez**, *Órficos y Ultraístas – Portugal y España en el dialogo de las primeras vanguardias literarias (1915-1925)*, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 1999.

\_\_\_\_\_, “La edad de oro, la época de plata y el esplendor del bronce (1901-1935”, in *RELIPES – Relações Linguísticas entre Portugal e Espanha desde o início do século XIX até à actualidade*, edição das universidades da Beira Interior, Évora e Salamanca, 2007.

**Diego, Gerardo**, “El creacionismo poético y Huidobro”, in Víctor G. de la Concha, op. cit.

**Dios, Ángel Marcos de**, *Escritos de Unamuno sobre Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1985.

**França, José-Augusto**, *Os Anos Vinte em Portugal – Estudo de Factos Sócio-culturais*, Editorial Presença, 1ªedição, Lisboa, 1992.

\_\_\_\_\_, “Contemporânea e os anos 20 portugueses”, in *Contemporânea* nº10, volume IV, edição facsimilada, Contexto Editora, Lisboa, 1984-1992.

**Júdice, Nuno**, “O futurismo em Portugal”, in *Portugal Futurista*, edição facsimilada, Contexto Editora, Lisboa, 1981.

**Juliá, Santos**, “Una monarquía liberal que termina en dictadura militar (1899-1930)”, in *Historia de España*, Colección Austral, Espasa-Calpe, Madrid, 2003.



- Lourenço, António Apolinário**, *O naturalismo na Península Ibérica. Eça de Queiroz e Leopoldo Alas 'Clarín'* (Universidade de Coimbra, 2004), dissertação de doutoramento.
- Martins, Fernando Cabral**, “A cidade mágica portuguesa”, in *Marginálias*, Bedeteca de Lisboa/Assírio & Alvim, Lisboa, 2004.
- Martins, Oliveira**, *História da Civilização Ibérica*, 12ª edição, Guimarães Editores Lisboa, 1994.
- Mascarenhas, Manuela**, “A Questão Ibérica: 1850-1870”, in separata da revista *Bracara Augusta*, tomo XXXIV- fasc.78 (90), Julho-Dezembro de 1980, Braga.
- Molina, César António**, *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, Edições Akal, Madrid, 1990.
- Morejón, Júlío García**, *Unamuno y Portugal*, Gredos, Madrid, 2ªed, 1971.
- Pires, Daniel**, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*, Editora Grifo, Lisboa, 1996.
- \_\_\_\_\_ com António Braz de Oliveira, *Pacheco, Almada e “Contemporânea”*, Centro Nacional de Cultura e Bertrand Editora, Lisboa, 1993.
- Ramos, Rui**, *A Segunda Fundação (1890-1926)* in *História de Portugal* (vol.6), direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, 2001.
- Richmond, Carolyn**, “Una sinfonia portuguesa ramoniana”, in Ramón Gómez de la Serna, *La Quinta de Palmyra* (ed. de C.R), Espasa Calpe, Madrid, 1982.
- Rocamora, José António**, “Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (122), 1993 (3º).
- Rocha, Clara**, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- Rosas, Fernando**, *Portugal Siglo XX (1890-1976) – Pensamiento y acción política*, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 2004.
- Silva, Manuela Parreira da**, *Realidade e ficção – Para uma biografia epistolar de Fernando Pessoa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2003.
- Torre, Hipólito de la**, *Antagonismo y fractura peninsular: España - Portugal 1910-1919*, Espasa-Calpe, Madrid, 1983.
- Vicente, António Pedro**, *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Tribuna da História, Lisboa, 2003.
- Zamora, José Maria Jover**, *Los Comienzos del siglo XX – La población, la economía, la sociedad (1898-1931)*, in *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (XXXVII volume), Espasa-Calpe, Madrid, 1996.

## 2. Activa

**Buendía, Rogelio**, *Lusitania. Viaje por un país romántico*, Editorial Reus, Madrid, 1920, edição facsímile por Editorial Renacimiento, 2003.

**Castro, Eugénio**, Prefácio da primeira edição de *Oaristos*, in *Obras Poéticas*, volume I, Lumen, Lisboa, 1927.

**Correia, Natália**, *Somos todos hispanos*, 2ª edição, Editorial Notícias, Lisboa, 2003.

**Darío, Rubén**, *Los Raros* (Prol. Juan Ramón Jiménez; epíl. Antonio Machado), Libros del Innombrable, Zaragoza, 1999.

**Lourenço, Eduardo**, “A Espanha e nós” in *Nós e a Europa ou as duas razões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 3ª edição, Lisboa, 1990.

**Pascoaes, Teixeira de**, *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, org. Pinharanda Gomes, Assírio & Alvim, 1988.

**Pessoa, Fernando**, “Da Ibéria e do Iberismo”, in *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política* (org. e int. Joel Serrão), Lisboa, Ática, 1980.

**Saramago, José**, prólogo de *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, de César António Molina, Edições Akal, Madrid, 1990.

**Sardinha, António**, *A Aliança Peninsular – Antecedentes & Possibilidades*, prefácio de Gabriel Maura Gamazo, conde de La Mortera, editora Livraria Civilização, Porto, 1924.

**Serna, Ramón Gómez de la**, *Greguerías*, Selección 1910-1960, edição de César Nicolás, Colecção Austral, Editorial Espasa-Calpe, Madrid, 2003.

**Unamuno, Miguel de**, *Por terras de Portugal e da Espanha*, trad. port. de José Bento, Assírio & Alvim, Lisboa, 1989.

\_\_\_\_\_ e **Teixeira de Pascoaes**, *Epistolário Ibérico*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1986.

- *Contemporânea – Grande Revista Mensal*, volumes I-IV (10 números), edição fac-similada, Contexto Editora, Lisboa, 1984-1992.

**Amaro, Carlos**, “Castelos em Hespanha”, nº 10, IV volume, pp. 17-24.

**Azagury, Solly**, “Metáforas”, nº9, volume III, p.127.

- Barga, Corpus**, “Conferencia cubista sobre la esquizofrenia”, nº2, volume I, pp.86-87.
- Barros, Leitão de**, “Carta relativamente aberta sobre a Sociedade Nacional de Belas-Artes”, nº10, volume IV, pp.30-32.
- Bragança, Afonso de**, “Carta a um esteta”, nº1, volume I, pp. 1-3.
- Botto, António**, “Podes levar as rosas que trouxeste”, nº1, volume I, p.37.
- \_\_\_\_\_, “Uma Canção”, nº3, volume I, pp.127-128.
- Buendía, Rogelio**, “Canción de España a Portugal”, nº3, volume I, pp. 115-116.
- \_\_\_\_\_, “Satyrion. Poema inicial”, nº5, volume II, pp. 61-64.
- Campos, Álvaro de**, “Álvaro de Campos escreve à *Contemporânea*”, “Jornal” do nº4, volume II, p.4.
- Cantillo, J.M**, “Confidencia”, nº2, volume I, pp. 81-82.
- Castro, Eugénio de**, “Mais leve que a borboleta”, nº5, volume II, p.44.
- \_\_\_\_\_, “Sombra e Clarão”, nº6, volume II, p.85.
- Ferro, António**, “Carta aberta ao Portugal d’hoje – Ao Portugal de vinte e tantos anos”, nº9, volume III, pp.151-154.
- Francés, José**, “Estampas”, nº3, volume I, pp.145-148.
- Frias, José D.**, “Amaris lex”, nº9, volume III, p. 160.
- Leal, Raul**, “A derrocada da técnica”, nº2, volume I, pp.60-63.
- Lozoya, El Marqués de**, “El monasterio”, nº6, volume II, p.136.
- Maia, Álvaro**, “Literatura de sodoma – O sr. Fernando Pessoa e o ideal estetico em Portugal”, nº4, volume II, pp.31-35.
- Mello, Martinho Nobre de**, “As relações luso-hespanholas – O pan-iberismo”, nº4, II volume, pp.1-6.
- Moita, Luís**, “Palavras ouvidas a um hespanhol sobre o possivel acordo economico com a Espanha”, nº5, volume II, pp. 2-4.
- Mora, Eduino de**, “La sensación del momento – El alma romántica de Portugal – La unión ibérica”, nº4, volume II, pp.15-16.
- Mouta, Oliveira**, “Nós e a Espanha”, nº4, volume II, s/p (Jornal).
- \_\_\_\_\_, “Ainda sobre Vasquez Diaz”, nº5, volume II, p.2.
- Negreiros, Almada**, “Histoire du Portugal par coeur”, nº1, volume I, pp. 25-35.
- \_\_\_\_\_, “O menino d’olhos de gigante”, nº3, volume I, p.150.
- Pascoes, Teixeira de**, “Cântico”, nº6, volume II, pp.122-123.

**Pérez, Rogério Garcia**, “Discurso no banquete da *Contemporânea*”, nº7, III volume, pp. 4-5.

**Pessoa, Fernando**, “O Banqueiro Anarchista”, nº1, volume I, pp. 5-21.

\_\_\_\_\_, “Carta ao Author de ‘Sáchá’”, nº8, volume III, pp.93-95.

\_\_\_\_\_, “Antonio Botto e o ideal eshetico em Portugal”, nº3, volume I, pp. 121-126.

**Quintanar, El Marqués de**, “La imperatriz Isabel de Portugal mujer de Carlos V”, nº7, volume III, p.12.

\_\_\_\_\_, “El madrigal de las rosas”, nº9, volume III, p.133.

**Sardinha, António**, “O pan-hispanismo”, nº2, volume I, pp.49-51.

\_\_\_\_\_, “Soneto de Ávila”, nº3, volume I, p.132.

\_\_\_\_\_, “Gesta da Raça”, nº6, volume II, pp.133-135.

**Serna, Ramón Gómez de la**, “Nuevo muestrario – verano 1922”, nº3, volume I, pp. 133-135.

\_\_\_\_\_, “Discurso no banquete da *Contemporânea*”, nº7, volume III, pp. 1-3.

\_\_\_\_\_, “El ente plástico”, nº8, volume III, pp. 54-55.

**Soares, Celestino**, “A Universidade Nova”, nº5, volume II, pp. 37-43.

**Soto, Antonio Rey**, “Nocturno frente al mar”, nº 8, volume III, pp. 60-61.

\_\_\_\_\_, “Epitalamio supremo”, nº9, volume III, p.120.

**Ruzo, Daniel**, “El indio libre”, nº3, volume I, pp.119-120.

**Valle, Adriano del**, “Haikais”, nº4, volume II, p.25.

\_\_\_\_\_, “Isaac del Vando-Villar en siete colores”, nº10, volume IV, pp. 14-15.

- *Contemporânea*, III série, Biblioteca Nacional (RES. 3431 V; F. 6780).

**Azevedo, Noé de**, “A união ibero-americana – Tendências e necessidades sociológicas”, nº1, pp.13-22.

**Cerón, M. Alvarez**, “Yo lo vi...”, nº3, p.110.

**Champourcin, Ernestina de**, “Primaverál”, nº3, p.130.

**Iraizoz, Antonio**, “Augusto Strindberg – El viaje de Pedro el afortunado”, nº2, pp. 61-64.

**Mora, Eduino de**, “El infierno inocente”, nº1, pp. 25-29.

**Quintanar, El Marqués de**, “Soneto apasionado”, nº3, p.115.

\_\_\_\_\_, “Elegia”, nº2, p.86.

**Soares, Celestino**, “Breve comentário à política ibero-americana”, nº1, pp.1-10.

\_\_\_\_\_, “Os primeiros”, nº2, pp.53-54.

**Vampré, Spencer**, “Aproximação ibero-americana – O que deve o Brasil fazer para completar a sua independência”, nº2, pp. 56-59, 80-81.

- ***Contemporânea* (1º suplemento)**, edição fac-simile in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, *Pacheko*, *Almada* e “*Contemporânea*”, Centro Nacional de Cultura e Bertrand Editora, Lisboa, 1993.

**Esaguy, Augusto de**, “Ramón Gómez de la Serna (Ensaio)”, pp. 6-7.

- ***Contemporânea* (número espécimen)**, edição fac-simile in Daniel Pires com António Braz de Oliveira, *Pacheko*, *Almada* e “*Contemporânea*”, Centro Nacional de Cultura e Bertrand Editora, Lisboa, 1993.

- ***Portugal Futurista***, edição fac-similada, Contexto Editora, Lisboa, 1981.

**Negreiros, José de Almada**, com Ruy Coelho e José Pacheko, “Os Bailados Russos em Lisboa”, s/p.

**ANEXOS**





O Director da CONTEMPORANEA  
propoz em assembléa geral da Sociedade  
Nacional de Bellas Artes, realisada em  
16 do corrente, a fundação da SOCIE-  
DADE DOS AMIGOS DA ESPANHA

Propoz tambem socio honorario  
S. Ex.<sup>a</sup> o sr. Conde de Romano-  
nes, presidente da Sociedade dos  
Amigos de Portugal

Pela Sociedade dos Amigos de Espanha!  
Pela Sociedade dos Amigos de Portugal!  
Por Portugal! Pela Espanha!



# Conferencia





# O PAN-HISPANISMO

## POR

# ANTONIO SARDINHA

---

E

a 12 de outubro que passa a comemoração da descoberta da América pelas caravelas de Colombo. Já a Espanha consagrou esse dia como o «dia da Raça», — como o dia da festa da sua civilização. Evidentemente que «raça» se não toma aqui num restricto significado ético. Enche-se antes dum amplo sentido cultural e historico em que Portugal e o Brasil cabem perfeitamente, sem ofensa aos seus velhos pergaminhos nacionalistas.

Na verdade, desde que a Espanha, solenizando o 12 de outubro, procura restaurar a antiga lareira espiritual em que se aqueceram e tomaram o ser os semeadores de tantos povos de além do Atlantico e que do outro lado do mar a grandem adre ibérica encontra éco prolongado e caloroso, eu pergunto porque motivo, brasileiros e portugueses, não hão-de corresponder ao mesmo sentimento, incorporando-se com entusiasmo na caravana que de dia para dia vai engrossando?

Um equivoco secular, que hoje já mal resiste ao exame da intelligencia, vincou um longo e doloroso divorcio entre as duas prestigiosas patrias da Peninsula. No entanto, se escutarmos bem as vozes profundas da nossa tradição, logo veremos que as lutas de Portugal com Castela são lutas de familia, que em familia sempre se resolveram. Filha de portuguesa e como tal descendente do mestre de Avis e do Santo Condestabre, Isabel-a-Católica venceu em Toro seu primo Afonso V, que, por sua vez, descendia de D. Juan I, — o monarca derrotado em Aljubarrota. Eis uma circumstancia que vale como um simbolo, porque parece ditar-nos a regra de conducta



em que Portugal necessita de inspirar o conceito das suas relações com Espanha.

Houve — e ninguém o contesta — parentesis de luto e de sangue a cavarem separações que não deveriam deixar mais vestígios que os duma proveitosa experiencia. Mas, por sobre eles, dominadora como as verdades que por si próprias se impõem, resplandece a unidade moral duma civilização que, tendo na Península o seu berço original, é obra comum de espanhoes e de portuguezes.

O engano foi supor-se que essa «unidade moral» exigia uma consequente «unidade política», quando desde as indicações de geografia ás indicações da historia, naturalmente a Península se mostrava conformada para a co-existencia de dois Estados, — um, Portugal, aberto ás influencias do mar, o outro, Castela, como Estado mais territorial que maritimo, reservado, por conseguinte, para a conquista da hegemonia continental. De resto, é o que sucede na época de mais fastígio para ambas as nacionalidades, com Carlos V e Felipe II dum lado, dispondo quasi da sorte da Europa e com D. Manuel I e D. João III no pequeno canto lusitano, fundando com o poder-naval aquele admiravel imperio de que os *Lusiadas* são a resonancia eterna. «Durante este periodo, que é o de maior prosperidade e grandesa dos povos peninsulares, — escreve o malogrado Moniz Barreto —, a consciencia da força propria suprime desconfiança e temores, e a identidade de aspirações e sentimentos cimenta as bases duma aliança em que compartilhamos com a Espanha a hegemonia no Mediterraneo ocidental e nos dois Oceanos».

Mas a lembrança de tão glorioso paralelismo não conseguiu evitar que espanhoes e portuguezes viessem a conhecer a decadencia e o esquecimento, quando tiveram verdadeiramente nas suas mãos os destinos do mundo inteiro. Ora inventariarei aqui o longo rosario de desgraças e humilhações que tanto para portuguezes, como para espanhoes, tem representado o seu criminoso desentendimento. Mutilada, dividida, a historia da Península tornou-se como o lenço da Veronica a sangrenta effigie da nossa alma — applicando uma imagem inolvidavel de Moniz Barreto. — E, todavia, pela sua posição excepcional, senhora do Estreito que devia ser e terraço lançado sobre as aguas do Atlantico ao encontro da América, que missão não assinalou Deus á Península; se nós a quizessemos e a soubessemos cumprir!

Pois a hora presente é-nos, como nunca propicia! «Na opinião geral, — escrevia ha já bastantes anos o general Rodrigues de Quijano —, só Espanha e Portugal pelos seus precedentes e indole especial de raça, podem chegar a ser o verdadeiro laço de união entre a Europa, a America e a Africa...» Em sucintas palavras, se condensa todo o futuro das duas patrias peninsulares, se olhando para a frente com coragem e iniciativa, nos resolvermos a executar tão belo programa de acção, para o qual, antes de tudo se estabelece como primeiro passo, a necessária aproximação de



Portugal e Espanha. Assim, o desacreditado *iberismo*, de evidente marca maçónica e revolucionaria, será vencido pelo *peninsularismo* cujas raízes na geografia e na historia, exigem logo de entrada, como condição prévia, que a tolerancia politica e económica dos dois Estados da Península seja integralmente respeitada.

Mas o *peninsularismo* não é senão a jornada inicial! Na margem oposta do Oceano—do Oceano que nós tornámos algum dia como *mare nostrum*, num perfeito lago familiar—, outras patrias existem que falam a nossa lingua e que não ficam insensíveis ao nosso apelo. O *pan-hispanismo* nos surge daqui, como conclusão lógica, constituído por dois elementos estruturales, — o *espanholismo* e o *lusitanismo* « *Voz clamorosa de la sangre, contra el pan-americanismo,* » — foi como definiu o *pan-hispanismo* o ano passado, por ocasião da *Festa de Raça*, no seu formoso discurso do *Teatro Real* de Madrid o conde de la Montera, D. Gabriel Maura Gamajo, acrescentando em seguida que « *los pueblos que no se agrupen en organizaciones más amplias que la sociedad nacional, sucumbirán bajo el imperialismo* ».

Suponho suficientemente enunciadas as razões que nos levam a nós, portugueses, a não permanecer indiferentes perante o significado actualissimo do *pan-hispanismo*. Prefaciando o estudo recente de Marius André sobre colonização espanhola na America, o proprio Charles Maurras acaba de reconhecer sem vacilações a sua extraordinaria importancia. E o Brasil, que não esqueceu por certo os avisos de Eduardo Prado no seu livro *A ilusão americana*, não vae abdicar das suas justas ambições de poderio e desenvolvimento, que só na liga das nacionalidades hispanicas acharão garantia solida e perfeita. Lancemo-nos, por isso, á vanguarda d'uma civilização que é nossa e que hoje diríamos sonambula, como que vivendo as formas mumificadas do tempo que já não volta. O que é essencialissimo é que os povos, de derivação peninsular, readquiram a consciencia da sua finalidade superior e que o exemplo parta da Península,—sua casa paterna e solar venerando. E por muito que o problema se nos afigure emaranhado e difficil, é em cada um de nós que a sua solução reside. « *Las naciones de origen hispánico,* — observa novamente o conde de la Montera —, *se decidirán tal vez muy pronto a buscar en la unión efusiva y fraternal con las demás hijas de la madre común, la fuerza misma que las outras les ofrecen, mediante artificiosas combinaciones diplomaticas ó económicas* ». Prepare-se Portugal, pela sua parte, reorganizando-se como nação forte e estreitando cada vez mais os vinculos da sua amizade com a Espanha, nossa irmã, e com o Brasil, nosso filho primogenito. E como numa primavera nunca vista, a flôr do internacionalismo hispânico abrirá as suas pétalas de maravilha, ressuscitando a manhã longinqua em que a America se revelou em toda a sua magnifica adolescencia, aos pilotos de Christóvam Colombo e á marujada de Pedro Alvares Cabral!

ANTONIO SARDINHA.





Contemporanea



# **Canción de España a Portugal**



**Verde navio, Portugal fraterno,  
amarrado al costado de mis muelles,  
¿quieres venir a la aventura lírica  
de ir a buscar Amor? Hermanas ¿quieres?**

**Tú y yo anduvimos en remotos tiempos  
dando a otros pueblos sangre efervescente,  
hablas de nuestros hijos arrojados,  
de los pechos maternos, blanca leche.**

**Ven conmigo a decirles a esos hijos  
que dejamos en Indias y no vuelven,  
que en nosotros está la cepa augusta  
de cuyas uvas ellos vino beber.**

**Despleguemos las velas de los barcos,  
despega el flanco de mis muelles;  
lanza la voz de la mañana nueva,  
para ser grandes y perennes.**



# **CONTEM PORANEA**

# **4**

**grande  
revista  
mensal**

# Contemporanea

ANO 1.º

Revista feita expressamente  
... para gente civilizada ...

JORNAL  
1922

VOLUME 2.º

Revista feita expressamente  
... para civilizar gente ...

## NÓS E A ESPANHA

Oçam! — não é preciso aplicar muito o ouvido para ouvir — é voz corrente que estamos vendidos á Espanha. Vieram do Porto e de Coimbra amigos nossos pedindo para modificar esta atitude. Que fomos ludibriados, nós, e um dos principais jornais de Portugal. Que embora sinceros, auxiliámos o jogo duma entidade anónima que pretende ganhar.

Mas venham factos, provas, argumentos; indícios quanto mais não seja! Se diante dum público defendemos desasombradamente uma situação, venham ante esse mesmo público dizer que errámos e porquê. E' necessário provar a sem-razão duma atitude, quando essa atitude é, como a nossa, demonstrada por intenções honradas e raciocínio claro.

Falem alto! Sejam sinceros! Brutalmente sinceros! Admiravelmente sinceros! E' necessário saber se esses que nos acusam, não serão iludidos por traficantes a quem a nossa atitude prejudica. E' necessário vêr se para lá da grande montanha de ganância estão azas negras á espera. Se a artilharia da Flandres gritou alto pelo valor duma raça, não sabia que preparava banquete para corvos!

Olhemos para nós com um pouco mais de brio e de amor proprio! Mãos que se fecham sobre punhos de espada não se podem abrir para

colhêr uma esmola! Não precisamos mendigar! A silhueta da raça ainda se desenha nitida sobre as cinco partes do mundo! Se aos caixeiros do norte inspira cubiça, deve também



Rodin  
Desenho

ainda inspirar respeito.

Não percamos tempo a louvar o passado. Basta que o conciliemos com as exigências duma sociedade moderna, contraindo allanças que melhor convenham. Recorra-se á defeza e permuta de interesses, e fóra com esta atitude passiva ante o Império do Oiro! Olhos que se abriram para conquistar horizon-

tes não se podem fechar ante o poderio de ninguém!

Mais inteligência e mais sinceridade! Esfarrapem de vez o papão de Castela, porque a Espanha de hoje, se por um erro político pensasse em invadir-nos, não pensava decerto em dominar-nos.

Corpos de gigantes projectam sombras de igual tamanho!

Senhores da política:  
— Aos seus logares!

O. M.

## A Exposição

A Exposição Internacional do Rio de Janeiro, foi para Portugal o que não foi para qualquer outro paiz: motivo de honra e de situação dominante. Essa grande nação que é hoje o Brazil, apesar de sofrer certa influencia dos erros da má politica latina, abriu rasgadamente para a vida moderna janelas amplas que a tornaram admirável como edificio de estado. Representando as descobertas portuguezas na America e a colonização consequente, origem da sua

própria raça, o Brazil dispensando a Portugal uma consideração e carinho aparte, disse bem alto ao mundo o respeito pela sua tradição, conservada aqui, no ocidente da Europa. A representação de Portugal significava não poder faltar o pai na festa do seu filho maior.

Sobre a forma como esta representação se effectuou, é que ha muito



# AS RELAÇÕES LUSO-HESPA NHOLAS

## O PAN-IBE RISMO

**A**NDA copiosamente vertido na imprensa o problema das relações luso-hespanholas. E tenho visto enunciar-lo quer sob o ponto de vista das vantagens que a Portugal adviriam do estreitamento dessas relações com a nação vizinha e vice-versa, quer como base de um mais vasto entendimento internacional, uma especie de bloco federativo, moral e economico, das nações da lingua hispanica e portugueza.

Por este modo a questão desdobra-se e biparte-se espontaneamente em dois diversos aspectos, convindo olhar cada qual a uma luz propria e adequada. Trata-se não mais que de um tratado commercial, um simples entendimento, pratico e bilateralmente util, entre Hespanha e Portugal? Ou pretende-se, numa visão mais lata, lançar as bases de um vastissimo systhema de *entente* luso-hispano-americana, neste ultimo termo comprehendendo-se, está bem de ver, as republicas da America do Sul?

### I

A mentira ibérica está desfeita. Ao contrario, em trabalhos de recente data, entre que é justo nomear a *Questão Iberica*, serie de notaveis conferencias promovidas em 1914 na *Liga Naval* pelos melhores valores do Integralismo Lusitano, refez-se com energia a afirmação solemne da individualidade de Portugal em face da individualidade de Castella. Depoimentos de não menor peso e não menos recentes, por banda de hespanhoes, a que se juntou a auctoridade official como a *Reseña geografica e estatistica de España*, consolidaram a doutrina separatista, scientificamente posta desde 75 por Elisée Réclus. O facto essencial, hoje communmente reconhecido, é a continentalidade bem característica da Hespanha macissa e pezada contrapondo-se á insularidade de Portugal, esta engendrada pelo phenomeno phisico-moral do Oceanismo e consolidada pelo nosso sistema hydro-orografico que nos fixou fronteiras naturaes, completou a desintegração do territorio da Ibéria central, e deu-nos enfim uma configuração racial e politica tão autónoma como a tópica. *La partie vivante, active, du grand corps ibérique s'est élancée hors de la lourde masse de l'Espagne trop lente à la suivre dans son mouvement.* (E. Réclus).

### I



A união iberica é assim um problema morto. O que fica? Fica a possibilidade de um arranjo economico entre as duas nações da Península, ambas igualmente ciosas da sua independencia mas consciãs, a um tempo, da commum necessidade de uma politica de entendimentos e aproximações, util a ambas as partes. O ponto está em se fixar quais devem de ser os limites, de um pacto luso-hispanico. Que extensão poderá abraçar um tratado de commercio entre as duas nações ibericas? eis a pergunta em que se resume um problema bem mais complexo do que ali se imagina. Não pode o entendimento estribar-se no criterio da diferença convergente de modos de ser económicos pois que justamente a produção agricola é, nos dois paises, similar. Não, muito menos, numa franca e livre união aduaneira que a semelhança dos productos pareceria ao primeiro lance de vista aconselhar, visto que Portugal, mercê de causas internas de ordem varia, e mormente depois da guerra, se encontra numa situação de grande inferioridade em face da Hespanha. As panellas do apólogo, lembremo-lo a tempo, não diferiam senão em que uma era de barro e de cobre a outra. Já em 1914, escrevia Pequito Rebelo (*Aspectos economicos*)... *é manifesta a inconveniência para Portugal de uma união iberica, mesmo aduaneira, sob o ponto de vista agricola; a abolição das aduanas, estabelecendo a livre concorrência entre industrias de diferentes taxas de salario, de capital e de renda da terra, arruinaria muitas mas principalmente em Portugal; e assim o vinho hespanhol arruinaria o nosso vinho, o seu azeite o nosso azeite, os seus cereais a nossa lavoura.*

Pôr assim o problema equivaleria de resto a resuscitar, sob o aspecto economico e financeiro, o condemnado iberismo ou mais claramente: a nossa absorção pacifica. Certo, antes da guerra, era ainda licito conjecturar que esta absorção, quando possivel, seria forçosamente longa, lenta e difficil, dado que a nação visinha não estava aparelhada para uma vasta acção de imperialismo financeiro. Mas ninguém ignora hoje que a guerra trouxe à Hespanha o fortalecimento prestigioso da sua moeda, a libertação total dos capitães estrangeiros que lhe minavam e ruíam a economia e fazenda, emfim a valorisação prodigiosa das suas riquezas naturaes; e, em consequencia de tudo isto, uma ansia insoffrida, logica e legítima, de expansão alem fronteiras, a qual, tendo principiado desde logo a denunciar-se pela necessidade urgente de um estreitamento com as Republicas da Plata, se alarga e distende já ao Brasil, sendo prematuro conjecturar-se onde ella encontrará os seus justos limites.

Os homens de boa fé e de boa vontade não podem ter illusões a esse respeito: um entendimento commercial entre o nosso paiz e a Hespanha repugnar-lhes-ha quando o seu espirito seja outro que o do tratado de 1893. Quer dizer: a solidariedade economica luso-hispanica ha que ser forçosamente parcial, ou seja: mais ou menos limitada ás especialidades que esse tratado abrangia, e essencialmente contratual ou seja: exclusivamente destinada a proteger e harmonisar interesses bilaterais, numa reciprocidade amistosa de troca. Terá que levar-se ainda em linha de conta, segundo o pensamento de Anselmo Vieira, que já depois de 1893 outro campo surgiu no qual pode firmar-se e robustecer-se aquela solidariedade: o dos productos coloniaes, visto como, tendo com efeito a Hespanha perdido em 99 a quasi totalidade das suas colonias, facilmente poderia admitir como mercadorias francas os productos coloniaes de uma nação com a qual aspira a viver nos melhores termos. O ilustre secretario geral da Camara Oficial do Commercio de Madrid, D. José Maria Gonzalez, ainda recentemente expunha, numa entrevista concedida ao jornal «O Seculo», pontos de vista que não distanciavam dos presentemente formulados, não se esquecendo de indicar entre as nossas mercadorias que muito interessam ao seu paiz os nossos productos coloniaes. Semelhantemente, na campa-



nha movida em Madrid nestes ultimos tempos pelo sr. Ruggeroni em prol de um tratado luso-hespanhol, o ponto de vista dos productos coloniaes era insistentemente vertido e agitado. Portanto a questão é conhecida de ambas as partes.

Ora, se num arranjo commercial, a troco de facilidades de entrada por nossa parte para a lã hespanhola, o gado suino e mesmo outros artigos como o gesso, a cal, pyrites de ferro, cobre, latão, aparelhos de telégrafo, maquinaria etc., o governo de Madrid estiver por seu lado resolvido a facilitar-nos a collocação do nosso gado exportavel, das nossas madeiras, aves, couros, pelles por curtir, peixe fresco, ovos, cera animal, etc., alem de considerar mercadorias francas os nossos productos coloniaes, ter-se-ha feito quasi tudo—em materia de accordos commerciaes—entre os dois povos da Peninsula.

Mas, mesmo para isto, que é tão exiguo, quantas difficuldades se avolumam que é preciso vencer! Ha a magna questão da pesca, em que parece não querer-mos nunca entender-nos, sem que seja por culpa nossa. E ha, digamo-lo com toda a sinceridade, outra que tende infelizmente a acentuar-se mercê do recente accordo franco-hespanhol e da imprevidência da nossa diplomacia: a da concorrência fatal que, nos mercados francezes, começaram já directamente a mover-nos os productos hespanhoes.

E' força reconhecer, apesar e antes de tudo, que a Hespanha está consagrando-nos dia a dia as maximas provas de affecto, direi mesmo fraternaes. Ora, como é que estas correntes affectivas ficam na imprensa «para portuguez ver», mas não transbordam de vez para o campo commercial? Assim, como é que ainda se está por obter que o governo de Madrid expontaneamente retifique, com relação a Portugal, o restabelecimento dos coeficientes compensadores que haviam sido estatuidos por decreto de 3 de Junho de 1921 e applicaveis ás procedencias dos paizes de moeda depreciada, obrigando-os a uma sobretaxa aduaneira equivalente á diferença entre o cambio effectivo e a paridade monetaria a 100? Certo, a Real Ordem de 29 de Maio ultimo, ao reeditar semelhante medida, declarava seu fim exclusivo defender as produções hespanholas do *dumping* estrangeiro. Do portuguez? seria ridiculo pensa-lo. Mas nenhuma excepção foi, em todo o caso, emmitida quanto a Portugal e, apesar de todas as declarações amistosas, a verdade é que o nosso paiz ficou então numa situação sensivelmente igual á da Alemanha e quasi á da Austria, o que é pouco menos de deprimente. Isto pode ver-se pelos calculos da propria *L'Espagne économique et financière* (29 de Junho) de onde se infere que, logo em seguida á Real Ordem sobredita, a sobretaxa aduaneira de Junho foi para a França de 32, 32 %, para a Alemanha de 78 1/2 %, para a Austria de 79, 99 %, para Portugal de 72/64. Ora, se assim foi quando ainda a moeda portugueza não estava tão depreciada como hoje, e se lembrarmos que a medida em questão nem já tem applicação á França (desde a assignatura da nova convenção commercial) facil é concluir em que situação de inferioridade, de excepção, de hostilidade mesmo, se encontram actualmente as nossas mercadorias exportadas para a nação vizinha.

Porque permanece um tal estado de coisas? Tratar-se-ha de uma represalia para, no momento proprio, se exigirem habilmente certas concessões dificeis em troca da sua annulação definitiva? Compete ao governo de Madrid provar que não.

Por outro lado, como deixei avizado, a recente convenção franco-hespanhola, e aqui sobretudo por culpa da nossa imprevidencia, vem e está já resultando em nossa perda. Segundo ella, alem das mercadorias hespanholas, como a fruta, os legumes e as sardinhas, terem obtido o beneficio da taxa minima em França, ficam tendo livre entrada os licorosos, beneficiando mesmo de uma redução de 2,6 a 2,06 do coeficiente da majoração applicavel aos direitos aduaneiros. E uma tal



convenção firmava-se justamente quando a França estava ferindo de uma iníqua restrição de entrada os nossos vinhos, limitando-lhes a importação a 5000 hectolitros por anno e mesmo estes sujeitos ao flagello dos *permis* de tão triste memoria entre nós! E' bem possivel que, por estes tempos mais chegados, mau grado a boa vontade que tem manifestado segundo me informam o illustre ministro de França M. Bonin e apezar das boas intenções que seriam de deprehender das palavras de alguns homens publicos francezes, nenhum tratado se venha a negociar que melhore a situação dos nossos productos nos mercados de França. Taes são as difficuldades — para um simples tratado de commercio entre dois povos que veem de lutar fraternalmente contra o inimigo commum! <sup>(1)</sup>

Entretanto, a livre importação terá proporcionado aos licorosos hespanhoes a conquista exclusiva do mercado francez, contra o que estão protestando, feridos nos seus interesses os viticultores italianos, mas contra o que, nós outros, permanecemos de braços cruzados. O Xerez e o Malaga brevemente farão esquecer o Porto e o Madeira que estavam encontrando em França, sobretudo depois da guerra, excellente collocação.

O mais extranho é que é justamente nestas tristes condições internacionaes, que eu não afflora senão de leve, que parece haver um *mot d'ordre*, o de se conclamar *una voce* que estamos nas melhores relações com a Hespanha! Nas melhores relações sim, se isto significa que nenhum tratado commercial é entre nós necessario, se para isso basta que a Hespanha nos applique sobretaxas aduaneiras de paiz inimigo sem o mais leve arrufo da nossa parte, se ella pode concorrer triumphalmente contra os nossos productos sem nada fazermos para remediar uma tal situação e se, finalmente, podem os pescadores hespanhoes continuar a assistir sorridentes, ao desmazelo com que estamos fiscalizando as nossas costas e aguas permittindo aos seus barcos pescar quasi livremente nellas e que, pelo contrario, sejam os nossos violenta e atrabiliariamente arrestados quando se arriscam a ir pescar a 12 milhas das costas da nação vizinha, quando não nas nossas proprias aguas territoriaes!

O que está pois resaltando á vista, contra todas as illusorias declamações dos poderes publicos e da imprensa, é que a nossa situação internacional com relação á Hespanha precisa remodelada desde a raiz.

São manifestas as minhas sympathias por este paiz. Tenho-as de resto tornado publicas em todas as oportunidades. Mas, por isso mesmo, arrôgo-me o direito de fallar como bom portuguez e de, sem desdoiro para essa nação, apontar á opinião publica alguns dos delicados problemas que emmergem das relações entre Portugal e Hespanha, e sem cuja solução, a beneficio das duas partes, de nada valerá a propaganda entusiastica que vimos todos fazendo, de ha tempos a esta parte, pelo estreitamento dos laços de mútua sympathia entre os dois povos irmãos, pelo desenvolvimento do seu intercambio intellectual e, emfim, pela definitiva consolidação, entre elles, de uma boa e sã vizinhança.

Não! não são amigos de Hespanha mas simples pretendentes a condecorações os que lhe não fallam esta linguagem clara e nobre, fracos ou ignorantes os

(1) As difficuldades não desapareceram depois da prorrogação por mais tres mēzes do *modus vivendi* de 30 de Janeiro, nem creio que deixem de subsistir após as alterações que o governo portuguez venha a introduzir na lei da protecção da nossa marinha mercante, a qual, diga-se de passagem, não obistou a um augmento de entrada de navios estrangeiros no porto de Lisboa, como reconhece o Sr. Ministro de França. (Procès verbal de la seéance du Conseil de la Chambre du Commerce française, 21 Avril 1922).



que preferem deixar no esquecimento os maximos problemas atraz ennunciados, cuja importancia resalta do que ahi fica dito, sem os pormenores que a indole desta Revista não me consente, mas com a clareza e sinceridade, que excluem todos os veos e subterfugios.

## II

Outra face do problema é a comparticipação de Portugal e Hespanha numa vasta communitade de ideas e de interesses com as nações latinas da America. E eis o que se me afigura inviavel, senão chimerico, antes de um entendimento completo e previo entre Portugal e o Brazil: isto, dando de barato que tudo estava feito entre nós e a Hespanha, o que está muito longe de ser uma realidade, como acabamos de ver. Nem, para um tão vasto plano, bastam as boas palavras de certos dirigentes da opinião. Antes de tudo, e para pôr desde já a questão no campo das realidades, seria preciso que, logo de seguida à guerra, nenhum fio se tivesse deixado tresmalhar dessa complexa rêde, em vista a entretece-la com uma continuidade de que os nossos actuaes politicos são evidentemente incapazes. Ora, justamente aquillo que poderia representar a base de todo o futuro de Portugal, no ponto de vista do Brazil, desperdiçou-se e desacreditou-se com uma inconsciencia que toca as fronteiras da criminalidade nata. Sahiu Portugal da guerra dotado de uma importantissima frota mercante. O que havia a fazer era o que já se encontrava apontado e delineado nas propostas de lei de Teixeira de Souza e Schroeter: promover, sem perda de tempo, a constituição de uma poderosa companhia de navegação para o Brasil em concorrência com as companhias estrangeiras congêneres, à qual o Estado prestaria todo o auxilio e protecção, indo até a subvenciona-la sem rebuço como teem feito a Inglaterra e a Alemanha. Não esqueçamos que a Suissa, neste momento, não desdenha subvencionar os seus hoteis que ella considera uma das fontes de riqueza do paiz.

Não se tem cançado de repetir Anselmo de Andrade que é mister fomentar-mos o nosso desenvolvimento maritimo. Paiz dotado de condições geograficas excepçionais, milagrosamente suspenso à borda do Atlantico que é a razão primaria da sua independencia, hoje o apeadeiro natural do Novo Mundo e possuidor ainda de um vasto imperio colonial, Portugal soffre humilhanamente que as suas mercadorias andem transportadas por pavilhões estrangeiros e que para cima de 40.000 dos seus nacionaes atravessem annualmente o Oceano a caminho das terras de Santa Cruz em navios extranhos, quando o seu pensamento constante deveria de consistir em nacionalisar a todo o transe os fretes, fazendo entrar nos seus cofres os rendimentos da navegação. E justamente quando uma ocasião unica se nos propicia por milagre, os governos deixam escapar criminosamente das nossas mãos aquillo que, de qualquer maneira, poderia vir a ser uma compensação para os pezados sacrificios soffridos com a guerra. Em vez de se aproveitarem os navios ex-alemaes, como seria justo esperar, dentro de um vasto plano de protecção às mercadorias portuguezas em concorrência com as estrangeiras, evitando-se por outro lado essa formidavel drainagem de oiro que representam os fretes pagos aos pavilhões estrangeiros para os portos do Brazil; em vez de se procurar, com um tal trunfo nas mãos, proteger a exportação dos artigos portuguezes, artigos que de resto a Hespanha e a Italia produzem como nós e podem ser escambados com produtos brasileiros quando esses paises confiram a estes favores pautaes que Portugal não lhes pode offerecer sem detrimento dos produtos similares das suas colonias; não só se esbanjaram inutilmente mais de 80.000 contos numa administração vergonhosa mas — ai de nós — desacreditou-se por completo o pavilhão portuguez, de tanto



modo que será agora mister um trabalho de gigante para .. se voltar ao ponto de partida.

Ao heroico esforço das nossas antigas dynastias promovendo sabiamente o fomento naval de que resultaram as descobertas e a lucta mercantil sobre os mares em que Portugal levou Veneza de vencida, sendo hoje unanime a historia em constatar que á nossa actividade portentosa deveu a sua definitiva ruina essa formidavel República patricia que então dominava o mundo, (Charles Diehl, Venize) corresponderam os actuaes governantes como uma politica democratica de navegação cujos resultados estão ahi bem patentés.

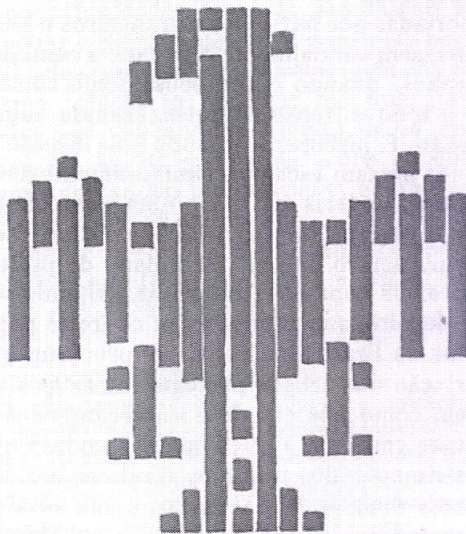
Como é que, em face de um semelhante desastre que retumba no exterior como um dobre a finados, podemos agora aspirar a occupar um lugar de honra em qualquer conjunção de forças e de interesses que estejam destinados a vir a representar, no concerto das nações, a Hespanha engrandecida e as prosperrimas Republicas do Brasil e da Plata?

Pois é justamente neste momento, em que a nossa desordem no interior corre parrelhas com o desprestigio no estrangeiro, que muitos ousam empreender um movimento de opinião em vista a criar-se um novo circulo de influencias internacional, o bloco federativo das nações de lingua hispanico-portugueza!

Só as nações poderosas, aureoladas de prestigio, podem promover systhemas de alianças e criar circulos de influencia no conceito mundial. Poude-o a Inglaterra com relação á Europa e não creio que, para a proteção dos nossos interesses, tenhamos vantagens em deslocar-nos para a orbita politica de qualquer outra potencia europea. Pode-lo-ha porventura o Brazil com relação á America, quando chegar a sua hora. Más, não ande o carro adeante dos bois. Esperemos que, do outro lado do Atlantico, nos estenda a mão o Brasil. Até lá, muito temos que fazer: arrumemos primeiro a nossa casa que anda disso bem precisada.

MARTINHO NOBRE DE MELLO

Antigo Ministro  
Prof. de Sciencias Politicas da  
Faculdade de Direito de Lisboa





# LA SENSACIÓN DEL MOMENTO EL ALMA ROMÁNTICA DE PORTUGAL LA UNION IBÉRICA

---

«O seu rumo era a luz, seu piloto era Deus!»  
GUERRA JUNQUEIRO

**B**AJO la luminosa floración que triunfa sobre el cóncavo misterio nocharniago, la magia tierna y melancólica de un fado, rompiendo con su armonía exquisita la serena armonía del silencio, vibra en una estrecha calleja de Coimbra, la durmiente, que, cobijada por las sombras augustas de la Rainha Santa e Inês de Castro, tiene el doble prestigio y la doble liturgia de la Fè y del Amor, penetra hondo en el corazón y retrotráe la imaginación a los tiempos en que habian ilusiones porque luchar.

Nada mas gráfico, mas expresivo que el fado. El canto nacional portugués, que habla de saudades y anhelos no colmados, es el alma—alma triste—de Lusitania; el alma vieja de este pueblo moriscamente fatalista y enamorado del Amor, de lenguaje rítmico y suave, de hermosos lirismos anacrónicos, de gestos hidalgos y atrevidos heroísmos, donde palpita, escondido entre sus campos amenos y escarpadas costas, al rigor de la fulva clarinada de un sol africano, el último estertor del romanticismo ibérico, ese romanticismo que tantos dias de glória dió al mundo; ese romanticismo que, impulsado por el ideal excelso de la Cruz, fué con Colón, Pizarro y Cortés, Vasco da Gama, Magalhães y Cabral, al descubrimiento de nuevas tierras y rutas nuevas a través del abracadabra de lo ignoto, a realizar la magna epopeya de los siglos que hoy tiene el brillo apoteósico en nuestra vigorosa y progresiva América <sup>(1)</sup>.

(1) Existe en Europa, — y España y Portugal no han podido sustraerse a su influencia. — el vicio de costumbre de llamar América por antonomasia a uno de los pueblos anglosajones de allende el Atlántico. América es un continente en el que se asientan veinte y cuatro países de personalidad política perfectamente definida. Americanos somos todos los nacidos en América, como europeos son todos los nacidos en Europa. Si los ingleses, los franceses o los alemanes tuvieran la absurda soberbia de disputarse únicos europeos, ¿que dirían los otros pueblos vecinos? Nosotros, los iberos-americanos, que jamás aceptaremos ningún tutelaje, que para ello conquistamos con nuestra sangre la libertad, protestamos de esa injusticia, mas lamentable y dolorosa en España y Portugal, *pioneers* de la conquista, que finje un olvido del pretérito o una fria indiferencia por los que rinden culto a su origen y conservan el idioma, usos y costumbres de sus progenitores. — E. de M.



Portugal no olvida que en el radioso pasado sus hombres e sus carabelas, llevando «por rumbo la luz, por piloto Dios», tejieron en las mallas del Coraje las sublimes lusiadas; em Portugal se sigue componiendo versos como aquellos de Garrett, [Castilho y Herculano, que eran cálidos himnos al epicismo de una raza de gigantes argonautas; en Coimbra se ven todavía negras siluetas de estudiantes envueltos en amplias capas que, con sus guitarras enlazadas, viven en la inconsutil Tradición; en las medioevales ruas de angustiosas encrucijadas que el merífico livor de la luna neva, se oye aún música evocadora, hecha de esos sollozos del alma que es la saudade; el Brazil recibe como ofrenda en el centenario de su liberación, tierras portuguesas dentro de un sarcófago en forma de corazón, pedazos del corazón de un pueblo que supo colorar con su sangre, noble y generosa, las páginas de la História.

El alma lusa, en la góndola de nácar y oro de su fado, cruza magestuosa sobre la plateada transparência del cielo...

A pesar de los estrechos vínculos forjados por la Naturaleza, España y Portugal, que parece se sonríen cariciosas, han permanecido vueltas de espaldas, en absoluto divorcio espiritual. España, encerrada en la torre de marfil de su soberbia ancestral, nunca quiso saber que junto a ella alienta un cuerpo hermano, y Portugal, viendo siempre en el castellano el enemigo secular de su independencia, echó por encima de la Península un puente de unión con otras naciones de distintas características e sentimientos.

Pero estos dos pueblos que tan aparejadamente hicieron su gallarda galopada por los abruptos montes de la Aventura, pueden llegar a comprenderse y amarse, no formando una única entidad política, como algunos ilusos quieren, olvidados de que ambos han tenido, tienen y tendrán, propios derroteros internacionales, sino en unión racial, sin ningún otro nexo; el mismo ideal flotante de comunión anímica de España con sus veinte y dos hijas americanas que en un futuro, no lejano tal vez, será una linda realidad azul.

Y así, con Portugal imperio colonial y Brazil, completa la gran familia ibérica, podríanse realizar elevadas aspiraciones reivindicativas que duermen en un empolvado rincón del cerebro de la Raza...

Mont' Estoril y Septiembre de 1922.

**Eduino de Mora**

attaché à la Legation de Cuba

---

## NO PROXIMO NUMERO:

Colaboração de

ALVARO DE CAMPOS, AQUILINO RIBEIRO.

CARLOS BABO, CORRÊA DA COSTA,

EDUARDO PIMENTA e MANUEL RIBEIRO

---





contemporanea



O BANQUETE DA "CONTEMPORANEA"

---

DISCURSO  
DE  
RAMON  
GOMEZ DE LA SERNA

---

**M**IS queridos amigos y compañeros: hace seis años que vengo sigilosamente á Portugal y me oculto para trabajar en sus rincones serenos desde los que tambien vengo a ver en perspectiva España.

La primera vez que despues de los años de incognito asisto a un acto publico ha sido esta noche. He estado esperando en seis años á que se celebrase la primera fiesta de mi escuela, el primer homenaje á los mios.

Yo no sabia donde estava Garret — lo digo en voz alta aunque se indigne el hotelero — pero como guiado por mi deseo de asistir al homenaje á nuestro admirado Pacheco, di con el y adquiri mi derecho de asistencia.

Con todo esto no quiero mas que haceros presente mi desinterés y mi fidelidad, pues siendo como sois de una amabilidad y una generosidad extraordinaria, aunque he publicado articulos y hasta libros en que ensalcé á Portugal, me sustraje siempre á vuestros festejos.

Solo al principio, á mi llegada á Portugal, um grupo de seis me festejó en un viejo restaurant del que he olvidado el nombre. Eran los seis nuevos que habia entonces en Lisboa, entre ellos aun desconocido el gran Antonio Ferro...

*(Se promueve una ovacion en honor del ausente amigo de todos.)*

Yo esperaba esta noche, yo que he luchado por el arte arbitrario y personal, yo que he sido el primero que tiró una piedra a un ojo de la luna,





yo que no pude encontrar a un solo amigo a quien hacer confidente de mi fé nueva. ; Que diferentes son los tiempos !

Por eso encuentro toda la alegría de esta noche y no quiero con esto traeros um veterano e avejentar así el arte nuevo, sino que quiero merecer el honor de que me escuchéis y estribo mis derechos.

El gran José Pacheco merece esta homenaje porque siendo arquitecto ha construido algo de más difícil y hipotetico que una obra de piedra, una revista moderna em que el espíritu se distribuye admirablemente y que es como perfecta flor arquitectonica.

José Pacheco ha logrado que su revista pueda estar al lado de las revistas ultra-modernas y hasta se podia decir que lleva á su compañía una cosa que falta en las outras: Salud.

Pero lo que ha hecho de más maravilloso *Contemporanea* y su director su hallazgo, su apostacion al movimiento moderno del arte, su misturacion original ha sido el unir el cubismo al rusticismo, el cerrar el circulo, el que de nuevo la cabeza se muerda la cola.

Lo inaudito de *Contemporanea* es que ha promovido la union de lo rustico y de lo ultramoderno y de la pintoresca privanza del espíritu nacional á la más audaz de las novedades. Lo *portugués* que es este movimiento moderno de *Contemporanea* y lo que ha debido chocar en el resto de Europa.

Se poderia decir que con este injerto vital habeis reverdecido el arte de Europa, uniendo á las formulas modernas esa savia profunda.

Asoman en nuestras concepciones la palmera y el mar, elementos de lo que estan alejadas las grandes capitales del Arte. Habeis aprovechado para dar aire al arte nuevo lo que os ofrece nada menos que el gran Oceano.

Ese fondo de rusticidad terrestre y maritima que tam arraigado está en Portugal y que vale como haber llevado a supremo termino una civilizacion, pues es rusticidad de antigua progenie y de depurada continuidad, ha sido vuestro gran acierto el infiltrarlo en el arte nuevo. Sin perder ese fondo huesudo de grandes aldeanos que hay siempre em vosotros, habeis sabido creer en lo nuevo. Esa será vuestra suerte y eso ha ocasionado nuestra sorpresa y nuestra admiracion !

Por eso yo agradezco tanto el envio mensual de *Contemporanea* que llega a mi como envuelta en uno de sus hermosos pañuelos portugueses cuyos nudos desato y esparzo por la habitacion las paginas de la revista desencuadernada, como estan desencuadernados los montones heterogeneos de flores, telas exoticas, conchas, arracadas, brincos de filigrana, etc.

Esparzo las hojas de vuestra gran revista por todas las mesas y consolas, pero como cuando el brazado de rosas es excesivo, despues de llenar todos los bucaros y los jarrones, aun quedan flores sin agua en las bandejas.

¡Magnanimo Pacheco !

Pero lo que me ha sorprendido al entrar en Lisboa esta ultima vez, lo que no sabem los que reciben la revista, lo que tambien tengo que agradecer como transeunto y peregrino, es el anuncio que empapela las grandes

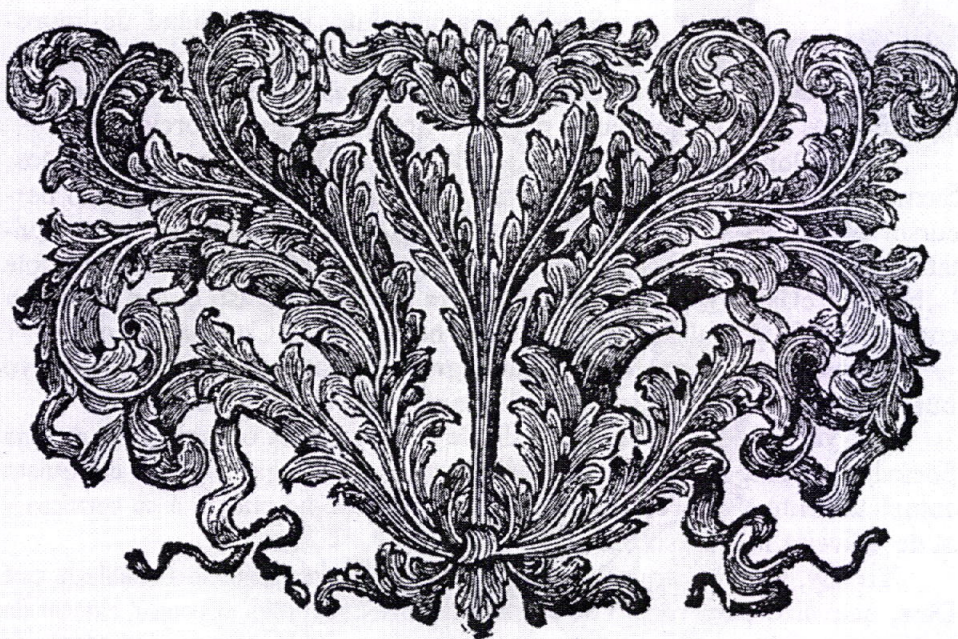


tapias muestras de Lisboa con un papel nacional por decirlo así, pues me ha recordado esos admirables bolsones que llevan vuestros aldeanos y en los que se reúnen en un ajedrezado ideal, los recortes de las telas más bellas de color, telas de las que solo quedan ese retal para nostalgia eterna.

El extranjero que ha tenido que sufrir durante tantos viajes á Lisboa el ver llenas las paredes de los anuncios de *bolachas*, *conservas* y *oleos*, pegados en series repetidos como en ningún lado del mundo igual que sucede en las cartas que necesitan demasiado franqueo, ha respirado al fin.

Por todo esto, mi homenaje y mi felicitación admirado Pacheco. Podeis tener la satisfacción de que con vuestra revista habeis hecho más por el nombre de Portugal que un año de su historia cuando es solo la de un pueblo en paz que hace su vida cotidiana, monótona y rutinaria de siempre.

He dicho.





# DISCURSO DE ROGERIO GARCÍA PÉREZ

---

**S** EÑORES: Voy leer en castellano pues estando presentes, Don Daniel Vazquez Diaz, pintor clásico del siglo veinte, y Don Ramón Gomez de la Serna, sumo sacerdote de la sagrada cripta de Pombo, España està en mayoría.

Escribi por absoluta imposibilidad de improvisar y por miedo a decir ideas dispensables y olvidar indispensables ideas. Estes ambientes son peligrosísimos para la elocuencia nacional, abusiva y desproporcionada.

Señor Don José Pacheco: Yo a Vd. lo conozco hace unos quince años. Siempre tengo presente una portada que Vd. dibujó para el querido percursor Mario de Sá Carneiro. Admiré sus modernísimos trabajos de arquitecto y sigo admirando su labor infatigable por descalzarnos la intraducible — bota de elástico — de la que tiró fuerte cuando del caso de los nuevos y consiguió alfin descalzar la bota con su hermosísima Contemporanea.

Otros Señores hablaran del valor gráfico y total de su bella revista, yo buscaré cantar la acogida que en ella le mereció el iberismo

Vd. ya me tenía seducido y desde su idea de la organizacion de una Sociedad correspondiente á la de Amigos de Portugal, Vd. me conquistó completamente y la prueba es que en seguida me he puesto á su servicio y al de Oliveira Mouta, su condetasble.

Yo soy, lo mismo que Vd., partidario de la aproximacion señalada por Dios, que hizo para regalo de Portugueses y Españoles el mejor rincon de la tierra y a lo que queda de mundo lo hizo solo por darnos el gusto de descubrirlo. (El pintor Vasquez Diaz: olé y Maria Santísima!).

La aproximacion con el pueblo de quien no nos separan fronteras naturales ya está hecha geográfica y étnicamente. Con respetar las indicaciones de Dios, está todo hecho y en hacerlo vá el agradecimiento al Sumo Hacedor por sus beneficios.



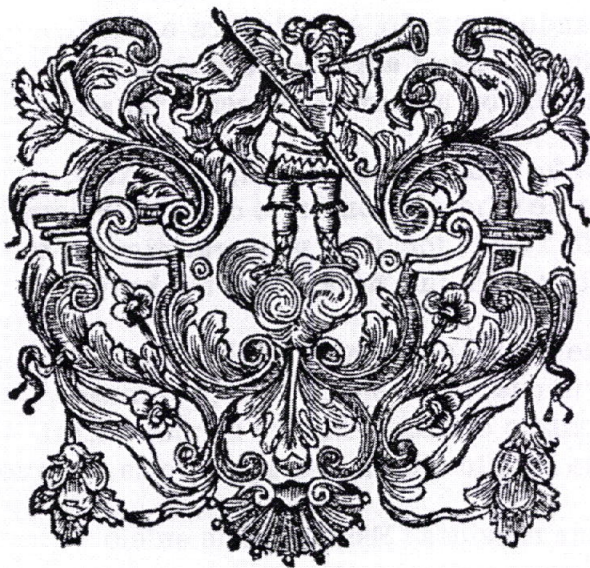
Paisanos nuestros, que van á Paris sin detenerse en España, contrarian estas naturales simpatias com amenazas.

Que se expliquem com puebras y yo modificaré mi ideas pues debo afirmar que soy Portugués y tan Portugués que no admito, ni en hipótese, la posibilidad de anexaciones venidas de España que ya experimentó nuestra anciania indomable de independencian y hoy respeta nuestra secular nacionalidad. Fuera de este equivoco todo manifesta existir en España un buen deseo de explicables entendimientos que en Portugal van teniendo écos. Nuestros profesores y nuestros estudiantes han merecido en Madrid cariñosa acogida y no se diga que este buen deseo está solo en los politicos y en los intelectuales.

Yo subí al paraíso del Teatro Español á ver el pueblo aplaudir nuestros fados, arábes, lo mismo que el cante jondo. Españoles y Portugueses echámos el aguila franceza cuando Europa estaba bajo su zarpa.

Portugueses y Españoles estamos cerca en la misma Peninsula de Sol. En cambio los ingleses estan lejos, en una isla de humo que, dijo Heine, no la traga el mar por no tener que devolverla.

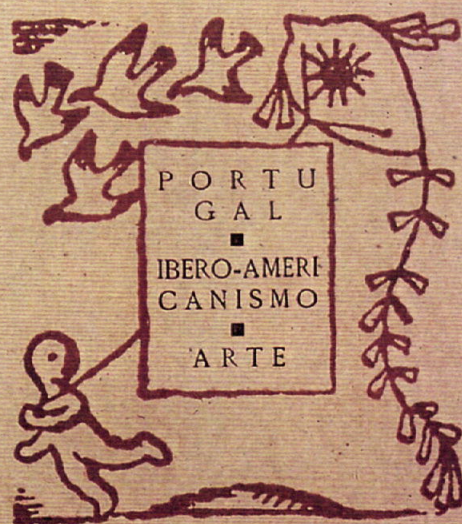
Termino levantando mi copa por las Sociedades, Amigos de Portugal y Amigos de España.





1926

# CONTEMPORANEA



3.<sup>A</sup> SERIE  
N.º 1

Maio de 1926



# BREVE COMEN- TÁRIO À POLÍ- TICA ÍBERO AMERICANA

---



STAMOS assistindo á formação de um bloco de nações, das pequenas nações que têm desempenhado na resistência contra o panamericanismo, contra a estendida teoria de Monroë, uma efficacissima opposição civilizadora. Mantem-se assim inabsorvíveis pela América do Norte as qualidades estruturais dos povos do Centro e do Sul, temperando os benefícios da formidável realização yankee com as condições naturais dos povos ibéricos, e, conseguindo resistir na língua, nas tradições, nas tendências espirituais, no vigor, na expressão política, presta-se um altíssimo serviço á evolução da humanidade (1).

Esse serviço, que é o maior título de glória da ocupação portuguesa e espanhola das Américas e que frequentemente se aponta, nos países do Norte, como um traço de inferioridade das regiões iberizadas ou

latinas, é o problema fundamental dum civilizado, pois só o é aquele que, ocupando pela primeira vez terras de nível humano inferior, emprega todos os seus esforços no sentido de transformar o indígena, para poder um dia coloca-lo no mesmo plano com as mais prósperas nações.

Na verdade, quando no século de quinhentos se revelou ao mundo o mundo novo, eram as riquezas naturais do vastíssimo continente representadas em toda a sua extensão pelos minérios, dos quais o ouro tomava o primeiro lugar; pelos índios, seus autóctones; pelos búfalos, ao norte, e pelos cavalos, ao sul. Correram os tempos, e hoje outro é o aspecto natural do território colômbino.

Ao norte, estabeleceu-se a hegemonia dos povos de origem nórdica e aí se atingiu, com a chamada civilização americana, o maior progresso das sciências mecânicas e o correlativo conforto social. Mas, das riquezas naturais primitivas, temos as minas de ouro esvaçadas, os búfalos reduzidos a raros exemplares de zoocultura e de parques de recreio e o elemento humano indígena, extenuado e perseguido de tal sorte, que o próprio governo se viu obrigado a reservar-lhe territórios onde, tal como nos viveiros de animais, se con-



servam por curiosidade histórica, quasi por especulação, algumas famílias que vivem da exhibição dos seus costumes selváticos e primitivos.

Em contraste impressionante, ao sul, em todas as regiões em que se exerceu a hegemonia ibérica, encontram-se ainda fartas riquezas minerais, já alvo da cobiça imperialista do norte, fez-se do cavalo a opulenta fortuna dos pampas, e civilizou-se, de facto, o indígena, não só perfilhando os mestiços, como educando, tratando e elevando os naturais, no mesmo grau da civilização dos conquistadores. E assim, onde uns, por transacção comercial, adquiriram soberania, fizeram extermínio e estacionaram a evolução dos sobreviventes, por luxuosa demonstração científica e amarga ironia, os outros, com a luta nobre e sentido superior, educaram, protegeram e levantaram até às mais altas funções públicas os habitantes americanos que encontraram na era das descobertas (2).

Este mesmo facto é considerado pelos homens do norte como desprezível e inferior, porque, no seu indestrutível e cego preconceito de raça, confundem a alta evolução da humanidade com o prolongado domínio do seu etnos.

E confundindo o progresso mecânico e o bem estar da riqueza e da simplicidade das suas modelares instituições sociais, com os benefícios da civilização profunda e realmente progressiva, olham com desprezo para os povos do sul, não aceitam como prova de vigor colectivo e de efervescência natural as suas lutas políticas, riem-se soberanamente dos seus homens de estado, dos seus generais revolucionários, e apontam com desdém os mestiços, como que querendo higiénicamente afastar-se do contágio de tal sugidade.

Por um dogma muito particular, feito à sombra da proposição de Monroe, vão intervindo, vão-se insinuando, tanto quanto o bom senso o permite e tanto quanto a atenção dos homens do Sul, presa pelos problemas internos, lho consente; não perdendo uma oportunidade para provar o seu belo e generoso conceito: a América para os americanos, *sim*, mas para os americanos do Norte.

Recordo aqui a série de factos concretos, da história diplomática, coordenados por Eduardo Prado, que constituiu o escandaloso volume apreendido pelas autoridades brasileiras, a instigação dos agentes yankees, em duas horas, nos primeiros tempos após a queda do Império (3).

Dizia eu, que assistimos à formação de um bloco de pequenas nações americanas, tendo à sua frente vigorosas e jovens potências, como o Brasil e a Argentina, e constituído sob o patronato de facto espanhol e *honoris causa* português. Os destinos desse bloco na política internacional estão bem marcados. A sua acção civilizadora, que apontei, é o melhor testemunho histórico da força formidável e indómita que o impele.

O mesmo papel nos está reservado, aos portugueses, e se vai cumprindo, no continente negro, em opposição às tentativas de hegemonia total da parte dos dominadores de origem nórdica (4).

O bloco iberoamericano não é, pois, como vulgarmente se supõe, uma força sentimental. É um agregado político que está realizando uma obra de saneamento humano, uma barreira étnica que se contrapõe a uma corrente étnica, e há-de ser, mercê da evolução natural dentro da qual se constroem todos os esforços superiores, uma realidade política com todas as características intrínsecas e extrínsecas das fortes correntes da civilização.

A qualidade privativa do homem público está em prever a successão dos acontecimentos, pelo estudo da história e dos elementos de que dispõe. Com tal intuito se vem realizando esta obra de homens públicos que é a obra da política iberoamericana, exagerada no cartaz do paniberismo, e justamente concebida, em medidas concretas, pelo orientador prudente, que tem sabido ser, a Espanha (5).

Mas outro facto nos compelle para a defesa comum, logo para a aliança: a cobiça que se agita sobre os nossos domínios territoriais, portugueses e sul-americanos, e a interferência, que se deseja, nos nossos negócios de estado. Hecolho, entre os muitos factos conhecidos, um que, nem por menos vulgarizado deixa de ser típico.



Em 1911, publicou-se na Alemanha um livro que foi, por assim dizer, o código do pangermanismo, livro que teve ampla tiragem e que apregoou, em várias línguas, as ambições e necessidades do povo alemão — *por uma Alemanha Maior* (6). Dêle recorto os seguintes períodos:

«Na América Meridional e Central encontra-se um grande número de Estados livres, nos quais o homem é tudo, menos livre. Na costa ocidental e no sul, reina a língua espanhola; a este, o português. Estes Estados constituíram-se no começo do século passado, quando da decadência das possessões espanholas e portuguesas, porque já então estes dois povos se tinham mostrado incapazes de governar um país de além-mar. Mas daí não resultou nenhum bem para os seus habitantes, porque nem eles próprios estão em estado de se governar. De resto, a situação destes países raramente foi peor do que é hoje. Um déspota procura suplantar outro; daí revoluções contínuas e guerras sangrentas, que não aproveitam senão a um parvenu ávido de glória e de riquezas, e devoram o bem-estar dum povo oprimido e mantido na ignorância. O fim destes soberanos não é olhar pelo bem do povo, mas premir o país para dele tirarem o maior número de milhões possível, milhões que colocam em seguro no estrangeiro, aguardando a banca róta que se seguirá infalivelmente, mais tarde ou mais cedo. Este estado de coisas lembra muito a Ásia Menor turca e a Mesopotâmia».

«A América Central e Meridional contrasta com a América Setentrional anglo-saxónia. Nesta, os indígenas quasi que desapareceram, ao passo que naquelas os índios são em tão grande número que os brancos desaparecem quasi na sua massa. No Paraguai e no Perú, por exemplo, não constituem estes mais do que 14 % da população. No Equador, esta percentagem desce a 7 e na Colômbia, mesmo a 6. O resto da população compõe-se, aproximadamente e em proporção igual, de mestiços e de gente de cor, índios ou negros. Não é, portanto, nada de espantoso que o caracter geral do povo deixe enormemente a desejar, pois que alia o espirito contemplativo, e a repugnância pelo trabalho, dos latinos à velhacaria e crueldade dos índios da América do Sul.....»

«Os espanhóis e os portugueses não possuem, na realidade, senão as regiões costeiras e alguns vales fluviaes. Dada a fertilidade da terra, é muito para desejar, no interesse da civilização, que esta vasta região seja colocada sob a direcção económica dum povo europeu enérgico. Os brancos indígenas desaparecerão completamente, se a corrente de imigração tomar, durante cinquenta annos sómente, a importância daquela que se dirigiu para os Estados Unidos, durante o século XIX».

«Os estabelecimentos alemães do Brasil meridional e do Uruguai formam a única clareira nêsse quadro sombrio da civilização sul americana. Ai residem 500.000 alemães, e é de esperar que pela reorganização da América do Sul, quando os povos mestiços de índios e de latinos tenham desaparecido, a imensa bacia do Prata, com as costas que a ela se ligam pelo oeste, pelo este e pelo sul, se torne território alemão. Os alemães estabelecidos nas florestas do Brasil meridional têm todos — como os Boers do Sul da Africa — em média de doze a quinze filhos, de modo que, por este acréscimo natural, está já assegurada a região. Nestas condições, não é um verdadeiro milagre que o povo alemão não tenha, já há muito, decidido apossar-se deste território?.....»

«Na India não há um quarto de milhão de Ingleses, e elles governam um império de 300 milhões de habitantes. Não há um milhão de Ingleses em toda a Africa do Sul, e elles não descansaram emquanto não foi destruida a independência dos Estados boers.....»

«Não falei dos acontecimentos da Africa do Sul senão para concluir — pensando no nosso futuro na América do Sul — que para a população das repúblicas herdeiras dos Espanhóis e dos Portuguezes, será abençoada a queda em poder dos Alemães.....»

«O problema de hoje, para a Alemanha, é passar de potência europeia a potência mundial..... A politica sentimental é uma tolice. Sonhos humanitários, estupidez. A partilha de beneficios deve começar pelos compatriotas. A justiça e a injustiça são noções que apenas se tornam necessárias na vida civil. O povo alemão tem sempre razão, porque é o povo alemão e porque conta 87 milhões de nacionais, etc., etc.....»

São estas considerações acompanhadas dum mapa, que representa para o autor a América do Sul em 1950, que aqui reproduzo.



Este delírio patriótico não é só loucura que a guerra tenha curado. Os factos em que elle assenta são dignos de attenção e subsistem. Substitua-se, a ância de dominio soberano, por penetração; adapte-se, a exaltação bélica do autor às boas maneiras da Alemanha vencida; considere-se que, ainda hoje, como então, para os alemães, *«o problema é passar de potência europeia a potência mundial»*, depois de resolvida a crise interna; note-se a popularidade que têm entre os governantes do mundo a teoria dos povos inferiores, dos déspotas, dos mestiços, do contemplativismo latino, e todas as outras de que se colhe no texto alemão copiosa prova; atenda-se, principalmente, à prolifacção alemã depois da guerra e à forma porque se conduzem os seus emigrantes e os seus emigrados — e medir-se-á o perigo actual e o valor do aviso que constituiu a *«weltpolitik»*, de que transcrevi um autorizado documento. De um lado, as inevitaveis necessidades de expansão territorial alemã, cada vez mais vivas e mais urgentes, que revestem neste momento uma importância gravíssima e que noutro lugar amplamente tratarei; do outro, as colónias livres da Alemanha no território ibérico da Africa e da América, colónias que não são constituídas apenas por trabalhadores braçais, pois que estes vão sempre acompanhados de investigadores e técnicos, mais ou menos disfarçados; os quaes não raro publicam monografias de suas especialidades, sabendo sempre tornar bem cabida a prova de que a administração dos legítimos soberanos não satisfaz os interesses da Humanidade, nem os dos próprios povos, que preferiam a governação alemã (7).

E' certo que não se referiu o autor alemão àquella degenerescencia etnográfica caracterizada por Desmoulin, segundo a qual, ao passo que o emigrante anglo-saxão se mantém inteiramente ligado à mãe-patria, o teutão se deixa absorver pelo meio em que se estabelece e passa, ao cabo de duas ou três gerações, a não ter com a Europa sequer ligações tradicionais. Mas esta degenerescencia não impede a actividade politica daquelles que ainda estão presos à terra que lhes foi berço, nem a orientação superior da politica do Reich.

Tiremos d'esse estudo perfeitissimo a vaga consolação de que onde não puderam aquelles que mais podiam, os imperialistas norte-americanos, não poderão os outros, os imperialistas germânicos. Sem esquecer contudo que as ameaças são constantes e recentes — já em plena paz — e que é de consequências inevitaveis e agitadas a expansão alemã, tão natural e imperiosa como as cheias dum rio, cujas aguas progressivamente creascem. Lembremo-nos sobretudo de que tais ambições foram tidas como realidades indubitaveis para os meados do século que corre.

Por duas razões fundamentais a politica internacional dos povos ibéricos tem de girar sobre um eixo comum: primeiro, porque assim o exige a marcha natural da civilização; segundo, porque a isso urgentemente a compele a situação politica creada com a guerra, as ambições vitais dos outros povos, a mudança a que assistimos das hegemonias do mundo contemporâneo.

Não adormecemos com os cânticos embaladores da paz romântica, entoados em mal disfarçado tom bélico. Não confiemos exclusivamente na novíssima e admiravel orientação da Comunidade das Nações, sobretudo emquanto aí não pesarmos como bloco. uno; temos de há pouco mais de dez annos, a prova de quanto valem as disposições beneméritas dos povos e dos seus agentes.

Por toda a parte se vive, dentro dos moldes calmos da boa harmonia, a agitação convulsiva do desespero e do rancor. Ajudemos com uma das mãos a paz universal e guardemos com a outra todos os elementos seguros da defesa individual. Só assim teremos aberto e franco o nosso legítimo caminho.

A politica internacional portugueza tem de enveredar decididamente por este campo. Só os simples de espirito, ignorantes das realidades, e inconscientes da força orgânica que constitui a nossa nacionalidade, levantam em volta do iberoamericanismo uma atmosfera de tôlas suspeições. O perigo não está em aceitar essa corrente, mas justamente em nos



alhearmos dela, não tomando aquela posição directriz, que pela razão histórica, pela influência natural e pela posição económica que nos dão as colónias, ninguém nos contesta, mas que não mostrámos ainda querer ocupar (8).

Em Espanha, onde há serviços perfeitos de organização cultural, pôs-se logo o problema no lugar próprio: secundou-se a iniciativa particular, promovendo-se a manifestação iberoamericana que se há-de realizar na capital andaluza em 1927, e com ela se criou um instituto de orientação mental, o *Colegio Mayor Hispano-Americano de Sevilla*.

Paralelamente, em Portugal, não se passa de inútil retórica. Artigos empolados de jornal, frases vazias de homens públicos, só servem para sufocar a atividade honesta e a visão clara dos estudiosos. O caminho das realizações concretas é outro (9).

Pretendi, com este breve comentário, realçar características eminentes do problema dominante da política internacional iberoamericana. Para lugar mais próprio reserve soluções práticas, esperando em que delas se aperceba o público, por actos que não por palavras (10). O reaparecimento da *Contemporanea*, e a orientação que vai seguir, já é obra digna de consideração, sendo oportuno lembrar que foi ela quem encetou, no campo das letras, e por forma ponderável, a apresentação, lado a lado, dos intelectuais do mundo ibérico.

CELESTINO SOARES

### NOTA PRIMEIRA

C. F. NORTON DE MATOS, *Discurso* proferido no banquete que lhe foi oferecido, em Lisboa, no Palácio do Município, na noite de 24 de Novembro de 1922. O General Norton de Matos, ao tempo em que proferiu este notável discurso, era Alto Comissário em Angola e, dada a sua posição durante a guerra, a sua actual situação de Embaixador de Portugal em Londres e a sua sempre ponderada e documentada opinião, constitui o seu parecer um testemunho imprescindível.

### NOTA SEGUNDA

O meu amigo Sr. Don MARIANO J. LORENTE, espanhol de nascimento e argentino de educação, que reside na cidade de Swampscott, perto de Boston, Estado de Massachusetts, e que tem illustrado o seu nome com a tradução para inglês de várias obras primas da literatura portuguesa e espanhola, entre ellas, algumas das «Novelas Ejemplares», de Cervantes, e «Canaán», de Graça Aranha, realizou na Biblioteca Pública da cidade de Lynn, do mesmo Estado, uma notável conferência subordinada ao título *Who are the south americans?*

Aí, versando sobretudo o caracter de imperialismo comercial dos Estados Unidos e as condições em que se desenvolveu a ocupação das Américas, deu particular relevo a este mesmo aspecto flagrantíssimo.

### NOTA TERCEIRA

A intervenção, de que constitui impressionante libelo o livro de EDUARDO PRADO, *A ilusão americana*, não cessou no último quartel do século XIX, nem neste que vai correndo. Antes, tendo-se acentuado, com o aumento dos recursos norte-americanos e com a sua posição na política mundial, o seu imperialismo económico, aquilo que não passava, por vezes, de intriga local ou de negócios de chancelaria, veio a ser uma base política fundamental. São de todos os dias as provas, que vão desde a obrigatoriedade do ensino da língua castelhana, nas «high schools», até aos grandes empréstimos e tutelas impostas a povos da América Espanhola.

### NOTA QUARTA

C. F. NORTON DE MATOS, op. cit.

### NOTA QUINTA

NOS princípios de 22, num artigo em *El Defensor*, de Huelva, artigo transcrito depois na revista parisiense *L'Italie Illustrée* e na *Ora Nuova*, de Roma, o Dr. COELHO DE CARVALHO, então Cônsul de Portugal em Huelva, preconizou a necessidade imediata da formação do bloco iberoamericano. Aquele tomou origem a feição de política internacional que teve a Festa da Raça, desse ano de 22, em Huelva.

Até então, duas correntes distintas e independentes de coligação entre os povos de origem peninsular se tinham acentuado, com caracter, por vezes, oficial: de um lado, a política hispano-americana, do outro, a luso-brasileira.

Nesta última, para só me referir à metrópole portuguesa, marcaram lugar brilhante o Dr. JOÃO DE BARROS, que, nos dois volumes da *Atlantida*, da sua direcção, defendeu com entusiasmo e persistência as suas doutrinas, Carlos MALHEIRO DIAS, com aquele lustimento que dá a todos os problemas de que se ocupa, fundando no Brasil um semanário, e a Senhora Dona Ana de CASTRO OSÓRIO, com a sua valiosa obra seccular e de propaganda.

Fazendo aqui a devida referência a essa dedicada actividade, devo notar que iberoamericanismo, tal como é e se deve compreender e em relação ao qual estou escrevendo, não é um corpo de doutrinas com finalidade política revolucionária ou subversiva, nem colide nem diminui tão admiráveis esforços. É precisamente o mesmo



# CONTEM PORANEA



(Tarsila do Amaral: «Quadros»)

PORTUGAL — BRASÍL  
IBERO — AMERICANISMO  
A R T E

3.<sup>A</sup> SERIE  
N.º 2

Junho de 1926



# OS PRIMEIROS

E

lenta e laboriosa a construção da sciência, seguindo-se aos impulsos da intuição e sendo fruto dêles seus acertados caminhos. Não nos tem de surpreender, portanto, que a doutrina iberoamericana ande dispersa e as suas formulas mais expressivas — como as proclamadas em La Rábida — não sejam senão o esboço de uma orientação definida, que só com porfiados esforços se alcançará.

Estamos no periodo inicial dessa política e em bem restrita materia se conhece concretamente a realização que se pretende atingir, não havendo mesmo aquella coesão que pode determinar uma linha directriz comum.

Com o *Breve comentario à politica iberoamericana*, passando em revista a actividade propriamente politica desse movimento, tive occasião de caracterizá-lo, consoante a corrente que se tem por mais importante, no século que corre.

Prosseguindo no estudo que com êle encetei, hei-de sucessivamente tratar dos problemas, que maior urgência recomendam, dentro dessa política, detendo-me no exame das instituições iberoamericanistas e dos actos internacionais dos estados interessados. Entre as primeiras, incluo o *Colegio Mayor* e a *Federación Universitaria*, que constituem dois factores essenciais da vida mental, por ser nelas que teem sua séde o movimento didático e a acção corporativa dos estudantes. Entre os segundos, referir-me-ei à Exposição de Sevilla, ao Congresso de La Rábida, ao tratado de commercio com a Espanha, ao tratado com o Brasil, às relações com a America do Norte, à nossa representação diplomática na América Espanhola, à nossa organização consular em toda a America e na Espanha, aos incidentes de fronteira on de zonas de soberania, ao intercâmbio universitário e à aproximação e expansão intelectual, de todos os quais tem que ser consequência immediata a nossa politica geral de emigração, de colonização, de relações financeiras e de relações culturais.

E' certo que o estudo dêsses problemas nos leva a considerar simultaneamente o capitulo da politica interna ou da vida nacional que lhes corresponde; e que tem de se optar entre a consideração teórica da organização portuguesa, incluindo nela a possibilidade de emenda das nossas instituições deficientes, e a situação real das nossas cousas, ou debeis tendências que surgem, num ou noutro campo, das quais se possa esperar mais inteligente realização.

Mas estes estudos prendem-se com a orientação iberoamericanista da *Contemporanea*, cujo pensamento representam, e porisso teem de acompanhar aquelles que maior avanço tiverem dentro de tal politica, procurando que as instituições portuguezas sigam paralelas com as estranhas, e que para cada nova modalidade se aproprie em Portugal o instrumento conveniente.

Confiando nos homens doutos que teem lugar nos centros da sciência, no nosso país, esperamos que deles venha a expontânea adesão ao movimento, e que cada núcleo corrija os próprios erros, e se apreste para a concorrência, mantendo os altos créditos de que goza o valor nacional.

A politica iberoamericana tem de tomar autoridade na colaboração de respeitaveis cidadãos, e criar fortes raizes na razão dos homens e na consciencia das nações interessadas, indo daquela para esta pelos sábios e adequados actos da politica de



estado. Tudo quanto se faça fóra desta ordem natural é esforço inútil e, as mais das vezes, nocivo.

A primeira condição de um alevantado espírito que arraste a colectividade é a exacta conjunção dos pensadores com os comuns. Creio bem que esta obra iberoamericana se destina a preparar a hegemonia civilizadora dos povos provindos da Hispânia, que pela primeira vez se apresentarão no século xx como uma corrente unida, integralmente definida na historia da civilização, a qual na época do Renascimento deu ao mundo, com seus agigantados passos, o primeiro assombroso ensinamento.

A hegemonia não vem de um salto, nem bruscamente se revela. E' obra lenta de seguro estudo e desfecho do persistente trabalho harmónico dos povos. Aos homens do escol cabe o primeiro papel; e a sua intuição, que os levou ao primeiro gesto ousado, em que ninguém reparou, foi o mais seguro índice da nova fonte de glórias pátrias.

Porisso, antes de entrar nos estudos especiais, é dever prestar homenagem áqueles que, com o seu esforço pessoal, animados apenas pelo desejo de viver a sua época e obedecendo a um imperioso impulso de alma, se meteram isoladamente a correr o mundo iberoamericano, construindo com suas mãos os mais sólidos padrões da realidade espiritual do movimento, e regressando á terra, não como filhos pródigos turbados da mágua de seu ingrato procedimento, mas com o coração repleto de venturas e o nome aureolado de louvores.

Foram êsses uns que, por vocação se encaminharam como aprendizes para os grandes centros de pensamento e da arte ibérica, como Ernesto do Canto e Guilherme Felipe, que em Madrid trabalharam com Júlio Antonio e de Soroila, e já hoje com as suas obras originais marcaram lugar áparte na escultura contemporânea e na pintura portuguesa; outros que, com a autoridade de seus nomes consagrados, se foram a outra metrópole erguer novas obras e capitanear novas hostes, como Malheiro Dias, no Brasil, e Ramón Gomez de la Serna, em Portugal; outros que, em breves visitas, marcaram brilhantemente o inicio do intercâmbio universitário e da aproximação intelectual, como os brasileiros Oliveira Lima e Cardoso de Oliveira, os espanhóis Eugenio d'Ors, Perez d'Ayala e Gomez Baquero, o argentino José Maria Cantillo, os cubanos Iraizoz, Hernandez Catá e Eduíno de Móra, em Portugal e os portugueses Eugenio de Castro, Joaquim de Carvalho, Leonardo Coimbra e Paulo Mereia, em Espanha; outros, escolhendo Portugal para a sua residência, como o espanhol Jorge Colaço e o brasileiro Sousa Pinto; outros, que a Espanha foram em missão scientifica junto dos mestres espanhóis como Gomes Teixeira, Queiroz Veloso e Simões Raposo; outros, que, sentindo-se apertados pelas estreitas fronteiras da estética oficial foram a Espanha e ao Brasil alcançar um justo triunfo, como o nosso maestro Rúi Coelho; outros, que levam o seu amor pela civilização que surge ao ponto de pessoalmente contribuirem para a divulgação das obras da arte contemporânea, como Iraizoz que ao escultor português Antonio da Costa encomendou uma estátua, com que se adornará um jardim Público de Reglas, cerca de Havana; e finalmente Fernanda de Castro e Antonio Ferro que foram em Espanha e no Brasil os melhores e mais bem acolhidos embaixadores das modernas correntes de arte de Portugal, oferecendo aos atentos admiradores desses países o primeiro conhecimento das suas melhores obras.

Não são poucos os nomes que hoje se juntam nesta relação dos primeiros caminheiros e maiores artífices da nova ideia. E considerando que cada um deles excede em méritos a nomeada de que gosa, porque só com o decorrer dos anos terão do mundo ibérico o apreço que em parte dele conquistaram, se verifica que temos tido nos centros da cultura portuguesa esplendente operosidade e que deles irradiaram nobres e brilhantes emissários, fóra aqueles que dentro desta política estabeleceram doutrina, como Coelho de Carvalho, Betencourt Rodrigues, Antonio Sardinha e outros, que no artigo anterior referi.

A actividade de todos, concentrada num instituto que se proponha presidir a formação cultural iberoamericana, parece-me de aconselhar. A *Contemporanea* lhes oferecerá as bases desse instituto e deles aguarda a sua maior acção, esperando que assim se complete a obra puramente universitária que a Espanha se reservou, criando o Colegio Mayor, marcando-se para Portugal um campo próprio, em que possa, com a sua capacidade e com o respeito que inspira, tomar posição primacial ao lado da outra nação mãe.

CELESTINO SOARES



# CONTEM PORANEIA

Propriedade: Edições Contemporâneas  
Composto e impresso na Imp. Libanio da Silva

1.º SUPLEMENTO

Fundador, director e editor: José Pacheco



Armando de Azevedo



Mário de Sá-Carneiro



Afonso de Bragança



Amadeu de Sousa Cardoso



Manuel Jardim



Santa Rita Pintor

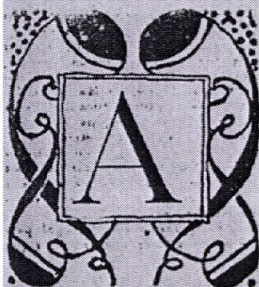


Ponce de Leão



Carlos Franco

## Os Mortos da Geração Nova



A luta da geração nova contra o meio incompreensivo e hostil tem sido amarga e dolorosa. É uma luta assinalada já por mortes e suicídios — pelo drama violento da persistência heroica, que ainda aqui nos volta a renunciar, e das subitas quedas dos que o destino ambiente matou.

Os mortos da geração nova foram assassinados pelo meio hostil, pelos triunfadores da literatura barata, pelos burocratas que de dentro das situações oficiais fecham a porta ao

Não podíamos o destino, porque da sua excessiva tortura surgirá a maior força de geração. Mas acusamos o ambiente social que não colaboraram na nossa dor e no assassinato dos nossos irmãos. Acusamos, sobre tudo, os que tinham o dever de auxiliar a eclosão do grande período de esplendor português, que é o nosso, e da nossa geração, e, ao contrário, a si se opuseram tenazmente. Acusamos os que se serviram das situações literárias adquiridas para lançarem sobre os novos do momento revolucionário do «Orfeu» a suspeita de desequilíbrio.

Acusamos os velhos, que por espírito de defesa bruta, vedaram todas as situações aos novos — e a alguns negaram o pão, levando-os à morte. Acusamos o ambiente social que não queira os valores; que, ao contrário, tenta esconder os, aniquilando-os — ou mata-los pela asfixia lenta.

Hoje que começamos a congregar-nos e a tomar consciência do nosso valor, e do nosso dever, cumprem-se lembrar com saudade e reconhecimento os mortos da geração nova — os nossos mortos.

### Mário de Sá Carneiro

Mário de Sá Carneiro foi um dos mais altos criadores do momento revolucionário da geração nova. O seu espírito parece ter sido criado de propósito para o seu destino de renovador, de revolucionário, de adaptador extremamente sensível das mais modernas correntes literárias. A uma inteligência e sensibilidade imensas juntava uma cultura e um espírito de assimilação excepcionais. Poeta renovador de ritmos e sobre tudo de atitudes sensíveis ante a vida e as coisas, de uma sensibilidade ingenua e dócil, quase menestrel; prosador que modificou a estrutura da prosa; grande e perfeito novelista, analisador de psicologias.

Levaram-no ao suicídio, mas não à falência do seu sonho de renovação e beleza. Porque da sua vida ficam um belo livro de poemas e algumas das melhores novelas da literatura portuguesa.

É esta nobre alma de revolucionário, de renovador, de poeta criador, foi torturada e troçada, até que procurou na morte o sono, o sono completo e infindável, pelo suicídio.

### Guilherme de Santa Rita

Espírito brilhante, espírito sentiente, puro espírito. A sua obra na geração nova foi realizada pela sua presença, pela sua forte acção pessoal. Não deixou uma obra material porque da época revolucionada, desagregada, toda teima abstracta, que foi a sua — a época do «Orfeu» — ele foi um dos mais apaixonados combatentes. Accionou pelo espírito, pela graça e pela inteligência — não teve tempo de fazer uma obra material. Na época assim, de tal violência na renovação espiritual que sacrificam alguns dos seus melhores valores. Mas nenhum novo deixará de lembrar a figura de Santa-Rita-Pintor, a sua inteligência e a sua acção sobre a psicologia da geração nova.

«Não é um pintor é um pedaço de artes disse-se dele.

### Amadeu de Sousa Cardoso

Amadeu de Sousa Cardoso pertence ao grupo dos mais avançados teóricos da arte, pintores e poetas, de Paris. Ao grupo de Picasso, de Guillaume Apollinaire. O seu «Album» é ainda hoje considerado em Paris como uma das obras funda-

mentais desse momento. A morte não o deixou aproveitar todas as suas grandes qualidades numa obra de novo equilíbrio. Mas ficará como um dos mais activos demolidores e renovadores da nossa mentalidade artística.

### Manuel Jardim

Foi um pintor que, sobre tudo, marcou pela clareza da sua inteligência pictorial. Não tem talvez nos seus quadros a intuição criadora. O seu poder de crítico, de analisador instintivo das tendências picturais, é maneira quasi analítica como pintava, fazem de Manuel Jardim um dos mais característicos pintores da nova geração.

Os seus quadros são belas análises inteligentes, interpretações novas de atitudes picturais.

### Afonso de Bragança

Afonso de Bragança é dos sacrificados da geração nova, um dos que mais sacrificados foi. A sua vida e a sua morte são um lento drama de desencanto que ele suportou sorrindo e fazendo sarcasmos. A sua luta de graça e de perfeita elegância mental nunca se quebrou. Afonso de Bragança veio acrescentar a sua acção à de Mário de Sá Carneiro na transformação da prosa portuguesa — na modernização, na que dos credulidades da literatura moderna a vida e a fim. Foi um curioso observador das coisas mínimas da vida, o que lhe dava uma atitude de aparente humorismo — um humorismo, enternecido. Enriqueceu a prosa com imagens imprevistas, simples na sua verdade. Nem a vida, nem o tempo o deixaram criar um livro. Deixou apenas pedaços isolados de prosa, de uma grande novidade de expressão. Lembremos, também, que o artigo que apresentava a primeira série da «Contemporânea» foi escrito por ele e definiu bem esse momento de transição entre o período revolucionário e o período criador de hoje.

### Armando Basto

Pintor instintivo, com todas as qualidades e defeitos de um instinto poderoso que domina o equilíbrio da vida. Armando Basto tinha o instinto da matéria pictural. Foi desigual, incerto, diverso, nos seus quadros, porque era a própria matéria pictural que arrastava o seu instinto para aquele festio. Não é um defeito para aqueles que começam a hesitação, a diversidade, a aceitação de influências estranhas. Armando Basto era um grande e instintivo adaptador de qualidades picturais. Deixa como Manuel Jardim uma obra dispersa e que como a daquele só em conjunto, depois de reunida, poderia ser analisada com verdade.

O destino perseguiu-o de todas as maneiras e levou-o à

## PRESIDENTE DA REPUBLICA



A Contemporânea tem o maior prazer em publicar em sua 1.ª e 2.ª páginas, desde que a publicação seja interessante, um artigo e um espírito crítico e moderno. Também nos dá o direito de que se agrupem em torno de Ponce de Leão, pois sua obra literária merece esta honra e a publicação dos seus artigos não apenas a honra de serem publicados, mas também a honra de serem publicados em um jornal de primeira ordem.

morte, como a tantos outros, antes mesmo daquela idade em que a capacidade criadora é perfeita.

### Angelo de Lima

Nos sacrificados da geração nova há os que foram assassinados pela fome, os que foram assassinados pelo desprezo, e os que foram assassinados pela honra. Angelo de Lima foi assassinado assim, pela depressão nervosa, pela dor mental, com que o levaram a um manicócio e aí arrastaram a sua agonia até ao soco da morte.

Já internado no hospital ainda publicou no «Orfeu» alguns poemas em que há algumas, raras mas fortes, notas de beleza. A sua tortura de lento enlouquecimento disse-a num soneto que é dos grandes sonetos da língua portuguesa. A sua obra desapareceu ou dispersou-se inteiramente.

### Ponce de Leão

Embora não pertencesse às correntes modernistas, agitados, revolucionários, acompanhou sempre no combate os mais futuristas da geração nova. E acompanhou-os naturalmente, instintivamente, porque no teatro português de então o seu espírito de dramaturgo era realmente revolucionário. Ponce de Leão foi um dos novos dominados pelo prestígio ibseniano e pela directa influência dos «Expositores» que via a peça de tese médica, de patologia, de fatalidade física dominando o indivíduo. Desta fase influenciada, mas sem mesquinhez, fase preparatória de alguém que poderia vir a ser um grande dramaturgo, há ainda inúmeras muitas peças além de uma publicada. Impedido de triunfar na vida pelo meio inimigo que se fechou às suas representações, continuou a ser hostilizado pela morte. Os seus originais que poderiam marcar uma interessante fase de transição do teatro português, estão talvez perdidos.

### Eduardo Metzner

É um lírico de intimo romantismo cuja alma se relevava capaz de colaborar na nova geração.

Marcou curiosamente o momento de excesso sentimental que dominou o nosso espírito literário.

Alguns dos livros de Eduardo Metzner poderão por isso, ficar como a melhor marcação desse momento.

### Carlos Franco

Mário de Sá Carneiro foi de todos os mortos da geração nova o que mais marcou pela sua obra — Carlos Franco o que de todos eles mais marcou pela sua atitude consistente de sacrifício e de belo morrer. Espírito de uma intuição asombrosa. Espírito sempre instintivo. E a característica fundamental dos momentos de renovação, a intensificação revolucionária, é esta instintividade que leva a destruir toda a obra que leva por fim a morte. Carlos Franco atravessou um momento Paris, improvisou-se por genial intuição pintor scenográfico e com tal capacidade, que colaborou com Bailly, o grande scenógrafo da Ópera. Mas a insatisfação de criar não o deixava.

Vem a guerra e Carlos Franco, que era fundamente disciplinado e anti-militar, vai morrer na guerra como um herói. Vai morrer por insatisfação, por heroísmo, por incapacidade de suportar a volta ao meio estúpido que o expulsara. Antes de morrer escreveu: «sabes como sou anti-militar, mas prefiro morrer de uma bala alemã, a morrer de tédio na minha terra». Morreu, suicidando-se em espírito, com suprema beleza. Na sua mochila de soldado foram encontrados o «Orfeu» e a «Confissão de Lúcio» de Mário de Sá Carneiro.

### Júlio de Vilhena

Foi como Afonso de Bragança um jornalista atraído para a vida e nas suas dificuldades e dores construindo uma nova interpretação das coisas e um novo estilo.

Foi um dos que pela sua afirmação constante de modernismo e de independência mental ajudou a criar o ambiente em que triunfou a nova concepção da Arte.

### António Lima Fragoso

Entre os varios modernistas afluídos antes de realizada a sua obra definitiva e levados pela morte também figura o grande temperamento de músico de António Lima Fragoso.

Foi ele um dos primeiros portugueses a tentar a criação de uma música moderna, nova, liberta da opressão de escolas alheias cuja hegemonia esmagava as nossas tendências musicais.

No movimento musical de amanhã o seu nome será certamente lembrado como mereço.







Quando recebo um volume de Espanha, adrinho logo ser de Ramón Gómez de la Serna, porque a Serna publica livros todos os dias!

Ramón edita todos os dias e todos os dias envia livros para os seus camaradas de todas as partes do mundo.

Responde a todas as cartas e todas elas terminam com a mesma frase, elevada de sonho camaraderia *nel Arte*.

Ramón é o grande luctador das palavras. Nunca, em outra literatura, apareceu um tipo de literato que fizesse com as palavras tantas malabarismos. Na sua vasta obra, mais de cinquenta volumes, as palavras amontoam-se, caminham, voam, atordoadas — um e ruval de frases que é difícil emitir ou pretender reproduzir. É vertiginoso.

Um livro de Ramón, só um, tem mais frases que a obra completa de qualquer escriptor moderno.

Domina as palavras. É o maior domador de frases que conheço! São milhares e milhares que se amontoam em cima do papel. Os seus livros são avalanches.

Ramón é um humorista, um humorista requintado, diferente de todos os humoristas latinos.

É um humorista transcendente. Não se pôde catalogar. É preciso senti-lo.

Na sua obra o alegre e o grotesco misturam-se, confundem-se, acompanham-se.

Ha nela o humorismo das coisas que ele anima, dá vida, torna diferentes e desenha com um grande requinte de sensibilidade.

Cada um dos seus dedos é um clown, que ele faz viver no grande e imenso circo da vida.

Querem uma amostra! Olhem-no: o peizo mais difícil de pescar é o rabdo...

Quando Ramón Gómez de la Serna escrevia, os seus olhos abrem o mundo e nele passam os assumptos como num film que correte vertiginosamente num ecrã de sonho.

Tudo o entretem. Tudo. Uma ocharina, uma cama, um cão embalado, um livro, um museu, um quarto, certo bilhete postal que viu nas mãos de um groom dum hotel, a conta da modista, o buraco da fechadura. Se quizerem, procurem na vasta obra de Ramón e encontram tudo isto no índice dum livro e se o não quiserem fazer entrem nos *Greguerias*, abram em qualquer altura. É um museu! Mais que uma casa bem sortida de *brie à bras*!

Nos *Greguerias* ha tudo, tudo quanto existe á nossa volta, que é tudo quanto existe na vida.

Ramón Gómez de la Serna, é um escriptor novo dentro de uma literatura velha.

Na rua é que parece igual aos outros, sempre com o seu eterno cachimbo e a sua cara redonda, que desmente o escriptor europeu e denuncia o espanhol.

Ramón Gómez de la Serna, tem um gabinete de trabalho — Velazquez, 4, Madrid. É um complicado museu de raridades. Tem de tudo e todos os objectos expostos têm um sentido. O gabinete de Ramón é um mundo — um mundo em miniatura. Nele existem jarrões adornados, quadros, gravuras, arnejos, caricaturas, livros, jornaes, latas velhas, candieiros de todos os tempos, um manequim que o escriptor veste e despo de todos os dias.

A um dos cantos o terrível retrato de Viladrich, que ia originando uma configuração europeia com sede em Madrid... No tecto um cometa e umas andorinhas de madeira. Na mesa reformada a outra em náo, uma brownina olerua.

Ramón é um colecionador de seios lemenicos.

Vede o seu livro *Senos*. Muito antes de Victor Marguerite, lhes atribuir forma e feição em *La Garçonne*, já Ramón Gómez de la Serna os tinha classificados. Já Gómez de la Serna tinha imaginado os quadros sinopticos dos seios da mulher!

Foi Alberto Hidalgo, quem, numa admirável cronica, publicada em Madrid, chamou a Gómez de la Serna, o unico prosador da Espanha de hoje, porque todos os outros o são do seculo passado. Fico a meditar um instante sobre esta frase e sinto que Alberto Hidalgo tem razão.

Formando na vanguarda de todos os seus contemporaneos, Ramón, é bem um escriptor de hoje, moderno e forte, que tem reduzido a vida a frases, que tem pacientemente feito a síntese da vida.

Procuo nos modernos escriptores espanhols e não encontro outro que se assemelhe a Gómez de la Serna, o reformador da literatura latina.

Por muito exagerada que vos pareça esta observação, ela tem o seu fundamento e bastar qualquer dos seus livros, e principalmente os ultimos, para sentirmos a necessidade de o admirar.

Muitos dos novos escriptores, aparecidos aqui e noutras cidades da Europa, são discipulos do Gómez de la Serna.

Muitos dos livros que nós admiramos são feitos sobre frases de la Serna, o pontificio da frase, o filósofo sintético das pequenas coisas que nos rodeiam.

Fico a separar a vasta obra de Gómez de la Serna e pretendo cataloga-lo nesta ou naquela escola.

Vou ás suas paginas e a minha sensibilidade discortina nestas, o filósofo, naquelas, o critico — neste livro, o jornalista.

Analisio qualquer destas personalidades e todas elas se encontram unidas e vivem intimamente.

Não sei se Ramón é um jornalista ou escriptor? Filósofo ou critico? Creio que um pouco de tudo. É um impressionista. Os seus livros são apontamentos.

Os seus livros são impressões, detalhes, pontos fixos, pontos imoveis que os seus olhos detalham e os seus dedos, equilibristas de circo, escrevem e gravam duma maneira diferente de todos os outros.

Ramón é diferente em todos os livros — porque os seus livros são instantes.



RAMÓN GÓMEZ DE LA SERNA

Tem um grande carinho pelos cafés, porque nos cafés existem as unicas associações em que o homem é igual ao homem, livre de todos os preconceitos, de todos os dogmatismos e oligarquias. As grandes cidades veem-se melhor através dos seus cafés.

Silhuetao o perfil raro do escriptor, estudemos a sua obra.

Os seus primeiros livros são folhas soltas, cartazes, gritos, alaridos que espantam os ultimos escriptores do novecentos.

Os meios literarios, os academicos, os cafés, designilham-se, caem em si.

Originam uma revolução e o nome do escriptor é pronunciado com medo e inquietação. Os jornaes guthotimam-o com os seus ataques.

É o precursor dos dadaistas e ultraistas.

É o precursor do modernismo. Marinetti dedica-lhe o manifesto á Espanha, quando a Espanha não contava literariamente na Europa.

Estamos em 304. As suas folhas intitulam-se, *Entrando en fuego*. Produzem o efeito dum incendio.

Já em 304, quando Píndaro falava, nas suas leguas, comuns do romantismo pigas, a Espanha, é preciso: não esquece-lo, possuía o revolucionario de *Entrando en fuego*.

Calculem vocês, que estão habituados a ler nalgumas gazetas de Lisboa, ainda hoje, ataques aos modernistas, o que teria sido o apremimento de Ramón em Espanha.

Todos o mordem. Muitos dos seus amigos intimos recusam-lhe a mão. É considerado na roda dos escriptores

pacatos e reneiros, um louco — um louco perigoso que pretende transformar dum salto a literatura folhetinesca do seculo passado...

Seguem *Moribundos* (1907), *El libro nudo*, *Tupices*, *El teatro en soledad*. São livros que têm m gestos que ideias, mais gritos que frases. Revolucionam e somem-se.

Atormentam, adigem, são cartazes berrantes, saltos de morte, em que o escriptor é um clown.

O artista encarga-se da sua propaganda. Oferece-os, envia-os para a Europa. Os modernistas surgem e pegam-se a ele, imitam-no. Os seus livros são sementes.

Tem uma lucta gigantesca, porque os jornaes apogados a velhas e tradicionais formulas não lhe suamiam os livros. Adormecem sobre as meias das redações. Ha quem os não abra, receosa de encontrarem dentro das suas paginas bombas de dinamite.

Ramón, abre a floresta virgem do romantismo, a golpes de machado.

Depois mais livros...

*Estudio del desnudo*, em que firma o seu nome e obriga os criticos espanhols, entre eles *Rafael Casanovi Assens*, a apoiado-lo e a vigia-lo.

Os jornaes que o combatem pedem-lhe colaboração para que os seus leitores se divertam com o louco, para que riem. *Casas de Assens* escreve:

*Ex inerte a que lens de nuevo estas admirables paginas. É um livro formidavel. Nenhum escriptor, habituado á forma, seria capaz de o escrever ou sentir.*

Ramón Gómez de la Serna, ergota o ná. As suas mãos de artista talham paginas duma beleza tão grande, que os outros, são obrigados a senti-lo, a vá-lo. Pobres miopas.

A partir deste livro que o consagra, Ramón, apesar de recebido sempre com desconfiança, é considerado um escriptor. Os editores procuram-no e pagam-lhe as obras. O publico compra. Os jornaes, penitenciando-se, publicam-lhe o retrato.

É o seu primeiro triunfo. Os censuros abrem-lhe as portas.

Seguem-se, *Senos*, *El Circo*, *Greguerias*, *Muestrario*, o livro de que o escriptor mais gosta.

Entrevistado por um jornalista, comenta a sua entrada violenta nas letras.

— Sofri muito. Quando comecei a escrever, travei luctas atrozes, sanguinolentas. Os escriptores daquele tempo lançaram sobre mim o odio do publico. Fecharam-me todas as portas. Insultaram-me anonimamente. Caluniaram-me. Alcançaram-me de deido.

Depois plagiaram-me e porque tinham todos os jornaes pelo seu lado e eu só podia publicar uma vez por ano, a lucta foi gigantesca. O publico poderia imaginar que era eu quem os imitava e isso fazia-me sofrer horrivelmente...

Felizmente... *José Ortega y Gasset*, um dos poucos homens de valor intrinseco que existe em Espanha e uma das glorias da Europa, consagra-o e escreve:

— Gómez de la Serna es uno de los pocos escriptores jóvenes a quienes se debe señalar con el sombrero en la mano.

O triunfo. Dahi por diante, o escriptor, podia atirar os piores livros ao mercado, representar os mais horriveis dramas, assignar os mais estupidos artigos, entrar na real Academia, que tudo era igual.

*Ortega y Gasset* e *Assens*, dois dos escriptores mais queridos da Espanha, tinham-lhe aberto o caminho da gloria, dando-lhe plena liberdade de acção, consagrando os seus livros.

O escriptor tinha obtido o meio de triunfar definitivamente: ser lido.

As *Greguerias*, descobrem em Ramón, o filósofo individualista, o humorista transcendente.

Gómez de la Serna, que nas *Moribundos* se retrata um escriptor dissolvente, aristocratico e anarquista, colado a Sterne e a Nietzsche, que conhece e sente toda a tragedia da vida e que proclama que de toda a actual literatura espanhola só ficaria algumas paginas de Azorin, regressa neste seu livro e anuncia a grandeza do cahos.

Igual a Pio Baroja e Azorin, inicia a sua carreira combatendo a literatura e reduzindo o seculo XIX a um mosteiro de cinzas.

Ramón Gómez de la Serna, lembra *Unamuno*, el gran D. Miguel, que foi e é um apaixonado cultor do paradoxo. Os seus primeiros livros, ficam distantes, o humorista subjugado o nihilista literario.

Segue-se o periodo criador.

*El labirinto*, *La utopia* são dois documentos dessa epoca.

Em 1915 faz nova edição das *Greguerias*, livro sintese, notavel pela diversidade de estilo — o que melhor define a nossa epoca, violenta, movimentada, cinematographica.

Este livro marca a mais forte expressão do impressionismo.

Uma *gregueria* é um palco, passa nela toda a vida. Os dramas reduzem-se a manhuas; os grandes movimentos de alma a simples traços. Duram um minuto em cada labio — um segundo em cada cerebro.

Definir a *gregueria*? Sim.

Uma palavra a um gesto, breve e rapido, entre a vida e a morte.

A *Gregueria* é o instante. A nenhum outro escriptor conhecido fica melhor aquela frase lapidar, aquela frase sintese do primeiro escriptor modernista portuguez, que a morte coifou, *Mario de Sá Carreiro* — o fixador de instantes.

É um afixador de cartazes! Sim. Mas acima de tudo, o fixador de instantes!

Seguem-se mais livros, *El doctor incensurável*, *La ciudad Blanca y Negra*, *Pombo*, *El Alba*, *Exhumación de Oscar Wilde*, *El chalet de las Rosas*, *La malicia de las acacias*, *Consolidación*.

*La ciudad Blanca y Negra*, oferece-lhe Paris... Neste momento, Gómez de la Serna, traducido em francez, atravessa todos os paises latinos.



VAZQUEZ DIAS — Apresentação para um quadro